

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

IVANILDO GOMES DOS SANTOS

**A INSTRUÇÃO SECUNDÁRIA NAS ALAGOAS: AS AULAS AVULSAS E O LICEU
PROVINCIAL (1784-1892)**

João Pessoa
2018

IVANILDO GOMES DOS SANTOS

**A INSTRUÇÃO SECUNDÁRIA NAS ALAGOAS: AS AULAS AVULSAS E O LICEU
PROVINCIAL (1784-1892)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Educação.

Orientadora: Profa. Dra. Mauricéia Ananias.

João Pessoa
2018

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

S237i Santos, Ivanildo Gomes dos.

A instrução secundária nas Alagoas: as aulas avulsas e o Liceu Provincial (1784-1892) / Ivanildo Gomes dos Santos. - João Pessoa, 2018.
268 f. : il.

Orientação: Mauricéia Ananias.
Tese (Doutorado) - UFPB/CE.

1. Educação. 2. Ensino secundário - Alagoas. 3. Liceu provincial. I. Ananias, Mauricéia. II. Título.

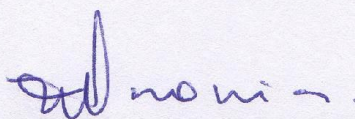
UFPB/BC

Universidade Federal da Paraíba
Centro de Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação

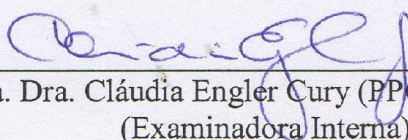
A instrução secundária nas Alagoas: as aulas avulsas e o Liceu Provincial (1784-1892)

IVANILDO GOMES DOS SANTOS

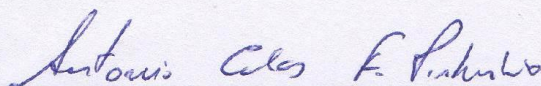
Banca examinadora:



Profa. Dra. Mauricéia Ananias (PPGE/CE/UFPB)
(Orientadora)



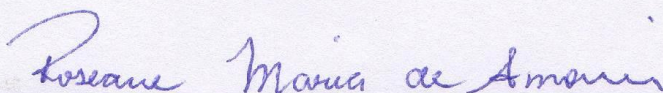
Profa. Dra. Cláudia Engler Cury (PPGE/CE/UFPB)
(Examinadora Interna)



Prof. Dr. Antônio Carlos Ferreira Pinheiro (PPGE/CE/UFPB)
(Examinador Interno)



Prof. Dr. Antônio de Pádua Carvalho Lopes (PPGE/CE/UFPI)
(Examinador Externo)



Profa. Dra. Roseane Maria de Amorim (PPGE/CEDU/UFAL)
(Examinadora Externa)

Ao meu pai, Benedito Vicente (*In memoriam*), pela saudade que ficou.

À minha mãe, Iranilda Gomes.

À minha esposa, Jahnielma Ferreira.

E aos meus filhos, Filipe e Miguel, razões da minha caminhada.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer a Deus pelo dom da vida, bem como pela sua divina providência, por intercessão da Virgem Maria. Sem o acompanhamento da graça celestial seria impossível chegar até aqui.

Minha eterna gratidão a meu pai, Benedito Vicente, e minha mãe, Iranilda Gomes, que não mediram esforços em amor a mim, e não se cansaram de me encorajar na caminhada dos estudos. Mesmo eles não tendo uma formação escolar elevada, tinham sabedoria suficiente para compreender a importância da educação para os menos favorecidos.

Não poderiam também deixar de agradecer a minha esposa, Jahnielma Ferreira, pela abnegação, paciência e compreensão. Assim, também como aos meus filhos, Filipe e Miguel, que tiveram que suportar a ausência do pai em alguns momentos.

Ao meu sogro, José Felix, e a minha sogra, Maria Aparecida, que me apoiaram e incentivaram, e muitas vezes contribuíram financeiramente no deslocamento Maceió-João Pessoa-Maceió.

Agradeço a todos os que passaram na minha vida, deixando ensinamento, compartilhando experiências, moldando meu caráter, especialmente aos amigos do Grupo de Coroinhas da Paróquia Santa Luzia e ao Pe. Paschal. Outros que torceram e ajudaram como minha tia Aparecida, d. Fátima Santos, Eluysiana Machado, Nadja Lúcia Machado, Daniel Oliveira, Luís Amancio, Joelma Interaminense e Maria Aparecida (ex-diretora).

Ao Prof^o. Dr. Elcio de Gusmão Verçosa, que me abriu as portas da pós-graduação, aceitando-me como aluno especial e indicando a participação no grupo de pesquisa Caminhos da Educação em Alagoas.

À Prof^a. Dr^a. Maria das Graças de Loiola Madeira, pelas críticas e contribuições no projeto que apresentei à seleção do doutorado.

À minha orientadora, Prof^a. Dr^a. Mauricéia Ananias, pelas boas horas “roubadas de seu tempo”, pela sua gentileza, pelos conselhos, pela dedicação dispensada e pela paciência comigo.

Aos membros da banca, pelas críticas, sugestões e orientações que engrandeceram o trabalho.

Aos diretores e servidores do Arquivo Público de Alagoas, em especial Andréia Sant'Ana pela ajuda na busca e localização das fontes.

Que Deus em sua infinita bondade abençoe a todos!

Se tentássemos elaborar uma teoria geral da gênese das instituições, deveríamos dizer provavelmente que o conflito é um dos fundamentos da instituição nascente. Podemos ir ainda mais longe; podemos dizer também que batalhas semelhantes pelos status, as lutas pelas posições, conforme o caso, são encontradas toda vez que os indivíduos, inicialmente interdependentes, se juntam para formar um grupo, ou grupos menores dentro de um grupo maior.

NORBERT ELIAS

RESUMO

A presente tese tem por objetivo reconstruir e reinterpretar historicamente a constituição, organização e o processo de estruturação do ensino secundário nas Alagoas, notadamente as aulas avulsas e o Liceu Provincial das Alagoas. Situada no campo das instituições e das culturas escolares, a análise centra-se no propósito de apreender elementos identitários da instituição educativa, dentre os quais estão os sujeitos, em suas dinâmicas de relações de poder e interdependência, o espaço temporal e arquitetônico e as disciplinas escolares, evidenciando os saberes disseminados. O recorte temporal, demarcado entre 1784 e 1892, diz respeito ao período compreendido entre a localização, até então, do primeiro professor secundário público de Alagoas, João Mendes Sanches Salgueiro, a reforma Gabino Besouro, promulgada pelo Decreto Estadual nº 12, de 9 de dezembro de 1892. A reforma foi primeira grande alteração no ensino liceal alagoano, quando o Estabelecimento passou a contar com três modalidades de ensino: o Curso de Preparatórios, o Curso Normal e o Curso Comercial, e pela primeira vez passam a figurar as cadeiras ditas científicas. O debate a respeito da cultura escolar parte dos conceitos desenvolvidos por Chervel (1990), Julia (2001), Viñao Frago (1995) e Escolano (1992; 1993-94). O argumento de tese defendido é de que todo aparato normativo, disciplinar e didático-pedagógico, no ensino secundário alagoano, estavam voltados a disciplinar e moldar o comportamento de determinado grupo social para assumir os postos administrativos e de comando na Província. Portanto, seu conteúdo era intencional, pois tinha como objetivo inculcar determinados saberes e valores, tendo em vista garantir às elites a manutenção do seu *status quo*. A tese está fundamentada nas categorias desenvolvidas pelo sociólogo alemão Norbert Elias (1897-1990) e seu arcabouço conceitual sobre os processos civilizadores, sobretudo, no sentido de entender as relações internas e interdependentes nas aulas avulsas e no Liceu. Elias estudou as teias de interdependência construídas pelos indivíduos, e constatou que estas conexões dão origem a configurações sociais: família, aldeia, cidade, estado, nações. Ao conceito de configuração é possível também inserir a instituição escolar, enquanto espaço que agrega um grupo de seres humanos essencialmente interdependentes e, portanto, imbricados nas tensas relações de poder. Foi justamente a partir desse olhar teórico-metodológico que analisei as diversas fontes, com as quais compus o *corpus* documental da pesquisa, a saber: matérias de jornais e imagens, além dos documentos ditos oficiais, tais como: “falas” e Relatórios dos presidentes da Província e dos inspetores da instrução pública, leis, regulamentos, portarias, decretos, atas, mapas de aulas, dados estatísticos, orçamentos, listas de docentes.

Palavras-chave: Ensino secundário; Aulas avulsas; Liceu Provincial das Alagoas.

ABSTRACT

The purpose of this thesis is to reconstruct and reinterpret historically the constitution, organization and the process of structuring secondary education in Alagoas, notably the single classes and the Provincial High School of Alagoas. Located in the field of school institutions and cultures, among which are the subjects, in their dynamics of relations of power and interdependence, the temporal and architectural space and the school disciplines proving disseminated knowledge. The temporal delimitation, demarcated between 1784 and 1892, refers to the period between the locations, until then, of the first public secondary teacher of Alagoas, João Mendes Sanches Salgueiro, the reform Gabino Besouro, promulgated by State Decree nº 12, of December 9, 1892. The reform was the first major change in the teaching of the Lyceum de Alagoas, when the Establishment began to count on three types of teaching: the Course of Preparatories, the Normal Course and the Commercial Course, and for the first time they come to appear the so-called scientific subjects. The debate about school culture starts from the concepts developed by Chervel (1990), Julia (2001), Viñao Frago (1995) and Escolano (1992, 1993-94). The thesis is that every normative, disciplinary and didactic-pedagogical apparatus in secondary education in Alagoas aimed at disciplining and adapting the behavior of a certain social group to assume the administrative and command posts in the Province. Therefore, its content was intentional, since it had as objective to inculcate certain knowledge and values, in order to guarantee to the elites the maintenance of its *status quo*. The thesis are based on the categories developed by the German sociologist Norbert Elias (1897-1990) and his conceptual framework on the civilizing processes, especially in the sense of understanding the internal and interdependent relations in the single classes and in the Lyceum. Elias studied the ramifications of interdependence built by individuals, and found that these connections give rise to social configurations: family, village, city, state, nations. To the concept of configuration it is also possible to insert the school institution, as a space that aggregates a group of human beings essentially interdependent and, therefore, imbricated in the tense relations of power. It was from this theoretical-methodological perspective that I analyzed the various sources, with which I compose the documentary corpus of the research, namely: newspaper articles and images, in addition to the official documents, such as: "statements" and presidents' reports of the Province and inspectors of public education, laws, regulations, ordinances, decrees, minutes, class maps, statistical data, budgets, lists of teachers.

Keywords: Secondary education; Sparse classes; Lyceum Provincial of Alagoas.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	–	Mapa das aulas de instrução secundária em Alagoas (1839)	46
Quadro 2	–	Mappa das aulas de Latim, Francez, Filosofia, Eloquencia e Geometria da Província das Alagoas (1845)	53
Quadro 3	–	Mapa da aula de Latim de Maceió de 1844	56
Quadro 4	–	Mapa da aula de Gramática Latina de Atalaia de 1847	60
Quadro 5	–	Mapa da aula de Gramática Latina de Penedo de 1847	63
Quadro 6	–	Mappa das aulas de Instrução Secundaria na Província das Alagoas (1849)	74
Quadro 7	–	Quantitativo de alunos no Liceu Provincial nas aulas avulsas em 1852	90
Quadro 8	–	Congregação inicial do Liceu Provincial (1849)	97
Quadro 9	–	Quantitativo de alunos na instrução pública e particular (1864-1866)	111
Quadro 10	–	Movimento da instrução secundária pública de 1860 a 1869	113
Quadro 11	–	Matrículas no ensino secundário na década de 1880	122
Quadro 12	–	Resultado dos exames finais de 1853	126
Quadro 13	–	Resultado dos exames finais de 1859	130
Quadro 14	–	Alunos habilitados para exames em 1868	131
Quadro 15	–	Resultados dos exames gerais de preparatórios	135
Quadro 16	–	Distribuição das aulas do Liceu Provincial em 1859	160
Quadro 17	–	Tabella das Aulas do Lyceu (1866)	162
Quadro 18	–	Relação dos livros offerecidos á Bibliotheca publica d'esta capital, pelo illm. snr. dr. Alexandre José de Mello Moraes, em 1865	169
Quadro 19	–	Compêndios para os anos letivos de 1858 e 1859	188

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1	– Mapa da Aula de Gramática Latina da Vila do Penedo, do padre Antonio Craveiro de Barros Leite (1837)	49
Imagem 2	– Exame de Filinto Elysio da Costa Cutrim, opositor da cadeira de Francês de Alagoas, 1856	76
Imagem 3	– Exame de Francisco Frederico de Cerqueira Valente, opositor da cadeira de Francês de Alagoas, 1856	77
Imagem 4	– Exame de João Francisco de Godoes, opositor da cadeira de Latim de Penedo, 1856	78
Imagem 5	– Exames de Clodoaldo João da Cunha, opositor da cadeira de Francês de Penedo, 1856	79
Imagem 6	– Exames de Pedro Baptista José de Lima, opositor da cadeira de Francês de Penedo, 1856	80
Imagem 7	– Anúncio do Colégio Nossa Senhora da Conceição (1882)	109
Imagem 8	– Anúncio do Colégio São José (1875)	114
Imagem 9	– Anúncio do Colégio Bom Jesus (1883)	115
Imagem 10	– Anúncio do Ginásio Alagoano (1875)	117
Imagem 11	– Anúncio do Colégio Sete de Setembro (1883)	119
Imagem 12	– Anúncio do Colégio São João (1880)	120
Imagem 13	– Anúncio do Colégio Oito de Janeiro (1884)	122
Imagem 14	– Examinados no Liceu em 1855	127
Imagem 15	– Alunos relacionados para exames em 1857	129
Imagem 16	– Pintura da antiga Matriz de Maceió	143
Imagem 17	– Detalhe do Mapa de Maceió de 1841	144
Imagem 18	– Fachada do sobrado onde funcionou a Casa de Câmara no início do século XIX	146
Imagem 19	– Detalhe da Praça de Assembleia na Planta de Maceió de 1868	147
Imagem 20	– Local onde funcionou o Liceu das Alagoas 1879-1898	152
Imagem 21	– Prédio onde funcionou o Liceu a partir de 1898	153
Imagem 22	– Aclimação do Dramadario nos sertões do Brasil, de Dr. F. L. C. Burlamaqui	170
Imagem 23	– Brasil (O) Histórico, de Mello Moraes	170

Imagem 24 – Corographia Historica, Cronographia, Genealogica, Nobiliaria e Politica do Império do Brasil, de Mello Moraes	171
Imagem 25 – Castrioto Luzitano ou historia da guerra entre o Brazil e a Hollanda, durante os annos de 1624 a 1654..., de Raphael Jesus	171
Imagem 26 – Cultura e opulência do Brasil: por suas drogas e minas, com várias notícias curiosas dos modos de fazer o assucar..., de André João Antonil	172
Imagem 27 – Código do Bom Tom ou Regras da Civilidade e de Bem Viver no XIXº Século, de José Ignacio Roquette (1867).....	173
Imagem 28 – <i>O Lyceista Alagoano</i> . Exemplar nº 10, de 20 de maio de 1859	177
Imagem 29 – Capa da Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza (1822)	191
Imagem 30 – Capa do <i>Resumo de Grammtica Portugueza para uso das Escolas de primeiras lettras da provincia das Alagoas, admitido no Rio de Janeiro, Bahia, Sergipe, Pernambuco</i> , de José Alexandre Passos	194
Imagem 31 – Vida de Dom João de Castro	197
Imagem 32 – Capa do <i>Novo Methodo de Grammatica Latina</i> (1779), do Pe. Antonio Pereira de Figueiredo	201
Imagem 33 – Capa do <i>Compendio de Grammatica Latina e Portugueza</i> (1850), de José Vicente Gomes de Moura	205
Imagem 34 – Capa de <i>Lições elementares de poetica nacional</i> (1851)	208
Imagem 35 – Capa da <i>Nova Gramatica Francesa</i> , de Emilio Sevène (1859)	212
Imagem 36 – Capa de <i>As aventuras de Telêmaco, filho de Ulisses</i>	213
Imagem 37 – Capa do <i>Compendio de Historia Universal</i> (1860), de Justiniano José da Rocha	218
Imagem 38 – Capa do <i>Resumo de História Universal</i> , de Julio Frank	220
Imagem 39 – Capa do <i>Compêndio Geografia Elementar</i> (1836), de José Saturnino da Costa Pereira	221
Imagem 40 – Capa de <i>Lições de Geographia</i> (1838), do Abbade Gaultier	222
Imagem 41 – Capa de <i>Elementos de Geografia e Cosmografia</i> (1885), de Thomaz do Bomfim Espíndola	224

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
1.1	Contextualização e delimitação do objeto, do tempo e do campo	13
1.2	O argumento de tese, o problema e o referencial	21
1.3	As fontes, seus tratamentos e a divisão das seções	25
2	AS PRIMEIRAS CONFIGURAÇÕES DO ENSINO SECUNDÁRIO NAS ALAGOAS: AS AULAS AVULSAS	31
2.1	Primeiras notas sobre a educação pública nas Alagoas	36
2.2	Alunos órfãos, negros e pardos nas aulas avulsas de ensino secundário nas Alagoas ..	54
2.3	Os concursos para professores e as aulas avulsas após criação do Liceu Provincial	69
3	FORÇAS CENTRÍPETAS NA CONFIGURAÇÃO DO ENSINO SECUNDÁRIO NAS ALAGOAS: O LICEU PROVINCIAL DAS ALAGOAS	84
3.1	Os anos iniciais e a problemática da baixa matrícula e frequência	84
3.2	Os docentes do Liceu provincial: relações de poder, interesses e conflitos	94
3.3	A extinção e reabertura do Liceu Provincial e o acirramento das rivalidades com os colégios particulares	105
3.4	Os exames finais e o Liceu eclipsado pelos exames de preparatórios	124
3.4.1	As mesas de exames gerais de preparatórios no Liceu Provincial	132
4	ESPAÇOS, TEMPOS E CULTURA MATERIAL NO LICEU PROVINCIAL .	141
4.1	Os prédios que abrigaram o Liceu Provincial	143
4.2	Os tempos escolares e a distribuição das cadeiras	154
4.3	A biblioteca do Liceu Provincial das Alagoas	163
4.4	O periódico estudantil <i>O Lyceista Alagoano</i>	175
5	OS SABERES ESCOLARES NO LICEU PROVINCIAL: TEXTOS, MANUAIS E COMPÊNDIOS	184
5.1	O ensino da <i>Grammatica Nacional e Analyse dos Classicos Portuguezes</i>	190
5.2	O ensino da <i>Grammatica Latina</i>	199
5.3	O ensino da <i>Grammatica Franceza</i>	210

5.4	O ensino de <i>Geographia, Chronologia e Historia</i>	217
-----	---	-----

CONSIDERAÇÕES FINAIS	228
-----------------------------------	-----

REFERÊNCIAS	234
--------------------------	-----

Anexo 1 – Mapa da aula de Geometria das Alagoas de 1838	255
--	-----

Anexo 2 – Mapa da aula de Gramática Latina de Maceió de 1838	256
---	-----

Anexo 3 – Mapa da aula de Filosofia Racional e Moral de Penedo de 1838	257
---	-----

Anexo 4 – Mapa da aula de Gramática Latina de Atalaia de 1840	258
--	-----

Anexo 5 – Mapa da aula de Gramática Latina de Atalaia de 1844	259
--	-----

Anexo 6 – Mapa da aula de Francês de Maceió de 1844	260
--	-----

Anexo 7 – Mapa da aula de Geometria de Maceió de 1844	261
--	-----

Anexo 8 – Mapa da aula de Retórica de Maceió de 1844	262
---	-----

Anexo 9 – Mapa da aula de Filosofia Racional e Moral de Penedo de 1846	263
---	-----

Anexo 10 – Relação dos livros oferecidos á Bibliotheca publica d'esta capital, pelo illm. snr. dr. Alexandre José de Mello Moraes, em 1865	263
--	-----

1. INTRODUÇÃO

1.1 Contextualização e delimitação do objeto, do tempo e do campo

O interesse em investigar a instrução secundária alagoana foi maturado a partir da escrita da minha dissertação de mestrado, intitulada *O saber histórico escolar no Liceu Alagoano: o ensino de História do Brasil configurado nas teses do Cônego Valente*, bem como da participação e das discussões no grupo de pesquisa “Caminhos da Educação em Alagoas”¹, à época, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Alagoas. Assim, passei a me dar conta do volume de fontes existentes nos diversos acervos locais acerca daquele tipo de ensino, notadamente a respeito de uma das instituições educacionais mais prestigiadas da província no Império, qual seja: o Liceu Provincial das Alagoas².

A história do Liceu das Alagoas se confunde com a própria história da educação, sobretudo, do ensino secundário, em Alagoas no século XIX. Por isso, considero as fontes a respeito da Instituição como de fundamental importância para a (re)construção não somente da história do próprio Liceu, mas também do ensino secundário e da própria escolarização na Província, sobremaneira se esta for entendida como uma configuração, a partir de ações individuais interdependentes e da tentativa de monopolização estatal de saberes e práticas, ferramentas conceituais desenvolvidas por Norbert Elias, abordadas ao longo do trabalho.

Vale ressaltar que o ensino secundário em Alagoas é anterior ao ensino liceal e era disposto desde a Colônia nas chamadas “cadeiras ou aulas avulsas”, as quais após a fundação da Instituição passaram a funcionar somente no interior da Província. Calçada nas propostas pombalinas, as aulas avulsas de Latim, Francês, Filosofia, Eloquência e Geometria eram ministradas de maneira esparsa e constantemente eram suprimidas e reabertas. Entretanto, nos discursos oficiais, aquela estrutura de instrução não satisfazia os interesses das famílias e dos alunos, nem da burocracia administrativa do embrionário Estado-Nação e da Província nascente. Tal modelo de ensino foi fortemente criticado pelos líderes locais sob alegação de

¹ Atualmente Grupo de Estudo e Pesquisa História da Educação, Cultura e Literatura.

² Pela lei de criação, o estabelecimento foi denominado apenas Liceu (Lei Provincial nº 106, de 5 de maio de 1849). O Estatuto da Congregação, de 4 de julho de 1849, o tratava como Liceu da Província das Alagoas. Por vezes, nos documentos oficiais, falas e relatórios dos presidentes da Província e diretores da Instrução Pública era designado Liceu de Maceió ou Liceu da Capital. No início da República foi ainda chamado de Liceu deste Estado. E, pelo Decreto nº 12, de 9 de dezembro de 1892, do Governador Gabino Besouro, foi denominado Liceu Alagoano.

elas representavam um padrão anterior, que não condizia mais com as demandas da nova sociedade e dos tempos modernos anunciados por intelectuais europeus e brasileiros.

Além das aulas avulsas, coexistiam e competiam com o ensino secundário público os diversos colégios particulares na capital e no interior, dos quais as primeiras notícias datam do início da segunda metade do Dezenove. Estes costumavam oferecer internato e, por isso, via de regra, eram preferidos pelos pais dos alunos, em detrimento do Liceu e das aulas avulsas.

Diante da realidade das aulas avulsas e com suposta intenção de melhorar a instrução pública secundária, os legisladores da Província aprovaram o projeto de fundação do Liceu Provincial. O estabelecimento, que anteriormente tinha sido criado em províncias como as de Pernambuco (1825), Paraíba (1836), Bahia (1836) e Ceará (1845) há muito tempo era reclamado nas Alagoas. Desde a primeira legislatura, em 1835, já se discutia a criação da instituição. Durante o período, muitos projetos vieram à tona, porém, as divergências políticas envolvendo a cidade de Maceió e a cidade das Alagoas (atual Marechal Deodoro), respectivamente, nova capital e antiga capital da Província, contribuíram para o retardamento da iniciativa.

Assim, em 1849, pela Lei Provincial nº 106, de 5 de maio, foi criado o Liceu das Alagoas. A instituição contava inicialmente com oito cadeiras: Gramática Nacional e Análise dos Clássicos Portugueses, Gramática Latina, Gramática Francesa, Gramática Inglesa, Aritmética, Álgebra, Geometria, Geografia, Cronologia, História, Retórica, Poética, Filosofia Racional e Moral.

A única obra localizada que trata especificamente do Liceu Alagoano é *História do Liceu Alagoano (Desde a sua criação até o ano de 1960)*, publicada no ano de 1961, pelo médico e historiador alagoano Abelardo Duarte³. E, mesmo tratando-se de um memorial que tinha a intenção de exaltar o Liceu na celebração de seu centenário, a obra de Duarte fornece um registro valioso dos cem anos da instituição, em especial, por nos informar sobre os docentes e suas respectivas cadeiras, discentes e funcionários. Duarte publicou ainda, em

³ Maceió AL 18/5/1900 - Maceió AL 7/3/1992. Foi médico do Serviço de Saneamento Rural e organizou o primeiro Serviço de Higiene Infantil. Entra para o magistério em 1930, por concurso, sendo nomeado catedrático de Cosmografia do Liceu Alagoano, ocupando, depois, a cátedra de Geografia do Brasil, na Escola Normal. Como médico, foi chefe de Clínica Pediátrica do Hospital Infantil da Santa Casa de Maceió e Diretor-Médico do Instituto de Assistência e Proteção à Infância de Alagoas. Fundou, com colegas, a Faculdade de Medicina de Alagoas, tendo proferido a aula inaugural, sob o tema Conquistas e Tendências da Medicina Contemporânea. Professor de Clínica Pediátrica e Higiene Infantil da mesma Faculdade, da qual, também foi diretor (1954/57 e 1964/70). Membro da Academia Alagoana de Letras, tendo ocupado a cadeira V, e membro da Academia Carioca de Letras. Sócio do IHGB, eleito sócio correspondente em 17/12/1975. Sócio do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas, empossado em 16/9/1940, sendo patrono José Antônio Duarte da cadeira 1 (BARROS, 2005a, p. 436-439).

1963, os *Acréscimos e retificações a história do Liceu Alagoano*, um pequeno opúsculo, no qual busca redimir-se dos erros e equívocos do livro anterior.

Diante do exposto, constatei uma ausência de publicações acadêmicas sobre a instituição liceal alagoana, haja vista não haver uma tradição historiográfica sistematizada a respeito dela. A lacuna de estudos metódicos sobre o Liceu das Alagoas é suprida, de forma tangencial, pelas pesquisas de Silva (2009), que trata da mocidade no ensino secundário alagoano, de Jesus (2011), a respeito dos impressos estudantis, e de Santos (IVANILDO, 2012), sobre o ensino de história na Instituição. E, por ser um objeto que tem inquietado os historiadores da educação brasileira em outros estados, compreendo a sua força investigativa, revelando-se como a demanda que ambicionei enfrentar e, evidentemente, não se esgota aqui, mas abre espaços para outras investigações e olhares.

Cabe ainda alguma explicação a respeito dos termos ensino secundário, colégio e liceu, os quais estão presentes ao longo do trabalho. Estes, embora tenham significados idênticos ou semelhantes, não podem ser considerados sinônimos, uma vez que os conceitos não estão dissociados do seu contexto histórico, político, social e cultural. Além disso, a sua variação ou modificação no espaço e tempo está atrelada às mudanças em sociedade.

Para Chervel (1992), a expressão escola secundária foi cunhada por Condorcet na França revolucionária e indicava qualquer nível de ensino superior ao primário, porém inferior ao das Escolas do Diretório, dos liceus de Napoleão ou mesmo dos colégios reais da Restauração. Nesta perspectiva, os liceus e as escolas secundárias não eram inicialmente considerados estabelecimentos de mesmo nível. Somente a partir de 1815 é que o termo foi empregado em seu sentido moderno, que indica todos os estabelecimentos superiores ao primário, incluído o liceu e colégios inferiores diante das academias.

Segundo Ariès (1981), os colégios no século XIII eram asilos para estudantes pobres. Os seus frequentadores eram bolsistas que viviam em comunidades, de forma colegiada a partir de estatutos inspirados nas regras monásticas e eles não eram um local de ensino ou instrução. No século XV, há uma primeira modificação e as comunidades colegiadas tornaram-se institutos de ensino. Com isso, abriram para atender a população além dos bolsistas. Ao mesmo tempo, o colégio foi submetido a uma hierarquia autoritária e, posteriormente, o ensino das artes passou a ser ministrado nos colégios, que serviram de modelo para as instituições escolares do século XV ao XVII. Ainda conforme o autor, “[...] o estabelecimento definitivo de uma regra de disciplina completou a evolução que conduziu da escola medieval, de simples sala de aula para o colégio moderno, instituição complexa, não

apenas de ensino, mas de vigilância e enquadramento da juventude” (ARIÈS, 1981, p. 169-170).

Durkheim (1995) afirma que o aluno que vivia no colégio estava sob a cultura de uma intensa e rigorosa disciplina. Assim, estava menos exposto a cometer certas desordens, como perturbar com gritos o sossego da população ou jogar dados nos altares das igrejas. Separados da sociedade pelo internato, os colegiais desde cedo desenvolviam “[...] o costume do comedimento, o gosto pela moderação, a capacidade de conter-se e constranger-se [...]” (DURKHEIM, 1995, p. 112). Nesse sentido, baseado nas regras monacais e em uma organização conventual, disciplinadora, autoritária e hierarquizada, o colégio tornou-se uma instituição essencial para a formação todas as gerações instruídas do *Ancien Régime* (ARIÈS, 1981).

Os liceus, no seu sentido moderno, foram criados na França por Bonaparte em 1802⁴. No período napoleônico estas instituições visavam, especialmente, a satisfação da necessidade administrativa de pessoal para o serviço público, civil e militar (SILVA, 1959). Na reorganização da instrução pública francesa, aos liceus foi conservado um lugar central dentro do sistema escolar, haja vista que “[...] o significado profundo dos liceus, na obra napoleônica, é função do fato de que, socialmente, como diz Hubert, a sorte dessa obra ‘estava ligada à classe burguesa, que ela servia a manter a posse dessa situação burguesa’[...]” (SILVA, 1959, p. 183).

No Brasil, o ensino secundário foi introduzido pelas ordens religiosas católicas como os jesuítas, os franciscanos, os carmelitas, os mercedários, os oratorianos, os dominicanos e os beneditinos. Os colégios da Companhia de Jesus, por exemplo, ancorados na *Ratio Studiorum*, introduziram uma cultura letrada em um ambiente ágrafo, no qual era notável a diferenciação entre o ensino de humanidades dado aos filhos das elites e um ensino mais voltado à catequese destinado aos grupos nativos. Com a expulsão dos jesuítas pela política pombalina, em 1759, o ensino secundário brasileiro foi confiado às demais ordens religiosas, bem como foram abertas as aulas régias em todas as capitanias, mantendo, no entanto, a mesma divisão entre pobres e elites.

Os franciscanos, por sua vez, conforme afirma Sangenis (2004), a pedido do Governador da Capitania de Pernambuco, abriram aulas secundárias para leigos nos conventos da Vila de Recife, na Cidade de Olinda e na Cidade da Paraíba. Posteriormente, ainda segundo o autor (Ibid.), o próprio Marques de Pombal sugeriu a criação de mais

⁴ Vale lembrar que o termo Liceu remonta a escola de filosofia fundada por Aristóteles no século IV a.C.

cadeiras pela Ordem de São Francisco. Nas Alagoas, os seráficos atuaram no povoamento de várias localidades, bem como ofereceram aulas secundárias de Latim no século XVIII, conforme demonstrarei na próxima seção.

Os liceus fundados no período imperial tinham, sobretudo, a função social de preparar para as faculdades aqueles que viriam formar a elite político-administrativa das províncias e do Estado nacional brasileiro que se desenhava. Vale salientar que a primeira instituição liceal brasileira foi o Liceu Provincial de Pernambuco⁵, fundado em 1825. Em seguida, as demais províncias criaram projetos para fundação dos seus estabelecimentos liceais.

As pesquisas de Geraldo Bastos Silva (1959), Maria de Lourdes Mariotto Haidar (1972) e Fernando de Azevedo (1976), a respeito do ensino secundário no Império, partem da tese da “desoficialização”⁶ da instrução secundária pública e narram aquele tipo de ensino a partir do Imperial Colégio de Pedro II, na Corte. Fundado em 02 de dezembro de 1837, pelo então Ministro do Império, Bernardo Pereira de Vasconcelos, o Colégio de Pedro II seria, supostamente, o modelo para os demais congêneres e representou o triunfo das forças centralizadoras em reação ao Ato Adicional. A criação do Colégio que deveria servir de modelo significou a tentativa do controle do poder central sobre o ensino secundário, mesmo que de forma indireta, haja vista que a sua “[...] exemplaridade esperava-se ver imitada pelo conjunto das províncias” (MATTOS, 1987, p. 266-267).

Ressalto que pesquisas menos generalizantes e mais recentes sobre a história do ensino secundário têm rejeitado essa argumentação, que narra a história desse tipo de ensino a partir do município da Corte, mais precisamente do Imperial Colégio de Pedro II. A exemplo da tese de Eduardo Arriada (2007), situada no campo das culturas escolares, que se propõe a (re)interpretar e (re)construir a história da educação secundária na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, a partir, especialmente de algumas instituições escolares, tais como: o Liceu Dom Afonso, o Ateneu Rio-Grandense e alguns colégios particulares, tendo como pano de fundo a rivalidade entre as instituições, as quais travavam uma constante disputa para formar as elites da região.

Outra pesquisa que irá se contrapor àquele argumento é a de Ferronato (2012). Em sua tese sobre a instrução secundária na Província da *Parahíba do Norte* (1836-1884), o autor

⁵ O Liceu Provincial de Pernambuco foi fundado em 1º de setembro de 1825, por decreto do presidente da província de Pernambuco, José Carlos Mayrink, e funcionava nas dependências do Convento do Carmo. Em 14 de maio de 1855, a Lei nº 369, de 14 de maio, o converte em um internato de educação pública, e de instrução secundária, sob o título de *Ginásio Pernambucano*, como em geral é conhecido na historiografia da educação (BEZERRA, 2012).

⁶ Tais autores entendem por desoficialização a supremacia do ensino particular sobre o ensino público.

aponta para a direção inversa à tese da desoficialização do ensino público. Segundo ele, o ensino secundário público paraibano conseguiu barrar o crescimento da iniciativa particular nesse segmento, uma vez que “[...] o Lyceu Provincial da Parahyba do Norte, se sobrepôs às instituições particulares ou não oficiais [...]” (FERRONATO, 2012, p. 5).

Além de Arriada (2007) e Ferronato (2012), outros pesquisadores propuseram investigar o ensino secundário nas províncias. A esse respeito pode-se destacar: Bernardelli (2007), em Uberlândia; Vasconcelos (2007), no Piauí; Ribeiro (2006), no Maranhão; Alves (2005), em Sergipe; Toledo (2005), no Paraná; Dick (2001), na Bahia; Luciano (2001), em Santa Catarina; Zanelli (2001) no Mato Grosso.

Na perspectiva descrita anteriormente, acredito que a tese em voga contribui para o processo de (re)construção da história da educação alagoana e brasileira. Argumento em favor da necessidade de se investir em pesquisas que evidenciem o papel de atuação das instituições de ensino nas províncias, e não a partir de um hipotético exemplar modelo central, sem base empírica.

Quanto ao recorte temporal, demarcado entre 1784 e 1892, diz respeito ao período compreendido entre a localização, até então, do primeiro professor secundário público de Alagoas, João Mendes Sanches Salgueiro, a reforma Gabino Besouro, promulgada pelo Decreto Estadual nº 12, de 9 de dezembro de 1892. A reforma foi a primeira grande alteração no ensino liceal alagoano, quando o Estabelecimento passou a contar com três modalidades de ensino: o Curso de Preparatórios, o Curso Normal e o Curso Comercial, e, pela primeira vez, passam a figurar as cadeiras ditas científicas.

Isto posto, o trabalho tem por objetivo reconstruir e reinterpretar historicamente a constituição, organização e o processo de estruturação do ensino secundário nas Alagoas, notadamente as aulas avulsas e o Liceu Provincial, a partir do conceito de cultura escolar, evidenciando os saberes disseminados e os sujeitos, sobretudo, suas dinâmicas de relações de poder e interdependência.

Os objetivos específicos podem ser definidos como: analisar as relações de interdependência dentro nas aulas avulsas e no Liceu Provincial, notadamente as tensões entre professor-professor, diretor-professor, professor-aluno, diretor-aluno; investigar as ações sociais dos sujeitos (diretores, professores, alunos), observando, por exemplo, que cargos assumiram e qual a sua atuação nos contextos provincial e nacional; compreender a cultura escolar produzida nas aulas avulsas e no Liceu das Alagoas, por meio dos planos de estudos

para as diversas cadeiras, dos tempos e espaços, bem como de todo aparato didático-pedagógico: manuais, compêndios e exames.

Colocados em tais termos, a pesquisa situa-se no campo das instituições e das culturas escolares, domínio que não representa um campo novo na historiografia da educação, mas que, a partir de uma renovação metodológica e teórica, vem ganhando fôlego nos últimos anos. Com esse novo olhar historiográfico, sobre o qual recai o propósito de apreender elementos identitários da instituição educativa, busco enxergar o Liceu das Alagoas com base nos locais onde se encontram indícios materiais de sua finalidade, dentre os quais estão os sujeitos envolvidos no processo educativo, seu espaço temporal e arquitetônico e as disciplinas escolares (GATTI JUNIOR, 2002). Assim, grosso modo, os pesquisadores das instituições escolares têm se inquietado com:

[...] os processos de criação e de instalação da escola, a caracterização e a utilização do espaço físico (os elementos arquitetônicos do prédio, sua implantação no terreno, seu entorno e acabamento), o espaço do poder (diretoria, secretaria, sala dos professores), a organização do uso do tempo, a seleção de conteúdos escolares, a origem social da clientela escolar e seu destino provável, os professores, a legislação, as normas e a administração da escola. Essas categorias permitem traçar um retrato da escola com seus atores, aspectos de sua organização, seu cotidiano, seus rituais, sua cultura e seu significado para aquela sociedade (BUFFA, 2002, p. 27).

Desta feita, pesquisar uma instituição escolar não significa reduzir a pesquisa ao particular. Contrário a esse argumento, entendo que as investigações sobre elas não estão dissociadas do estudo das sociedades que as mantêm e, nesse sentido, tais pesquisas nos conferem a possibilidade de superar a dicotomia entre o particular e o universal, o específico e o geral. Em suma, a história da escola deve corresponder a relação entre as culturas gerais e locais (BUFFA, 2002; MAGALHÃES, 2004).

Neste trabalho procuro analisar justamente os sujeitos (sua formação, histórias de vida, itinerários), os espaços (local/lugar, edifício, topografia), os tempos (calendários, horários) e os saberes (cadeiras, manuais e compêndios escolares, métodos) no âmbito do Liceu das Alagoas. Minha perspectiva interpretativa, portanto, concebe a instituição liceal, enquanto produtora de uma cultura particular e ao mesmo tempo universal, inédita, que, por sua vez, constitui e é constituída a partir das relações sociais. E que, por conseguinte, possui um caráter singular e original.

Quando me refiro à cultura escolar aproprio-me dos conceitos desenvolvidos por Chervel (1990), que destaca o seu caráter *sui generis*, a partir das disciplinas escolares; Julia (2001), que a entende como um “[...] conjunto de normas que definem conhecimentos a

ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e incorporação desses comportamentos [...]” (p. 10); Viñao Frago (1995), para quem “[...] la cultura escolar es toda la vida escolar: hechos e ideas, mentes y cuerpos, objetos y conductas, modos de pensar, decir y hacer [...]” (p. 69), ressaltando-se os aspectos relativos aos espaços e tempos escolares; e Escolano (1992; 1993-94), que também destaca a arquitetura e o tempo escolar como institutos pedagógicos.

Vidal (2005) sustenta que o artigo de Julia, publicado em 2001, pela Revista Brasileira de História da Educação, tem sensibilizado os pesquisadores da historiografia da educação brasileira a privilegiarem reflexões sobre as disciplinas e as culturas escolares. A autora salienta que “[...] os dois objetos de estudos nem sempre estão apartados nas análises. Ao contrário, muitos pesquisadores discorrem sobre as práticas como um desdobramento da investigação acerca dos saberes da escola” (VIDAL, 2005, p. 11). Ainda a esse respeito Julia (2001, p. 17) esclarece:

Sem dúvida, não devemos exagerar o silêncio dos arquivos escolares. O historiador sabe fazer flechas com qualquer madeira: quanto ao século XIX, por pouco que procure e que se esforce em reuni-los, os cadernos de notas tomadas pelos alunos (mesmo sendo grande o risco de se verem conservados apenas os mais bonitos deles) e os cadernos de preparações dos educadores, não soa escassos e, na falta destes, pode-se tentar reconstruir, indiretamente, as práticas escolares a partir das normas ditadas nos programas oficiais ou nos artigos das revistas pedagógicas.

Nesse sentido, Souza (2000, p. 7) destaca sobre a diversidade temática das pesquisas que investigam a cultura escolar:

A investigação histórica da cultura escolar compreende um amplo e renovado programa de pesquisa, do qual emergem e entrecruzam-se outros campos de investigação e temáticas, tais como: a história da leitura, das disciplinas escolares, do currículo, da profissionalização docente, da alfabetização, dos métodos de ensino, entre outros.

Faria Filho (2007, p. 196-197) propõe uma reflexão para se pensar o avanço e a diversidade das pesquisas no domínio das culturas escolares, para o autor cultura escolar é:

[...] um constructo teórico que permite, metodologicamente, operacionalizar a pesquisa e, do ponto de vista analítico, organizar e compreender as múltiplas facetas da experiência escolar. Ou seja, penso que essa categoria – cultura escolar – tem um valor heurístico de cunho metodológico e sua utilização requer a explicitação das teorias da cultura e, de resto, da história que a sustentam. Tomar a cultura escolar como um conceito previamente definido, como uma definição puramente gnosiológica, pode levar-nos a um equívoco de, na prática da pesquisa, não conseguir discernir justamente aquilo que faz, do meu ponto de vista, a riqueza e a pluralidade das culturas escolares, que são justamente os sentidos e os significados experienciados e compartilhados.

Penso que há na categoria cultura escolar um potencial analítico que está ancorado, por um lado, na articulação dos diversos elementos constitutivos da experiência

escolar que se propõe, e, de outro, na visibilidade que dá às práticas de divulgação, imposição e de apropriação efetivadas no interior do campo educacional em dado momento histórico.

Todavia, sendo mais que uma forma de descrever a escola e os processos de organização e transmissão culturais, a cultura escolar é, também, o objeto histórico que pretendemos investigar e um campo de estudos dentro da área de História da Educação e de várias outras áreas das Ciências da Educação. Assim, se referimos à categoria penso que seja mais rigoroso dizer cultura escolar (no singular) e, do ponto de vista do objeto ou do campo de estudos, culturas escolares (no plural) parece-me o mais adequado. Passar de uma aos outros (e vice-versa) no movimento da investigação é uma maestria que deveríamos sempre ter em mente e buscar realizar.

Definido o objeto (as aulas avulsas e o Liceu Provincial), a temporalidade (1784-1892) e o campo da história da educação no qual situo esta pesquisa (história institucional e cultura escolar), abordarei no tópico seguinte o argumento de tese, o problema e o referencial teórico que guiam este trabalho.

1.2 O argumento de tese, o problema e o referencial teórico

Em *Os estabelecidos e os outsiders*, Norbert Elias e John L. Scotson (2000) discutem a questão intrínseca de seres individuais, grupos sociais ou mesmo de uma sociedade necessitar diminuir um outrem para se valorizar. Conforme os autores, por medo dos outros os seres humanos ou grupos produzem uma autoestima, que auxilia as suas chances de sobrevivência. Para eles:

[...] Trata-se da questão de por que a necessidade de se destacar dos outros homens, e com isso de descobrir neles algo que se possa olhar de cima para baixo, é tão difundida e enraizada que, entre as diversas sociedades existentes na face da Terra, não se encontra praticamente nenhuma que não tenha encontrado um meio tradicional de usar uma outra sociedade como sociedade outsider, como uma espécie de bode expiatório de suas próprias faltas [...] (ELIAS & SCOTSON, 2000, p. 208-209).

Nesse sentido, o ensino da cultura clássica nos colégios e liceus visava à formação de um homem intelectualmente superior, civilizado, disciplinado. Assim, ele se colocava como distinto dos demais; pactos tácitos eram entendidos e incorporados por todos, justificava-se o fato de naturalmente seguirem para posto de comando ou permanecerem como guias de governos.

Partindo desse pressuposto, defendo o argumento de tese de que todo aparato normativo, disciplinar e didático-pedagógico, no ensino secundário alagoano, estavam voltados a disciplinar e moldar o comportamento de determinado grupo social para assumir os postos administrativos e de comando na Província. Portanto, seu conteúdo era intencional, pois tinha como objetivo inculcar determinados saberes e valores, tendo em vista garantir às

elites a manutenção do seu *status quo*. Desta feita, chamo a atenção para a função social desempenhada pela Instituição naquela determinada condição histórica.

Assim, considero que seja importante pensar dois atos educativos de uma instituição: a sua ação pedagógica e sua ação social. No caso do ensino secundário, é importante notar que mesmo sendo o processo educativo-pedagógico de caráter propedêutico, pois era pautado pela chamada “cultura literária”; havia do ponto de vista social, um valor prático, na formação moral e retórico-linguística daqueles meninos, que, dentre outras coisas, deveriam apropriar-se de padrões de equilíbrio, racionalidade e disciplina, qualidades importantes para o exercício das funções de liderança.

Por isso, considero que é preciso relativizar a afirmação de que o conteúdo do ensino secundário brasileiro no século XIX era desinteressado e livresco ou ainda que “[...] representava um saber decorativo ou ornamental [...]” (SILVA, 1959, p. 157), haja vista que seu mecanismo normativo, disciplinar e de saberes possibilitava a criação de um *habitus*, ou uma segunda natureza, como bem salientou Elias (1993; 1999), cujo propósito era marcar a personalidade do sujeito no controle de suas pulsões, a partir da incorporação de um padrão de comportamento produzido no constante movimento das relações sociais interdependentes. Vale lembrar que um suposto domínio de saber intimidava numa sociedade onde poucos tinham acesso aos rudimentos da cultura escrita.

Sendo assim, não se pode deixar de considerar que ele tinha uma utilidade prática na formação e modernização da estrutura político-administrativa e jurídica da Província e do Estado nacional brasileiro, a partir da formação/fabricação de dirigentes e da transformação das consciências individuais. Por isso, socialmente o ensino secundário tinha a intenção pragmática e visivelmente intencional de preparar os egressos para a admissão nas futuras carreiras de médicos e advogados, que, além de exercerem essas profissões, visavam o exercício de atividades políticas, administrativas e jurídicas. Portanto, na minha avaliação, a cultura e os saberes disseminados no Liceu Provincial das Alagoas não eram desinteressados, nem tampouco ornamentais, pois tinham um valor prático na medida em que se obedecia aos pactos ou acordos tácitos, aceitos, quase que naturalmente, como parte de um *habitus*.

Quanto ao problema, parti da seguinte indagação: como ocorreram os processos de constituição, organização e estruturação do ensino secundário nas Alagoas, especialmente as aulas avulsas e o Liceu Provincial? Aqui entendo o ensino secundário, sobretudo o Liceu, como uma configuração, tendo em vista a atuação e as relações de interdependência de seus sujeitos, sua cultura escolar e os saberes veiculados.

Para dar conta desse questionamento, apropriei-me de categorias desenvolvidas pelo sociólogo alemão Norbert Elias (1897-1990) e seu arcabouço conceitual sobre os processos civilizadores, sobretudo, no sentido de entender as relações internas e interdependentes nas aulas avulsas e no Liceu Provincial. Elias estudou as teias de interdependência construídas pelos indivíduos e constatou que estas conexões dão origem a configurações sociais: família, aldeia, cidade, estado, nações. Ao conceito de configuração é possível também inserir a instituição escolar, enquanto espaço que agrega um grupo de seres humanos essencialmente interdependentes e, portanto, imbricados nas tensas relações de poder. Segundo o autor:

[...] Se quatro pessoas se sentarem à volta de uma mesa e jogarem cartas, formam uma configuração. As suas ações são interdependentes. Neste caso, ainda é possível curvarmo-nos perante a tradição e falarmos do jogo como se este tivesse uma existência própria. É possível dizer: “O jogo hoje à noite está muito lento!”. Porém, apesar de todas as expressões que tendem a objetivá-lo, neste caso o decurso tomado pelo jogo será obviamente o resultado das ações de um grupo e indivíduos interdependentes [...] (ELIAS, 1999, p. 141-142).

Assim, uma configuração não é algo estático, mas mutável, sendo o “jogo” um sistema de interdependência entre indivíduos de um determinado grupo que, na sua dinâmica e complexidade, (re)produz tensas relações de poder, sendo que cada “jogador” possui semelhante força. Com isso, a configuração não existe sem os indivíduos e estes, por sua vez, não possuem um comportamento ideal, estanque, mas se entrelaçam de forma interdependente, quer sejam aliados ou adversários (ELIAS, 1999). Tais relações também perpassaram o ensino secundário alagoano, sobretudo as aulas avulsas e o Liceu Provincial, estas podem ser captadas nos embates entre professor-professor, aluno-aluno, professor-aluno, diretor-diretor, diretor-professor.

A noção de configuração difundida por Elias visa realçar a ligação entre as mudanças na estrutura da sociedade (sociogênese) e as transformações no comportamento individual (psicogênese), sobretudo no controle das emoções. Com isso, o teórico busca escapar do axioma fossilizado que dicotomiza indivíduo e sociedade (ELIAS, 2006).

O conceito de configuração, por seu turno, está ligado ao de interdependência, uma vez que para a teoria dos processos civilizadores os indivíduos não são unidades totalmente autônomas, mas semiautônomas, tendo em vista que dependem uma das outras e estão ligadas de modo diverso (ELIAS, 1999). O autor relaciona ambos conceitos da seguinte maneira:

A rede de interdependências entre os seres humanos é o que os liga. Elas formam o nexo do que aqui é chamado de configuração, ou seja, uma estrutura de pessoas mutuamente orientadas e dependentes. Uma vez que as pessoas são mais ou menos dependentes entre si, inicialmente pela ação da natureza e mais tarde através da

aprendizagem social, da educação, socialização e necessidades reciprocas socialmente geradas, elas existem poderíamos nos arriscar a dizer, apenas como pluralidades, apenas como configurações. Eis o motivo porque... não é particularmente frutífero conceber os homens à imagem do homem individual. Muito mais apropriado será conjecturar a imagem de numerosas pessoas interdependentes formando configurações (isto é, grupos ou sociedades de tipos diferentes) entre si... O conceito de configuração foi introduzido exatamente porque expressa mais clara e inequivocadamente o que chamamos de “sociedade” que os atuais instrumentos conceituais da sociologia, não sendo nem uma abstração de atributos de indivíduos que existem sem uma sociedade, nem um ‘sistema’ ou “totalidade” para além dos indivíduos, mas a rede de interdependência por eles formada (ELIAS, 2011, 240).

Ao apresentar a ideia do jogo para ilustrar a configuração, Elias aponta para as tensões e as instabilidades das relações de poder, a julgar por ele ser incerto e imprevisível, pois “[...] o decurso tomado pelo jogo será obviamente o resultado das acções de um grupo e indivíduos interdependentes [...]” (ELIAS, 1999, p. 142). Assim, as situações de conflitos ocorridas na educação secundária, principalmente no interior do Liceu Provincial não podem ser entendidas como simples contendidas, mas como tensões advindas das relações de poder entre os indivíduos que o constituíam. Por isso, não se pode desprezar as resistências, embates e conflitos entre os sujeitos.

Analizando a sociogênese do Estado francês, Elias (1993) observou a constituição de processos de transformação social que foram do controle social ao autocontrole. Esses processos se deram especialmente a partir da monopolização e centralização da força física e da tributação. Para o autor, “[...] apenas quando surge esse monopólio permanente da autoridade central, e o aparelho especializado para administração, é que esses domínios assumem o caráter do Estado [...]” (ELIAS, 1993, p. 98). Sendo assim, pela escola e para esta pesquisa, mais especificamente pelas aulas avulsas e pelo Liceu Provincial, o Estado almejava a monopolização do poder sobre o saber, tendo em conta o controle dos programas e saberes a serem veiculados, da contratação dos docentes e do disciplinamento dos alunos.

Do objeto e da questão principal surgem outras demandas. Uma delas concerne em saber quem eram os estudantes do Liceu das Alagoas. É consenso na historiografia da educação que os liceus foram intencionalmente pensados para as elites. No entanto, a baixa frequência e matrícula figuravam como um dos grandes problemas do ensino liceal brasileiro (HAIDAR, 1972; ARRIADA, 2007; FERRONATO, 2012), podendo significar que as elites o rejeitavam. Sendo assim, ficam os questionamentos: as elites alagoanas queriam estudar no Liceu? Se sim, por que a baixa matrícula? Se não, onde se formava essa elite? Por que procuravam outros espaços de formação?

Outra questão norteadora da pesquisa diz respeito aos saberes e a cultura escolar no âmbito do Liceu Provincial. De modo geral, os saberes veiculados no Liceu das Alagoas eram pautados pela cultura geral, de base humanística (DUARTE, 1961; SANTOS, 2012). Tal situação permaneceu até a reforma Gabino Besouro, em 1892, quando o programa dito científico passou a figurar as aulas do Liceu, sendo incluídas as cadeiras de Física, Química e História Natural. Vale salientar que, grosso modo, os programas, manuais e compêndios da instituição eram determinados pelo Imperial Colégio de Pedro II. Entretanto, desde a década de 1870 as disciplinas científicas já faziam parte do currículo da Instituição (HAIDAR, 1972; BITTENCOURT, 2004), o que não ocorreu com o Liceu Provincial das Alagoas. Aqui cabe a problematização da permanência de um ensino considerado clássico, de certa forma aristocrático, em detrimento de um ensino considerado moderno e, até certo, ponto burguês.

Em que pese à influência recebida do Colégio de Pedro II, saliento ainda que professores do Liceu das Alagoas exerceram intervenções na configuração do saber secundário local, sobretudo com a publicação de compêndios que instituíam saberes e moldavam a cultura escolar. É possível que tais produções estivessem entrelaçadas com a experiência educacional e com a finalidade daquele tipo de ensino, qual seja, a formação de uma elite intelectual dirigente na Província. A despeito desta questão, a obra *Elementos de Geografia e Cosmografia* (1885), do professor Thomaz do Bomfim Espíndola, evidencia quais saberes deveriam ser ensinados às diferentes configurações sociais, sendo que aos alunos da Escola Normal não caberiam os conhecimentos da Geografia propriamente dita, mas somente os conceitos elementares para o uso nas aulas primárias, já os alunos do Liceu dariam conta de todo o conteúdo da cadeira (ESPÍNDOLA, 1885).

Por fim, acredito que o referencial teórico desenvolvido por Elias ajudou a responder os questionamentos a respeito das teias de relações na configuração do ensino secundário nas Alagoas, especialmente no que diz respeito às aulas avulsas e o Liceu Provincial, durante o século XIX, evidenciando as tensões e relações de poder entre seus sujeitos.

1.3 As fontes, seus tratamentos e a divisão das seções

A história e, conseqüentemente, a história da educação, é (re)construída a partir dos vestígios preservados, pois é justamente da relação do historiador com as suas fontes que se constrói o conhecimento histórico. Essas são matérias-primas indispensáveis para a reconstituição do passado, e, portanto, para operação historiográfica. Assim, para o

desenvolvimento de suas pesquisas, o historiador recorre aos arquivos onde estão salvaguardados e preservados os testemunhos do passado, afinal “[...] ‘ir aos Arquivos’ é uma lei tácita da história [...]” (DE CERTEAU, 1982, p. 85) porque dele ficamos à mercê para as nossas ponderações. Assim, a busca e a localização das fontes nos arquivos, as técnicas de (re)copiar, transcrever ou fotografar os documentos utilizados fazem parte do conjunto de práticas e técnicas do ofício próprio do historiador e do historiador da educação.

Saliento que o Arquivo Público de Alagoas (APA), o Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas (IHGAL) e a Biblioteca Pública Estadual Graciliano Ramos guardam, embora precariamente, um rico acervo a respeito da história do Liceu Provincial. A documentação preservada por essas instituições diz respeito tanto às fontes ditas oficiais, a exemplo dos Relatórios dos presidentes de província, quanto aos manuscritos elaborados por professores e diretores, além dos veiculados pela imprensa periódica ainda pouco explorada nas pesquisas em História da Educação em Alagoas. No Império, poucas instituições escolares alagoanas mereceram tantos registros como o Liceu. Por isso, considero que ele faz jus a um estudo acadêmico que efetivamente analise sua trajetória institucional, a partir da ação interdependente de seus sujeitos e dos saberes disseminados.

Ressalto que a histórica falta de uma política arquivística, principalmente no Arquivo Público de Alagoas (APA), tem prejudicado as pesquisas documentais. A negligência evidenciada na falta de um catálogo técnico, baseado nas normas da Arquivística e da Diplomática, com a identificação de fundos, arranjos, indexes e verbetes, é um fator que dificultou inclusive a citação e referências dos documentos, conforme poderá ser observado ao longo dessa narrativa. Ainda assim, saliento o esforço dos servidores da instituição que, mesmo com todas as adversidades, desenvolvem um trabalho competente.

Neste sentido, para o desenvolvimento deste trabalho de pesquisa busquei inicialmente catalogar as fontes diretas e indiretas a respeito do objeto em questão, bem como de seus agentes existentes nos arquivos locais já citados.

A relação entre os historiadores e as fontes, sobretudo, documentais, sempre foi um tanto controversa. Vale ressaltar que o meu conceito de fonte histórica aproxima-se daquele desenvolvido e já bastante discutido pela nova historiografia. Este evidencia que qualquer traço ou vestígio deixado pelas sociedades passadas são fontes para o conhecimento histórico. De acordo com Bloch (2001, p. 79), “[...] a diversidade dos testemunhos históricos é quase infinita. Tudo que o homem diz ou escreve, tudo que fabrica, tudo que toca pode e deve informar sobre ele [...]”. Considero que ao privilegiar os estudos dos manuais de cortesia,

civilidades e literatura, em pleno período do entre guerras, Norbert Elias também sugere essa ampliação das espécies documentais e a aceitação de fontes que, outrora, eram rejeitadas pelas ciências sociais e humanas.

Foi justamente a partir desse olhar teórico-metodológico que analisei as diversas fontes, com as quais compus o *corpus* documental da pesquisa, a saber: matérias de jornais e imagens, além dos documentos ditos oficiais, tais como: “falas” e Relatórios dos presidentes da Província e dos inspetores da instrução pública, leis, regulamentos, portarias, decretos, atas, mapas de aulas, dados estatísticos, orçamentos e listas de docentes.

Vale salientar que, embora boa parte do conjunto de documentos apresentados faça a composição dos chamados “documentos oficiais”, os Relatórios que apresentam uma versão sobre a educação escolar do Período Imperial nos permitem conhecer professores, alunos e demais funcionários da instituição. Além deste aspecto, considero ainda que analisar a legislação e os Relatórios referentes à organização da instrução pública na Província possibilitou-me rever as intenções e os propósitos dos dirigentes. Por vezes, os historiadores da educação consideram que esses documentos traduzem somente posições político-administrativas e, portanto, de pouco efeito prático, contudo, não é demais lembrar que eram eles que determinavam programas, métodos e compêndios. Para Mattos (1987), percorrer este corpo legal permite recuperar os propósitos e projetos de educação (e de estado) que as elites nacionais pretendiam imprimir à sociedade brasileira.

No entanto, pela imprensa periódica foi possível fugir do modelo e projeto apresentado pelo texto normativo, que superestimam a escola e desprezam as resistências, as tensões, os embates e conflitos entre os sujeitos. Nesse sentido, a fonte jornalística foi imprescindível para conjecturar sobre as contradições e choques de interesses dos sujeitos, tanto no interior, quanto no exterior do Liceu das Alagoas (JULIA, 2001).

Sendo assim, o trabalho com as fontes documentais, notadamente as manuscritas, requer do pesquisador algumas noções básicas sobre organização de arquivos, leitura paleográfica e crítica das fontes, conhecimentos que nem sempre são oferecidos pelos cursos de História, mas são aprendidos no dia a dia do fazer historiográfico (BACELLAR, 2014).

Saliento que a busca incessante por documentos nos arquivos não constitui, por si só, uma pesquisa de grande porte, tendo em vista o risco de cair na simples descrição, ainda que esta possa ser rica em anunciar novos objetos, temas e problemas. Por isso, após a etapa de localização e seleção das fontes, desenvolvi a análise, a depuração e a valorização do seu conteúdo, bem como busquei confrontar os diversos dados apresentados (cruzamento de

fontes). Vale salientar que a triagem de fontes, muitas vezes, já foi feita por aqueles que as produziram, pelos que as conservaram ou destruíram, de forma intencional ou não, mesmo por aquelas que não resistiram ao poder do tempo.

Na sequência, fiz a (re)interpretação da fontes. Esta fase certamente não foi o momento mais fácil da pesquisa, pois, conforme alerta Cardoso e Vainfas (1997, p. 377), o exercício da interpretação é extremamente difícil, sobretudo, “[...] no caso de pesquisas voltadas para a história das ideias, do pensamento político, das mentalidades e da cultura [...]”.

Por isso, é imprescindível interrogar as fontes, fazer os documentos nos indicarem os problemas, afinal “[...] mesmo os aparentemente mais claros e complacentes, não falam senão quando sabemos interrogá-los [...]” (BLOCH, 2001, p. 79). Ainda conforme o autor:

Mas, a partir do momento em que não nos resignamos mais a registrar [pura e] simplesmente as palavras de nossas testemunhas, a partir do momento em que tencionamos fazê-las falar [mesmo a contragosto], mais do que nunca impõe-se um questionário. Esta é, com efeito a primeira necessidade de qualquer pesquisa histórica bem conduzida (BLOCH, 2001, p. 75).

Tais questões ajudaram-me a alargar o entendimento sobre os documentos acessados, tornando-os mais generosos com relação às informações necessárias para o estudo, captando seus sentidos e revelações; podendo ser pródigos a depender do capital cultural do pesquisador e de sua capacidade de associações, confrontações e conjecturas. De acordo com Lara (2008, p. 18-19), os historiadores precisam “inventar as fontes”:

Conforme as perguntas que lhes são feitas, os documentos que sobreviveram até hoje podem se mostrar mais ou menos generosos. Claro está que não se pode fazer qualquer pergunta aos textos que encontramos nos arquivos. Quando queremos saber coisas que não estão explicitamente registradas por eles, ou que não estão ligadas às motivações que deram origem aos escritos, temos que recorrer a estratégias para obter informações – inventar modos e meios de retirar dados e obter respostas para nossas perguntas – e, portanto, inventar fontes.

Nesse sentido, Le Goff (2003, p. 110) salienta que:

Nenhum documento é inocente. Deve ser analisado. Todo documento é um monumento que deve ser desestruturado, desmontado. O historiador não deve ser apenas capaz de discernir o que é ‘falso’, avaliar a credibilidade do documento, mas também saber desmistificá-lo. Os documentos só passam a ser fontes históricas depois de estar sujeitos a tratamentos destinados a transformar sua função de mentira em confissão de verdade.

Por fim, fiz a (re)construção da história do ensino secundário nas Alagoas, especialmente das aulas avulsa e do Liceu Provincial, resultante da minha investigação, tendo como lastro teórico-conceitual as categorias desenvolvidas por Norbert Elias, em especial a

partir das concepções de configuração, relações de poder e interdependência dentro do ambiente da instituição.

Este trabalho visa estabelecer as relações entre os sujeitos, saberes e a cultura escolar nas aulas avulsas e no Liceu Provincial. Entendo que as três categorias não são dissociadas, pelo contrário, estão intrinsicamente unidas na composição da cultura escolar da Instituição. Nesse sentido, o texto é constituído de cinco seções. Nesta seção introdutória tracei os caminhos que foram percorridos durante a pesquisa, minhas motivações iniciais, o objeto de pesquisa, o recorte temporal, a campo do conhecimento da história da educação, o argumento de tese, as fontes e seus tratamentos e o arcabouço teórico-metodológico.

Na segunda seção, intitulada *As primeiras configurações do ensino secundário nas Alagoas: as aulas avulsas*, transcorro a respeito da constituição do ensino secundário nas Alagoas desde o período colonial. Saliento a importância dessa seção inicial tendo em vista que as cadeiras avulsas são uma prefiguração do Liceu, que passou a reunir as aulas da capital, tomando de empréstimo seus professores e alunos. Por vezes, o próprio estabelecimento recebia crítica por ser um local que abrigava aulas avulsas e sem finalidade. Na seção, destaco a gênese do ensino secundário nas Alagoas e a presença de sujeitos negros e pobres frequentando as aulas, indícios que ampliaram o conhecimento sobre quem era a clientela do ensino secundário alagoano.

A terceira seção, *Forças centrípetas na configuração do ensino secundário nas Alagoas: o Liceu Provincial das Alagoas* destina-se, especialmente, a oferecer ao leitor a compreensão de como se constituiu e estruturou o Liceu das Alagoas no período da pesquisa. Destaco a dificuldade inicial considerando a baixa matrícula e frequência, o seu fechamento, em 1861, e reabertura, em 1863. Discuto como se constituíram e como ocorriam as relações de tensão, poder e interdependência entre os diversos sujeitos, seus choques e embates no interior do Liceu. Sobressaem também as rivalidades travadas com (e entre) os colégios particulares da capital e do interior, bem como os conflitos entre os indivíduos nos exames de preparatórios.

Na quarta seção, *Espaços, tempos e cultura material no Liceu Provincial*, abordo os espaços físicos e a arquitetura dos prédios pelos quais passou o Liceu durante o período estudado, os tempos escolares e a distribuição das cadeiras, além dos aspectos relacionados à biblioteca do Liceu. Lanço mão dos conflitos entre a direção da Instituição e alunos por questão relacionada a utilização do espaço da biblioteca, bem como sobre periódico estudantil *O Lyceista Alagoano*.

A última seção, *Os saberes escolares no Liceu Provincial: textos, manuais e compêndios*, trato a respeito dos saberes veiculados nas cadeiras de Gramática Nacional e Análises dos Clássicos, Gramática Latina, Gramática Francesa e Geografia, Corografia e História. A partir da análise dos textos, manuais e compêndios utilizados discuto quais valores cívicos e morais eram veiculados para os alunos das aulas avulsas e do Liceu Provincial.

2 AS PRIMEIRAS CONFIGURAÇÕES DO ENSINO SECUNDÁRIO NAS ALAGOAS: AS AULAS AVULSAS

Ao iniciar este capítulo figura como fulcral dizer que o conceito de sociogênese é algo central na teoria dos processos civilizadores. Elias (2011) concebe a sociogênese como sendo o processo de longa duração no qual ocorrem as transformações das estruturas, em específico das relações sociais.

Busco no início desta seção apreender como se deu o desenvolvimento social nas Alagoas, sobretudo no sentido de evidenciar as correlações entre transformações sociais ocorridas nas vilas e cidades e a implantação de aulas secundárias em determinadas localidades em detrimento de outras. As aulas eram alocadas em regiões de grande relevância na Província das Alagoas, seja do ponto de vista econômico, administrativo e populacional. Foi também a partir delas que se deu o processo de constituição do Liceu Provincial. Forja-se o Liceu a partir das aulas avulsas, apropriando-se e ressignificando os seus saberes, bem como tomando de empréstimo seus professores e alunos, inicialmente.

Comumente, as histórias das Alagoas, principalmente aquelas que reportam ao seu desenvolvimento histórico, são unânimes em apontar a região como da civilização da monocultura da cana-de-açúcar, marcada pela tríade: latifúndio, escravidão e patriarcalismo. Foi no “derredor” do açúcar que se desenvolveu a vida sociocultural, política, histórica e religiosa de Alagoas. Todas as áreas estavam inter-relacionadas em uma dinâmica configuracional, influenciando e sendo influenciada mutuamente umas as outras. Desta feita, o povo das terras ao sul do Pernambuco teve sua identidade, cultura, costumes, hábitos e tradições atravessadas pelo engenho.

Em *O bangüê nas Alagoas*, Manoel Diégues Junior (2006) destaca a importância da paisagem natural, sobretudo das lagoas, rios e riachos para a implantação dos primeiros engenhos banguês e, conseqüentemente, a formação histórica das Alagoas. Esse “acidente hidrográfico” da região foi o melhor colaborador para o desenvolvimento econômico, especialmente a cultura da cana-de-açúcar. Ela, a água, fecundava o solo, dava força motriz para as moendas, auxiliava no escoamento da produção, matava a sede, bem como era importante para o banho de pessoas e animais.

Nesse sentido, a água foi o elemento central para o povoamento do território situado na parte sul da Capitania de Pernambuco, o qual foi iniciado por volta do final do século XVI. A povoação do território que, em 1817, iria emancipar-se da Capitania de Duarte Coelho

Pereira, passando a ser denominada Capitania das Alagoas, deu-se a partir de três principais núcleos de povoamento: um ao norte, Porto Calvo, um ao centro, Madalena e outro ao sul, Penedo. Outro núcleo importante surgiu com a criação de Atalaia, após a destruição do Quilombo dos Palmares, no final do século XVII.

Caetano (2015) ressalta que, durante os primeiros séculos da colonização, o “território alagoano”⁷ foi abandonado pelo governo de Pernambuco. E, mesmo com a criação da Comarca das Alagoas, em 1710, fazia-se necessário que a Monarquia Portuguesa pagasse elevadas quantias ou oferecesse cargos futuros para o estabelecimento dos ouvidores, em virtude dos ténues rendimentos obtidos por ela. Segundo o autor, ainda, a criação da comarca ocorreu, essencialmente, para o “[...] controle do tabaco e o apaziguamento dos rebeldes da guerra dos mascates que pudessem ter atravessado o território [...]” (CAETANO, 2015, p. 187).

Como em outras partes do país, o movimento missionário católico foi parte importante e integrou o processo de colonização da região. Aos religiosos, a partir de uma pedagogia catequética, cabia a educação dos indígenas. Nesse sentido, tinham como principal função “amansar” os nativos, convertendo-os à fé católica e abrindo espaço para os conquistadores ávidos por lucros e riquezas. Conforme Queiroz (2015, p. 36), a cristianização indígena baseava-se em três pilares, quais sejam:

[...] doutrinação, moralização e sacramentalização. Primeiramente os indígenas eram obrigados a aprender de cor as palavras da doutrina cristã (credo) e as orações, mesmo sem entenderem muito bem o que diziam; era a doutrinação. Em segundo lugar, aprendiam a não cometer os atos que eram considerados pecados pelos cristãos daquela época, ou seja, deviam andar vestidos, respeitar a organização familiar monogâmica, a propriedade privada e a trabalharem como os colonos – ou para os colonos. Era a moralização. Finalmente, deviam ser preparados para receber os Sacramentos da Igreja, sobretudo o Batismo e o Matrimônio; era a sacramentalização.

Levada a cabo pela união Igreja-Estado a colonização das partes sul da Capitania de Pernambuco acompanhou o curso das águas. Nesse sentido, de maneira lenta e sem volta, assim como o rumo das águas, os Duartes foram dividindo o território ao sul de sua Capitania em sesmarias. Vale salientar que a lentidão desse povoamento ocorreu também em razão da resistência dos indígenas, precipuamente por parte dos Potiguares e dos Caetés. Assim, somente após o extermínio das populações Caetés, acusados de terem matado em ritual antropofágico o primeiro bispo do Brasil, D. Pero Fernandes Sardinha, com mais 98

⁷O termo está entre aspas, pois, na documentação primária, não existe essa expressão, haja vista que o território pertencia a Pernambuco. No entanto, utilizo para delimitar a região que hoje se conhece como Estado de Alagoas.

tripulantes da nau Nossa Senhora da Ajuda, em 1556, foi que se processou de fato a ocupação do território alagoano.

A povoação de Porto Calvo, ao norte, contou com a colaboração dos rios Manguaba, Camaragibe, Santo Antônio Grande e Tatuamunha. Na sesmaria, junto aos quatro rios, Cristóvão Lins e Rodrigo de Barros Pimentel fundaram os engenhos Buenos Aires, em Camaragibe e Escurial. A freguesia de Porto Calvo, posteriormente, desdobrou-se em São Bento, Camaragibe, Porto de Pedras e São Luís do Quitunde.

Por volta do ano de 1596, um grupo de missionários franciscanos, oriundos da Custódia de Santo Antônio do Brasil, em Pernambuco, liderados pelo frei Antônio do Campo Maior, iniciou uma missão entre os índios Potiguares na ribeira do rio Manguaba, região de Porto Calvo, mais especificamente em Porto de Pedras, no litoral norte das Alagoas. Em virtude da crueldade da expedição, a conversão ao catolicismo tornou-se questão de sobrevivência para os indígenas, uma vez que havia a garantia de que os índios batizados não seriam escravizados, haja vista que, introduzidos no catolicismo, seriam irmãos dos brancos portugueses. Ressalto que esse processo não se deu sem a resistência dos povos Potiguares, que não aceitavam a religião cristã e chegavam a atacar até mesmo os indígenas cristianizados (QUEIROZ, 2015).

Queiroz (2015) afirma que outra missão franciscana foi fundada, em 1614, na aldeia Santo Amaro, na região do Pilar (ao centro das Alagoas), às margens do rio Paraíba. Contudo, a escassez de fontes a respeito da referida missão não nos possibilita afirmar quanto tempo durou, nem tampouco quais missionários atuaram.

Os carmelitas, por sua vez, nas terras do atual município de Matriz do Camaragibe, litoral norte das Alagoas, por volta do ano de 1749, fundaram o Hospício de Nossa Senhora de Guadalupe, o qual contava com três frades e possuía um patrimônio que “[...] incluía seiscentas braças de terra, mais uma fazenda de gado com meia légua de terra em quadrado [...]” (QUEIROZ, 2015, p. 43).

Esses missionários franciscanos e carmelitas realizaram várias atividades educacionais, principalmente a catequese e evangelização dos nativos, com o intuito de disciplinar e moldar o comportamento dos indígenas. No entanto, ainda que as fontes sejam escassas, é também possível que eles tenham atuado no letramento desses povos.

Ao centro, o povoamento deu-se com a cooperação das duas grandes lagoas, Mundaú e Manguaba, onde se levantou a freguesia das Alagoas⁸. Elevada à vila e sede da comarca em 1710, da Vila das Alagoas surgiram as freguesias de Pilar, Alagoas do Norte (atual Santa Luzia do Norte), São Miguel, Anadia e Maceió⁹.

“Ao canto das águas” ocorreu também a povoação de Penedo, extremo sul da Capitania Duarteina. Nesse caso, o rio São Francisco foi o grande patrono da fortificação do arraial situado ao ponto mais distante da sede da Capitania. Por sua posição estratégica, Penedo desenvolveu-se como porta de entrada e saída para o interior do país, bem como servia de ponto de defesa da colonização. E, ainda que tenha havido tentativas de implantação da cana-de-açúcar na região, o pastoreio foi a principal atividade econômica da região sanfranciscana.

Um quarto núcleo de povoamento irá surgir no final do século XVII como ponto de vigilância e combate aos negros resistentes de Palmares, trata-se de Atalaia, elevada à vila em 1764. As águas do rio Paraíba do Meio foram de grande valia para instalação de diversos engenhos banguês na região, a qual posteriormente desdobrou-se em Capela, Viçosa e União dos Palmares.

No que diz respeito à escolarização, as primeiras notícias dão conta da instalação de uma escola jesuítica, em meados do século XVII, na fazenda Urubumirim (atual Porto Real do Colégio). Na escola, “[...] havia o ensinamento misturado à catequese, ensino que ia das primeiras letras até a recitação da jaculatória e à redação de bilhetes [...]” (DUARTE, 1961, p. 28). Cabe ressaltar que, apesar da tradição do topônimo Colégio, que inclusive dá nome à cidade, na Residência Jesuítica de Urubumirim, era ministrado apenas o ensino primário. Dentre os padres jesuítas que atuaram nas terras alagoanas no período, está o Pe. Manuel Nunes, dedicado à catequese e ao ensino primário, sendo chamado “[...] mestre de meninos ou ‘ludi magister’ [...]” (QUEIROZ, 2015, p. 46).

Verçosa (2006) adverte quanto ao desleixo dos inacianos no tocante à educação na região. Conforme o autor, a preocupação deles era manter uma fazenda de gado no semiárido alagoano. Vale lembrar que se iniciava na região sanfranciscana das Alagoas o movimento curraleiro, com grandes latifúndios de exploração econômica da pecuária leiteira e de corte. Por não terem dado tanta atenção ao ensino, a expulsão da Companhia de Jesus por Pombal, em 1759, não teve grande repercussão na região sul de Pernambuco.

⁸ A freguesia também era denominada de Madalena, Santa Maria Madalena do Sul, Santa Maria Madalena da Lagoa do Sul, Alagoas do Sul ou apenas Alagoas (como denominarei nesse trabalho). É atualmente a cidade de Marechal Deodoro.

⁹ Maceió foi elevada à vila, em 1815, e tornou-se cidade e capital da Província, em 1839.

Outros focos de irradiação da cultura letrada deram-se quando da fundação dos conventos franciscanos de Santa Maria Madalena, na Vila das Alagoas, e Nossa Senhora dos Anjos, na Vila do Penedo, ambos erguidos no século XVII. As notícias de uma educação institucionalizada oferecida pelos frades de São Francisco nas Alagoas apareceram no início século XVIII e deram conta das aulas de Gramática Latina. Essas cadeiras foram criadas a pedido das câmaras e eram frequentadas pelos moradores das vilas que não tinham recursos para enviar seus filhos até Pernambuco, nem podiam pagar mestres particulares (SANTOS, 2007).

Conforme Santos (2007), os primeiros mestres de Gramática Latina no convento de Penedo foram frei Nicolau do Paraíso, que lecionou de 1718 a 1726; e frei Manoel de Jesus Maria, mantendo aulas de 1755 a 1758. A respeito da frequência à aula de Latim no Convento do Penedo, Carotá (1873, p. 36) afirma que:

[...] desta aula conta-se o seguinte fato, asseverado pelos velhos da terra: um cego muito inteligente chamado José Joaquim acompanhava o irmão que era estudante e colocava-se na porta da sala de aula, de onde podia escutar tudo o que se dizia, com tanto proveito escutou durante alguns anos que veio afinal a saber latim. O irmão a que o cego acompanhava professou na Ordem Franciscana, e foi frei José de S. Vicente Ferrer.

Já no convento das Alagoas, sede da Comarca desde 1711, Santos (2007) assegura que não tenha havido prática escolar até pelo menos 1760, ainda que não possam ser ignoradas as experiências letradas vividas no interior daquela instituição religiosa. Do convento da Vila das Alagoas, destaca-se frei João de Santa Ângela Alagoas (1709-1756), professor, poeta, escritor e orador sacro, que publicou em Lisboa, no ano de 1755, a *Oração panegírico-fúnebre na morte do fidelíssimo e augustíssimo Rei D. João V* (QUEIROS, 2015).

Quanto ao ensino das primeiras letras nas Alagoas, Verçosa (2006) supõe que até o século XVIII era ministrado por preceptores e padres-mestres nas famílias mais abastadas, as quais posteriormente enviavam seus filhos para centros maiores, como Recife e Salvador, a fim de receberem os demais graus da instrução.

Ao que ficou demonstrado, até meados do século XVIII não houve um impulso de grande monta no âmbito educacional nas partes sul da Capitania de Pernambuco. A cultura intelectual na Comarca das Alagoas era produzida nos dois conventos franciscanos de Santa Maria Madalena, na Vila das Alagoas, e Nossa Senhora dos Anjos, na Vila do Penedo. Alguma iniciativa de instrução secundária não dirigida por religiosos foi feita na segunda metade do Dezoito, como demonstrarei na próxima subseção.

2.1 Primeiras notas sobre a educação pública nas Alagoas

Ao iniciar esta subseção, destaco que as “primeiras notas” fazem referência a duas questões: primeiro, indica a ideia de início, de uma gênese da educação pública ou não dirigida por religiosos nas Alagoas; segundo, a do ineditismo de algumas fontes ou que nunca foram analisadas no âmbito da historiografia da educação alagoana. Via de regra, as pesquisas e os trabalhos produzidos sobre a história da educação nas Alagoas partem das afirmações de Costa (1931) e Verçosa (2006). Ambos afirmam que as primeiras aulas públicas nas Alagoas surgiram no final do século XVIII e início do século XIX, bem como que, até então, somente havia existido uma cadeira de Gramática Latina, na Vila Alagoas, provida em 1798 e mantida pelo Seminário de Olinda, além de duas cadeiras de primeiras letras, uma na sede da comarca (1799) e outra em Santa Luzia do Norte (1800)¹⁰.

Conforme ficou evidenciado na subseção anterior, até a metade do século XVIII, não foram encontradas notícias a respeito de uma educação não dirigida por religiosos em Alagoas. Algum apontamento a respeito de uma educação pública na Comarca somente foi encontrado na segunda metade do Dezoito. Essas parcas notas evidenciaram o pagamento do Subsídio Literário¹¹ feito pelas quatro Câmaras Municipais das Alagoas (Vila das Alagoas, Vila de Porto Calvo, Vila do Penedo e Vila de Atalaia) no período de 1774 a 1777.

Segundo atestou Silva (2007), os mapas das cifras desse imposto demonstram com detalhes a arrecadação pelas quatro Câmaras Municipais das Alagoas, entretanto, as despesas foram designadas de forma genérica, o que não possibilita a afirmação de que foram “[...] ou não gastos com educação e muito menos se havia ou não escolas e professores nas localidades listadas [...]” (p. 94). O mapa de 1777 informa que as quatro câmaras municipais da Comarca das Alagoas contabilizaram 1.391 reses¹² e 1.390 canadas (2.780 litros) de aguardente para fins de pagamento do referido Subsídio e teve uma despesa de 401 réis.

Nesse sentido, ainda que a fonte não deixe evidente que a despesa de 401 réis tenha sido com a instrução, nem tampouco indique qual ou quais professores receberam essas

¹⁰Não quero aqui entrar em confronto, nem tampouco desmerecer as pesquisas e contribuições desses dois grandes pesquisadores historiadores da educação alagoana. Tenho consciência que Costa (1931) e Verçosa (2006) deram-nos a conhecer a História da Educação Alagoana a partir daquilo que as condições e fontes lhes ofereciam e do que era possível ter acesso à época de suas pesquisas.

¹¹ Imposto criado pelo governo português, após a publicação do Alvará de 1772, para o financiamento da Instrução no Reino e no Ultramar. Para o caso da América portuguesa e da África, a cada 460 gramas (1 arretel – medida de massa/peso – ou 1 libra) de carne verde cortada nos açougues, deveria ser pago 1 real; e a cada dois litros de aguardente da terra (1canada), pagos 10 réis, para fins do Subsídio (SILVA, 2007).

¹²Reses estão relacionadas às quantidades de cabeças de gado ou outro animal de corte; e canada diz respeito aos dois litros de aguardente da terra.

quantias, o mencionado gasto nos permite supor a possibilidade da existência de aulas públicas na Comarca desde os idos de 1774, pelo menos. As dúvidas permanecem. Todavia, é preciso aqui fazer o exercício de compreender o não dito pela fonte, de enxergar aquilo que está oculto, ou, como afirmou Lara (2008), é preciso alargar a fonte com a capacidade de conjecturar do historiador.

A respeito da educação secundária, o requerimento de João Mendes Sanches Salgueiro, que, em 19 de outubro de 1784, solicitava à rainha, D. Maria I, o pagamento adiantado do seu ordenado anual de 300 mil réis, por motivo de sua nomeação ao cargo de professor de Gramática Latina da Vila das Alagoas. Segundo ele, serviria para pagar o seu transporte e, para isso, dava fiança, nomeando por fiador Manuel Francisco Torres, natural de Lisboa e assistente em Arroios¹³.

Natural da Vila de Amieira, em Portugal, Salgueiro é o primeiro nome de professor público localizado até agora nas Alagoas. Ainda sobre o professor, vale salientar que, após acusação de D. Luiza Botelho, foi processado pelo Santo Ofício, em 31 de agosto de 1796. Sobre ele recaía a acusação de fazer proposições heréticas, pois, na casa da Condessa de São Miguel, D. Anna, onde ele se hospedava, “[...] mostrava desprezo das imagens de Nossa Senhora, dizia que não havia Inferno; fazendo zombaria dos actos da Religião [...]”¹⁴. Conforme Fonseca (2009, p. 98):

[...] Vários de seus ex-alunos foram interrogados, dizendo que o professor comia carne em dias proibidos, que condenava as reverências às imagens sagradas, que faltava com o respeito ao Santíssimo Sacramento, e que desaparecera da Vila supostamente por ter cometido um homicídio. O comissário encarregado chegou, afinal, à conclusão de que não procediam as acusações, embora reconhecesse que o professor não levava uma vida exemplar, sobretudo quanto à prática da religião. O maior prejuízo seria o mau exemplo que ele dava aos seus discípulos, quando deveria, por suas atribuições profissionais, estimular a difusão da doutrina no processo de formação do súdito cristão.

Observa-se que a conduta do professor não condizia com o padrão estabelecido à época, principalmente no que diz respeito à obediência, à moral e à doutrina católica, haja vista ser considerado pouco respeitoso com as coisas da religião. O fato de ser professor agravava ainda mais a situação, uma vez que Salgueiro estaria disseminando a inobservância das leis e das práticas da fé e da religião, bem como porque a formação moral dos alunos dependia do bom exemplo que o professor deveria propagar, o que seu comportamento pouco adequado não permitia.

¹³BRASIL. MINC. Pernambuco. Documentação do Projeto *Resgate de Documentação Histórica Barão do Rio Branco*. Arquivo Histórico Ultramarino – Cx. 3, D. 231.

¹⁴ ANTT/Tribunal do Santo Ofício/Inquisição de Lisboa. Processo de João Mendes Sanches Salgueiro. 1792.

Outro professor que figurou na aula de Gramática Latina da Vila das Alagoas, no final do setecentos, foi José Fernandes Gama. Ele, que posteriormente foi transferido para a cadeira de Olinda e depois para a do bairro Boa Vista, em Recife, envolveu-se junto com o professor José Leitão de Almeida em uma grande querela com o Bispo de Olinda e Diretor Geral de Estudos, D. José da Cunha Azeredo Coutinho. Dentre outras acusações, os professores denunciavam desvio do Subsídio Literário por parte do prelado¹⁵.

Em resposta às acusações e procurando provas para incriminar o professor, Coutinho inculpou Gama afirmando que, quando professor na Vila das Alagoas deu provas de desprezo para com a religião praticando imoralidades, “[...] dificultando o acesso de seus alunos aos eventos religiosos que ocorriam na vila durante os horários de suas aulas [...]” (SILVA, 2007, p. 151-152), conforme atestou o Vigário Geral Forâneo das Alagoas, padre Agostinho Rabelo de Almeida, que era Comissário do Santo Ofício nas Alagoas. Além desta, pesava sobre o professor as denúncias de ter traduzido a *Arte de amar*, de Ovídio, bem como o assédio, sedução, rapto e abandono da jovem D. Benta Maria da Conceição, entre os anos de 1796 e 1797. Segundo Silva (2007, p. 152):

O pai da menina tratou de enclausura-la no Recolhimento de Nossa Senhora da Conceição de Olinda, para livrá-la do assédio do professor. A clausura não pôde contê-lo porque ele arranhou um jeito de continuar a se comunicar, por cartas com a moça, até conseguir fugir com ela e ir para o Recife. Naqueles tempos que corriam, ele já havia feito filhos com ela, já a tinha prostituído e abandonado e já estava com uma outra.

Gama continuou a exercer o magistério e passou a receber uma pensão de duzentos mil réis anuais paga com os valores do Subsídio Literário. Posteriormente, viajou para Lisboa, onde atuou como procurador de uma série de “[...] pessoas importantes [...]” da Capitania de Pernambuco (SILVA, 2007, p. 153).

Insere-se aqui um paradoxo entre os preceitos e a orientação religiosa do mundo luso-brasileiro, fortemente marcado pela influência da Igreja Católica e a tentativa de uma renovação a partir dos ideais do Iluminismo. Desta feita, no cotidiano, os professores deveriam ser para seus discípulos o exemplo de uma determinada conduta moral, civil e religiosa, antes que mestres de uma determinada cadeira.

Saliento que o desenvolvimento da educação não dirigida por religiosos no último quartel do século XVIII não foi um fenômeno específico das partes sul, mas algo comum na Capitania de Pernambuco. Conforme Pinheiro (2002), a referência de escolarização pública na

¹⁵BRASIL. MINC. Pernambuco. *Documentação do Projeto Resgate de Documentação Histórica Barão do Rio Branco*. Arquivo Histórico Ultramarino – Cx. 213,D.14457.

Paraíba, então pertencente à citada Capitania, remonta ao ano de 1783, quando a cadeira de Latim, criada em 1766, foi provida pelo professor João Adolfo.

Pelo Ofício da Junta Governativa da Capitania de Pernambuco ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, Rodrigo de Sousa Coutinho, de 1799, bem como pelo ofício do Bispo de Pernambuco, D. José da Cunha Azeredo Coutinho, na Junta Governativa da Capitania de Pernambuco, de 27 de setembro de 1800, é possível identificar que a Comarca das Alagoas possuía, no ano de 1795, quatro aulas de primeiras letras e duas de Gramática Latina.

As aulas primárias estavam localizadas na Vila das Alagoas, regida pelo professor José Vitorino da Rocha; no termo de Santa Luzia da Lagoa do Norte, regida por Bartholomeu Antonio de Sousa; na freguesia de Porto Calvo, do lente Gonçalo Correia da Costa; e na Vila do Penedo, regida por Miguel Barreto de Almeida. As duas aulas de Gramática Latina eram em Alagoas: cadeira pertencente a José Pereira Rodrigues de Alcântara; e Penedo: do catedrático padre Gabriel José Pereira de Sampaio. Dos professores das primeiras letras, os de Santa Luzia e o de Porto Calvo percebiam anualmente 80\$000 réis; o de Penedo, 100\$000 réis anuais; e o das Alagoas, 120\$000 réis por ano. Já os de Gramática recebiam da seguinte forma: 300\$000 réis anuais o das Alagoas, além de uma gratificação de 350\$000 réis; e 240\$000 réis por ano o de Penedo¹⁶. Assim, findo o Setecentos, a Comarca possuía quatro professores de primeiras letras e dois de Latim.

Ressalto que o padre Gabriel José Pereira de Sampaio, além de professor de Latinidade da Vila do Penedo, desde 1792, foi um dos últimos funcionários inquisitoriais a atuar na Comarca das Alagoas. Natural da Bahia, o sacerdote recebeu a comenda de Comissário do Santo Ofício, em 1808, tornando-se apto a proteger a sociedade contra os desvios da fé católica (DEBATES DE HISTÓRIA REGIONAL, 1992). Conforme Machado (2016), padre Gabriel era membro dos quadros mais respeitáveis da Irmandade de São Gonçalo Garcia dos Homens Pardos, da Ordem Terceira e da Irmandade do Santíssimo Sacramento. E mesmo antes de receber sua habilitação como Comissário do Santo Ofício, o padre denunciou, em 1793, Manoel Gomes Ribeiro e José Gomes Ribeiro, recifenses, irmãos, comerciantes e Familiares do Santo Ofício, de viver cada um em concubinato. A denúncia do padre foi sobre o “[...] o horrível exemplo, déq na Rua mais publica desta V^a [Vila], e junto

¹⁶BRASIL. MINC. Pernambuco. Documentação do Projeto Resgate de Documentação Histórica Barão do Rio Branco. Arquivo Histórico Ultramarino – Cx. 207, D. 14154; BRASIL. MINC. Pernambuco. Documentação do Projeto Resgate de Documentação Histórica Barão do Rio Branco. Arquivo Histórico Ultramarino – Cx. 219, D. 14849.

aos Paços da Camara, em ‘q pus Classe vivem escandalozissimam^{et} dous miseraveis homens concubinados publicam^e de sorte, ‘q me faz horror prezenciarem os meus alunos”¹⁷.

Em 1807, o padre Gabriel Sampaio solicitou ainda à realeza portuguesa, à mercê do hábito da Ordem de Cristo, honraria nobilitante da ordem religioso-militar portuguesa sob o controle da Coroa desde finais do século XV. Além disso, suplicava o dobro do ordenado de professor régio de Latinidade e a sucessão ao pároco da Vila do Penedo, António José de Matos, tudo em remuneração dos seus serviços e ao donativo que fez à Fazenda Real como juiz da Irmandade de São Gonçalo Garcia¹⁸. Fica subtendido que o suplicante conhecia bem a dinâmica economia de mercês da Coroa Portuguesa, a qual, para recompensar os serviços dos seus súditos, concedia-lhes várias benesses e privilégios, acompanhados de significativos rendimentos monetários¹⁹.

Dentre as aulas de primeiras letras, que existiam na Comarca, a da Vila do Penedo era regida, há 15 anos, pelo professor Miguel Barreto de Almeida, que, em 30 de setembro de 1806, solicitou ao príncipe regente, D. João, acrescentamento de soldo para vestuário, alimentos, habitação para si e seus alunos, além de dispensa de cinco anos de serviço para ter sua jubilação. Conforme mapa apresentado, anexado ao pedido, Almeida afirma ter ensinado 88 alunos, em 1806²⁰.

Em 1815, a comarca passou a contar com mais duas vilas, Maceió e Porto de Pedras. Tomando emprestado o nome e a padroeira do engenho *Massayó*, Nossa Senhora dos Prazeres, a Vila de Maceió foi desmembrada da das Alagoas, em 05 de dezembro, tendo como espaço territorial a faixa que vai desde a Barra das Alagoas até o Rio Santo Antônio Grande e Mundaú. Desde o século XVII, Maceió já se destacava como sendo um polo de escoamento do açúcar produzido nos engenhos locais, madeiras e algodão, pelo porto natural de Jaraguá. Porto de Pedras, por sua vez, foi desmembrada da Vila de Porto Calvo, e abrangia o território que ia do Rio Manguaba até o Rio Santo Antônio Grande. Segundo Alvará de criação, ambas as vilas deveriam erguer o Pelourinho, a Casa de Câmara, a Cadeia e mais “oficinas necessárias”²¹.

¹⁷ ANTT/Tribunal do Santo Ofício/Inquisição de Lisboa. Cx. 1643, documentação dispersa 1620-04-22/1820-09-12. Processo 17462. Denúncia contra José Gomes Ribeiro e contra Manuel Gomes Ribeiro, 1793.

¹⁸ BRASIL. MINC. Alagoas. Documentação do Projeto Resgate de Documentação Histórica Barão do Rio Branco. Arquivo Histórico Ultramarino – Cx. 6, D. 465.

¹⁹ A respeito dessa temática conferir: OLIVAL, Fernanda. **As ordens militares e o Estado moderno: honra, mercê e venalidade em Portugal (1641-1789)**. Lisboa: Estar, 2001.

²⁰ BRASIL. MINC. Pernambuco. Documentação do Projeto Resgate de Documentação Histórica Barão do Rio Branco. Arquivo Histórico Ultramarino – Cx. 6, D. 440.

²¹ Registro da Provisão e Alvará porque se mandou crear a vila de Massaió. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas, vol. II, nº 15, dez/1882, p. 150-155.

Por sua elevação à vila, Maceió ganhou uma aula de instrução primária. Desta feita, em 1818, foi nomeado para professor régio de primeiras letras o padre Francisco do Rego Baldaia, com o ordenado de 80\$000 réis pagos por quartéis²², sendo depois substituído por Francisco Pereira Guedes (COSTA, 2001). Em mapa datado de 1º de abril de 1819, Baldaia afirma ter ensinado 66 alunos, todos do sexo masculino, tendo entre 05 a 13 anos de idade. É possível também verificar que a grande maioria deles, cerca de 44, estava em lições de matemática, como “juros, repartir, sómar, multiplicar e taboada”, os outros nas lições de língua portuguesa: “ler, nomes e abc”²³. Dentre os alunos listados no mapa de Baldaia, encontra-se Francisco Elias Pereira, que foi professor da cadeira de Geometria de Maceió, de 1844 a 1849, bem como do Liceu Provincial, fundado em 1849.

Padre, jornalista e professor régio de primeiras letras, Baldaia, segundo Queiroz (1996), foi ainda político e agitador popular temível, famoso por sua exagerada lusofobia. Na vice-presidência da Sociedade Patriótica de Maceió, o professor ajudou a fundar o periódico *Íris Alagoense*, em 1831. Primeiro jornal da Província, o *Íris Alagoense*, editado pelo francês Adolfo Emílio de Bois Garin e redigido pelo padre Afonso de Albuquerque e pelo advogado Félix José de Melo Silva, é considerado o ponto inicial do desenvolvimento político e da formação cultural de parte do povo alagoano (COSTA, 2001). Dizia o *Íris* em seu frontispício: “A opinião pública acometendo os reis sobre os tronos há de contê-los nos limites de uma autoridade legal”²⁴. A partir de 1832, o periódico passou a denominar-se *O Federalista Alagoense*, sendo que, em 1833, Baldaia assumiu a direção do jornal.

Conforme Vasconcellos (2016), a Vila das Alagoas ganhou uma aula de Geometria, em 1816. Para essa cadeira foi nomeado professor Joaquim do Amor Divino, o frei Caneca. Aos 37 anos, e já tendo ensinado as cadeiras de “[...] filosofia racional e moral, e ainda de retórica, nos ambientes que frequentava desde o início do século: o convento do Carmo, a biblioteca dos padres oratorianos, ambos no Recife, e ainda o recém-inaugurado seminário de Olinda [...]” (VASCONCELLOS, 2016, p. 99), Caneca ficou pouco tempo na Comarca, seu desejo era assumir posto semelhante em lugar com maior prestígio, porém o espírito político e revolucionário na Insurreição Pernambucana de 1817 impediu tal propósito.

²²Um quartel indica um período de quatro meses. Assim, os professores recebiam a cada três meses, regularidade comum à época.

²³ Arquivo Público de Alagoas. Mapa dos alunos que frequentavam as aulas régias das primeiras letras com o professor Padre Francisco do Rego Baldaia da Vila Maceió, 1819. Cx. 1799.

²⁴Não é objeto deste trabalho a discussão sobre o que era opinião pública para o período ou nem que seria entendido por tal expressão.

Após a insurreição de 1817, a comarca ao sul da Capitania de Pernambuco adquiriu autonomia política, passando a denominar-se Capitania das Alagoas, com sede na Vila das Alagoas²⁵. Com a criação da Capitania, foram instaladas mais duas cadeiras, Filosofia e Geometria, na capital.

Tendo como referência o livro de Despesas do Ministério do Império de 02 de julho de 1831, constatei que a então Província das Alagoas possuía, naquele ano, três professores de Gramática Latina: Francisco de Assis Ribeiro, Rev. Antônio Carneiro de Barros Leitão e José Rafael de Macêdo. Por ordenado anual, o primeiro percebeu a quantia de 75\$000 e os outros dois 60\$000 cada um. Curioso que, conforme o mencionado livro, alguns professores de primeiras letras recebiam uma quantia maior anualmente que os professores secundários como, por exemplo, José Bernardo de Arrochelas Galvão, que percebeu 125\$000, Francisco do Rego Baldaia, 100\$000 e Manoel Moura Sampaio Silva Leite, 87\$000²⁶.

Quanto aos professores de Gramática Latina, ressalto que os três eram sacerdotes. O primeiro, padre Francisco de Assis Ribeiro, filho de José Gregório Ribeiro e Rosa de Jesus Ribeiro, nasceu na Vila das Alagoas e estudou no Seminário de Olinda. Além de padre e professor, foi orador, poeta satírico, Deputado às Cortes Portuguesas, em 1821, e Deputado Provincial de 1835 a 1843. Foi também ele o iniciador da cadeira de Retórica no Liceu e faleceu em 31 de dezembro de 1851 (BARROS, 2005b). Segundo Costa (1928), Ribeiro era um sacerdote boêmio, que sabia rir filosoficamente da sociedade do seu tempo que o achava amoral. Por sua vez, o padre José Rafael de Macedo foi Deputado Geral na legislatura de 1835-37 e Deputado Provincial entre 1854 e 1855 (BARROS, 2005b).

Em 3 de novembro de 1829, foi nomeado para a cadeira de Gramática Latina da então Vila de Maceió, José Correia da Silva Titara (?-1873), que, posteriormente, veio ser o primeiro Diretor da Instrução Pública e do Liceu Provincial das Alagoas (1853-1864). No jornal *O Federalista Alagoense*²⁷, que estampava em seu frontispício: jornal político, literário e moral, de 3 de outubro de 1832, há um questionamento a respeito da continuidade de Titara como titular da cadeira, mesmo não estando habilitado para tal. Interroga o periódico: “qual será a razão porque o Sr. Corrêa Titara ainda ocupa a Cadeira de Latinidade de Maceió tendo

²⁵ Não quero aqui entrar na discussão interminável que existe entre os autores alagoanos a respeito desse fato, se foi uma forma de punição a Pernambuco na tentativa de enfraquecer a capitania devido a Revolução Pernambucana de 1817, como defende Moreno Brandão (1909), ou se a comarca já possuía as condições necessárias para emancipar-se, como defende Jaime de Altavila (1988), ou mesmo os dois motivos como defende Verçosa (2006).

²⁶ Arquivo Público de Alagoas. Despesas do Ministério do Império, 1831. Cx. 1799.

²⁷ Denominação que o jornal *Iris Alagoense* assumiu a partir de 22/02/1832. Órgão da Sociedade Patriótica Federal. Abaixo do seu título lia-se: “O Governo do Império do Brasil será uma Monarquia Federativa”. Saía às quartas-feiras e sábados. Circulou até o início de 1836 (BARROS, 2005a).

a Camara e o Fiscal lhe negado attestação por ele não cumprir com seus deveres, e apprezentar hum Mapa falso?”²⁸

Caía sobre Titara a acusação de falsear o mapa da aula de Latim. Por isso, a Câmara e o fiscal teriam negado a sua habilitação. Em sua dissertação de mestrado a respeito da atuação dos inspetores paroquiais em Alagoas, Pauferro (2010) chama a atenção para o cuidado com as informações contidas nos mapas fornecidos pelos professores, uma vez que havia a possibilidade de alterações, sobretudo, no número de alunos, tendo em vista que a baixa quantidade poderia significar o fechamento da aula.

A respeito de Titara, importante ressaltar que estudou no Seminário de Olinda. Pertenceu à Sociedade Federal de Maceió, entidade inicialmente denominada Sociedade Patriótica de Maceió, composta por integrantes da facção liberal exaltada, que objetivava, principalmente, combater os portugueses e brasileiros favoráveis ao retorno de D. Pedro I ao trono do Império do Brasil. Foi Deputado Provincial sucessivamente nas legislaturas de 1835 a 1847 e, posteriormente, nas de 1860-1861, 1870-1871, 1872-1873. Foi ainda redator dos jornais *O Provinciano* e *A Conciliação*, ambos de Maceió, e traduziu o *Tratado de educação dos meninos*, de Fenelon, publicado em Recife, no ano de 1834. Além disso, foi o responsável pela criação do Gabinete de Leitura Alagoano, em 1858 (BARROS, 2005b).

A Resolução de 11 de novembro de 1831 criou uma cadeira de Filosofia Racional e Moral na Cidade das Alagoas. Esta foi posta a concurso e provida por José Tavares Bastos (1813-1893), em 1834 (DUARTE, 1961). Filho de Joaquim Tavares Bastos e Ana Felícia de Jesus Moraes, Bastos bacharelou-se em Direito na Faculdade Olinda, em 1836. Foi ainda Deputado Provincial e Geral, jornalista, professor, magistrado e advogado. Entre 1864 e 1866, ocupou por cinco ocasiões a administração interina da província fluminense. Em julho de 1864, foi designado desembargador da Relação da Corte. Em 1866, foi nomeado Presidente da Província de São Paulo e, em 1885, investido Ministro do Supremo Tribunal de Justiça (BARROS, 2005a).

Nas estatísticas levantadas por Haidar (1972), em 1833, a Província das Alagoas possuía 5 aulas de Latim, 1 de Retórica, 1 de Filosofia, 1 de Francês e 1 de Geometria, sendo estas frequentadas por 77 alunos. Com 9 aulas de ensino secundário, a Província ocupava um lugar de destaque entre as que ofereciam aquele modelo de ensino no país. Contudo, essa proeminência das Alagoas nas aulas avulsas não foi relevante para a criação do Liceu, que mesmo sendo reclamado pelo Presidente Manuel Lobo de Miranda Henriques, no discurso de

²⁸ O Federalista Alagoense: Jornal político, literário e moral. 3 de outubro de 1832. Nº 49, p. 4.

abertura do Conselho Geral da Província, em 1831, somente foi estabelecido em 1849, após várias outras províncias já terem instalado o seu.

Nesse sentido, ganha importância o Ato Adicional de 1834, que estabeleceu mudanças significativas, especialmente no V Capítulo da Constituição de 1824. De cunho liberal, a emenda atendeu as reivindicações descentralizadoras ao extinguir os Conselhos de Estado e criar as Assembleias Legislativas Provinciais com poderes para legislar sobre organismos sociais, inclusive, sobre a instrução pública em nível primário e secundário. Em termos práticos, o Ato descentralizou a educação pública, e, assim, possibilitou a organização e estruturação e financiamento do ensino secundário pelas províncias. Ao poder Central coube a organização do ensino superior e o Colégio de Pedro II.

Diante da nova realidade educacional do país, a partir de 1835, os governos locais iniciaram a organização, estruturação e financiamento de suas instituições de ensino secundário. Foram inaugurados nas capitais provinciais o Ateneu do Rio Grande do Norte, em 1835, e os Liceus da Bahia e da Paraíba, ambos em 1836. Conforme Silva (1959, p. 211-212) o Liceu Baiano funcionava com as seguintes cadeiras: “[...] gramática latina e grega, gramática filosófica da língua portuguesa, eloquência e poesia, análise crítica dos nossos clássicos, aritmética, geometria e trigonometria, geografia e história, filosofia racional e moral, comércio, desenho e música”.

No ano de 1837, foi criado na Corte o *Imperial Collegio de Pedro II* destinado a ser o padrão ideal para os demais colégios públicos e particulares e liceus do Império. A fundação da instituição aconteceu no dia 02 de dezembro, pelo então Ministro do Império, Bernardo Pereira de Vasconcelos, a partir da transformação do Seminário de São Joaquim, antigo Colégio dos Órfãos de São Pedro, em um estabelecimento de letras secundárias. Importante observar que a data de fundação do colégio, não por acaso, marca o aniversário natalício do herdeiro do trono imperial. Como também, não porventura, sua solene inauguração ocorreu no dia 25 de março de 1838, data marcada pela dupla celebração do aniversário do juramento da Constituição do Império e da Anunciação de Nossa Senhora. Ambas as festividades de suma importância para a Igreja e para o Estado Imperial, “[...] unia-se aquela a este na famosa aliança histórica de trono e altar [...]” (DÓRIA, 1997, p. 23-25).

Saliento ainda que a criação do Colégio de Pedro II como modelo para os demais congêneres, bem como a instalação dos exames de preparatórios realizados inicialmente

somente na Corte, em Salvador e Recife²⁹, representaram o triunfo das forças centralizadoras em reação à descentralização concedida pelo Ato Adicional. Isso significa que o poder central, mesmo indiretamente, tentava controlar o ensino secundário no país, ao menos do ponto de vista dos programas. Para Mattos (1987, p. 226-267),

[...] revelando toda a preocupação com a formação daqueles que, virtualmente, deveriam constituir o “mundo do governo”, o Governo-Geral acabaria por exercer um controle indireto sobre o ensino secundário no Império. E o fez por meio do estabelecimento de um padrão modelar de ensino, representado pelo Colégio Dom Pedro II, cuja exemplaridade esperava-se ver imitada pelo conjunto das províncias.

A Província das Alagoas, por sua vez, ainda não possuía uma instituição de ensino secundário, que centralizasse as aulas. Na primeira legislatura, em 1835, em fala dirigida aos legisladores, o então Presidente, Jozé Joaquim Machado d’Oliveira, recomendou a criação de um Liceu para o desenvolvimento do ensino secundário público na Província. Contudo, essa proposta não foi levada a cabo e efetivamente foram criadas somente duas cadeiras de instrução secundária em Penedo, sendo uma de Filosofia e outra de Francês (ALAGOAS, Falla, 1835).

Com a criação daquelas duas aulas, a província passou a contar com dez cadeiras de ensino secundário, sendo: 5 aulas de Latim, 2 de Francês, 1 de Eloquência (Retórica), 1 de Filosofia Racional e Moral e 1 de Geometria (Aritmética) (ALAGOAS, Discurso, 1837). Não é demais lembrar que a Faculdade de Direito de Olinda (1827) e a de Medicina da Bahia (1832) já haviam sido criadas. Por isso, “[...] já se fazia necessário preparar os filhos de senhores da terra, criando as condições culturais para se assumir os postos de comando [...]” (VERÇOSA, 2006, p. 66).

No entanto, a baixa frequência nas aulas, em 1838, especialmente de Retórica, Filosofia, Francês e algumas de Latim, foi alvo de críticas do Presidente da Província Rodrigo de Souza da Silva Pontes, que perguntou aos legisladores se essas aulas deveriam subsistir. Por outro lado, o Presidente informou que os deputados provinciais deveriam apreciar o Projeto de Regulamento das Aulas de Gramática Latina (ALAGOAS, Discurso, 1838).

O desenvolvimento comercial de Maceió, notadamente a partir do Porto de Jaraguá, fez com que a Vila aos poucos fosse desbancando a hegemonia político-administrativa da Cidade das Alagoas. Tais progressos possibilitaram o aumento de sua população e, conseqüentemente, o desenvolvimento cultural e intelectual da região. Em agosto de 1831, foi criado na Vila de Maceió o periódico *Iris Alagoense*, primeiro jornal da Província, editado

²⁹ Somente em 1873, pelo Decreto 5.249, 2 de outubro, as mesas gerais de exames se multiplicaram por todo o Império.

pelo francês Adolfo Emílio de Bois Garin e redigido pelo padre Afonso de Albuquerque e pelo advogado Félix José de Melo Silva, que posteriormente foi substituído pelo padre Francisco do Rêgo Baldaia (COSTA, 2001). Esse jornal é considerado o ponto inicial do desenvolvimento político e da formação cultural do povo alagoano.

Em 9 de dezembro de 1839, o Presidente Agostinho da Silva Neves, pela Resolução nº 11, elevou a Vila de Maceió à cidade e capital da Província, transferindo a sede do Governo. Essa medida foi tomada após várias disputas políticas locais entre os “lisos” (conservadores), sob chefia de José Tavares Bastos³⁰, que desejavam a permanência da capital na Cidade das Alagoas e os “cabeludos” (liberais), liderados por João Lins Vieira Cansanção de Sinimbu, o Visconde de Sinimbu, que defendiam a transferência da capital para Maceió. A mudança da capital foi simbolizada pela transferência da Tesouraria Geral, uma vez que as demais repartições públicas já se encontravam na rica e promissora Maceió³¹.

Em seu artigo único, a Resolução nº 11 previa ainda que as aulas maiores (secundárias) fossem também transferidas para a nova capital, bem como autorizava o Governo a despender as quantias necessárias com o aluguel dos edifícios para as mesmas (COSTA, 2001). Conforme Silva (2009), a mudança da capital revela um privilégio do estilo de vida urbana e comercial, que já se desenvolvia em Maceió, em detrimento da Cidade das Alagoas com seus costumes coloniais.

Naquele ano de 1839 a Província contava com 11 cadeiras de instrução secundária, contando as providas e as vagas, assim distribuídas:

QUADRO 1 – Mapa das aulas de instrução secundária em Alagoas (1839)

Localidade	Latinidade	Geometria	Filosofia	Rhetorica	Francez
Cidade das Alagoas	29 alunos	9 alunos	Vaga	Não informado	Vaga
Villa do Penedo	30 alunos	-	6 alunos	-	Vaga
Villa de Maceió	9 alunos	-	-	-	-
Villa do Porto de Pedras	Não informado	-	-	-	-
Villa de Atalaia	10 alunos	-	-	-	-
TOTAL	78 alunos	9 alunos	6 alunos	-	-

Fonte: Autor, 2015. Adaptado de ALAGOAS, 1839

³⁰ Importante lembrar que José Tavares Bastos foi professor de Filosofia Racional e Moral na Cidade das Alagoas, entre os anos de 1834 a 1845.

³¹ Saliento que a mudança não se deu de forma tranquila. Conforme Verçosa (2006), quase houve uma reedição da Guerra dos Mascates em Alagoas. A Cidade das Alagoas resistiu o quanto pode, com grupos armados, chegando inclusive a prender o Presidente da província.

O mapa revela ainda que o professor de Retórica da Cidade das Alagoas e o professor de Latim da Vila de Porto de Pedras não apresentaram o quadro com a quantidade de alunos. Além disso, dois professores encontravam-se suspensos, eram os de Francês da Cidade das Alagoas e da Vila do Penedo. Os motivos da suspensão foram negligenciados no mapa, porém é revelado que o professor de Francês das Alagoas já havia solicitado inúmeras vezes o retorno ao cargo, o que dependia de uma autorização da Assembleia Provincial. É possível que existisse ainda uma cadeira de Lógica na capital, criada em 1838, que não foi apresentada no mapa, pois só aparece em documento de 1843 (ALAGOAS, Falla, 1843).

Como mostra acima o quadro das aulas avulsas existentes na Província, havia uma hegemonia do Latim diante das demais cadeiras. A procura de 78 matrículas pelas aulas de latinidade (número que era ainda maior, pois não houve informação da quantidade de alunos matriculados na aula de Latim de Porto de Pedras) em um total de 93 informadas é o reflexo do prestígio que a cadeira gozava à época. Mas não somente isso. Havia também a necessidade de preparar-se para os exames junto aos cursos superiores.

Vale ressaltar que essa preeminência do Latim quanto às demais cadeiras não era um evento exclusivo nem específico da província. Ao expor o Programa do Colégio Imperial de Pedro II, de 1841, Haidar (1972) evidencia a primazia do Latim sob as demais cadeiras. Com um maior número de lições semanais e presente nos sete anos de curso do Colégio de Pedro II o ensino do latim extravasa o seu horário abarcando outras disciplinas, que eram ministradas na língua latina, a exemplo da história e da filosofia, que se tornavam suas auxiliares (SILVA, 1959).

Em 1840, o Presidente da Província João Lins Cansanção de Sinimbu solicitou a abolição das aulas avulsas de ensino secundário, conservando-se somente as de Latim de Maceió e Penedo, e a de Geometria da Capital. Considerando as demais cadeiras inúteis, Sinimbu afirmou que o Estado somente deveria dispender recursos com as cadeiras cujos conhecimentos eram indispensáveis para satisfazer as necessidades da sociedade, pois as demais cadeiras seriam um luxo e não era acessível à massa dos contribuintes (MOACYR, 1939).

No ano de 1842, a maioria das cadeiras de ensino secundário estava vaga, em um total de seis cadeiras fechadas das 11 existentes. Com a falta de tantos professores a instrução secundária encontrava-se em condições precárias, por isso o Presidente da Província, Manoel Felizardo de Souza e Mello, solicitou que fosse feito certame para provimento das cadeiras, porém “[...] mandando-se proceder a concurso em Pernambuco, Bahia, ou Rio de Janeiro,

quando na Província não se encontrem pessoas aptas que se prestem ao magisterio [...]” (ALAGOAS, Falla, 1842, p. 18). Além disso, sugeriu a criação de um Liceu, que seria formado pelas aulas secundárias espalhadas na Capital.

A inspeção das aulas ficava a cargo do Conselho Permanente de Instrução Pública criado em 1843. O Conselho era composto por membros nomeados pelo Presidente da Província e tinha por atribuições: fiscalizar as aulas provinciais, sem prejudicar a fiscalização do governo; informar e propor ao governo melhoramento das aulas, organizar regulamentos para aprovação do governo; e apresentar trimestralmente quadro do comportamento dos professores, aproveitamento e número dos alunos (MOACYR, 1939).

Os mapas das aulas de instrução secundária, referentes ao período que vai do ano de 1837 a 1847, trazem informações relevantes a respeito daquela modalidade de ensino, sobretudo, porque me possibilitou localizar os sujeitos e saberes daquelas aulas. Assim, foi possível ter acesso aos nomes de alunos e professores, aos nomes dos pais dos alunos, suas idades, naturalidades, bem como o seu adiantamento ou saberes que eram disseminados.

Os referidos mapas são das aulas de Gramática Latina do Penedo do padre Antonio Craveiro de Barros Leite (1837, 1838, 1839, 1840, 1841, 1842, 1843, 1847); Gramática Latina da Vila de Maceió do padre Joze Henriques de Amorim³² (1838, 1840); Filosofia Racional e Moral da Vila do Penedo de João da Silva Lemos (1838, 1840, 1846); Geometria da Cidade das Alagoas (1838, 1839) e Geometria de Maceió (1840, 1844), todas de Francisco Elias Pereira³³; Gramática Francesa da Vila do Penedo de Felis Rogerio de Novaes (1840); Gramática Latina da Cidade das Alagoas de Iago Francisco Pinheiro (1840, 1842); Gramática Latina (1844) e Retórica (1844), ambas de Maceió, do padre Francisco de Assis Ribeiro; Gramática Latina de Atalaia do padre João da Silva Cardozo (1844); Francês de Maceió de José Severiano de Mello (1844); e Gramatica Latina de Atalaia de Leopoldino Antonio da Fonseca (1847)³⁴.

³² Estudou no Seminário de Olinda, foi membro do Conselho Geral da Província (1827), além de Deputado Provincial na legislatura 1835-37 (BARROS, 2005a).

³³ Francisco Elias Pereira foi aluno da aula de primeiras letras do professor Baldaia e conforme Mapa de 1819 era filho de José Elias Pereira, natural de Ipioca, tinha 10 anos e estava adiantado em juro.

³⁴ Esses mapas foram encontrados nas caixas 0021 e 0061 do Arquivo Público de Alagoas. Muitos deles estão tão deteriorados que não foi possível a manipulação e transcrição, outros sequer pude fazer a identificação. Os que foram possíveis manusear e transcrever estão no corpo do texto ou anexos.

IMAGEM 1 – Mapa da Aula de Gramática Latina da Vila do Penedo, do padre Antonio Craveiro de Barros Leite (1837)

Matrícula dos Estudantes da Aula Pública de Grammatica Latina da Villa do Penedo, de 9 de Setembro fundado e N.º Antonio Craveiro de Barros Leite.

Julho de 1837

N.º	Nomes	Filhos	Idade	Natural	Estado	Letras	Aplicações	Adiantados
1	Francisco Mendes Ferreira	Francisco Mendes Ferreira	18	Parado	Set. 1835	2.ª	Aplica-se pouco	Parado
2	Nicolas Carlos Simoes	C. Manuel Jose de Sáncion Sim.	16	Parado	Set. 1835	2.ª	Aplica-se	Parado
3	Salvino Olegario Ladeira	Salvino Jose Pinho	17	Parado	Set. 1835	2.ª	Aplica-se	Parado
4	Manoel Naves	Jose Antonio Daga	17	Parado	Set. 1835	2.ª	Aplica-se	Parado
5	Manoel Antonio Tor. Beryza	Jose Antonio Tor. Beryza	17	Parado	Set. 1835	2.ª	Aplica-se	Parado
6	Manoel Jose de Naves	Manoel Jose de Naves	17	Parado	Set. 1835	2.ª	Aplica-se pouco	Adiantado
7	João Paulo Pereira Soares	João Paulo Pereira	16	Parado	Set. 1835	2.ª	Frequenta pouco	Adiantado
8	Manoel Simões de Barros Leite	Manoel Simões de Barros	15	Parado	Set. 1835	2.ª	Aplica-se pouco	Adiantado
9	Francisco Antonio da Silva Vital	Salvino Vital da Silva	18	Parado	Set. 1835	2.ª	Aplica-se	Adiantado
10	Salvino Vital da Silva	Salvino Vital da Silva	16	Parado	Set. 1835	2.ª	Aplica-se	Adiantado
11	Antonio Joaquim Soares	Francisco da Silva Soares	18	Parado	Set. 1835	2.ª	Aplica-se	Adiantado
12	Manoel Antonio de Valle	Don. Antonio Manoel Luis das Neves	15	Parado	Set. 1835	2.ª	Aplica-se pouco	Adiantado
13	Jose Luis da Silva	Simões da Silva	15	Parado	Set. 1835	2.ª	Aplica-se	Adiantado
14	Nicolas Antonio Silva	Manoel Augusto da Silva	16	Parado	Set. 1835	2.ª	Aplica-se	Adiantado
15	Manoel Jose de L. Chaves	Manoel Jose de L. Chaves	14	Parado	Set. 1835	2.ª	Aplica-se	Adiantado
16	Salvino Jose Carlos da Silva	Don. Jose Carlos da Silva	15	Parado	Set. 1835	2.ª	Aplica-se	Adiantado
17	Jose Antonio de L. Silva	Manoel Antonio de L. Silva	15	Parado	Set. 1835	2.ª	Aplica-se	Adiantado
18	Manoel Antonio da Silva	João Paulo Soares da Silva	18	Parado	Set. 1835	2.ª	Aplica-se	Adiantado
19	Manoel Antonio da Silva	Manoel Antonio Soares da Silva	17	Parado	Set. 1835	2.ª	Aplica-se	Adiantado
20	Jose Victorino da Rocha	Manoel Victorino da Rocha	17	Parado	Set. 1835	2.ª	Aplica-se	Adiantado
21	Manoel Antonio da Rocha	Manoel Antonio da Rocha	17	Parado	Set. 1835	2.ª	Aplica-se	Adiantado
22	Manoel Antonio da Rocha	Manoel Antonio da Rocha	17	Parado	Set. 1835	2.ª	Aplica-se	Adiantado
23	Manoel Antonio da Rocha	Manoel Antonio da Rocha	17	Parado	Set. 1835	2.ª	Aplica-se	Adiantado
24	Manoel Antonio da Rocha	Manoel Antonio da Rocha	17	Parado	Set. 1835	2.ª	Aplica-se	Adiantado
25	Manoel Antonio da Rocha	Manoel Antonio da Rocha	17	Parado	Set. 1835	2.ª	Aplica-se	Adiantado
26	Manoel Antonio da Rocha	Manoel Antonio da Rocha	17	Parado	Set. 1835	2.ª	Aplica-se	Adiantado
27	Manoel Antonio da Rocha	Manoel Antonio da Rocha	17	Parado	Set. 1835	2.ª	Aplica-se	Adiantado
28	Manoel Antonio da Rocha	Manoel Antonio da Rocha	17	Parado	Set. 1835	2.ª	Aplica-se	Adiantado
29	Manoel Antonio da Rocha	Manoel Antonio da Rocha	17	Parado	Set. 1835	2.ª	Aplica-se	Adiantado
30	Manoel Antonio da Rocha	Manoel Antonio da Rocha	17	Parado	Set. 1835	2.ª	Aplica-se	Adiantado
31	Manoel Antonio da Rocha	Manoel Antonio da Rocha	17	Parado	Set. 1835	2.ª	Aplica-se	Adiantado
32	Manoel Antonio da Rocha	Manoel Antonio da Rocha	17	Parado	Set. 1835	2.ª	Aplica-se	Adiantado
33	Manoel Antonio da Rocha	Manoel Antonio da Rocha	17	Parado	Set. 1835	2.ª	Aplica-se	Adiantado

Total 33

*Letras p.ª a N.º Camille Antonio Jose da Silva Martins prompto em Grammatica, e p.ª
tutor de Agricultura Manoel Antonio da Rocha Bastos, etc. a prompto pouco.*

Antonio Craveiro de Barros Leite

Fonte: Arquivo Público de Alagoas. Mapas escolares. Cx. 0021

Analisando os mapas das aulas de Gramática Latina é possível observar que na coluna adiantamentos, via de regra, os professores indicavam o nível de conhecimento dos alunos ou mesmo os autores (saberes) que estavam estudando. Na imagem acima, por exemplo, é possível observar alguns alunos “provetos” (muito adiantados), “adiantados”, “primeira” e “arte”.

Outros mapas evidenciam uma hierarquização do saber, sendo que os alunos no estágio inicial estavam adiantados em “selecta”, “syntaxe”, “nominativos”, “linguagens”, “adjectivos” e “substantivos”. Em um segundo momento, adentravam ao estudo dos autores latinos considerados, à época, clássicos como Cornélio, Eutrópio, Horácio e as Fábulas de Fedro. Em um estágio mais avançado, apropriava-se de Salustio e Virgílio³⁵. Somente após concluir os estudos destes últimos o aluno era avaliado como *profecto*.

Além dos autores citados, o estudo de Quintiliano na aula de Retórica demonstra a importância dos clássicos romanos naquele modelo formativo. A escolha deles, selecionados pelos homens que administravam a educação da juventude como as melhores sugestões educativas, denotam quais conteúdos e que tipo de formação era solicitada aos futuros dirigentes da sociedade alagoana, haja vista que o estudo do Latim não dizia respeito somente ao ensino de uma língua, mas ao contato com toda a cultura clássica.

Neste sentido, mais que os conhecimentos ensinados importavam as condutas inculcadas e a incorporação de um determinado padrão de comportamento que, para além dos limites da escola (ou da aula, neste caso), visavam imprimir, via processo de escolarização, modos de pensar e agir difundidos no interior daquela sociedade (JULIA, 2001).

Quanto aos sujeitos das aulas foi possível localizar e rastrear a atuação de alguns alunos. A exemplo do aluno Antonio Teixeira da Rocha (1824-1886), o futuro Barão de Maceió, que, em 1838, frequentou com aproveitamento a aula de Geometria da Cidade das Alagoas, cadeira do professor Francisco Elias Pereira (Anexo 1).

Nascido naquela mesma cidade, em 04 de abril de 1824, Rocha era filho de Manoel Casemiro da Rocha e Joana Maria Conceição Rocha. Foi Deputado Provincial, nas legislaturas 1848-49 e 50-51, e Geral, nas legislaturas 1872-75. Para formar-se em medicina pela Faculdade da Bahia, em 1846, apresentou a tese sobre infecção purulenta e hérnias inguinais. Depois de exercer a clínica em Alagoas, transferiu-se para o Rio de Janeiro, quando prestou concurso para atuar na Faculdade de Medicina, sendo nomeado cirurgião substituto de Anatomia Geral Descritiva, em 1859, passando depois a catedrático. Além disso, foi Médico da Câmara Imperial e cirurgião da Santa Casa de Misericórdia. Foi nomeado Barão de Maceió, em 29 de julho de 1877. Suas principais obras são: *Escravidão*; *Mosaico*; *Vícios* (opúsculo); *Princípios de Filosofia Médica*; *Infecção Purulenta e Hérnias Inguinais* (BARROS, 2005b).

³⁵ Os mapas não indicam quais obras desses autores eram estudadas.

Outro aluno das aulas avulsas que conseguiu traçar sua atuação foi José Francisco Soares. Ele frequentou a aula de Gramática Latina de Maceió do professor padre Joze Henriques de Amorim, em 1840, com 12 anos de idade e seu adiantamento foi “línguas” (Anexo 4). No ano de 1844, então, com 16 anos de idade, frequentou a cadeira de latim do professor padre Francisco de Assis Ribeiro, sendo considerado “profecto” (Quadro 3).

Filho de Domingos Francisco Soares e natural de Maceió, José Francisco Soares tornou-se professor de instrução primária em Maceió e lente de Gramática Nacional do Liceu. Além disso, administrou os Correios, cargo que deixou para dedicar-se inteiramente ao Colégio de São José. Esteve, ainda, envolvido em contendas com José Alexandre Passos, também professor de Gramática Nacional do Liceu e autor de obras didáticas na área, sobre as quais tratarei mais adiante. Em 1857, o governo da Província o enviou ao Rio de Janeiro para aprender o método de Leitura Repentina³⁶, com Antonio Feliciano de Castilho (1800-1875). Foi ainda deputado provincial nas legislaturas 1858-59, 64-65, 78-79 e publicou as seguintes obras: *Índice das Leis da Província das Alagoas em 1835 a 1858* (1859) e *Nota da Receita do Correio Geral Desta Província do Exercício de 1865 a 1857 ao de 1874 a 1875*, em 1876 (BARROS, 2005b).

Segundo Albuquerque (2013), Soares informou para a Diretoria da Instrução Pública que o curso no Rio de Janeiro foi interrompido em virtude das críticas nacionalistas e políticas recebidas por Castilho. E que, dos 600 alunos matriculados, apenas alguns, entre eles Soares, concluíram o curso na casa do próprio Castilho. O parecer do professor alagoano sobre o método aponta que ele melhorou o sistema de ensino, porém não na rapidez propagada pelo autor da técnica.

Na aula de Gramática Latina de Atalaia de 1847 (Quadro 4), do professor Leopoldino Antonio da Fonseca, foi possível identificar que Manoel Joaquim de Moraes, de 17 anos, filho de Antonio da Costa Moraes, adiantado em Salustio e Virgílio, foi professor público de primeiras letras em Coqueiro Seco e na Cidade das Alagoas, sendo jubilado em 1870 e partir de 1871 foi diretor do Colégio de Nossa Senhora do Carmo, na referida cidade (DIÁRIO DAS ALAGOAS, 1860, nº 224; 1870, nº 247; 1870, nº 288). Outro aluno acerca do qual encontrei notas foi Roberto Ferreira da Costa Sampayo, de 13 anos, filho de Joaquim Ferreira da Costa Sampayo, que, em 1860, foi aluno da Escola Central e Alferes (segundo tenente) do 8º batalhão de infantaria (DIÁRIO DAS ALAGOAS, 1860, nº 281).

³⁶ Segundo Albuquerque (2013, p. 137-138), o “[...] método baseava-se no ritmo a ser acompanhado pelos discípulos com uma palmada ou pancada de vara a cada palavra, sílaba ou letra proferida, sendo indispensável o uso do compassador [...]. A marcha também estava presente para marcar a decomposição da palavra em sílabas e desta em letras”.

Outro aluno encontrado foi Luis José de Mendonça, que frequentou a Gramática Latina da Cidade do Penedo, de 1847, do professor Padre Antonio Craveiro de Barros Leite (Quadro 5). Mendonça era natural de Penedo e tinha 13 anos quando frequentou a aula. Filho de José Correia de Mendonça, Luis José atuou como vice-diretor do Colégio de Educandos Artífices, nos anos de 1960 (DIÁRIO DAS ALAGOAS, 1860, nº 228).

José Joaquim da Costa, de 18 anos, filho de Antonio Joaquim da Costa, adiantado em Salustio e Virgílio, na aula de Latinidade de Atalaia, do professor padre João da Silva Cardozo, no ano de 1844 (Anexo 5) foi professor da cadeira de primeiras letras da povoação de Olhos d'água, tendo sido removido para Coruripe, em 1861 (DIÁRIO DAS ALAGOAS, 1861, nº 173).

O mapa da aula de Francês de Maceió de 1844 (Anexo 6), do professor José Severiano de Mello, informa que o adiantamento dos sete alunos que frequentavam as aulas era baixo, pois somente três deles traduziam os textos franceses, os demais o faziam sofrivelmente ou com pouca aplicação.

Atesta, por mapa de 1844 (Anexo 7), o professor Francisco Elias Pereira, que em Geometria os alunos estudavam, além da dita matéria, aritmética e álgebra. Boa parte dos 15 alunos que frequentou a aula cursou com bom aproveitamento. Já nas aulas de Retórica do professor padre Francisco de Assis Ribeiro os sete alunos cursaram Geografia³⁷, e passaram a ter contato com a obra de Quintiliano.

Outro ponto que chamou a atenção nos mapas diz respeito às idades dos alunos. Via de regra, os estudantes do ensino secundário eram tratados como “mocidade” e nesses mapas encontra-se alunos com idades que variam dos 11 aos 33 anos. Supõe-se que não houvesse uma preocupação em separar os alunos por idades. Ao tratar sobre a concepção de mocidade no ensino secundário alagoano do século XIX, Silva (2009) conclui que não havia uma faixa etária específica a qual o termo era destinado, pois estaria diretamente associado à condição de estudante.

Em 1845, o Presidente da província, Henrique Marques d'Oliveira Lisboa, considerou como satisfatória a situação do ensino secundário, porém com ressalvas a Maceió, que carecia de um professor na cadeira de Filosofia para evitar que os alunos fossem cursá-la em Pernambuco ou na Bahia, onerando as suas famílias (ALAGOAS, Falla, 1845). Naquele ano, a Província contou com o seguinte quadro para o ensino secundário:

³⁷ Conforme Santos (2012) a cadeira de Eloquência ou Retórica abrangia Poética, Cronologia, História, e Geografia.

QUADRO 2 – Mappa das aulas de Latim, Francez, Filosofia, Eloquência e Geometria da Província das Alagoas (1845)

Matérias de Ensino	Lugar das Aulas	Ordenados	Nomes dos Professores	Número dos Discípulos
Latim	Cidade de Maceió	600\$000	Reverendo José Henrique de Amorim	29
Francez	Dita	600\$000	José Severiano de Mello	18
Lógica, Metafísica e Etnica	Dita	600\$000	Vaga	
Retórica, Poética, Chronologia, História, e Geografia	Dita	600\$000	Vaga	
Arithmetica, Algebra, e Geometria	Dita	600\$000	Francisco Elias Pereira	6
Latim	Cidade das Alagoas	600\$000	Yágo Francisco Pinheiro	53
Latim	Dita do Penedo	400\$000	Reverendo Antonio Craveiro de Barros Leite	36
Francez	Dita	400\$000	Felix Rogerio de Novaes	11
Logica, Metafísica e Etnica	Dita	600\$000	Reverendo João da Silva Lemos	1
Latim	Villa da Atalaia	300\$000	Reverendo João da Silva Cardoso	
Latim	Villa de Porto de Pedras	400\$000	Reverendo Antonio José Pinto	8

Fonte: Autor, 2015. Adaptado de ALAGOAS, Falla, 1845

A cadeira de Eloquência, que abrangia Retórica, Poética, Cronologia, História, e Geografia, encontrava-se vaga em virtude da jubilação do padre mestre Francisco de Assis Ribeiro, do mesmo modo a de Filosofia, que abarcava Lógica, Metafísica e Ética, por pedido de demissão do professor José Tavares Bastos. Contudo, o exposto nos informa que das 162 matrículas, 126 se deram para a cadeira de Latim, que contava com cinco aulas. Além disso, cinco dos nove professores informados eram padres, o que mostra o quanto a doutrina católica circulava entre docentes e discentes, sobretudo em relação ao ensino secundário e seus fundamentos na cultura humanística. A importância dada à cadeira de Latim materializava-se inclusive financeiramente, pois o presidente solicitou que os ordenados dos professores daquelas aulas fossem aumentados para o valor entre 700\$000 a 900\$000. Essa medida provavelmente não se efetivou, pois os mapas posteriores não demonstram o acréscimo do salário.

O ordenado do professor dependia da localidade, sendo que os das cidades recebiam mais que os das vilas. As exceções ficavam por conta dos lentes de Latim e Francês da cidade de Penedo, padre Antonio Craveiro de Barros Leite e Felix Rogerio de Novaes, respectivamente, que mesmo atuando em uma cidade recebiam uma remuneração menor. O

primeiro, por já estar aposentado, recebia o salário anual de 400\$00 e uma gratificação de 200\$000; já Novaes recebia somente o ordenado de 400\$00 anualmente, possivelmente por ser interino.

Concluída esta subseção a respeito dos sujeitos e saberes das primeiras configurações de educação secundária pública nas Alagoas, passarei na próxima subseção a analisar alguns mapas encontrados que revelam a presença de alunos órfãos, negros e pardos nas aulas de instrução secundária.

2.2 Alunos órfãos, negros e pardos nas aulas avulsas de ensino secundário nas Alagoas

Esta subseção destina-se a analisar três mapas de aulas avulsas do ensino secundário da década de 1840, os quais apontam a respeito da presença de um aluno órfão e oito alunos negros e pardos no ensino secundário das Alagoas, antes da metade do século XIX. Os referidos mapas são todos de aulas de Gramática Latina. O primeiro, do professor padre Francisco de Assis Ribeiro, da aula de Latinidade de Maceió, data do ano de 1844; o segundo, do professor Leopoldino Antonio Fonseca, da aula de Latim da Vila de Atalaia, remonta ao ano de 1847; e o terceiro, do professor padre Antonio Craveiro de Barros Leite, da aula de Latinidade da Cidade de Penedo, também de 1847.

Diante dessa constatação, a matrícula e frequência de alunos órfãos, pretos e pardos nas aulas avulsas de Gramática Latina, nas Alagoas, possibilitam problematizar um dos paradigmas dos estudos e pesquisas no âmbito da historiografia da educação a respeito do ensino secundário brasileiro no século XIX. Esse pressuposto seguido pela maioria dos estudiosos da área parte da referência inicial de que aquele modelo de ensino era destinado somente às elites e, conseqüentemente, para alunos brancos, não sendo admitida frequência de alunos pretos e pardos. Ou seriam esses órfãos, negros e pardos localizados pertencentes a grupos sociais abastados?

Recorrendo às evidências empíricas apresentadas ao longo dessa subseção, configurei uma hipótese de trabalho no sentido de confirmar que se tratava de alunos das camadas menos afortunadas, que não aqueles para quem o ensino secundário foi concebido, ainda que haja a possibilidade de que pertencessem a grupos sociais mais abastados. Segundo Cruz (2009), embora o critério da cor fosse a principal forma de distinguir os grupos sociais, nem sempre era possível saber “[...] quem de fato se encontrava na condição de cativo, quando se tratava de um africano ladino ou um negro crioulo, principalmente, nas regiões urbanas, onde as

atividades econômicas executadas permitiam maior autonomia [...]” (CRUZ, 2009, p. 113). Além disso, a orfandade, por si só, não indicava condição de pobreza, tendo em vista que os filhos das elites também ficavam órfãos.

Nesse sentido, busco redimensionar a situação e ação social dos negros para além da escravização e marginalização, tendo em vista que também eles estiveram inseridos no processo de escolarização e civilização. Assim, pretendo contribuir com a discussão pouco explorada acerca da presença de grupos sociais menos abastados, sobretudo, negros e pardos, no ensino secundário no século XIX.

Importante salientar que, conforme Mapa da população da Província das Alagoas, de 1849, de um total de 207766 “almas”, cerca de 70% eram negros ou pardos, sendo que 72% eram escravizados e apenas 28% livres ou libertos. Essa extensa parte da população das Alagoas, ainda afirmam os historiadores da educação, não tinha acesso à escolarização, assim, chamo a atenção para o fato de que esses negros e pardos admitidos ao ensino secundário, ainda que em pequeno número, entraram em contato com a cultura letrada, o que possibilitou a cada um deles a aquisição do domínio de códigos de conduta das pessoas livres e consideradas, por parte da sociedade, como civilizadas. No arranjo social da época, a presença desses “homens de cor” na instrução secundária, além de testemunhar a circulação de pretos e pardos no interior da sociedade alagoana, garantiu-lhes condições de exercer os mais diversos papéis na Província e fora dela.

O primeiro mapa analisado foi o da aula de Latim de Maceió, cadeira pertencente ao professor padre Francisco de Assis Ribeiro. Em manuscrito datado de 15 de março de 1844, Ribeiro atesta ter matriculado em sua aula 23 alunos. A listagem dos alunos obedecia a uma ordem hierarquizada de saberes, que ia dos conhecimentos mais simples, como adjetivos, aos mais complexos, a exemplo do estudo das obras de Salústio e Virgílio, sendo os mais adiantados considerados Provectos. Dentre os provectos estavam: José Francisco Soares, Delfino José Oliveira e José de Souza Barboza. Sete alunos estavam estudando Salústio e Virgílio, quatro estudando Cornélio e fábulas, enquanto os demais tinham adiantamento em sintaxe, nominativos, linguagem e adjetivos. Todos contavam com boa conduta e as idades variavam entre 12 e 21 anos. Na coluna destinada à paternidade, aparecem os nomes de algumas mulheres, como Felicidade Perpectua, mãe de Aprigio Justiniano de Goes, D. Anna Joaquim da Costa, mãe dos alunos Ignacio Joaquim da Costa e João Luiz de Araujo, e Maria Margarida de [Ilegível], mãe de Custodio Francisco de Mello.

QUADRO 3 – Mapa da aula de Latim de Maceió de 1844

Mappa dos Alunos de Latim da Capital q~ atualm ^e são [Ilegível] R ^{do} Francisco de Assis Ribeiro 15 de Agosto de 1844							
N ^o	Filiação	Id	Paternidade	Natur ^{de}	Conducta	Faltas	Adiantamento
1	J ^e Fran ^{co} Soares	16	Domingos Fran ^{co} Soares	Maceió	Boa		Provecto
2	Delf ^{mo} J ^e Oliv ^{ra}	16	Guilherme [Ilegível]	Idem	Id		Id
3	J ^e de Souza Barb ^{za}	20	Matheus [Ilegível] de Alburq ^e	Alagôas	Id		Id
4	M ^{el} Faust ^{no} de Paiva	17	Fran ^{co} Rodrigues de Paiva	Idem	Id		Salust. Virg.
5	Aprigio Justiniano de G ^{es}	18	Felcid ^e Perpectua	Idem	Id	6	Id
6	Luiz An ^{to} Monteiro	17	Luiz An ^{to} [Ilegível] Mont ^{ro}	Idem	Id		Id
7	J ^e da Rocha Lins	24	Estevão da Rocha Lins	S. Miguel	Id		Id
8	J ^e M ^{el} Viana	15	J ^e M ^{el} Viana	Maceió	Id		Id
9	Jonas Vertuliano Cursino	15	J ^e Rafael de Macedo	Atalaia	Id		Id
10	Joaq ^m G ^{es} do Rego	16	Joaq ^m G ^{es} do Rego	Idem	Id	8	Id
11	Ign ^{co} Joaq ^m da Costa	21	D. Anna Joaq ^m da C ^{ia}	Idem	Id		Corn. Fab.
12	Justino da Cunha [Ilegível]	13	J ^e da Cunha [Ilegível]	Maceió	Id		Id
13	Cezario Caludino Monteiro	13	An ^{to} [Ilegível] Mont ^{ro}	Idem	Id		Id
14	Joao Luiz de Ar ^o	16	D. Anna Joaq ^m da C ^{ia}	S. Luzia	Id		Id
15	Justin ^{no} Honor ^{to} de Alm ^{da}	15	Órfão	Penedo	Id		Syntaxe
16	Joaqm [Ielgível] de Amaral	18	Vic ^{te} Elias de Am ^{al}	Porto Calvo	Id		Id
17	Custodio Fr ^{co} de Mello	13	M ^a Margd ^a de [Ilegível]	Atalaia	Id		Id
18	Umbilino Americo Brazil	16	J ^e Corr ^a Brazil	Madre de Deus	Id		Linguagem
19	Je de Mendonça Rego Barro	14	M ^{el} Faust ^{no} do Rego	P. de Pedras	Id		Id
20	Salvador Calher ^{os} da Roza	12	An ^{to} Calher ^{os} da Roza	S. Luzia	Id		Id
21	Procopio Agos ^{to}	15	Marcos Agos ^{to} Sacram ^{to}	Id	Id		Id
22	J ^e Joaq ^m de Mello	14	M ^{el} Joaq ^m de Mello	Camaragibe	Id	6	Id
23	Joao de Deus de Far ^a	15	J ^e Joaq ^m de Mello	Maceió	Id	6	Adjectivos
24							

Aula de Latim em Maceió 15 de Março de 1844
Francisco de Assis Ribeiro

Fonte: Arquivo Público de Alagoas. Mapas escolares, 1844. Cx. 0061

É possível verificar que um dos alunos teve o quadro paternidade preenchido como órfão. Tratava-se de Justiniano Honorato de Almeida, natural de Penedo e com 15 anos de idade. D'Almeida, como os demais alunos, tinha boa conduta e encontrava-se na lição de sintaxe.

Outras fontes forneceram indícios da trajetória profissional e familiar de Justiniano Honorato. Uma carta, datada de 25 de setembro 1888, enviada ao conselheiro do Império, João Alfredo Correia de Oliveira, o egresso da aula de Gramática Latina pleiteou promoção da função que exercia no serviço público. Na mensagem, D'Almeida afirma que foi durante mais de 40 anos funcionário público da Fazenda da Província das Alagoas. Assegura que por essa repartição exerceu diversos cargos como: guarda simples de primeira classe; oficial de descarga; segundo escrivão na Alfândega de Penedo, quando instalada em 1868; e como Segundo Escrivão da tesouraria, cargo que ocupava quando fez uma petição ao conselheiro. Na carta solicitando a ascensão, D'Almeida destaca que também trabalhou na comissão especial para construção da estrada de ferro de Paulo Afonso, em 1883. E como razões que corroboram o pedido apresentou o seguinte:

O mesmo abaixo assignado é casado e tem a seu cargo numerosa família, cujos filhos precisam actualmente de instrucção, o mais seguro penhor que podem os paes legar a seus filhos:

Conta mais de quarenta (40) annos de serviços consecutivos prestados à Fazenda geral na alfândega de Maceió [...].

Durante longo periodo de servidor do Estado só gosou de quinze dias de licença sem vencimentos, dentro dos quais veio a capital a fim de acompanhar a sua família, visto ter sido prolongada sua commissão n'aquella alfandega³⁸.

Conforme já afirmei, o fato de ter sido órfão, por si mesmo, não indicaria a situação de pobreza do aluno, uma vez que os filhos de pessoas ricas também poderiam ficar órfãos. Entretanto, o acompanhamento dos indícios deixados pelo sujeito reforça minha presunção que no caso em tela tratava-se de um aluno pobre. Em primeiro lugar, por utilizar a justificativa de uma família numerosa que pareceu algo plausível da parte do requerente para pleitear condições financeiras de instruir toda a sua prole. E, sobretudo, associação e utilização dos serviços da Sociedade de Instrução e Amparo dos Caixeiros (1882-1884)³⁹ por um de seus filhos. Essa associação era constituída por artesãos, operários e empregados das casas comerciais de Maceió e dentre outras atividades oferecia aulas noturnas voltadas à

³⁸Carta enviada por Justiniano Honorato d'Almeida para o conselheiro João Alfredo Correia de Oliveira. Disponível em: <http://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/14888>. Acessado em: 07/08/2017 (Grifos meus).

³⁹A respeito dessa e de outras associações de caixeiros de Maceió, consultar: MACIEL, Osvaldo Batista Acioly. **A perseverança dos caixeiros**: o mutualismo dos trabalhadores do comércio em Maceió (1879 1917). Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-graduação em História, 2011.

formação mercantil. Vale lembrar que, à época, o estudo em aulas noturnas poderia indicar situação de pobreza ou de sociabilidade entre os trabalhadores para formação de seus pares, ou de pessoas próximas a ele.

Conforme informações registradas nos assentos de batismo da Catedral Nossa Senhora dos Prazeres, em Maceió, casado com Guilhermina Lima de Almeida, Justiniano Honorato de Almeida teve pelo menos sete filhos: Joao Almeida (João Luiz Honorato de Almeida), batizado em 16 de junho de 1859; Graciliano de Almeida (Graciliano de Almeida Xexeo), que nasceu em 12 de agosto de 1862 e foi batizado em 14 dezembro do mesmo ano; Octaviano de Almeida, batizado em 05 de março de 1864; Octavia de Almeida, batizada em 05 de março de 1864; Cecilia de Almeida, nascida em 02 de junho de 1871 e batizada em 10 de fevereiro de 1877; Ritta de Almeida, nascida em 12 de julho 1875 e batizada em 14 de janeiro de 1876; e Anna de Almeida, nascida em 28 de maio de 1876 e batizada em 10 de fevereiro de 1877. Conforme nota do falecimento de d. Guilhermina, publicada no periódico *Gutenberg*, de 21 de janeiro de 1896, outro filho do casal era Benedicto Honorato de Almeida.

Dentre os filhos de Justiniano e Guilhermina, João Luiz Honorato de Almeida foi sócio e aluno da Sociedade Instrução e Amparo dos Caixeiros de Maceió. Conforme Maciel (Osvaldo, 2011, p. 72), o estatuto da Sociedade definia cinco categorias de empregados auxiliares do comércio

[...] sendo a primeira dos corretores; em seguida vinha a dos leiloeiros; a terceira categoria dos agentes auxiliares do comércio seria a dos feitores, guarda-livros e caixeiros; a quarta seria composta dos trapicheiros e administradores de armazéns e depósitos; por fim, a quinta classe seria a dos condutores de gêneros e comissários de transportes.

João Luiz Honorato de Almeida frequentou as aulas noturnas de Português e de Escrituração Mercantil ministradas pela Sociedade Instrução e Amparo dos Caixeiros de Maceió, em 1883. A respeito do aproveitamento do aluno, Maciel (2010, p. 11) ressalta que:

[...] É bom notar, de qualquer modo, que nas avaliações que este aluno realiza, suas notas são ora boas, ora sofríveis, havendo uma oscilação na qualidade da aprendizagem. De todo modo, na ata de 20 de maio de 1883, informa-se que “por seu adiantamento”, ou seja, pela assiduidade nas aulas e aprendizagem, frequentaria a partir de agora “a cadeira superior” de Português. Além de denotar o bom aproveitamento que o aluno vem obtendo na disciplina, deixa-se claro então que as aulas são ministradas pelo método individualizado. Esta constatação é natural, inclusive pelo baixo número de matriculados nas disciplinas [...].

João Luiz foi ainda Conselheiro Fiscal da Companhia Progressiva de Fiação e Tecido (GUTENBERG, 1892) e Tenente da 7ª Companhia do Primeiro Batalhão de Infantaria das Freguesias de Maceió e Jaraguá (ALMANAK DA PROVINCIA DAS ALAGOAS, 1891).

Justiniano Honorato, por sua vez, foi aposentado no cargo de Segundo Escrivão do Tribunal de Contas, conforme título declaratório publicado no *Diário Oficial da União*, datado de 26 de setembro de 1895⁴⁰.

O fato de não ter exercido cargos de chefia, tendo iniciado a carreira como guarda simples, reforça a hipótese de que se tratava de um aluno pobre. Outras suposições também podem ser aventadas, como, por exemplo, a de que poderia ser filho de pais ricos ou mesmo ter sido criado por uma família afortunada.

Essa suposição baseia-se, ainda, na situação das crianças em estado de orfandade no século XIX, as quais, grosso modo, eram cuidadas por entidades religiosas, que ofereciam amparo a meninos e meninas desvalidas, de má sorte e má fortuna, ainda que outras tenham sido órfãos de pais afortunados. Muitas vezes, travava-se de filhos ilegítimos, aos olhos da sociedade cristã, e eram depositados na “roda dos enjeitados” para os cuidados de uma casa de caridade. Foram criadas, posteriormente, instituições estatais, especialmente de aprendizes e artífices, para corrigir e controlar essa infância desafortunada. De acordo com Santos (2011, p. 81), esses estabelecimentos foram criados com a finalidade de “[...] retirar do espaço social urbanizado a infância pobre e desamparada, no intuito de civilizar, disciplinar e moldar comportamentos de uma classe classificada como ‘perigosa’[...]”.

Mesmo não tendo prosseguido os estudos em uma faculdade, como é possível conjecturar, Justiniano Honorato tão logo terminou suas aulas de Latim conseguiu galgar carreira na administração estatal, mas não nos cargos de chefia, cujos lugares eram reservados aos bacharéis. O fato dele mencionar, em 1888, que tinha cerca de 40 anos de serviço prestado corrobora com a afirmativa de ser uma criança pobre, pois isso indica que iniciou a vida profissional, por volta de 1848, ou seja, com 16 anos de idade. Ainda assim, não seguiu para uma faculdade, destino dos mais abastados. Fica, pois, demonstrado que, para Justiniano, era imprescindível à vida do trabalho, pois não possuía uma situação econômica confortável. Outro fato, já anunciado, diz respeito a seu filho primogênito ter estudado em horário noturno, em uma instituição destinada a pessoas pobres, como a Sociedade Instrução e Amparo dos Caixeiros de Maceió. Considero importante lembrar que a frequência de Almeida nas aulas de Latim, bem como o contato e a aprendizagem da cultura letrada gerou para ele e sua família possibilidades de ascensão social.

Analisarei agora o mapa escolar datado de 15 de dezembro de 1847, do professor de Gramática Latina da Vila de Atalaia, Leopoldino Antonio Fonseca:

⁴⁰ESTADOS UNIDOS DO BRAZIL. **Diário Oficial**, Directoria da Contabilidade do Thesouro, Capital Federal, 26set. 1895. Seção 1, p. 12.

QUADRO 4 – Mapa da aula de Gramática Latina de Atalaia de 1847

Mappa dos Alumnos d' Aula de Gramatica Latina da Vila d' Atalaya Ano de 1847							
	Nomes	Idad.	Qualidade	Filiação	Dia da Matrícula	Natureza do Adiantamento	Observações
1.	Manoel Joaquim de Moraes	17	Branco	Dr. Antonio da Costa Moraes	1º de Agosto de 1847	Salustio e Virgilio	
2.	Francisco da Rocha Barros Loureiro	16	=	Cap. Manoel da Rocha Barros	=	=	
3.	Jozé Bonifacio da Costa e Silva	15	=	Com. ^e Sup. ^{or} Pedro Antonio da Costa	=	=	
4.	Manuel Hypolito da Costa	18	=	Cap. ^m Joaquim Gorgonio da Costa	=	=	
5.	Joaquim Barboza de Lemos	14	=	Jozé Antonio Texeira Lemos	=	=	
6.	Joaquim Manoel da Costa	18	Pardo	R. ^{do} Manoel Joaquim da Costa	=	=	
7.	Francisco de Mello Vasconcellos	=	Branco	Ten. ^e Cor. ^{el} Joaquim Jozé de Vasconcelos	=	=	
8.	Jozé Martins de Araujo Peixoto	16	=	Ten. ^e Cor. ^{el} Gualter Martins de Ar. ^o Peixoto	=	Cornelio e Fabulas de Phedro	
9.	Joze Alves da Silva e Albuquerque	=	=	Cap. ^m Nicolas Alves da Silva	=	=	
10.	Camillo Pereira da Costa	=	=	Manoel Per. ^a Dias	=	=	
11.	Jozé Miguel de Vasconcellos	=	=	Major Antonio Tobias Machado	=	=	
12.	Felippe Jozé de Vasconcellos	12	=	Ten. ^e Cor. ^{el} Joaquim Jozé de Vasconcelos	=	=	
13.	Roberto Ferreira da Costa Sampayo	13	=	Joaquim Ferreira da Costa Sampayo	=	=	
14.	Joaquim Ayres da Silva Costa	16	=	Com. ^e Sup. ^{or} Pedro Antonio da Costa	=	=	
15.	Barnabé de Araujo Lima Caldas	17	=	Matheus de Araujo Caldas	=	=	Sahio d Aula
16.	Luiz Tenorio de Albuquerque	18	=	Ten. ^e Cor. ^{el} Joaquim Tenorio de Albuquerque	=	=	
17.	[Ilegível] da Silva Dias	=	=	Vigr. ^o Francisco Vital da Silva	=	Eutropio	
18.	Apolinario Rebello Pereira Torres	14	=	Cap. ^m Manoel Gomes Brazil	=	Syntaxe	
19.	Justino de Paula Calheiros	15	=	Jacinto de Paula Calheiros	=	=	
20.	[Ilegível] Chaves Ferreira	=	=	Joaquim Felis Chaves	=	=	
21.	Philinto Elyzeo Lopes Cavalcante	12	=	Cap. ^m Antonio Cavalcante Corr ^a	=	=	
22.	Jozé Vieira Peixoto	=	=	Tem. Cor. ^{el} M. ^{el} Vieira de Ar. ^o Peixoto	=	Linguagens	
23.	Francisco Vieira de Albuquerque	14	=	=	=	=	
24.	Lourenço Fortunato da Costa	12	=	Antonio Joaquim da Costa	=	=	
25.	Jacinto Alves da Silva	15	=	Cap. ^m Silvestre Alves da Silva	15 de Outubro	=	
26.	Herculano Bertino Leite	=	=	Matheus de Ar. ^o Caldas	=	=	
27.	Francisco Ignacio da Costa	=	=	Rofino Joaquim da Costa	29 de Outubro	Nominativos	
Atalaya 15 de Dezembro de 1847							
Professor Leopoldino Antonio da Fonseca							

Fonte: Arquivo Público de Alagoas. Mapas escolares, 1844. Cx. 0061

O mapa apresenta 27 alunos com idades entre 12 e 18 anos. As lições dadas na aula eram: nominativos, linguagens, sintaxe, Eutropio, Cornelio e Fábulas de Phedro, Salustio e Virgílio⁴¹.

Dentre os alunos da cadeira, Fonseca atesta que um era de qualidade parda, Joaquim Manoel da Costa. Com 18 anos e sendo natural de Atalaia, Costa é dado como filho do Reverendo Manoel Joaquim da Costa. Seu adiantamento era as lições de Salustio e Virgílio. Em mapa da mesma aula, porém do ano de 1844 (Anexo 5), quando a cadeira era regida pelo professor padre João da Silva Cardozo, Costa, então com 16 anos aparece como filho de Antonia Maria de Jesus e teve como adiantamento nominativos. Vale salientar que o mapa de 1844 não apresenta a qualidade dos alunos, por isso não é possível fazer uma comparação nessa orientação.

Como é possível observar, comparando os dois mapas (Quadro 4 e Anexo 5), o aluno Joaquim Manoel da Costa avançou em três anos na aula de Gramática Latina de nominativos para o estudo de Salustio e Virgílio. Outra questão importante diz respeito a sua filiação, sobretudo, a paternidade. Assim, ainda mesmo havendo a possibilidade real de que Joaquim Manoel fosse filho do padre Manoel Joaquim, o referido padre aparece também como pai de quatro crianças pardas no mapa das aulas primárias em Atalaia do ano de 1845 a 1847, conforme apresentou Santos (2011). Por isso, a paternidade aqui pode não ser biológica, mas espiritual ou de apadrinhamento. Entretanto, vale ressaltar que, no período, antes da chamada romanização, era comum encontrar padres casados e/ou que constituíram famílias, em contraposição ao celibato.

O indício da qualidade parda, mesmo considerando a complexidade da terminologia na época, ajudou-me a pensar, em um universo escravocrata, a posição social que o indivíduo poderia assumir. Ao estudar as “dinâmicas de mestiçagens”, Paiva (2015) mapeou termos e expressões empregadas no mundo ibero-americano, entre os séculos XVI e XVIII. Segundo o autor, a classificação dos sujeitos era dada por uma fórmula básica: nome + qualidade + condição. A condição estaria associada à questão jurídica: escravo, forro ou livre; a qualidade, por seu turno, tinha uma semântica complexa, pois poderia identificar os tipos humanos, como índio, crioulo, mameluco, mestiço, preto, pardo e mulato, bem como outras categorizações sociais: nação, raça, casta. Assim, para o Paiva (2015), qualidade é diferente de cor, haja vista que a primeira servia para identificar, distinguir, hierarquizar, classificar e qualificar os indivíduos socialmente.

⁴¹Arquivo Público de Alagoas. Mapas escolares, 1847. Cx. 0061.

Raminelli (2012) salienta que a qualidade de um indivíduo estava relacionada com a sua nobreza ou dignidade. No entanto, havia um estreito vínculo entre a cor de pele e a qualidade de uma pessoa, assim na hierarquia das cores de pele, pretos e pardos, inatamente, de acordo com a visão da época, padeciam da falta de qualidade e eram incapazes de herdar a moral e o comportamento dos chamados brancos. Desta feita, conclui o autor que a qualidade era mais importante que a origem cativa.

No quadro número 5, apresento o mapa manuscrito pelo professor padre Antonio Craveiro de Barros Leite, da aula de Gramática Latina da Vila de Penedo, datado de dezembro de 1847. Leite apresenta um total de 40 alunos matriculados, com idade entre 12 e 25 anos. Dentre eles, sete alunos são declarados de qualidade preta ou parda. Eram eles: Manoel Simplicio do Sacramento, Jacyntho José Bizerra, Joaquim José dos Sanctos, Jose Vieira Sampayo, Jorge Martiniano Lopes, Manoel Antonio Tavares e Benvenuto Antonio de Caldas.

QUADRO 5 – Mapa da aula de Gramática Latina de Penedo de 1847

Mapa dos Estudantes da Aula Publica de Grammatica Latina da Cidade do Penêdo de que he Professor Jubilado o Rdº Padre Antonio Craveiro de Barros Leite. Dezembro de 1847									
Nº.	Nomes	Filiações	Idades	Naturalidades	Entradas	Qualidades	Habilidades	Aplicações	Adiantamentos
1	Joaquim Paulo Barboza	Gabriel Antonio de Carvalho	25	Penêdo	Fevereiro 1843	Branco	Pouco habil	Applica-se	Provecto
2	Joao Francisco de Godois	José Ferreira dos Sanctos	19	Penêdo	Fevereiro 1843	Branco	P.h.	Applica-se pouco	Provecto
3	Joaquim da Natividade Reis	Joaquim da Natividade Reis	17	Penêdo	Fevereiro 1844	Branco	P.h.	Applica-se pouco	Provecto
4	Manoel Simplicio do Sacramento	Athanario José do Rosario	21	Penêdo	Fevereiro 1844	Prêto	P.h.	Applica-se pouco	Provecto
5	Jacyntho José Bizerra	Felis José de Sancta Anna	15	Traipú	Fevereiro 1845	Pardo	Habil	Applica-se pouco	Adiantado
6	Joaquim José dos Sanctos	Agostinho José de Jesus	16	Penêdo	Setembro 1842	Pardo	Inhabil	Applica-se pouco	Adiantado
7	Manoel Piris de Carvalho	Antonio Piris Ferreira	15	Penêdo	Fevereiro 1845	B	H.	Applica-se pouco	Adiantado
8	Miguel Arcanjo Texeira Ozorio	Antonio José Texeira Osorio	16	Villa Nova	Fevereiro 1846	B	H.	Applica-se	Adiantado
9	Jose Vieira Sampayo	Manoel Vieira Sampayo	19	Palmeira	Março 1846	Pardo	H.	Applica-se	Adiantado
10	Antonio Fernandes de Oliveira Dias	José Fernandes de Oliveira	20	Penêdo	Fevereiro 1844	B	P.h.	Applica-se pouco	Adiantado
11	Manoel Fernandes de Oliveira Dias	José Fernandes de Oliveira	21	Penêdo	Fevereiro 1844	B	P.h.	Applica-se pouco	Adiantado
12	Antonio José Soares de Mendonça	Antonio José Soares	18	Penêdo	Março 1845	B	P.h.	Applica-se	Adiantado
13	Manoel Alvares Tojal	Francisco José Alvares Tojal	19	Penêdo	Fevereiro 1846	B	P.h.	Applica-se	Adiantado
14	Francisco Guirino da Silva	Antonio Silva Rocha	18	Penêdo	Abril 1844	B	P.h.	Applica-se pouco	Pouco Adiantado
15	Lourenço Pereira de Carvalho	Jacyntho Nogueira Cóvas	17	Anadia	Fevereiro 1845	B	P.h.	Applica-se pouco	Pouco Adiantado
16	Jesulymno Camillo de Telles	Camillo de Telles	17	Penêdo	Agosto 1844	B	H.	Applica-se pouco	Pouco Adiantado
17	Domingos da Costa	Manoel Pedro da Costa	16	Capacaça	Junho	B	H.	Applica-se	Pouco

	Espinosa				1845			pouco	Adiantado
18	Socrates José de Carvalho Guimarães	José Antonio Pereira Guimarães	14	Penêdo	Fevereiro 1846	B	H.	Applica-se pouco	Pouco Adiantado
19	Joaquim Antonio de Oliveira Pedral	José Antonio de Oliveira Pedral	15	Penêdo	Maio 1844	B	P.h.	Applica-se pouco	Pouco Adiantado
20	Jorge Martiniano Lopes	João da Rosa Lopes	20	Penêdo	Dezembro 1846	Pardo	P.h.	Applica-se	Pouco Adiantado
21	Antonio Cardoso Dias	José Cardoso Dias	19	Penêdo	Março 1846	B	P.h.	Applica-se	Pouco Adiantado
22	Joaquim Theodoro de Mendonça	Antonio Cristóvão de Mendonça	13	Penêdo	Setembro 1845	B	H.	Applica-se	Pouco adiantado
23	João Ladisláo Pinto Cabral	Diogo José Pinto Cabral	15	Palmeira	Abril 1846	B	H.	Applica-se pouco	Pouco Adiantado
24	Antonio Joaquim Pinto Cabral	Diogo José Pinto Cabral	16	Palmeira	Abril 1846	B	P.h.	Applica-se pouco	Primeira
25	José Leandro	José de Maya Mello	14	Penêdo	Abril 1846	B	P.h.	Applica-se pouco	Primeira
26	José Manoel Simões	Manoel do Nascimento Simões	15	Penêdo	Julho 1846	B	P.h.	Applica-se pouco	Primeira
27	João Baptista Lemos	João Baptista de Carvalho Mora	15	Penêdo	Junho 1846	B	.H.	Applica-se pouco	Primeira
28	Manoel Antonio do Valle	Manoel Prudente de Jesus	15	Japaratuba	Fevereiro 1846	B	P.h.	Applica-se pouco	Primeira
29	Joaquim Cardozo Dias	José Cardoso Dias	15	Penêdo	Março 1846	B	P.h.	Applica-se pouco	Arte
30	Manoel Antonio Tavares	Antonio Diogo Tavares	14	Traipú	Fevereiro 1847	Pardo	H.	Applica-se pouco	Arte
31	Evaristo Apollinario dos Santos	Francisco Apollinario da Conha	17	Poxim	Fevereiro 1847	B	P.h.	Applica-se pouco	Arte
32	Benvenuto Antonio de Caldas Lima	José Antonio de Caldas Mundahú	15	Capacaça	Fevereiro 1847	Pardo	P.h.	Applica-se pouco	Arte
33	Luis José da Costa	José Antonio da Costa Junior	15	Penêdo	Abril 1847	B	H.	Applica-se pouco	Arte
34	Luis José de Mendonça	José Correia de Mendoça	13	Penêdo	Fevereiro 1847	B	P.h.	Applica-se pouco	Arte
35	Luis Francisco de Oliveira	Jacyntho Francisco de Oliveira	12	Penêdo	Fevereiro 1847	B	P.h.	Applica-se pouco	Arte

36	José Simões Rabello Neto Junior	José Simões Rabello Neto	20	Poxim	Fevereiro 1847	B	P.h.	Applica-se pouco	Arte
37	Leandro José Mendes	Gonsalo Mendes Ferreira	21	Penêdo	Mai 1847	B	P.h.	Applica-se	Arte
38	Manoel Plácido de Lima	Manoel Plácido de Lima	16	Penêdo	Junho 1847	B	H.	Applica-se pouco	Arte
39	José Hygino de Carvalho Mora	José Hygino de Carvalho Mora	13	Penêdo	Junho 1847	B	H.	Applica-se pouco	Arte
40	Rosidonio Augusto de Carvalho Mora	José Hygino de Carvalho Mora	10	Penêdo	Junho 1847	B	H.	Applica-se pouco	Arte
TOTAL – 40									
Sahiráo nestes três annos [...] maiores Estudos promptos em grammatica Manoel Simões de Mello, Lourenço Antonio de Andrade, José Marques de Sousa Barboza, Felipe Benicio de Resendes Pinto, Luis José da Silva Lemos, José Joaquim de Almeida, e Laurindo da Boaventura. Sahiráo [...] tratar de negocios adiantados Luis Antonio de Medeiros Lino, João Francisco de Sales, João Antonio das Chagas Craveiro, Nathaniel Fernandes de Araujo, Francisco de Assis Asevedo Guimarães, Francisco Joaquim da Natividade Reis, e José Baptista Lemos. Este ultimo nada aproveitou. Sahiráo para tratar de Agricultura Ignacio Xavier de Barros, José Aureliano Agra Barreto, João Baptista Ferreira, João Ferreira.									

Fonte: Arquivo Público de Alagoas. Mapas escolares, 1847, Cx. 0061

O primeiro aluno de qualidade preta é Manoel Simplício do Sacramento, à época, com de 21 anos de idade. Natural de Penedo e filho de Athanario José do Rosario, Sacramento ingressou na aula em fevereiro de 1844 e em três anos seu adiantamento foi considerado provecto em Latim. Em mapa de ano anterior, o professor tinha considerado seu desenvolvimento como adiantado.

Após conclusão da aula, Sacramento seguiu a carreira eclesiástica. Em uma nota de gratidão ao médico da região do Baixo São Francisco, Dr. Socrates Guimarães, no *Jornal do Penedo*, de 5 de setembro de 1879, aparece o nome do padre Manoel Simplício do Sacramento (JORNAL DO PENEDO, 1879, nº 35). Além do periódico, um documento publicado pela Diocese de Petrolina, no ano de 2010, denominado *Os padres do interior: listas dos padres que serviram nas paróquias do alto sertão de Pernambuco* (século XVII ao século XXI), o nome de Sacramento aparece como Vigário Encomendado da “freguesia de Santa Ana do Saco”, em Parnamirim, quando fez um batizado de uma criança da freguesia de Salgueiro, em 1872, e assinou livro de óbitos de escravos, entre 1872 e 1876. O cônego Manoel Simplício do Sacramento foi também Vigário Cumulativo da Paróquia de Santo Antônio, em Salgueiro, nos idos de 1873 e de 1898 (CAVALCANTE, 2010). Ao mostrar que não apenas as motivações econômicas guiavam as relações escravistas, Maupeou (2008) assegura que o sacerdote deu liberdade à sua escrava, Joana, parda, de 28 anos, em virtude da caridade e dos bons serviços prestados por ela. Ao alforriar a escravizada afirma o sacerdote que: “[...] concede-lhe a liberdade para que gose de hoje e para todo sempre como se nascida fôsse de ventre livre a que fais por caridade e sem remuneração alguma, e em atenção aos bons serviços que lhe tem prestado [...]” (LIVRO DE NOTAS DE TABELIÃO DE TACARATU, 1880 *apud* MAUPEOU, 2008, p. 81).

Outro aluno de qualidade parda é Jose Vieira Sampayo. Com 19 anos de idade, o referido era filho de Manoel Vieira Sampayo, natural de Palmeira dos Índios e foi considerado pelo padre Antonio Leite como sendo hábil, aplicado e adiantado em Gramática Latina. Sampayo aparece ainda como aprovado simplesmente em Gramática Latina, conforme demonstra o mapa dos exames realizados no Liceu Provincial, datado de 25 de novembro de 1859. Em comunicado ao vice-diretor da instrução pública, datado de 1861, Sampayo pede autorização para criar cadeiras de primeiras letras, Latim e Francês na Vila das Palmeiras (atual município Palmeira dos Índios) ou em qualquer cidade da Província (DIÁRIO DAS ALAGOAS, 1861, [número não identificado]). Por ordem de pagamento dos ordenados aos professores de instrução primária e ordem de pagamento dos vencimentos dos professores públicos, de 1863, foi possível identificar que Sampayo e sua esposa, Capitulina Clotilde

Alves Vieira, eram professores primários da Vila de Palmeira dos Índios (DIÁRIO DAS ALAGOAS, 1863, nº 148).

Jose Vieira Sampayo, que também foi tabelião, e Capitulina Clotilde Alves Vieira tiveram pelo menos duas filhas: Maria Lúcia Duarte (1863-?) e Anna Vieira Sampaio (1870-?). Segundo o periódico *O Caixeiro*, Maria Lúcia fez seus estudos com os professores padre Procópio, Inácio Costa e Antonio Romariz e foi aprovada com distinção nos exames de Português e Francês, no ano de 1880 (O CAIXEIRO, 1880, nº 19). Após a morte de seu marido, o poeta alagoano Antonio de Almeida Romariz, Maria Lúcia estabeleceu e dirigiu o *Colégio Atheneu Alagoano* para educação de meninas, no ano de 1883. Jornalista, fundou e foi redatora de *A Revista Alagoana* (1887), dedicada ao sexo feminino, como também do *Almanaque Literário Alagoano das Senhoras* (1889). Anna Vieira, por seu turno, após concluir os preparatórios, em 1888, cursou a Faculdade de Direito, em Recife, sendo a primeira alagoana a obter o título de bacharel em Direito, no ano de 1893 (O ORBE, 1883, nº 80; BARROS, 2005; ROSA E SILVA e BONFIM, 2007).

Quanto aos demais alunos de qualidade preta e/ou parda localizados no mapa do padre Antonio Leite não foi possível, até então, encontrar rastros da sua ação na sociedade alagoana e brasileira. O pouco que se sabe deles é o que consta no referido documento.

Assim, entro em um debate mais amplo, no qual uma vertente da historiografia vem travando, no sentido de redimensionar o estereótipo do negro na história imperial brasileira, via de regra, associado ao mundo da escravidão e da marginalização. No campo da historiografia da educação, semelhante entrave vem tentando desmistificar algumas afirmativas sobre a proibição de negros nas aulas públicas do Império, sobretudo, as aulas secundárias. O fato da legislação imperial proibir os escravizados de frequentarem as aulas públicas no Brasil acabou gerando alguns equívocos em relação à presença de negros nas cadeiras, pois algumas pesquisas da historiografia mais geral e, particularmente, da historiografia da educação aponta-os como sinônimo de escravizado, inclusive sem fazer ressalva ao aumento progressivo da população liberta, em especial a partir da segunda metade do Dezenove (VEIGA, 2008).

Outras afirmativas salientam que as experiências dos negros com o ensino secundário deram-se somente ao final do Império, especialmente após a década de 1870, ou na República. Ou mesmo ainda aqueles que asseguram a escolarização de negros no Império apenas em nível primário, notadamente os ingênuos libertos após 1871. Isso sem contar os que atestam que a população negra teve acesso à escolarização apenas em instituições de

caridade ou recolhimento, como asilos e abrigos. A esse respeito, Fonseca (2007, p. 9) ressalta que:

Há um padrão de tratamento em relação aos negros na historiografia educacional brasileira e sua principal característica é a promoção da invisibilidade dos membros deste grupo racial. Isto se manifesta nos trabalhos de história da educação através da afirmação explícita ou velada de que, no Brasil, os negros não frequentaram escolas. Em geral, esta afirmação é dirigida para uma caracterização dos períodos em que vigorou a escravidão e tem como pressuposto básico a ideia de que neste sistema a relação entre negro e as escolas só poderia ser pensada em termos de uma exclusão, ou seja, o negro era o escravo, e como havia restrições legais para que os escravos frequentassem escolas, estas instituições foram interpretadas sem levar em conta a possibilidade de sua relação com a população negra.

Nesse sentido, os mapas apresentados autorizaram-me a problematizar uma representação bastante consolidada de que o aluno do ensino secundário pertencia a uma elite branca, o qual, ao apropriar-se dos valores europeus de civilização e progresso, seguiam seus estudos nas faculdades e assumiam os cargos político-administrativos no Império e nas províncias (VEIGA, 2007; GONDRA & SCHUELER, 2008). Considero importante a discussão dessas questões para não entrar em generalizações, nem homogeneizar as afirmativas.

Entretanto, a partir dessa constatação, outras questões passam a surgir, como, por exemplo, qual seria o conceito de elite? Esses alunos negros e pardos encontrados pertenciam às elites cultural, econômica e/ou política? Se não pertenciam, como conseguiram ocupar aqueles espaços? Seriam eles cativos? Estavam de alguma forma burlando a legislação imperial? Partindo da premissa de que eles eram pobres, havia algum tipo de auxílio para esses alunos? Seriam eles favorecidos por uma política de apadrinhamento? Enfim, são várias indagações diante das quais ainda não temos respostas.

Uma pista para essas questões pode ser dada por Cruz (2008) quando salienta que, muitas vezes, os professores incluíam negros/pardos as suas aulas e mapas, mesmo aqueles que eram cativos e proibidos de estudar pela legislação, passando-os por livres para receber um ordenado maior, uma vez que o salário do professor estava vinculado à quantidade alunos. No entanto, considero que o fato de ter encontrado a presença deles na educação secundária alagoana, ainda na primeira metade do Dezenove, é fator de relevância para os estudos no domínio da história da educação brasileira.

Contudo, mesmo considerando as indagações feitas, é importante salientar que as experiências educacionais em nível secundário nas Alagoas foram vivenciadas também por alunos “de cor”. Assim, eles estiveram presentes nas aulas avulsas junto com os brancos, bem como entraram em contato com um tipo de educação oferecido às elites, ou seja, apropriaram-

se de várias habilidades que os possibilitariam a galgar uma faculdade e, posteriormente, exercer funções públicas e cargos dirigentes.

Finda esta subseção, discorrerei a respeito de como se davam as seleções para professores das aulas avulsas, bem como a coexistência destas com o Liceu Provincial, após a sua criação em 1849.

2.3 Os concursos para professores e as aulas avulsas após criação do Liceu Provincial

Somente após o auge da disputa entre “lisos e cabeludos”, que se deu em 1844, é que se começa a fervilhar com mais força a ideia de criação de um liceu na Capital, que deveria concentrar todas as cadeiras de ensino secundário existentes na Província, com a remoção dos professores e cadeiras do interior.

Conforme fala do Presidente da Província, Antonio Manoel de Campos Mello, em 1846, a instituição liceal centralizada seria criada sob a fiscalização de um Conselho Permanente de Instrução Pública, pois isso iria favorecer o controle da instrução e ainda contribuiria para o melhoramento do ensino através do:

[...] contacto dos alumnos que frequentarem as diferentes Disciplinas; a emulação que deve ressentir-se entre elles; a publicidade do ensino, tendo os Lentes de dar suas lições aos olhos de todos; e huma fiscalização mais activa e immediata, todas estas circunstancias, auxiliando-se, hão de dar em resultado melhor aproveitamento dos Discipulos, e Professôres assíduos e applicados (ALAGOAS, Falla, 1846, p. 26).

Todavia, apesar do discurso do presidente, que considerava o ensino secundário como sendo “[...] as primissas indispensaveis para a cultura das Letras e das Sciencias [...]” (Falla, 1847, p. 23), ensino secundário em Alagoas continuava com boa parte de suas cadeiras vagas. Entre elas estavam as de Latim, Filosofia e Eloquência de Maceió, contando a Capital com apenas duas cadeiras, a saber: Francês e Geometria. A Cidade das Alagoas contava com as cadeiras de Latim, Francês e Filosofia, estando esta última vaga. Além destas, a Província contava somente com uma aula de Latim na Cidade de Penedo. Assim, configuravam em nove o número de cadeiras existentes, sendo frequentadas por 102 alunos (ALAGOAS, Mappa, 1847).

As falas dos presidentes provinciais em defesa de uma instituição liceal centralizada não condiziam com as ações realizadas. Entre 1846 e 1848, por exemplo, foram realizados diversos concursos para lente das cadeiras avulsas. Conforme livro das *Actas dos Exames*⁴²

⁴² Arquivo Público de Alagoas. Provimto das cadeiras de instrução pública, 1840-1849. Cx 4525.

naqueles anos foram realizados certames para as cadeiras de Língua Francesa da Cidade das Alagoas, Gramática Latina da Cidade de Maceió, Gramática Latina da Vila de Atalaia e Gramática Latina da Vila de São João de Anadia.

É conveniente ressaltar que a Lei nº 12, de 6 de abril de 1843, em seu Artigo 12º, previa que o candidato à cadeira de instrução primária ou secundária deveria ser habilitado com os seguintes requisitos: bom procedimento civil, moral e religioso, comprovados com documentos autênticos, certidão de folha corrida e isento de moléstias contagiosas.

Os concursos eram realizados no Palácio do Governo e contavam com a participação do Presidente da Província, de um membro do Conselho Permanente de Instrução Pública, de professores da cadeira, nomeados como examinadores, bem como de outros interessados. O certame se dava em uma única etapa. Nela, os candidatos eram arguidos pelos examinadores por meio de provas orais e tinham que fazer leituras e traduções escritas sobre a matéria. No caso dos candidatos à cadeira de Gramática Latina, além da arguição, deveriam fazer a tradução de textos de Tito Lívio, Horácio e de termos em português para o latim. O ritual de exame encerrava-se com a retirada dos candidatos e da plateia da sala, enquanto os examinadores davam o seu parecer. Em seguida, após o retorno de todos para a sala o resultado era lido. As avaliações eram dadas da seguinte forma: suficiente, aprovado simplesmente, bom, alguma aptidão, sofrível aptidão e reprovado.

Em 21 de fevereiro de 1846, no “[...] Palácio do Governo, perante o Il^{mo}. e Ex^{mo}. Sen^o. Presidente da Provincia, Dr. Antonio Manoel de Campos Mello, coparecerão Caetano da Silveira Amaral e Augusto Lopes, como oppositores á Cadeira de Grammatica Lingua Francêza novamente creada na Cidade das Alagoas [...]”⁴³. Os opositores depois de interrogados pelos examinadores, José Correia da Silva Titara e José Severiano de Mello, foram julgados com as seguintes notas: “[...] Caetano da Silveira Amaral aprovado simplesm^{te}. e Augusto Lopes reprovado [...]”⁴⁴. Ressalto que Amaral, em 1844, era aluno da aula de Geometria de Maceió, do professor Francisco Elias Pereira (Anexo 7).

Em concurso para a cadeira de Gramática Latina de Maceió, ocorrido em 5 de julho de 1847, inscreveram três opositores, o Rev. José Fernandes de Bulhões, Leopoldino Antonio da Fonseca e Manoel Cardozo da Cunha Brandão. Os concorrentes, depois de serem examinados nos “[...] classico mais adaptados nas Escólas, conforme o estilo dos exames de tal material [...]”⁴⁵, receberam o seguinte parecer: “[...] nós abaixo assignados nomeados pelo

⁴³ Ibid.

⁴⁴ Ibid.

⁴⁵ Ibid.

II^{mo}. e Ex^{mo}. Sen^o. Vice-Presidente da Provincia [...] julgamos que ha igualmente nelles sofrivel aptidão para o desempenho da cadeira [...]”⁴⁶. Com igual condição de aptidão o Pe. Bulhões acabou por assumir a cadeira.

Para a aula de Latim da Vila de Atalaia, em certame de 26 de julho de 1847, os opositores foram Leopoldino Antonio da Fonseca e Manoel Cardoso da Cunha Brandão. Conforme a Ata, depois de “[...] perguntas que fizerão os examinadores, tradução e thema que estes derão aos examinados [...]”⁴⁷ a banca emitiu o seguinte parecer: “[...] se achão com alguma aptidão para ensinar [...]”⁴⁸. A cadeira acabou sendo ocupada por Fonseca, que também foi Deputado Provincial durante a legislatura 1858-59, eleito pelo terceiro círculo, na primeira eleição realizada por círculos.

Manoel Cardozo da Cunha Brandão, por sua vez, foi aprovado para a aula de Latinidade da Vila de São João de Anadia, em 13 de novembro de 1848. Depois das perguntas feitas pelos examinadores e da tradução que fez “[...] dos Classicos Tito Livio e Horacio, e themas de portuguez para o latim [...] achamos que merece a aprovação de suficiente [...]”⁴⁹.

Em certame datado de 20 de dezembro de 1848, para a cadeira de Latim de Maceió, não havendo nenhum outro habilitado para concurso, o único opositor foi Rev. Satyrio José Barbosa. Após examinado, com perguntas, tradução e temas do português para o latim, Barbosa recebeu a “[...] aprovação no grau de bom [...]”⁵⁰.

A localização de documentação indicando a realização de concurso público para as cadeiras do ensino secundário, à essa época, possibilita-me revisar a afirmativa de Costa (1931) e Verçosa (2006) ao assegurar que o Conselho de Instrução Pública não conseguiu realizar concursos públicos, pois estava impregnado de afilhadagem. Não estou negando o apadrinhamento e o “filhotismo político”, tendo em vista que os concursos poderiam ser manipulados, podendo favorecer uns em detrimento de outros, mas constatando que o Conselho realizou concursos, ao contrário do que os autores afirmaram. Vale salientar que, no mesmo livro das *Actas dos Exames*, é possível também encontrar concursos para a instrução primária e para outros cargos na instrução, como amanuense e escriturário.

Além disso, a realização de concursos públicos nesse período não era comum nem no Colégio de Pedro II, no qual, segundo Artigo 12 do Regulamento nº 8, de 31 de janeiro de 1838, a admissão de professores feita exclusivamente pelo Imperador, dando-se preferência

⁴⁶ Ibid.

⁴⁷ Ibid.

⁴⁸ Ibid.

⁴⁹ Ibid.

⁵⁰ Ibid.

aos empregados do Colégio, que se achassem habilitados. Segundo Araújo (2004), essa prática perdurou até pelo menos 1844. E até 1847 o Colégio da Corte tinha realizado apenas dois concursos, um para a cadeira de Filosofia, tendo sido aprovado o professor Francisco de Sales Torres Homem e outro para as cadeiras de História e Geografia Descritiva tendo sido aprovado o professor grego João Baptista Calogeras. Assim, a utilização de certame para admissão de professores para o Colégio do Imperador era uma exceção diante dos favores do patronato nas seleções.

Ainda segundo Araújo (2004), os concursos públicos para professor do ensino secundário representavam um atalho para aqueles que queriam ascender socialmente, pois, uma vez aprovados para as cadeiras das instituições mais conceituadas, os candidatos passavam a ter notoriedade social e política, o que não era diferente em Alagoas.

Mesmo com os concursos e provimentos das cadeiras avulsas, nos anos seguintes vários foram os manifestos em favor da criação do Liceu Provincial, instituição que, segundo João Capistrano Bandeira de Mello, Presidente da Província em 1848, serviria às elites alagoanas para seu desenvolvimento intelectual e cultural em “marcha à civilização”, sendo essa classe dirigente a “[...] propagadora e esclarecedora das verdades máximas, das Leis do Estado, das regras morais e religiosas [...]” (ALAGOAS, Falla, 1848, p. 8). Tais pretensões podem ser apreendidas quando afirma que:

[...] ousou propor-Vos a criação de um Lyceo, onde possa com facilidade a classe que prepondera tornar-se não só mais numerosa, como também adquirir o desenvolvimento intellectual necessario para exercer uma influencia benefica sobre a conduta e opinião das outras classes [...] (ALAGOAS, Falla, 1848, p. 9).

Pela primeira vez um presidente da Província das Alagoas trata a instrução secundária como sendo indispensável para a civilização, especialmente no sentido da distinção de grupo social. Note-se que, conforme ele afirma, os grupos superiores ao atingirem a dita civilização iriam exercer uma influência benéfica nas classes menos abastadas, ou seja, fica evidente que o ensino secundário era um aprendizado para a elite, a qual teria a função de comandar e mandar e, por outro, os demais membros da sociedade, a população livre e os escravizados seriam mandados e comandados. Assim, a elite apropriar-se-ia de um determinado tipo de saber voltado “[...] para o refinamento de comportamentos e domínio de estratégias de convivência que privilegiam um maior controle emocional, capacidade de argumentação, de convencimento, bem como uma mais apurada habilidade de sedução” (GEBARA, 2012, p. 17-18).

Saliento que, para Elias (2011, p. 23), o conceito de civilização “[...] resume tudo o que a sociedade ocidental dos últimos dois ou três séculos se julga superior a sociedades mais antigas ou a sociedades contemporâneas ‘mais primitivas’ [...]”. Fazendo uma analogia com a fala do Presidente da Província é possível afirmar que a criação do Liceu constituía um espaço para uma formação distinta da elite alagoana em relação aos demais grupos sociais. Na instituição seria exposto o seu potencial civilizacional, pois, o ser humano não é portador inato de um modelo de civilização, mas apropria-se desses padrões de comportamento e valores das gerações antecessoras, mediante o aprendizado pessoal dos símbolos sociais da sua figuração. Conforme Elias (2006, p. 21),

Embora os seres humanos não sejam civilizados por natureza, possuem por natureza uma disposição que torna possível, sob determinadas condições, uma civilização, portanto uma autorregulação individual de impulsos do comportamento momentâneo, condicionado por afetos e pulsões, ou o desvio desses impulsos de seus fins primários para fins secundários, e eventualmente também sua reconfiguração sublimada [...].

Para o Presidente, as aulas avulsas de ensino secundário na Província das Alagoas não conseguiam atingir os objetivos propostos para aquele tipo de ensino, qual seja: formar as elites locais para ocupar os cargos do estado que aos poucos se desenhava, a partir de um determinado padrão de civilização, baseado nas leis, na moral e na religião. Do ponto de vista dos processos civilizadores, pode-se afirmar que o intuito daquelas aulas era imprimir nos alunos os padrões de comportamento, mediante o controle dos afetos e pulsões, o que, segundo o Presidente, não ocorria com o modelo de cadeiras avulsas, pois representavam um modelo de ensino anterior, que não condizia mais com as demandas da nova sociedade e dos tempos modernos.

Nesse sentido, visando melhorar a instrução pública secundária, os legisladores aprovaram o projeto de fundação do Liceu, em 1849. Este estabelecimento que, em muitas províncias já funcionava, havia muito era reclamado nas Alagoas. Como afirmei anteriormente, em 1831, já se discutia a criação da instituição. Outros projetos vieram à tona, porém as divergências políticas envolvendo a nova e a antiga Capital da Província, sobretudo a disputa entre “lisos e cabeludos”, contribuíram para o retardamento da iniciativa. Toda essa agitação social do período levou os governantes locais a empreenderem esforços no sentido de reprimir tais movimentos, em detrimento dos investimentos que deveriam fazer na instrução pública.

Meses antes da criação do Liceu Provincial as aulas públicas de instrução secundária encontravam-se distribuídas da seguinte forma:

QUADRO 6 – Mappa das aulas de Instrução Secundaria na Província das Alagoas (1849)

Matérias de Ensino	Lugar das Aulas	Ordenados	Nomes dos Professores	Número dos Discípulos
Latim	Cidade de Maceió	600\$000	Reverendo Satirio José Barboza	34
Francez	Dita	600\$000	José Severiano de Mello	13
Lógica, Metaphyzica e Etica	Dita	600\$000	Vaga	
Retórica, Poética, Chronologia, História, e Geographia	Dita	600\$000	Vaga	
Arithimetica, Algebra, e Geometria	Dita	700\$000	Francisco Elias Pereira	7
Latim	Cidade das Alagoas	600\$000	Iago Francisco Pinheiro	30
Francez	Dita	500\$000	Felis Rogerio de Novaes	11
Lógica, Metaphyzica e Etica	Dita	600\$000	Vaga	
Latim	Cidade do Penêdo	400\$000	Reverendo Antonio Craveiro de Barros Leite	45
Latim	Villa da Atalaia	500\$000	Leopoldino Antonio Fonseca	21
Latim	Villa de Anadia	500\$000	Manoel Cardozo da Cunha Brandão	

Fonte: Autor, 2015. Adaptado de ALAGOAS, Falla, 1849

A criação do Liceu Provincial, no ano de 1849, não suprimiu as aulas avulsas, que continuaram no interior da Província. Assim, não houve uma centralização de todas as aulas como desejava o Presidente Antonio Manoel de Campos Mello, em 1846. Durante vários anos, até menos o período desta pesquisa, houve a coexistência dos dois modelos.

Do ponto de vista da teoria da história, a continuidade das aulas avulsas em concomitância com o Liceu Provincial sugere a ideia de processo, ou seja, um movimento de mudanças lentas. Nesse sentido, a história é entendida a partir das permanências, considerando-se que não houve uma ruptura total com o modelo anterior, ainda que essa tenha sido a ideia inicial. Sendo assim, não houve uma transição do modelo de aulas avulsas para o modelo liceísta, visto que os dois modelos permaneceram como fenômenos históricos independentes, até certo ponto, e se desenrolaram simultaneamente.

Em 1854, as cadeiras de Gramática Francesa de Alagoas e de Penedo foram restauradas⁵¹. O professor Filinto Elysio da Costa Cutrim assumiu a cadeira de Penedo permanecendo até 1856, quando foi nomeado substituto de línguas do Liceu. No exercício da aula de Francês, Cutrim recebeu severas críticas do Diretor da Instrução Pública, Silva Titara,

⁵¹ Lei nº 238, de 10 de abril de 1854.

sendo equiparado ao professor de Gramática Latina da cidade, Trajano Baptista da Silveira, considerado não assíduo, negligente dos seus deveres, de péssima conduta, dado a um crápula. Por isso, Silva Titara afirmou: “[...] em vez de ser bem foi um mal que se enviou para o Penêdo, com a nomeação do Professor de Francez”⁵².

Por esse motivo, ambos os professores foram suspensos por 30 dias pelo Presidente da Província, Antonio Coêlho de Sá e Albuquerque, conforme Portaria de 20 de novembro de 1855. Cutrim requereu que fosse retirada a suspensão, bem como fosse feito o pagamento do seu ordenado alegando ter “[...] cumprido com os seus deveres, lecionando com aproveitamento aos alumnos, que frequentarão a aula à seu cargo [...]”⁵³. No entanto, não logrou êxito, haja vista a continuidade da suspensão e o não pagamento do seu ordenado.

Por outras vezes, Cutrim e Silva Titara entraram em confronto, como na Sessão da Congregação do Liceu Provincial de outubro de 1858. Naquela ocasião, Cutrim, então professor substituto de francês, pleiteava a efetivação como vitalício sem concurso público. Por ser contra a efetivação do professor sem exame, Silva Titara, salienta ao Presidente da Província, que na reunião o não aceitava as faltas que lhes foram dadas e “[...] começou bruscamente a faser-me increspações infundadas em altas voses [...] e logo levantando-se da cadeira em que estava á minha direita, chegando ao ponto de aproximar-se de mim e acenar com a mão tanta proximidade do mêo rosto que fui obrigado da cadeira em que me achava afasta-lo de junto de mim [...]”⁵⁴. Ainda assim, Cutrim foi efetivado.

A aula de Gramática Francesa da Cidade das Alagoas foi posta a concurso em 1856. Os dois opositores foram Filinto Elysio da Costa Cutrim e Francisco Frederico de Cerqueira Valente. Ambos foram considerados igualmente habilitados para o ensino da cadeira, sendo considerado “[...] o primeiro – optimo, por um voto, e bom, por dois, e o segundo – a mesma votação”⁵⁵, pelos examinadores José Correia da Silva Titara, José Alexandrino Dias de Moura e Guilherme José da Graça. O concurso deu-se a 11 de janeiro, na sala de exames do Palácio do Governo e os examinados traduziram sobre um tema em francês conforme imagens.

⁵² Arquivo Público de Alagoas. Instrução Pública, documento avulso. Cx. 0060.

⁵³ Arquivo Público de Alagoas. Instrução Pública, documento avulso. Cx. 0060.

⁵⁴ Arquivo Público de Alagoas. Ofício nº 228/1858. Cx. 0064.

⁵⁵ Arquivo Público de Alagoas. Instrução Pública, documento avulso. Cx. 0060.

IMAGEM 3 – Exame de Francisco Frederico de Cerqueira Valente, opositor da cadeira de Francês de Alagoas, 1856

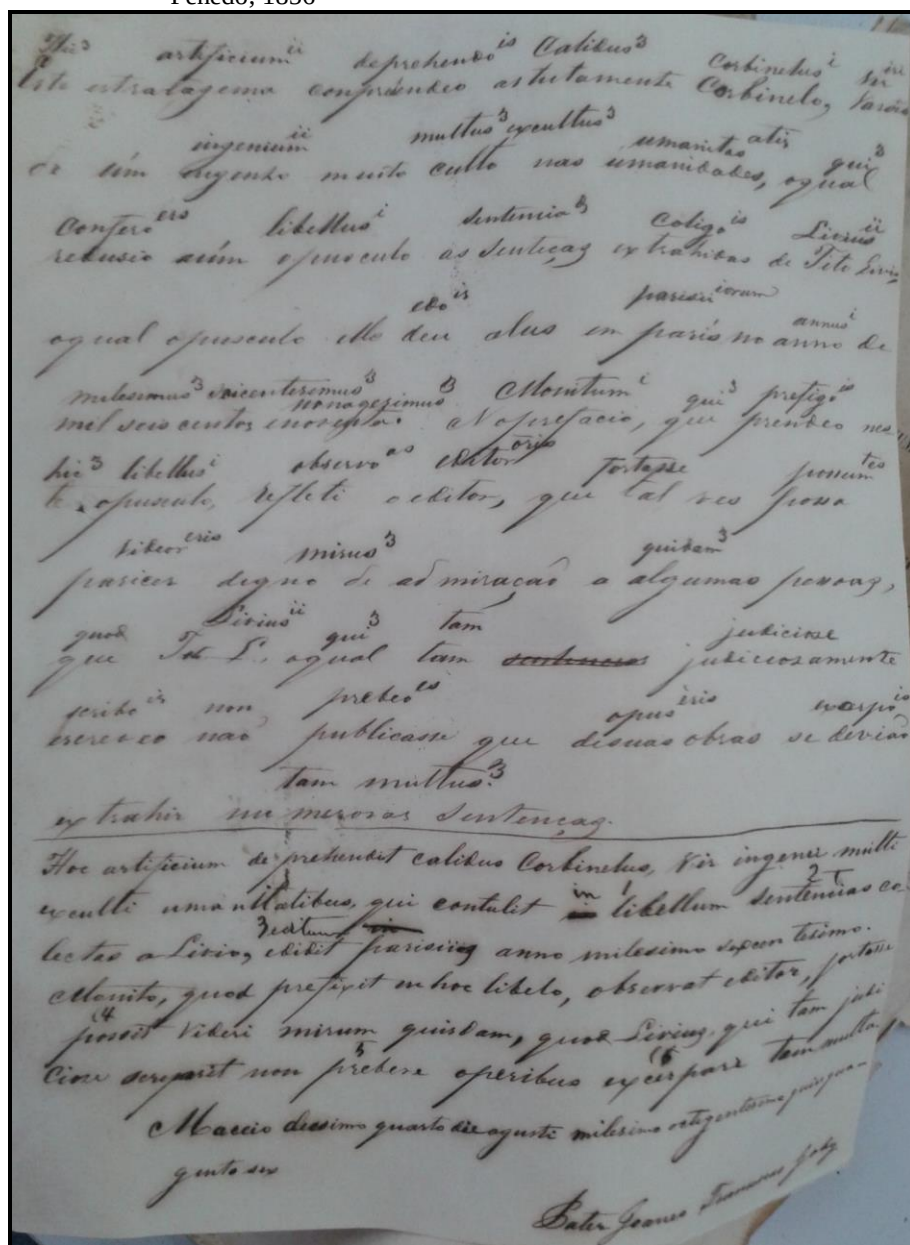
Les tourments de la vie
 et quasi bon, ~~Seigneur~~, voulez-vous que je vous
 raconte cette lente angouisse? vous savez certes
 quel fut le long martyre de cette femme, fille
 épouse, et mère d'un lais, est-ce que vous croiriez
 que je puisse satisfaire le vœu de tous ces docteurs
 ? cependant puis-je vous le cacher, je vais au moins
 prendre cette horrible tâche. Il est bon d'ailleurs
 que ces crimes ne soient pas oubliés; il y a une
 leçon solennelle au fond de ces ~~crimes~~ ^{2^o} misères ^{1^o} terribles
 et on ne peut pas bien la payer, en l'ache-
 tant d'un peu de quelques angouisses. Je commence
 Et toi, oh! mon cœur - taiser-vous!

Mars 11 de Janeiro de 1856
 Fran^{co} Frederico de Cerqueira Valente
 1^o de ~~la~~
~~la~~ ~~la~~ ~~la~~
 au ~~la~~ ~~la~~ ~~la~~
 (ou mieux fais silence)

Francisco Frederico de Cerqueira Valente além de professor de Gramática Francesa foi Deputado Provincial nas legislaturas de 1864-65 e 1868-69, em ambas pelo 2º distrito e, posteriormente, em 1880-81 (BARROS, 2005b).

No mesmo ano, a aula de Latim da cidade de Penedo foi colocada a concurso. O único candidato foi o Reverendo João Francisco de Godoes que, avaliado por Leopoldino Antonio da Fonseca, Francisco José da Costa e José Alexandrino Dias de Moura, obteve o resultado de “[...] bom por um sufficiente por dois [...]”⁵⁶.

IMAGEM 4 – Exame de João Francisco de Godoes, opositor da cadeira de Latim de Penedo, 1856

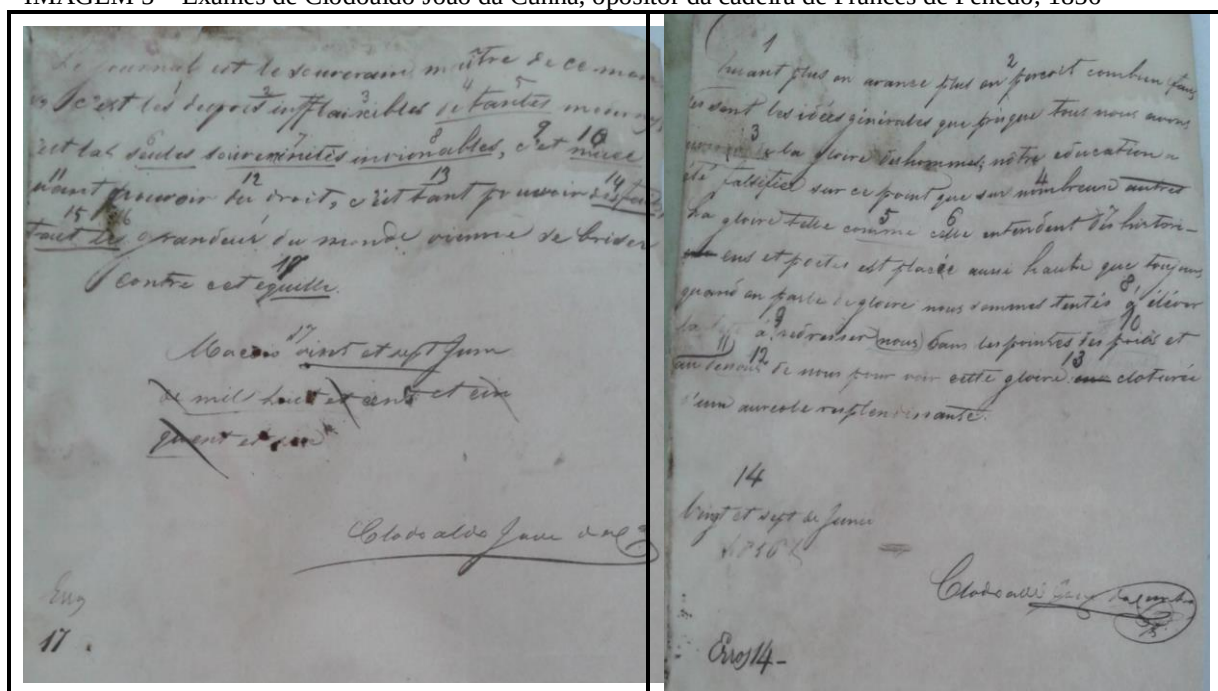


Fonte: Arquivo Público de Alagoas. Instrução Pública, documento avulso. Cx. 0060

⁵⁶ Arquivo Público de Alagoas. Instrução Pública, Documento avulso. Cx. 0060.

Outra cadeira que foi posta a concurso, em 1856, foi a de Gramática Francesa da cidade de Penedo. “[...] Tendo sido sufficientemente publicados os Editaes pelos jornaes desta cidade, e affixados nos respectivos Termos da Provincia [...]”⁵⁷ o exame foi realizado no dia 27 de junho. Foram opositores os senhores Francisco Canuto de Araujo (que posteriormente foi secretário do Liceu Provincial), Clodoaldo João da Cunha e Pedro Baptista José de Lima, sendo que os dois primeiros foram considerados inabilitados e o último bom e suficiente. Os examinadores eram José Alexandrino Dias de Moura, Guilherme José da Graça e Filinto Elysio da Costa Cutrim.

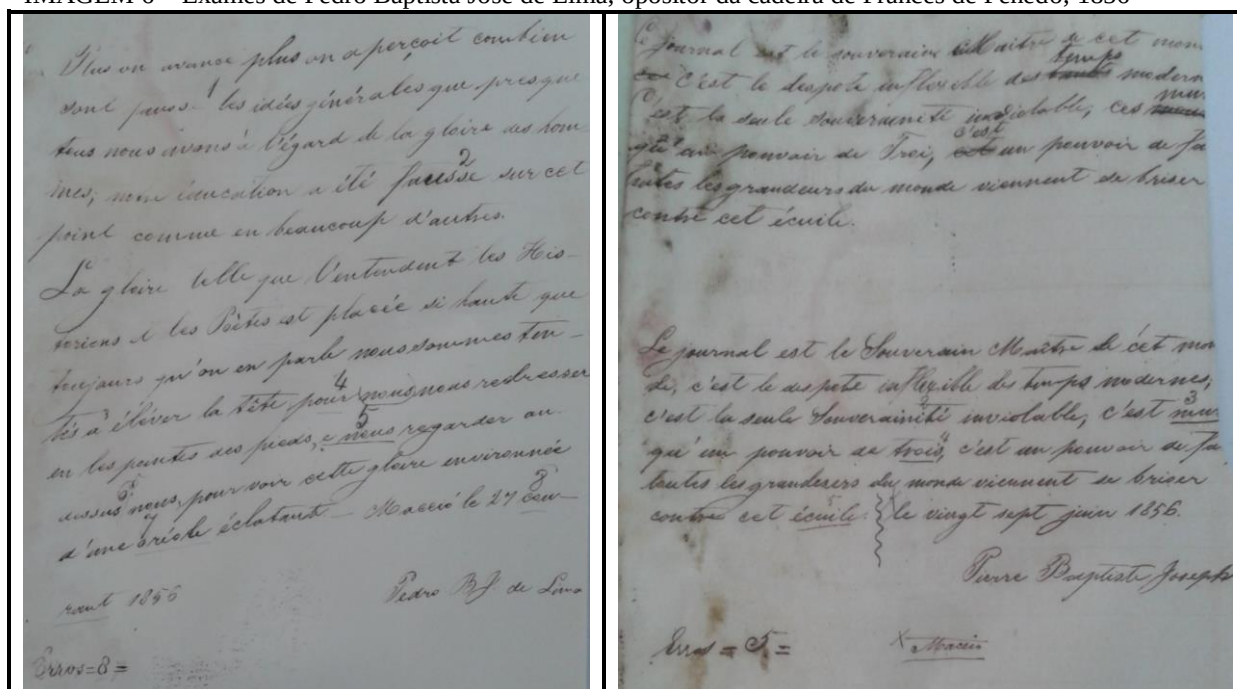
IMAGEM 5 – Exames de Clodoaldo João da Cunha, opositor da cadeira de Francês de Penedo, 1856



Fonte: Arquivo Público de Alagoas. Instrução Pública, documento avulso. Cx. 0060

⁵⁷ Arquivo Público de Alagoas. Ofício 114. Cx. 0060

IMAGEM 6 – Exames de Pedro Baptista José de Lima, opositor da cadeira de Francês de Penedo, 1856



Fonte: Arquivo Público de Alagoas. Instrução Pública, documento avulso. Cx. 0060

Importante notar que nos concursos era exigido que os opositores escrevessem um texto a respeito daquela matéria. Os pareceres dados pelos avaliadores, como “ótimo”, “bom”, “suficiente”, “sofrível”, eram baseados no critério da contagem dos erros de palavras e frases escritas pelos candidatos. No caso exposto, das provas de línguas, suponho que se tratava da tradução de algum texto. Assim, o exame era considerado suficiente para comprovar conhecimento sobre a cadeira, bem como habilitava para o exercício da profissão docente, tendo em vista que não se exigia uma formação anterior específica. Torna-se o concurso um instrumento de qualificação e diplomação para o aprovado, como também um definidor do perfil profissional docente para o ensino secundário.

A partir da criação do Liceu, as aulas avulsas passaram a ser sempre vistas como um peso e desperdício de dinheiro aos cofres públicos. A baixa frequência, sobretudo nas aulas de Latim e Francês de Alagoas, e na de Latim de Atalaia foram alvo de frequentes críticas nos Relatórios da Instrução Pública e Falas dos Presidentes da Província. Em visita a cadeira de Latim de Atalaia, o então Diretor da Instrução Pública, José Correa da Silva Titara, atestava que o aluno mais adiantado “[...] tinha nas mãos Horacio, porem que mal entendia o Salustio e mesmo nem ainda as fabulas de Phedro [...]”⁵⁸, por isso, alegava que “[...] esta aula é um

⁵⁸ Arquivo Público de Alagoas. Ofício nº 69/1858. Cx. 0064.

verdadeiro desperdício dos dinheiro publicos, como são as de latim e frances da Cidade das Alagoas [...]”⁵⁹.

Em ofício de 14 de agosto de 1857, enviado ao Diretor da Instrução Pública, José Correa da Silva Titara, o Inspetor Paroquial da Cidade das Alagoas, padre Cândido José Alves da Silva, afirma que a julgar pela quantidade de alunos e pelo seu aproveitamento seria melhor fechar as aulas secundárias da cidade. Para o inspetor esses problemas se davam em razão do pouco zelo, descuido e negligência dos professores para com as suas cadeiras. Para ele, o adiantamento dos alunos era limitado, como nas palavras que se seguem:

[...] os dous alunos que lá vi, tendo nas mãos o sublime poeta classico – Horacio – mal poderão tradusir e entender Virgilio. Não são estudantes taes q~ podem ter nas mãos o Horacio, o que parece desejo de dar importancia á aula e aos alumnos pelo valor dos livros que se manda tradusir [...]”⁶⁰.

Ao fiscalizar as cadeiras de Latim e Francês de Alagoas em 1859, o próprio Diretor da Instrução assegura que os mais adiantados dentre os dez alunos da aula de Língua Francesa, regida pelo professor Francisco Frederico de Cerqueira Valente, sequer sabiam traduzir Telêmaco. O que segundo ele justificava a remoção da cadeira para o Liceu, em Maceió⁶¹.

Por ter uma frequência maior, em geral, a aula de Latim de Penedo era poupada e não sofria muitas críticas. A manutenção das cadeiras da Cidade das Alagoas e a de Atalaia pela baixa quantidade de alunos eram vistas uma forma de proteção aos professores e as elites daquelas cidades. Nas palavras de Titara “[...] a instrução secundaria dispersa pela Provincia é inteiramente uma burla” (ALAGOAS, Falla, 1859, Anexo D, p. 6).

Em 1860, o Presidente da Província, Pedro Leão Velloso, defendeu que o ensino secundário fosse centralizado na Capital, pois segundo ele não havia vantagem nas cadeiras avulsas, sobretudo as de Latim, que não tinham utilidade prática (ALAGOAS, Falla, 1860). Aqui aparece um elemento novo, ao menos nas falas oficiais, que seria a crítica ao ensino do latim, e conseqüentemente daquele dito ornamental, pela não praticidade. A língua mãe também foi alvo de várias críticas no ano de 1875, quando o então diretor da instrução pública, Antonio Martins de Miranda, em seu Relatório afirmou que proporia a supressão da cadeira se ela não fosse exigida nos exames das escolas superiores do império (ALAGOAS, Relatório, 1875). As críticas seguiram até que em 1863 a cadeira de Latim de Alagoas foi suprimida, por ordem do Presidente Roberto Calheiros de Mello.

⁵⁹ Ibid.

⁶⁰ Arquivo Público de Alagoas. Instrução Pública, 1859. Cx. 0059

⁶¹ Arquivo Público de Alagoas. Instrução Pública. Ofício 107/1859. Cx. 0059.

Em 1865, o professor José Prospero Jehovah da Silva Carootá, proprietário do Colégio Nossa Senhora da Conceição, em Penedo, solicitou ao Presidente da Província que as aulas avulsas secundárias públicas da cidade fossem anexadas ao seu colégio. Em maio de 1865, o pedido foi negado conforme trecho abaixo:

Revela preponderar-vos que o Dr. José Prospero Jehovah da Silva Carootá, professor de filosofia da cidade do Penedo instituiu ali um collegio particular de instrucção secundaria; e querendo auxiliar-se das aulas das aulas publicas de lingua franceza, e latina, pedio-me consentimento para poderem ellas funcionar dentro do edificio do seu collegio. Lei nenhuma o autorizava, mas tambem não prohibia; antes util seria a reunião. Parecendo-me que os professores estavam accordes em pensamento, faltando só a homologação da presidencia dei o consentimento: mas eis que o padre João Francisco de Godoy professor de latim me dirige uma longa petição, reclamando contra a obrigação que entendia que eu lhe impunha (petição que, ainda ha pouco, no dia 25 de abril foi publicada no *Diário das Alagoas*). Eu que penso saber applicar a coacção contra os que se desviarem dos cumprimentos de suas obrigações perfectas, traçadas em lei, penso igualmente que, quando não ha lei impondo deveres, não há direito de impor pena; revoguei o consentimento (Falla, 1865, p. 8).

Todavia, pela Resolução nº 450, de 17 de julho de 1865, o governo provincial voltou atrás e acatou o pedido do professor. Assim, as quatro aulas de instrução secundária pública do Penedo foram anexadas ao Colégio Nossa Senhora da Conceição. Por vezes, pela união das cadeiras em um mesmo prédio davam-lhe o nome de “Liceu do Penedo”. As aulas públicas funcionavam em forma de externato, enquanto as particulares em internato. A união durou até o ano de 1870, quando o colégio particular encerrou suas atividades e abriu um externato. Saliento que antes de fundar o colégio, Carootá foi professor de Geografia e História do Liceu das Alagoas, tendo pedido demissão em 1855.

A respeito da incorporação das aulas públicas pelo colégio particular, salientou Thomas do Bomfim Espíndola, então Diretor da Instrução Pública:

Estes estabelecimentos confiados, como se acham, á direcção de cidadãos distinctos e dignos de todo e qualquer elogio muito prometem á provincia pelos beneficios que vão sendo sentidos, principalmente o da cidade do Penedo, que póde vir a ser o emporio da civilisação dos numerosos povoados que estanceiam nas opulentas margens do opulento S. Francisco; e por sem duvida, medindo sabiamente o alcance das vantagens de um estabelecimento desta ordem n’aquellas paragens, foi que a assembléa legislativa provincial promulgou a resolução n. 450 de 17 de junho do anno proximo findo, a qual annexou-lhe as quatro aulas publicas de instrucção secundaria alli existentes, continuando a ser gratuito o ensino dado nas referidas aulas, as horas do ensino a ser determinadas pelo regulamento da instrucção publica e ordens em vigor e a inspecção a ser feita pelos membros do governo da instrucção publica, pelo presidente da camara municipal e inspector parochial respectivos; lei esta que só ainda não foi cumprida pelo professor de latim padre João Francisco de Godoy, visto como desde que foi promulgada e mandada executar este professor ha sempre allegado soffrer aturadamente asthma [...] (ALAGOAS, Relatório, 1866).

Em *Dois textos de alagoanos exemplares* (2004), o historiador alagoano Luiz Sávio de Almeida ressalta que Caratá, junto com Francisco Dias Cabral são considerados os primeiros historiadores de Alagoas. E, que, ligado ao Partido Conservador, ele era continuamente atacado por liberais, como Tomás Espíndola e o próprio Dias Cabral. Ainda segundo Almeida (2004, p. 12), enquanto a história em Dias Cabral é “[...] uma história mais erudita, de maior passo teórico, Caratá é uma história mais claramente de defesa política [...]”.

As aulas públicas até 1870 eram quatro: Latim, Francês, Geografia, História e Filosofia. No ano seguinte, passaram a ser apenas duas: Latim e Francês, pois as demais estavam vagas e, posteriormente, foram fechadas. As aulas avulsas de ensino secundário público no Penedo seguiram até pelo menos onde alcança o recorte temporal da pesquisa. Geralmente, não recebiam a devida atenção político-administrativa e financeira dada ao Liceu e aos Exames de Preparatórios. Entretanto, certamente teve um papel fundamental na formação das elites alagoanas, em especial do médio sertão do São Francisco.

Ao terminar esta seção considero importante ressaltar que, na historiografia da educação, grosso modo, as aulas avulsas são consideradas dispersas e sem fiscalização, sendo o modelo de ensino fortemente criticado. Entretanto, a vasta quantidade de mapas e a seleção de professores indicam que nas Alagoas elas passaram por um rigoroso controle estatal.

Isto posto, passarei a discorrer, na próxima seção, sobre o Liceu Provincial das Alagoas.

3. FORÇAS CENTRÍPETAS NA CONFIGURAÇÃO DO ENSINO SECUNDÁRIO NAS ALAGOAS: O LICEU PROVINCIAL DAS ALAGOAS

Nesta seção objetivo analisar a fundação, estruturação e afirmação do Liceu Provincial das Alagoas, enquanto instituição oficial de ensino secundário nas Alagoas. Ressaltarei as relações internas e externas, as disputas por posições e poder dos sujeitos que o constituíam.

3.1 Os anos iniciais e a problemática da baixa matrícula e frequência

Conforme expus na seção anterior, as tentativas de criação e instalação de um Liceu nas Alagoas surgiram ainda na antiga Capital, Alagoas do Sul, no período da abertura do Conselho Geral da Província, em 1831. Na ocasião, em fala dirigida aos conselheiros, o então Presidente da Província, Manoel Lôbo de Miranda Henriques, assim se expressava:

Hé evidente a necessidade de um Lyceu n'esta capital não só para facilitar à mocidade os preparatórios para os estudos maiores como para vulgarisarem-se esses princípios que desenvolvem a razão e aperfeiçoão-na: esta medida lembrada por este Governo no primeiro anno da abertura d'este Conselho e tomado em consideração, deve ser renovado por vós a fim de obter-mos a mesma ventura que obtiverão a tal respeito as Províncias de Parahyba e Ceará na sessão deste prezente anno (HENRIQUES, 1831 Apud DUARTE, 1961, p. 10).

Em resposta a solicitação do Presidente, o Conselho Geral da Província cogitou a criação de um “Colégio de Aulas Preparatórias”, proposta que foi cancelada na 2ª sessão do Conselho, em 1832. Em 1833, uma nova tentativa, desta vez com o Presidente Vicente Tomaz Pires de Figueiredo Camargo, que, ao tratar das aulas avulsas, afirmava que:

[...] estas aulas seriam suscetíveis de melhoramento, se de avulsas que estão passassem a fazer um colégio em um Edifício com Estatutos completamente organizados debaixo da inspecção de um diretor, e à semelhança do Liceu de Pernambuco; a boa direção e melhor fiscalização seriam os resultados de tal estabelecimento. Não será fóra de propósito lembrar que para Casa poderá servir com alguns consertos parte do Convento de S. Francisco, enquanto pela falta de rendimentos nacionais não se possa fazer uma própria [...] (CAMARGO, 1833 Apud DUARTE, 1961, p. 15-16).

No tocante ao que ocorria em outras províncias, como Paraíba, Ceará e Pernambuco, os presidentes das Alagoas insistiam na criação de um estabelecimento liceal, que centralizaria as aulas de humanidades sob um único edifício, estatuto e diretor. Na proposta de Vicente Camargo, o Liceu funcionaria no convento de Santa Maria Madalena, na Cidade das Alagoas, então Capital da Província, tendo em vista a falta de recursos para edificação de uma

casa própria. No entanto, as mudanças desencadeadas pelo Ato Adicional criando as Assembleias provinciais deixaram os Conselhos inoperantes e a medida não prosperou.

Outra tentativa deu-se em 1835, quando a Assembleia Legislativa Provincial, chegou até a votar um projeto de criação do Liceu apresentado pelo deputado Silvestre Domingues da Silva. Todavia, a iniciativa não logrou êxito e o projeto foi reprovado na 2ª discussão. Naquele mesmo ano, o Presidente da Província, José Joaquim Machado de Oliveira, defendia como vantagem da criação do Liceu “[...] a centralização destas Aulas: as regras que se devem estatuir para a sua administração interna: o concurso dos Alumnos: o conhecimento reciprocos que por este meio se adquirem: e a bem entendida emulação que dahi pode prover, são vantagens que por si só falam muito alto [...]” (Falla, 1835, p. 3).

Nesta perspectiva, o Liceu deveria ser uma instituição instrutiva, planificada, controlada, fiscalizada em todas as suas ações e racionalizada nos seus processos, enquanto normas. Elias (1994) aponta essas questões indicando a relação entre a escolarização, os processos de controle das emoções e amoldamento dos comportamentos como sendo:

[...] a maneira como a sociedade promove a adaptação dos indivíduos a suas funções adultas acentua, com muita frequência, a cisão e a tensão internas a seu psiquismo. Quanto mais intenso e abrangente é o controle dos instintos, quanto mais estável é a formação superegóica exigida pelo desempenho das funções adultas numa sociedade, maior se torna, inevitavelmente, a distância entre o comportamento das crianças e dos adultos; quanto mais difícil se torna o processo civilizador individual, mais longo é o tempo necessário para preparar as crianças para as funções adultas. Justamente por ser tão vasta a discrepância entre a atitude das crianças e o que se exige dos adultos, o jovem já não é colocado, quando criança em degrau mais inferior da carreira funcional que está destinado escalar, como nas sociedades mais simples. Não aprende diretamente, servindo um mestre adulto de sua função, como fazia o pajem de um cavaleiro ou um aprendiz de um mestre artesão. Ele é inicialmente afastado da esfera dos adultos por um período longo e que ainda continua a crescer. Os jovens que se preparam para uma gama cada vez mais variada de funções já não são diretamente treinados para a vida adulta, mas o são indiretamente, em institutos, escolas e universidades especializadas (p. 32-33).

Desta feita, o Liceu nascia em uma sociedade teoricamente disciplinadora, que exercia constante vigilância sobre o indivíduo, para a qual um estabelecimento centralizado era de grande valia, no sentido de ser mais uma instituição do sistema de controle, que possibilitasse a moderação dos impulsos e a pacificação das condutas. Essa possibilidade era menos plausível com o distanciamento das aulas avulsas, tendo em vista as dificuldades de uma vigilância mais efetiva sobre alunos e professores espalhados na Província.

Nesse sentido, a fundação do Liceu Provincial, em 1849, foi um marco na regulação, estruturação e organização do ensino público secundário na Província das Alagoas. Portanto, Alagoas, a exemplo de outras províncias, tentava padronizar seu sistema de ensino, superando

a herança pombalina das aulas avulsas, as quais poucos defendiam, mesmo os que faziam uso delas. A Instituição tornou-se uma das principais unidades de ensino secundário da Província no período. A Lei Provincial nº 106, de 5 de maio, sancionada pelo Presidente Cel. Antonio Nunes de Aguiar, assim determinava:

Artigo 1º. Crear-se-ha nesta capital um lyceu composto das cadeiras seguintes: - grammatica nacional e analyse dos classicos portuguezes, - grammatica latina, - grammatica franceza, - grammatica ingleza, - arithmetica, algebra e geometria, - geographia, chronologia e historia, - rhetorica e poetica, - philosophia racional e moral.

Contrariando algumas propostas anteriores que visavam à concentração na Instituição de todas as aulas secundárias existentes na Província, o Liceu das Alagoas centralizou somente as cinco cadeiras existentes em Maceió, além das três novas aulas criadas. Ressalto que, conforme atesta Arriada (2007), no Rio Grande do Sul quando da criação do Liceu D. Afonso, em Porto Alegre, no ano de 1850, as aulas avulsas do interior da Província foram todas extintas e os professores “[...] deveriam a partir desse momento trabalhar na capital ou então se licenciarem [...]” (Id., p. 66). Em vários Relatórios é possível verificar o desejo dos diretores da instrução pública de que os professores das aulas do interior de Alagoas fossem transferidos para o Liceu, mesmo que fossem para trabalhar como substitutos. Para eles, as aulas avulsas não se mostravam úteis e eram de pouca ou nenhuma vantagem para o desenvolvimento da instrução da mocidade, pelos gastos e a pouca quantidade de alunos.

A criação das novas cadeiras para abertura do Liceu Provincial, principalmente as que contemplavam as chamadas “línguas vivas”, a exemplo de Gramática Nacional e Gramática Inglesa, até então inexistentes na Província, indicavam a tentativa de sistematização de um ensino científico, embora o peso do ensino humanístico e propedêutico continuasse predominando. E, mesmo que haja a crítica de que aquele tipo de ensino era somente ornamental, vale lembrar que no Porto de Jaraguá, em Maceió, operavam-se diversas transações comerciais de açúcar, pau-brasil, couros salgados, meios de sola e coco com várias nações, como: Itália, Império Britânico (Londres, Liverpool, Falmonth, Cowes, Alexandria e Gilbratar) Bélgica, Estados Unidos da América (Boston, Filadélfia e Nova Iorque) Hamburgo, Trieste e Portugal (SANTANA, 1970).

No entanto, é preciso reconhecer que a Instituição alagoana ainda não contemplava um programa que as novas exigências de escolarização, ancoradas nas ciências e nas línguas modernas, impunham às escolas secundárias, especialmente visando o ingresso nos cursos superiores, em suas diversas especialidades: Direito, Medicina, Engenharia ou Letras. E essa diferença entre o currículo liceal alagoano e as novas exigências da modernidade perdurou por

todo o Império, sendo somente modificado com a Reforma Gabino Besouro, em 1892. A título de comparação, o Colégio de Pedro II oferecia um curso de Bacharelado em Letras, inicialmente com duração de 8 anos, composto por um programa enciclopédico: Língua Nacional, Latim, Grego, Francês, Inglês, Retórica, Geografia, História, Filosofia, História Natural, Física, Química, Matemática elementar e Astronomia (NUNES, 1999, p. 70).

Ressalto que este impasse entre ensino humanístico e utilitário será um debate também e, principalmente, europeu. Não é demais lembrar que Durkheim (1995) reclama da inutilidade do ensino secundário francês no século XIX. É uma disputa de poder entre novos e velhos, liberais e conservadores, burgueses e aristocratas, que visavam à legitimação do seu modelo de saber. Em geral, o saber humanístico acabou prevalecendo.

Com o seu quadro de professores completo o Liceu Provincial passou a centralizar oito cadeiras de Maceió. As que já estavam providas permaneceram com seus lentes, a exceção do professor de Latim, Reverendo Satirio José Barboza, que foi removido para a cadeira da Cidade das Alagoas, sendo substituído pelo lente daquela, Iago Francisco Pinheiro, que regia a cadeira desde 1833.

As novas aulas foram providas por professores nomeados pelo Presidente da Província. Os ordenados dos lentes eram constituídos de 600\$000, acrescidos de uma gratificação de 200\$000⁶². Após quatro anos de exercício os novos professores passariam a ser vitalícios. O diretor e o secretário, que também eram professores, recebia ainda uma gratificação de 100\$000 cada um. O Liceu contava ainda com um contínuo, que servia de porteiro, o qual percebia um ordenado de 350\$000.

Logo no início da abertura dos trabalhos no Liceu, o Senhor Pedro Alves Gondim Valença ofereceu-se para ensinar Pintura e Desenho, sem nenhum custo aos cofres provinciais, que arcariam somente com o material para a aula. Entretanto, embora reconhecesse que o ensino das Belas-Artes era um conhecimento útil aos alunos, o diretor da casa, Fernando Affonso de Mello, no primeiro momento prontamente negou a iniciativa alegando a falta de conhecimento a respeito do indivíduo, recém-chegado à cidade. Contudo, após examinar as habilidades do candidato, o diretor recomenda que se conceda o pedido⁶³. A falta de fontes não permite afirmar se a aula funcionou ou não nas dependências do Liceu.

Concebido com a finalidade de formar a elite intelectual da Província, o Liceu Provincial era o centro difusor do conhecimento e da cultura letrada em Alagoas, à época.

⁶² Pela Resolução nº 201 de 28 de junho de 1852 a remuneração passou a ser de 800\$000 anuais e a gratificação foi abolida.

⁶³ Arquivo Público de Alagoas. Ofícios de 11 e 18 de julho de 1849. Cx. 0037.

Tendo em vista a extinção do Conselho Permanente de Instrução Pública, competia a Congregação do Estabelecimento inspecionar e fiscalizar todas as aulas públicas, fossem elas primárias ou secundárias. Cabia-lhe ainda a designação de examinadores para concurso público das cadeiras e a seleção dos compêndios para as aulas secundárias (Lei nº 106/1849). Desta forma, o Governo das Alagoas, apesar de não ter conseguido centralizar todas as aulas em uma única “casa”, ampliava sua ação de controle e fiscalização sobre todas as aulas avulsas de instrução secundária espalhadas pela Província, exercendo um domínio indireto.

A Lei nº 106/1849, em seu Artigo 14º, determinava que o estudante não poderia matricular-se nem frequentar mais de duas cadeiras por ano letivo. Para a admissão em outra aula no ano seguinte era necessário que o estudante tivesse sido examinado e aprovado nas duas cursadas no período anterior. As matrículas, por sua vez, estavam abertas durante todo o ano para as aulas de Gramática Nacional e Análise dos Clássicos Portugueses, Gramática Latina, Gramática Francesa e Gramática Inglesa, enquanto para as demais cadeiras elas se davam de 15 de janeiro a 1º de fevereiro (LEI nº 106, Art. 15º; ESTATUTO, Art. 8º).

Determinava o *Estatuto da Congregação do Lyceu da Província das Alagoas*, de 4 de julho de 1849, em seu artigo 10º, que dentre os requisitos necessários para a matrícula estava a comprovação de que não possuía nenhuma moléstia contagiosa, certidão de idade, a qual constasse a filiação, naturalidade e domicílio do estudante, além de comprovação de conhecimento ou noções de leitura, escrita da língua portuguesa e das quatro operações dos números inteiros, com atestado de professor público ou colégio. Era permitida também a frequência de estudante na condição de ouvinte, porém, este não gozaria de nenhuma vantagem concedida aos alunos matriculados, nem participaria dos exames finais (ESTATUTO, Art. 26).

Para a matrícula era necessário que o candidato saldasse a quantia anual de 6\$400 réis, por cadeira, sendo responsabilizado o professor que lançasse em seu livro de matrícula ou admitisse frequência a qualquer aluno que não tivesse pago a quantia na tesouraria provincial. A cobrança da taxa, por vezes, foi considerada uma das causas do reduzido número de estudantes no Liceu Provincial, uma vez que a frequência nas aulas avulsas era gratuita. No entanto, a taxa pode ser considerada relativamente baixa à época, tendo em vista que a assinatura anual do *Diário das Alagoas* era de 12\$000 réis, por exemplo.

A respeito da solicitação de diminuição ou suspensão do pagamento da taxa, bem como da quantidade de alunos ouvintes que não podiam pagá-la, o então Presidente da Província, José Bento da Cunha Figueiredo, afirmava que a mesma “[...] deve ser conservada,

senão aumentada; porque o estudante que não puder pagar 6,400 reis por anno em favor de sua educação secundaria, deve procurar outra carreira, que melhor se accommode ás suas circunstancias peculiares” (ALAGOAS, Falla, 1851, p. 12).

Vale ressaltar que a cobrança de taxa para a matrícula não era uma prática somente do Liceu das Alagoas. Segundo Dória (1997), a taxa para matrícula no Colégio de Pedro II, nos anos de 1840, era de 24\$000 trimestrais, para os alunos externos e 100\$000 trimestrais, para os alunos internos.

Em 24 de abril de 1860, a Tesouraria Provincial informou ao Diretor da Instrução Pública e do Liceu, José Correia da Silva Titara, que o estudante Antônio Griziano da Rocha Algarrão “[...] ainda não pagou o imposto de matricula para frequentar a aula de Rethorica do Liceo desta cidade [...] tendo porem pago em 10 do referido mez o imposto de 6\$400 para matricular-se na aula de Philosophia do m^{mo} Lyceo [...]”⁶⁴. A solicitação foi feita à Tesouraria, pois Algarrão tinha sido acusado pelo professor José Alexandre Passo, bem como pelo porteiro do Liceu, Antonio Ferreira Chaves, de ter insultado e maltratado o referido porteiro. Razão pela qual o estudante foi “[...] imediatamente expulso e não pode ser mais admittido, tenho nesse sentido dado ordem para que ele não entre no Lyceo [...]”⁶⁵.

Conforme Barros (2005a), Algarrão foi escritor, jornalista, proprietário e redator do jornal *O Bipede*, “periódico crítico e joco-sério”, publicado em Maceió aos domingos, sendo seu primeiro número datado de 02 de setembro de 1866. Este periódico foi o pioneiro em Alagoas na utilização da gravura para valorizar o texto. As principais obras de Algarrão foram: *Miscelânea: poesias de Antônio Griziano da Rocha Algarrão* (1868), publicada na Bahia, pela Tipografia Constitucional de França Guerra; *Cantos patrióticos* (1870), publicada em Maceió, pela Tipografia do Conservador; e *Recordações e saudades: poesias sentimentais* (1872), lançada em Maceió, pela Tipografia Social de Aminthas & Filho.

Retomando a questão da relação entre a cobrança de taxa e a baixa matrícula e frequência no Liceu, em Relatório, Tomaz do Bomfim Espíndola, então Inspetor Geral de Estudos, propôs “[...] 4.^a Dar gratis as matriculas a todos que se quizerem matricular no lycêo, como sêe acontece nas aulas avulsas, cuja excepção não tem explicação plausível” (ALAGOAS, RELATÓRIO, 1868, S4, p. 15).

Diante do exposto, fica evidenciado que o ensino público secundário, ao menos no Liceu Provincial, não estava relacionado com a gratuidade, o que, de alguma forma, indica o

⁶⁴ Arquivo Público de Alagoas. Documento avulso. Cx. 4897.

⁶⁵ Arquivo Público de Alagoas. Ofício nº 113, de 25 de abril de 1860. Cx. 4897.

seu caráter elitista e seletivo, ainda que o valor possa ser considerado baixo, à época. Assim, seria anacrônico fazer para esse período a correlação entre ensino público e ensino gratuito.

A baixa quantidade de matrículas foi no início uma das grandes dificuldades do Liceu, haja vista que ela serviu de pano de fundo para justificar as ações político-administrativas na Instituição, como, por exemplo, a tentativa de criação de um internato, em 1854, o que não se concretizou; e a extinção do Liceu Provincial, em 1861, permanecendo fechado até 1863.

Em 1851, por exemplo, 64 alunos fizeram inscrição nas oito aulas do Estabelecimento, sendo 7 o número de aprovados plenamente no final do ano. Importante ressaltar que o número de matrículas não indica, no caso do Liceu Provincial, o número de pessoas singulares, tendo em vista que um mesmo indivíduo poderia inscrever-se em até duas cadeiras, e, portanto, ser contado duas vezes. Assim, o número de 64 matrículas não quer dizer a mesma quantidade de alunos, e, por conseguinte, a cifra de estudantes poderia ser ainda menor. Em geral, o mesmo não se pode dizer das aulas avulsas, uma vez que elas eram espalhadas nas cidades e vilas da Província e, quando muito, existiam apenas 3 aulas em cada localidade.

No ano de 1852, a quantidade de matrículas nas 8 cadeiras do Liceu Provincial foi de 120 e nas 5 aulas avulsas de 104 alunos, conforme quadro abaixo:

QUADRO 7 – Quantitativo de alunos no Liceu Provincial nas aulas avulsas em 1852

N. 4 Relação das aulas do Lyceo da Provincia das Alagoas e das do ensino secundário existentes na mesma Provincia, com declaração do numero de alumnos, que frequentarão cada uma delas no anno p. p. de 1852			
Diferentes materias, que se ensinarão no Lyceo	NUMERO D'ALUMNOS, que as frequentarão		Observações
	Matriculados	Ouvintes	
Grammatica Latina	64	6	Alem do numero de aulas e alumnos constante deste quadro existem mais quatro Cadeiras de Latim separas do Lyceo, frequentadas por 96 alumnos; a saber: uma na Cidade das Alagoas com 24, outra na Cidade de Penedo com 48, outra na Villa de Anadia com 1, outra na da Atalaia com 23; assim como existe mais uma Cadeira de Francez na Cidade das Alagoas frequentada por 8 alumnos, perfazendo ao todo o numero de 5 aulas separadas do Lyceo com 104 alumnos, e 13 o numero total dellas com 224 alumnos, afora os ouvintes.
Grammatica Nacional	12	4	
Grammatica Franceza	13	3	
Grammatica Ingleza	6		
Geometria	6	4	
Geographia	7		
Rhetorica	3		
Philosophia	5		
SOMA	120	17	
O Secretario – Iago Francisco Pinheiro Secretaria do Governo em Maceió 2 de Maio de 1853 O Secretario do Governo José Alexandrino Dias Moura			

Fonte: ALAGOAS, Falla, 1853

Conforme quadro acima, apesar das matrículas no Liceu terem aumentado em relação ao ano anterior, elas ainda eram baixas se comparadas com a das aulas avulsas. Os já renomados colégios particulares, que ofereciam uma preparação mais aligeirada, também abarcavam uma boa quantidade de alunos. Havia também o fato deles oferecerem internatos desde as aulas primárias, de maior confiança moral para as famílias que não residiam em Maceió, tendo em vista a semelhança com os colégios católicos, além do rigor e disciplina imposta pelos castigos físicos. Importa também ressaltar que muitos alunos saíam para cursar o ensino secundário nas Províncias da Bahia e Pernambuco, onde poderiam estudar com os professores que iriam fazer os exames para as faculdades. Esse conjunto de fatores explica a questão crucial da reclamada baixa frequência no Liceu das Alagoas. Parte das elites procuravam opções mais rápidas.

A saída de alunos do Liceu Provincial para prestar exames em Pernambuco era comum. Em 1856, três alunos das aulas de Geografia e História e Gramática Inglesa, João Vasco Cabral Junior, João Gomes Ribeiro Junior e Guilherme Calheiros da Graça, abandonaram as cadeiras para prestar exames naquela Província⁶⁶.

Com o intuito de melhorar a matrícula e frequência na instituição, a Lei nº 235, de 1º de abril de 1854, tentou transformar o Liceu Provincial em um internato. Contudo, efetivamente a mudança não ocorreu e o Liceu continuou somente com externato. Em virtude de sua não concretização, a Lei nº 235 foi posteriormente revogada pela Resolução nº 358, de 11 de julho de 1859.

Pelo disposto na Lei nº 235, o internato manteria a mesma quantidade de cadeiras, bem como seus respectivos professores. Os alunos internos pagariam taxas de matrícula, já os externos estudariam gratuitamente. O diretor do internato deveria ser uma pessoa de reconhecida ilustração e costumes exemplares e os alunos seriam admitidos como internos e externos. Essa seria uma saída para melhorar a matrícula e frequência na Instituição, sobretudo, porque existia a possibilidade de atender a demanda de alunos oriundos das vilas e cidades do interior.

A respeito da impossibilidade de execução da Lei, em 1856, afirmava o Presidente da Província Antonio Coêlho de Sá e Albuquerque:

A Lei provincial nº 235 do 1º de Abril de 1854, que autorizou a substituição do Lyceu por um internato ainda não pôde ser executada.
Dando a esta idéa toda consideração que ella é digna, não me tenho deslembado de empregar os meios convenientes para leval-a a effeito; mas infelizmente embaraços

⁶⁶ Arquivo Público de Alagoas. Ofício 154 e Ofício 191. Cx. 0060.

invencíveis se tem opposto; declaro-vos, sinceramente que não tenho esperança de ver em tempo não remoto a Lei executada com algumas condições de utilidade. A falta de um Director sufficientemente habilitado, de um edifício que possúa alguns commodos para o regular andamento do estabelecimento, a necessidade do augmento de despeza e outras dificuldades se oppoem á execução da referida Lei. (Falla, 1856, p. 30).

Pelo exposto ficam evidentes que eram muitas as dificuldades da transformação do Liceu das Alagoas em um internato, estas iam desde não encontrar alguém habilitado para a direção da Instituição, bem como das despesas que seriam empreendidas com o novo estabelecimento, principalmente no que diz respeito ao prédio. Entretanto, foi fundamental para a não execução da Lei a oposição do Diretor da Instrução Pública e do Liceu, José Correia da Silva Titara. Para Titara, a criação de internato dependeria exclusivamente da escolha de um diretor com qualidades profissionais adequadas, pois um *internato é o seu diretor*, como havia afirmado o Ministro da Instrução Pública da França, Victor Cousin. Além disso, o então Diretor da Instrução pública justificava que o surgimento do internato deveria vir acrescido da criação das cadeiras de desenho, música, noções de física e química, história natural, ginástica, agrimensura e gramática alemã. Sem essas condições e com o intuito de somente preparar os jovens para o direito e a medicina, afirmava Titara, não valeria a pena investir tantos recursos, pois eles poderiam preparar-se no externato (ALAGOAS, Falla, 1856).

As considerações de Titara tiveram muito peso na decisão do Presidente da Província de não criar um internato. Em sua fala fica subentendida a crítica de um ensino preparatório, que visava somente satisfazer os interesses daqueles que desejavam cursar Direito ou Medicina. Para ele, o Liceu deveria oferecer um ensino mais científico, como na França de Cousin e Guizot, que já visava um ensino mais prático para as classes menos abastadas. O propósito dos políticos liberais era transformar o Liceu em uma espécie de escola técnica e útil, no sentido profissionalizante. Todavia, como não o conseguiram criaram, em 1854, o Colégio de Educandos Artífices, que oferecia um ensino mais pragmático⁶⁷.

Ainda que seus argumentos fossem razoáveis, não posso deixar de lembrar que a transformação do Liceu em internato significaria a perda de Silva Titara do cargo de Diretor da Instrução Pública e do Liceu. Desta feita, parece-me que antes de defender um internato com maior qualidade, o diretor influenciava o Presidente da Província em defesa da sua manutenção no cargo.

⁶⁷ A respeito dessa instituição consultar: SILVA, Rosilda Germano da. **O Colégio de Educandos Artífices no Brasil-império: as raízes do ensino profissional para as crianças pobres em Alagoas (1854-1861)**. UFAL: Maceió, 2010. TCC (Centro de Educação) – Universidade Federal de Alagoas, 2010.

Em que pese o fato da lei não ter sido efetivada, tendo em vista a sua revogação pela Resolução nº 358, de 11 de julho de 1859, a ideia de criação de um internato não foi abandonada por outros diretores da instrução pública em Alagoas. Tanto é que, em 1867, Thomaz Espíndola sugeriu novamente que o Liceu fosse transformado em um internato, passando a existir os dois regimes, de internato e externato, “[...] modelado pelos melhores estabelecimentos d’esta ordem existentes nos paizes mais cultos do globo [...]” (ALAGOAS, RELATÓRIO, 1867, p. 24). Segundo ele, os internatos tinham a vantagem de pôr em prática todas as regras pedagógicas e gozavam de crédito junto à sociedade, porém a competência dependia do seu diretor que deveria ser um bom preceptor. O Inspetor Geral recomenda que esta pessoa seja estrangeira, preferencialmente alemão, francês ou estadunidense, que daria maior prestígio à Instituição. Além disso, em sua opinião, não deveria ser um religioso, pois este tenderia ao espiritual, subestimando os aspectos físico, intelectual e moral, o que poderia ocasionar uma formação eivada de fanatismo.

A questão volta mais uma vez à baila quando, nos idos de 1870, o então Presidente da Província, Silvino Elvidio Carneiro da Cunha, o barão de Abyai, defendia que para melhor prestar serviços à população alagoana o Liceu fosse convertido em um internato. Para ele, somente assim seria possível maior “[...] freio, comedimento e estudo da parte dos alumnos” (ALAGOAS, RELATÓRIO, 1872, p. 23).

A fala de Cunha a respeito do comportamento requerido dos alunos do Liceu corrobora com a tese que defendo de que o ensino liceal estava voltado, em todo o seu aparato legal, administrativo ou pedagógico, a imprimir no aluno liceísta um modelo de comportamento individual e social distinto, de conduta freada e comedida, nas suas relações interpessoais, para que, assim, pudesse exercer funções públicas e assumir cargos de comando.

Entretanto, a ideia de criação de um internato no Liceu Provincial, que perdurou até a década 1870, sendo defendida inclusive por alguns presidentes da Província, mais uma vez não foi efetivada. Saliento que por semelhante situação passou o Liceu D. Afonso, em Porto Alegre, quando o Regulamento de 1857 tentou transformá-lo em um internato (ARRIADA, 2007), e o Liceu Paraibano, no ano de 1858, por solicitação do Diretor da Instrução Pública, Manrique Victor de Lima (FERRONATO, 2012).

Importante relacionar as aulas avulsas, o externato e o internato com a ideia de avanço no sentido de um maior disciplinamento. A disciplina cada vez mais rígida em cada modalidade seria uma espécie de “evolução”, por assim dizer, na direção da moderação dos impulsos, da pacificação das condutas e do controle das emoções. Nesse sentido, o internato

seria o lugar mais apropriado para o exercício da coação social, a partir de “[...] uma regulação progressiva, crescentemente estável e equilibrada, efetuada por indivíduos em prol de suas vidas sociais [...]” (ELIAS, 2006, p. 39).

O mundo disciplinador do internato era personificado pela figura do seu diretor. Lembro as palavras de Titara: “o internato é seu diretor”, ou seja, o diretor seria a própria encarnação do internato, o seu melhor regulamento. O valor e a qualidade da instituição dependeriam exclusivamente do valor e das qualidades do dirigente. No caso, caberia a ele o controle do tempo, a vigilância e inspeção ativa e permanente sobre alunos e professores, bem como outros mecanismos de disciplinamento: prêmios, recompensas, emulações, ameaças, punições etc.

Concluída tal subseção, que tratou dos anos iniciais e das dificuldades pelas quais passou o Liceu Provincial, essencialmente em razão da baixa matrícula e frequência, tratarei na subseção seguinte a respeito do corpo docente da Instituição. Ressaltarei conflitos, confrontos e embates, como também os diversos lugares de sociabilidade desses professores, que formavam a elite cultural e política da Província, o que facilitava o exercício das mais diversas funções sociais.

3.2 Os docentes do Liceu Provincial: relações de poder, interesses e conflitos

Iniciarei esta subseção versando a respeito dos primeiros professores e da seleção para docentes do Liceu Provincial. Vale dizer, de antemão, que poucos foram os indícios que localizei a respeito dos concursos realizados para professor da Instituição. Em seguida, abordarei quem eram os professores, quais funções sociais exerceram e quais interesses e disputas por poder geraram conflitos entre eles.

A primeira Congregação do Liceu Provincial das Alagoas foi provida interinamente, em 1849. No ano de 1851, as cadeiras foram postas a concurso, pela Lei nº 160, de 7 de julho. Conforme fala do Presidente da Província, José Bento da Cunha e Figueiredo, o certame ficou aberto até 30 de março de 1852 e, apesar do amplo espaço de tempo para a realização, não apareceram concorrentes ao quadro docente que já estava formado. Por não haver concorrentes, os professores passaram a prover vitaliciamente as cadeiras. A única exceção foi para a aula de Retórica e Poética, que foi disputada por três candidatos, tendo sido aprovado o Dr. Ignacio Joaquim Passos. Consta ainda na fala que o professor de Gramática Francesa era o Dr. José Sesinando Avelino Pinho (ALAGOAS. Falla, 1852).

Outro indício trata do concurso para a cadeira de Língua Inglesa, de 1870. Na ocasião, disputaram a cadeira Adriano Augusto de Araujo Jorge e Domingos Bento da Moeda e Silva, tendo sido aprovado o primeiro (DUARTE, 1961).

A publicação da Resolução nº 531, de 5 de maio de 1870, que dispensava os bacharéis, médicos e clérigos das provas e exames do concurso para professor do Liceu das Alagoas é um elemento que ajuda a explicar os poucos vestígios de seleção no período estudado, visto que a Instituição possuía um corpo docente formado por esses grupos e frequentemente contava com professores interinos. Não é demais ressaltar que muitos professores vitalícios se afastavam de suas atividades docentes por motivo de doença, viagens, problemas judiciais e para exercer mandato eletivo, o que ocasionava na contratação de professores interinos, portanto, sem concurso público.

Araújo (2004) atesta que a realização de certame para admissão de professores para o Colégio de Pedro II também era uma exceção diante dos favores do patronato nas seleções. Foi somente na década de 1870 que os concursos passaram a ser uma prática corriqueira no Estabelecimento da Corte, o qual era realizado com muita pompa e rigor contando, inclusive, com a presença do Imperador para a defesa da tese. Contudo, mesmo com toda severidade em muitos concursos os membros do Conselho Colegial suspeitavam de fraudes.

A respeito dos concursos no Liceu Provincial das Alagoas o Estatuto, de 1849, reservava 15 artigos para tratar dos certames de professores. Este deveria dar-se em três etapas: “[...] 1.º um discurso improvisado; 2.º uma dissertação por escripta; 3.º argumentação dos candidatos” (ESTATUTO, Art. 54º), sem as quais ninguém deveria ser admitido como lente da Instituição. Nelas os candidatos ou opositores deveriam demonstrar uma sólida formação humanística, profunda erudição, além de idoneidade moral. Dessa forma, para ser professor catedrático era necessário passar por um verdadeiro ritual, instrumento de padronização, classificação e qualificação da profissão docente. Para inscrever-se:

Os candidatos ou opositores apresentarão seus despachos e documentos ao director, que achando tudo conforme, porá o – cumpra-se –, declarando a data da apresentação. Os documentos serão archivados, e os despachos entregues ás partes; estes serão também recolhidos e archivados na abertura do concurso (Id., Art. 52º).

Conforme a norma, entre a publicação dos editais e a realização dos exames era previsto um período de pelo menos 40 dias para que os candidatos se preparassem. Além disso, o diretor do Liceu elaboraria a lista dos candidatos e a apresentaria ao Presidente da Província. Essa lista seria fixada na Instituição oito dias antes da realização dos exames, que deveriam ser realizados conforme as regras a seguir explicitadas.

A primeira etapa – um discurso improvisado – era realizada a partir de sorteio. Previamente, a Congregação fazia uma série de proposições e questões sobre todas as “matérias” que eram lecionadas na cadeira em pleito. Retirando um bilhete de uma urna, cada candidato tinha meia hora para explicar e desenvolver a temática sorteada (Id., Art. 55°).

Terminada essa primeira fase, no mesmo dia, cada candidato sorteava outro ponto sobre o qual iria dissertar em português, estando aberta a segunda etapa – *uma dissertação por escripta*. Cada autor sorteava um ponto diferente, não sendo permitido que os opositores tratassem sobre o mesmo tema. A dissertação era escrita naquela mesma hora e eram entregues ao diretor do Liceu, que as guardava dentro de uma urna e no dia seguinte as devolvia ao seu autor para que procedesse a leitura. Concluída essa etapa, as dissertações eram novamente guardadas e somente eram entregues aos seus autores no outro dia em razão da arguição (Id., Art. 57°).

No terceiro dia de concurso, eram realizadas as arguições dos candidatos. Em se tratando de apenas um candidato, este era argumentado por três professores do Liceu, nomeados pela Congregação. Quando havia mais de um concorrente, eles argumentavam mutuamente, dividindo o tempo de duas horas entre eles, sendo que:

[...] o 1.º tirado á sorte argumentará o 2.º e 3.º; o 2.º argumentará o 1.º e 3.º e este argumentará o 1.º e o 2.º por espaço de tres quartos de hora cada-um, e assim por diante, quando se der maior numero de oppositores, e em tal caso cada um argumentará meia hora tão somente (Id., Art. 58°).

Terminadas as três fases do concurso, a Congregação votava secretamente sobre o mérito de cada candidato, posteriormente organizando uma lista de nomes propostos, sendo escolhido aquele que obtivesse a maioria absoluta dos votos (Id., Art. 60°). Caso ocorresse que algum concorrente não fosse indicado, este ficaria impossibilitado de participar de qualquer concurso para aquela cadeira no Liceu (Id., Art. 61°).

Sobre o certame estabelecia o Estatuto que:

Os professores estarão sentados á esquerda e os candidatos á direita do presidente do acto, que deve ser o director: aquelle que tiver de discorrer sobre a proposição tirada á sorte ou a ler sua dissertação, ou de ser argumentado, estará sentado em cadeira separada defronte do presidente (Id., Art. 62°).

Entretanto, poucos foram os concursos realizados no período estudado. A Resolução nº 531, de 5 de maio de 1870, citada anteriormente, indica a não realização dos certames. Contudo, não há suspeita quanto à formação dos professores, pois se tratavam de homens de grande erudição e formação humanística, que visavam à glória e o prestígio de ensinar numa instituição como o Liceu Provincial. Estes deveriam, sobretudo, ser exemplo para os seus

discípulos, tendo em vista que sua posição social já os vinculava a normas e padrões estabelecidos, os quais também seriam requeridos de seus alunos.

Símbolo da ilustração do saber e por ser considerado o lugar de preparação das elites aos cursos superiores, aos cargos administrativos e postos de comando, o Liceu das Alagoas contava com um corpo docente formado por sacerdotes, médicos e bacharéis em Direito. Estes ocupavam ao mesmo tempo outras posições de destaque na Província, especialmente na política e no jornalismo. Tendo por primeiro diretor o professor Fernando Affonso de Mello, e a Congregação foi composta interinamente, em 1849, com os seguintes nomes:

QUADRO 8 – Congregação inicial do Liceu Provincial (1849)

Cadeira	Professor
Gramática Nacional e Análise dos Clássicos Portugueses	Francisco José da Silva Porto
Gramática Latina	Iago Francisco Pinheiro
Gramática Francesa	José Severiano de Mello
Gramática Inglesa	José Alexandrino Dias Moura
Aritmética, Álgebra e Geometria	Francisco Elias Pereira
Geografia, Cronologia e História	Roberto Calheiros de Mello
Retórica e Poética	Fernando Affonso de Mello
Filosofia Racional e Moral	Inácio Hipólito Gracindo

Fonte: DUARTE, 1963

Saliento que boa parte dos professores apresentados no Quadro 8 e outros que atuaram posteriormente no Liceu Provincial exerciam mandatos na Assembleia Provincial, a exemplo de Francisco José da Silva Porto, nas legislaturas 1846-1847; 1848-1849; 1850-1851 e 1852-1853; Iago Francisco Pinheiro, cumulativamente em todas as legislaturas de 1838 a 1853 e 1876-1877; Francisco Elias Pereira, sucessivamente entre 1835 a 1851, além de ter assumido a Presidência da Província entre fevereiro e março de 1836; Fernando Affonso de Mello, que foi suplente de deputado provincial na legislatura 1850-1851, porém não chegou a tomar assento; Ignacio Hipólito Gracindo, nos períodos 1840 a 1843 e 1846 a 1853, sucessivamente; e José Sesinando Avelino Pinho, nos biênios de 1852-1853 e 1856-1857 (BARROS, 2005a; BARROS, 2005b).

Além destes, Roberto Calheiros de Mello (1821-1895) foi deputado provincial nas legislaturas 1850-1851 e 1864-1865 e deputado geral 1857-1860. Filho de João Luis Calheiros e Úrsula Calheiros de Mello, Roberto fez o curso primário em Maceió e o secundário em Salvador e, depois, onde ingressou na Faculdade de Medicina da Bahia, porém

se formou no Rio de Janeiro (1848). Foi ainda Presidente Interino da Província por diversas ocasiões entre 1854 a 1865, além de Governador do Estado entre outubro e dezembro de 1890, e Senador estadual na legislatura 1891-1892.

Da lista de professores do quadro citado, possivelmente o único que não exerceu funções políticas foi José Alexandrino Dias Moura (?-1875). Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito de São Paulo, Dias Moura foi ainda Diretor de Instrução Pública, escritor e advogado.

Conforme é possível observar, a congregação inicial dos professores do Liceu Provincial era composta por um grupo de docentes que fazia parte de uma minoria privilegiada, qual seja a dos que possuíam as condições de elegibilidade exigidas pela legislação eleitoral da época. Destarte, presume-se que os professores do Liceu eram detentores de títulos e de bens. Além disso, conheciam os meandros da política e das operações eleitorais. Não é demais recordar que no Império o voto era censitário, baseado nos recursos financeiros ou territoriais do seu titular. Portanto, a renda era o que definia o lugar de cada “cidadão” nas eleições, afirmando as hierarquias e as distinções sociais.

Ao analisar o voto censitário na sociogênese da profissão política, Phélippeau (2010, p. 190) afirma que “[...] o processo de designação eletiva no regime censitário se aparenta, por conseguinte, uma operação de ratificação da autoridade social bem estabelecida de notáveis influentes [...]”. Nesse sentido, os professores do Liceu ocupavam-se dos negócios públicos em virtude de sua situação econômica e de seu prestígio e suposta superioridade social, condições que lhes tornavam aptos a definir os rumos da Província, sobretudo no Parlamento.

Por outro lado, as consequentes licenças e afastamentos prejudicavam o andamento das aulas no Liceu. É possível observar que no ano de 1854 três das oito cadeiras do Liceu estavam vagas, a de Geografia, a de Geometria e a de Filosofia. A primeira porque o professor, Dr. José Prospero da Silva Caratá, estava respondendo por crime de responsabilidade⁶⁸. Ocasão pela qual, em seu Relatório, Titara, intercede junto ao Juiz de Direito da Comarca de Maceió pela absolvição do docente, tendo em vista a falta que o professor fazia ao Liceu⁶⁹. E a de Filosofia estava vaga pela morte de Ignacio Hipólito Gracindo. Além destes, o professor de Gramática Latina tinha intenção de aposentar-se. Sem contar que no ano de 1852, o professor de Gramática Francesa, José Sesinando Avelino

⁶⁸ O Relatório não faz menção ao crime cometido por Caratá, bem como não foi possível a esta pesquisa, por outras fontes, detalhá-lo.

⁶⁹ Arquivo Público de Alagoas. Relatório, 1854. Cx. 0037.

Pinho, em licença, tinha passado mais de um ano na Europa (ALAGOAS, RELATÓRIO, 1853).

No ano de 1858 estavam vagas as cadeiras de Gramática Francesa, Gramática Inglesa, Geometria, Geografia, Filosofia e Gramática Portuguesa, esta última pelo falecimento de Francisco José da Silva Porto (ALAGOAS, Falla, 1859). No ano de 1859, várias foram as solicitações de afastamento de professores do Liceu, inclusive dos substitutos, a exemplo de Filinto Elysio Costa Cotrim, substituto de línguas que tirou dois meses de licença por motivo de saúde e depois três meses para cursar taquigrafia no Rio de Janeiro. Naquele mesmo ano, o professor de Retórica requereu três meses de licença para tratamento de saúde.

Por ocasião do início dos trabalhos na Assembleia Provincial do ano de 1859, alguns professores eleitos solicitaram licença. A exemplo do professor de Latim, Leopoldino Antônio da Fonseca. Na ocasião, em virtude da licença do substituto de línguas, o então Diretor da Instrução Pública, nomeou para assumir a Gramática Latina no Liceu o professor da 2ª cadeira de primeiras letras masculina de Maceió, padre Antonio Procópio da Costa, que “possuía as habilidades precisas e a capacidade de impor respeito aos estudantes”⁷⁰.

Vale ressaltar que o padre Antonio Procópio da Costa era considerado pela Diretoria da Instrução Pública, como um homem zeloso e dedicado ao ensino (MADEIRA et al, 2011). Por isso, era convocado para compor bancas examinadoras, a exemplo da dos pretendentes ao lugar de segundo oficial da secretaria da presidência, conforme o *Diário das Alagoas*, de 3 de agosto de 1861. O jornalista e abolicionista alagoano Pedro Nolasco Maciel, na obra *Traços e troças* (2011), publicada pela primeira vez em 1899, assegura que o padre Procópio, Capelão da Igreja do Livramento, no Centro de Maceió, era o preferido das mulheres nas celebrações das missas, contudo, ressalta a sua virtuosidade.

Na mesma situação, o professor interino de Gramática Nacional e Análise dos Clássicos Portugueses, José Francisco Soares, que tinha assumido assento na Assembleia Provincial, em 1859, ofereceu-se para continuar lecionando a cadeira enquanto o substituto de línguas estivesse de licença médica⁷¹. Apesar disso, o Presidente da Província nomeou o professor de Retórica, Ignacio Joaquim Passos Junior (1811-1865), que assumiu cumulativamente as duas cadeiras⁷².

Ignacio Joaquim Passos Junior, natural de Penedo e filho de Ignacio Joaquim Passos e Matilde Leal, foi professor do Liceu e jornalista. Atuou na imprensa alagoana no jornal

⁷⁰ Arquivo Público de Alagoas. Instrução Pública. Ofício nº 108, de 4 de maio de 1859. Cx. 0059.

⁷¹ Arquivo Público de Alagoas. Instrução Pública. Ofício nº 112, de 5 de maio de 1859. Cx. 0059.

⁷² Arquivo Público de Alagoas. Instrução Pública. Ofício nº 117, de 10 de maio de 1859. Cx. 0059.

Constitucional, órgão do Partido Conservador, na redação do *Diário das Alagoas* e no periódico *O Empregado Público*. Foi ainda tesoureiro provincial, quando da instalação desta repartição e deputado provincial entre 1835 e 1845. Escreveu *Poesias e outras obras literárias* (1869), publicada em dois volumes pela Tipografia Liberal em Maceió, com despesas pagas pelos cofres públicos (BARROS, 2005b).

José Francisco Soares foi aluno do professor padre Francisco de Assis Ribeiro, na aula avulsa de Latim de Maceió, em 1844 (Quadro 3). Foi também deputado nas legislaturas de 1864-1865 e 1878-1879, além de administrador dos Correios, proprietário do Colégio de São José e professor de instrução primária de Maceió, sendo introdutor do “método de ensino repentino de Castilho” na Província. Em 1855, Soares foi escolhido pelo Presidente da Província para estudar o referido método no Rio de Janeiro, com a subvenção dos cofres públicos.

A ida de Soares ao Rio de Janeiro foi oportunizada pelo encantamento do Vice-Diretor da Instrução Pública, Manoel Lourenço da Silveira, com o método. Em 1854, Silveira viajou à Bahia e observou algumas aulas do professor Antonio Gentil Ibirapitanga, que utilizava a metodologia de ensino repentino. Conforme o Vice-Diretor:

[...] o novo sytema, com quanto não esteja ainda bem fundado, e me pareça susceptivel de maior polimento segundo a experiência for indicando, e tenha parecido em seu tirocinio a alguns uma fabula, a outros pedantismo, já é encarado como uma realidade, já tem apresentado em Portugal, onde reside o autor, felizes resultados, em algumas províncias do Brasil esta sendo ensaiado, e na Bahia o ha praticado o habil Professor Antonio Gentil Ibirapitanga, de modo que tem convencido não ser um desses inventos de mero luxo para figurar nas Bibliothecas, que é apreciavel, proficuo e muito exequivel. Na verdade, além do proveito na economia do tempo de ensino, das fadigas dos meninos, e despendio, que se fazem em 4,5 e 6 annos pelo outro methodo até hoje seguido, reúne as vantagens de tornar os meninos de um character mais ameno, alegres e activo, pelo constante movimento do corpo e consonancia do canto. Repetidas vezes eu ali assisti com muito prazer às lições, e não acreditaria, se não visse 22 meninos de ambos os sexo com pouco mais de dous mezes de ensino lendo com admiravel exacção de pronuncia, e conhecendo todos os sons das letras, todas as regras de pronuncia, que eram por eles repetidas com promptidão e certeza em harmonia, cantoria de verso rithmado, escrevendo bastardo, alguns contando as 4 especies, e todos alegres e satisfeitos [...]

(ALAGOAS, Falla, 1855, p. 63).

A utilização do “método de Castilho” pelo professor José Francisco Soares nas escolas primárias de Maceió passou a ser combatida por José Alexandre Passos (1808-1878). Este, após demissão de Soares do Liceu Provincial, em 8 de novembro de 1859, passou a reger a cadeira Gramática Nacional e Análise dos Clássicos Portugueses. Inconformado, Soares solicitou que o Presidente da Província colocasse a cadeira a concurso, ao que o *Diário das*

Alagoas, que tinha por redator Ignacio Joaquim Passos Junior, irmão de José Alexandre Passos, retrucou:

Gramática nacional no Liceu – O sr. José Soares – por antonomasia Sambanga – nunca devia pedir semelhante coisa, tanto mais quanto a cadeira de gramática nacional está mui bem preenchida pelo sr. José Alexandre Passos que sabe gramática para ensinar a s. me. que levou muitos quináus de seus discípulos na análise dos *Lusíadas*, quando exerceu interinamente aquela cadeira (DIÁRIO DAS ALAGOAS, Apud DUARTE, 1963, p. 42).

Duarte (1961) assegura que após essa publicação José Francisco Soares passou a ser taxado como incompetente, principalmente por parte dos alunos. Estes fizeram uma campanha que minou a atuação daquele que havia sido considerado, nos Relatórios dos presidentes de província, um homem de grandes qualidades pessoais e profissionais, essencialmente nas aulas primárias, motivos que fizeram com que fosse escolhido para aprender o método de Castilho.

Ressalta-se que não foi possível apreender quais argumentos usava José Alexandre Passos para criticar o método de Castilho, e, conseqüentemente, a sua utilização pelo professor José Francisco Soares. Conjecturo que por ser filólogo e produtor de obras na área, Passos defendia que seus compêndios e métodos fossem adotados nas escolas primárias. Albuquerque (2013) ressalta que Soares solicitou a compra de 13 exemplares do *Methodo de Castilho* com os respectivos quadros adquiridos por ele no Rio de Janeiro para serem usados nas aulas, além de vários objetos para a sua aplicação.

Boto (2012) assegura que o Método de Leitura Repentina recebeu várias críticas de vários filólogos brasileiros e portugueses. As condenações se davam porque os críticos consideravam que o método transformava a escola em num território de experimentações pedagógicas, negava as tradições nacionais, ensinava com pressa, o que ocasionava rapidamente o esquecimento, e um método alegre com canto, palmas, ritmos que não preparavam para as “durezas da vida”, nem para estudos posteriores.

José Alexandre Passos, por sua vez, foi professor, advogado e filólogo. Filho de Inácio Joaquim Passos e Matilde Leal, exerceu o mandato de deputado provincial na legislatura 1852-1853 e publicou, dentre outras obras: *Compêndio da Gramática Portuguesa* (1848), que foi utilizado no Liceu Provincial; *Dicionário Gramatical Português* (1865), o primeiro no gênero a ser publicado no Brasil; *Táboas Gramaticais das Desinencias Latinas* ou *Compêndio Auxiliar para Estudo do Latim* (1869); *Considerações Sobre Gramática Filosófica* (1871); *Resumo da História do Brasil*; *Compêndio de Retórica*; *Compêndio da Prosódia Portuguesa*; *Ecletismo da Língua Portuguesa*; *Resumo de Gramática Portuguesa Para o uso das Escolas*

de Primeiras Letras (1870); *Resumo de Gramática Portuguesa para uso das Escolas de Primeiras Letras da Província das Alagoas e admitido no Rio de Janeiro, Bahia, Sergipe e em Pernambuco* (1886) (BARROS, 2005b).

Aparentemente as disputas e tensões manifestas e as hostilidades abertas entre os professores do Liceu das Alagoas parecem ser produtos de situações particulares. No entanto, faziam parte de um jogo de competições para aumentar seus prestígio e poder social. Ao elaborar uma “teoria geral da gênese das instituições”, Elias (2006) entende que esses confrontos entre seres humanos que desempenham funções sociais importantes não são lutas individuais, mas de grupos. Para o autor (2006, p. 70), “[...] um conflito entre dois seres humanos, por mais que possa ser algo único e pessoal, pode ser ao mesmo tempo representativo de uma luta entre diversos estratos sociais, remontado a várias gerações”. Assim, os conflitos aqui elencados não podem ser vistos como atritos casuais, individuais, ainda que, na melhor das hipóteses, esses indivíduos não tivessem consciência disso.

Desta feita, não existe uma separação absoluta de pensamento segundo o qual o que é social não pode ser individual e o que é individual não pode ser social, haja vista que as sociedades não são nada além que indivíduos conectados entre si; e cada indivíduo é dependente do outro, considerando-se a extensa rede de relações humanas dentro de uma instituição. E essa interdependência gera inevitavelmente lutas por status e disputas por posições, e estas, por sua vez, são parte essenciais na história das instituições (ELIAS, 2006).

A atuação dos docentes em várias configurações, por vezes, prejudicava o andamento dos trabalhos no Liceu. Os requerimentos de licença, sobretudo, para mandatos eletivos acarretavam na contratação de professores interinos ou mesmo na vacância das cadeiras. Além disso, boa parte exercia suas funções de médicos e advogados, além de ensinarem ou manterem escolas particulares, o que podia representar maior vantagem financeira. Nesse sentido, os professores eram considerados, em várias falas e Relatórios, negligentes e descuidados com o ensino de seus discípulos, pois exerciam diversas profissões (ALAGOAS, Falla, 1854).

O editorial de *O Mercantil*, de 19 de dezembro de 1863⁷³, qualificou de desleixado e relaxado, o então Diretor da Instrução Pública, José Correia da Silva Titara, em virtude da não assiduidade dos professores das três aulas avulsas que continuavam no prédio do extinto Liceu, sobretudo a aula de Língua Nacional, do professor substituto Filinto Elysio da Costa Cutrim. Segundo o periódico, no edifício encontrava-se apenas o secretário e o porteiro, ao

⁷³ A edição desta data não foi localizada. As informações sobre ela aqui apresentadas estão no direito de resposta dado a José Correia da Silva Titara, na edição nº 39 de 1863.

passo que o Diretor não sabia o que ocorria ali. A estas acusações Titara solicitou direito de resposta e rebateu:

Vejamos se me poderei defender a mim, não desprezando os fundamentos desse preludio.
 Para começo de cada uma dessas tres aulas designadas estavam as horas, e a cada um dos professores cumpria desempenhar o seu dever.
 Seria, pois, necessario que o director fosse assistir a abertura diaria de cada uma d'ellas?
 Se o fosse, deveria estar até o final, a ver se com razão algum professor deixava os alumnos antes da hora que a lei fixou para sua conclusão.
 [...].
 Parece lamentavel, digamo-lo, que se tenha como necessaria a presença do director para que o professor de instrucção secundaria, n'uma capital de provincia, vá cumprir o seo dever por medo do director (MERCANTIL, 1863, nº 39, p. 3).

O discurso de Titara revela que do professor do ensino secundário era requerida uma autodisciplina para o cumprimento do seu dever sem a necessidade da fiscalização e vigilância de um superior, especialmente em se tratando da capital de uma província. Essa afirmação corrobora com a tentativa de se constituir uma sociedade ou, ao menos a sua elite, extremamente civilizada, da qual a autorregulação é o último estágio (ELIAS, 1993).

Em sua defesa, Silva Titara revela uma disputa por espaço e poder entre os professores do Liceu Provincial Filinto Elysio da Costa Cutrim e Manoel Amancio das Dores Chaves. Padre Amancio era o substituto de Cutrim na redação do periódico *Mercantil*. Desta feita, conforme Titara a verdadeira razão da matéria era um ataque político de Amancio ao ex-redator do periódico Filinto Elysio, antes que uma denúncia a respeito da situação do ensino secundário público. Para o Diretor da Instrução Pública, o jornal deveria [...] carregar seos obuzes e descarrega-lo com vantagem somente sobre o Senr. Filinto Elisio, evitando em seos estragos, alcançar outros [...] (MERCANTIL, 1863, nº 39, p. 2).

Retruca o *Mercantil* ao afirmar que nunca citou os nomes dos professores Filinto Elysio e Manoel Amancio, bem como não tratou ninguém pelo epíteto de relaxado, pois sempre tratou as pessoas com respeito. Por fim, assegurava que a matéria visava à prestação de serviço a um bem público, que eram as aulas secundárias da Capital.

Saliento que padre Amancio foi professor de Latim das vilas de Santa Maria Madalena da Lagoa do Norte (atual Santa Luzia do Norte) e de Atalaia. No ano de 1859, foi removido da cadeira de Atalaia para assumir interinamente a de Latim do Liceu⁷⁴. Por ofício nº 236, de 10 de setembro de 1859, o então Diretor da Instrução Pública, José Correia da Silva Titara, informou ao Presidente da Província a necessidade da efetivação do sacerdote como professor

⁷⁴ Arquivo Público de Alagoas. Instrução Pública. Ofício nº 217, de 26 de agosto de 1859. Cx. 0059.

substituto de línguas do Estabelecimento, tendo em vista a “inutilidade da aula de Atalaia” e as “dificuldades que constantemente as licenças dos professores efetivos causavam”. Manoel Amancio foi ainda Deputado provincial nas legislaturas 1858-1859, 1864-1865 e 1866-1867.

Madeira et al (2011) destaca que padre Amancio formou uma geração de intelectuais alagoanos, a exemplo dos professores Manuel Diegues Júnior e Francisco Domingues da Silva. Professor de uma prestigiada área do saber a época, como a língua latina, estimulava a leitura de antigos clássicos como Cícero e Virgílio. Sua marcante presença na imprensa alagoana leva a supor que gozava de prestígio e poder, fosse pelo grau de reconhecimento de seu trabalho no magistério, fosse pelo fácil trânsito no parlamento, na imprensa e junto à elite alagoana. Amancio se fazia visível na imprensa por seus requerimentos à Diretoria da Instrução Pública, com relação à licença para tratamento de saúde, pagamento de ordenados atrasados e sobre solicitação de contrato de aluguel, como a exposta no *Diário das Alagoas* de 06 de setembro de 1860, dando conta do indeferimento do pedido do contrato de aluguel firmado por Maria da Porciuncula de Jesus, mãe do professor falecido de Anadia, Joaquim José Gomes de S. Mathias.

Em sua obra literária *Traços e troças* (2011), Pedro Nolasco Maciel ao tratar de um de seus personagens salienta que este teve educação e regular instrução com o renomado orador sacro padre Amancio. Conforme o autor, o personagem Manuel “[...] estudara latim com padre Amâncio, esse notável sacerdote, cujos versos ainda hoje têm a doçura e o encanto místico de sublimes inspirações; cuja letra parecia antes pintada que traçada a um ligeiro manejo de pena [...]” (MACIEL, PEDRO, 2011, p. 39).

Félix Lima Júnior, em *Maceió de Outrora* (2001), ressalta que o sacerdote manteve-se engajado nas convocações de apoio para a Guerra do Paraguai. Sua adesão ao conflito foi registrada pelo *Diário das Alagoas* de 8 de janeiro de 1863, ao afirmar que padre Amancio ofertou 10% de seu ordenado ao Governo Imperial para custear a Guerra.

Por sua vez, Filinto Elysio foi professor substituto de línguas e bibliotecário no Liceu Provincial. Em anúncio do *Diário das Alagoas*, de 09 de janeiro 1862, Cutrim coloca-se a disposição para ensinar particularmente Francês, Inglês e Geografia em sua residência ou a domicílio. Foi ainda autor de obras literárias, como *Flores Murchas* (1871), pela qual foi acusado de plagiador por um intelectual maranhense. Moreno Brandão escreveu na Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas (1932) um artigo intitulado “Reabilitação de um poeta”, no qual rebate as difamações e arguições ferinas recebidas por Cutrim. Outras obras por ele publicada foram *Visão, Perdida, Amor e medo* e *A Vida*.

Conforme ficou evidenciado, as disputas e os conflitos interpessoais por espaço e poder eram intensas e frequentes no cotidiano do Liceu. É possível que outras contendas tenham se dado, uma vez que nem tudo era noticiado pela imprensa, tendo em vista muitas vezes mostravam as aparências e não as intimidades das elites. Entretanto, importa ressaltar que a complexa rede configuracional a que estavam submetidos, por relações de interdependência, os faziam necessitar uns dos outros para subsistir. Por isso, precisavam conter, até certo limite, suas paixões e pulsões, mesmo que tivessem que se impor. Aqui se revela também a capacidade de previsão e racionalização do comportamento, em contraposição as reações instintivas (ELIAS, 1999).

Nesse sentido, revelar essas relações torna-se fundamental para compreensão da cultura escolar, uma vez que ela não pode ser estudada sem a análise das relações de conflito ou até pacíficas que ocorrem em cada período de sua história, conectada com as culturas religiosa, política e popular. E ainda que as normas, que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e as práticas, que permitem a apropriação desses conhecimentos, não podem ser analisadas sem levar em consideração o corpo profissional dos sujeitos chamados a obedecer a essas ordens (JULIA, 2001).

Finda esta subseção na qual analisei as relações de tensão e disputa por espaço e poder entre os professores do Liceu Provincial, passarei a discorrer sobre a extinção e reabertura da Instituição e as disputas por espaço com e entre os colégios particulares.

3.3 A extinção e reabertura do Liceu Provincial e o acirramento das rivalidades com os colégios particulares

Esta subseção destina-se a debater a extinção e reabertura do Liceu das Alagoas, bem como a criação dos colégios particulares em decorrência dessa inconstância da Instituição pública. Em que momento histórico deu-se o crescimento dos particulares? Quem eram seus fundadores, diretores e professores? Onde estavam localizados os colégios? Como se dava as disputas entre eles? Estas são questões que pretendo responder, ao menos parcialmente, neste tópico.

Diante da realidade apresentada nas subseções anteriores, como baixa matrícula e frequência e com tantas cadeiras vagas, o Liceu Provincial era visto como um peso aos cofres públicos. Assim, após 12 anos de existência, o Presidente Antônio Alves de Sousa Carvalho, do Partido Liberal, sancionou a Lei nº 370, de 4 de julho de 1861, que em seu Art. 8º, assim

determinava: “Fica extinto o lyceo creado pela lei n. 106, de 5 de maio de 1849, continuando sómente a existir na capital as cadeiras de grammatica latina, de francez e de grammatica nacional e analyse dos classicos”. A lei, ainda, no seu Art. 9º, suprimia todas as cadeiras de educação secundária da Província que estavam vagas.

Com a extinção do Liceu, pelo menos uma questão não ficou evidenciada, a que diz respeito ao destino dos alunos das cadeiras extintas. Não encontrei um debate sobre onde seriam alocados estes estudantes, notadamente os das cadeiras ditas científicas. Quanto aos professores vitalícios, estes foram aposentados e as aulas conservadas foram providas pelos professores substitutos, conforme aprovação em primeira discussão do projeto nº 23, de autoria de Thomas Espíndola, pela Assembleia Legislativa (DIÁRIO DAS ALAGOAS, 1861, nº 167). A situação dos demais funcionários, secretário, amanuense e porteiro, também não foi tocada, suponho que eles permaneceram, tendo em vista a continuidade das aulas de Latim, Português e Francês, e as denúncias de jornal *Mercantil*, conforme expus na subseção anterior.

Vale salientar que o fechamento do Liceu, especificamente das cadeiras “científicas”, não se deu sem resistências. Conforme apresentei na subseção anterior, o então deputado provincial e professor da cadeira de Geografia, História e Cronologia, Thomas Espíndola, na 3ª discussão do projeto financeiro da Assembleia Provincial, foi uma das vozes que se levantou contra e criticou a decisão, reclamando em favor da não-extinção das cadeiras da Instituição, inclusive a por ele ministrada (DIÁRIO DAS ALAGOAS, 1861, nº 163).

A respeito de Thomaz do Bomfim Espindola, é possível afirmar que ele foi, ao lado de José Correia da Silva Titara, um dos intelectuais mais influentes da instrução pública alagoana, sobretudo a secundária. Filho de Thomaz Florencio do Bomfim Espindola e Luíza Rosa do Bomfim Espíndola, em 1853 formou-se em Medicina pela Faculdade da Bahia, defendendo a tese: *Dissertação inaugural acerca da influência progressiva da civilização sobre o homem*. Em 1855, assumiu interinamente a cadeira de Geografia, Cronologia e História do Liceu, tornando-se Catedrático em 1869. Foi ainda professor de Higiene do Liceu de Artes e Ofícios, fundado em 1884. Em sua atuação como político do Partido Liberal teve assento nas legislaturas de 1868-1871 e nas de 1878 a 1884. Foi o principal redator do jornal *O Liberal*, criado em 12 de abril de 1869. Dentre outras obras escreveu o compêndio *Elementos de Geografia e Cosmografia* (1860), que foi utilizado no Liceu Provincial e na Escola Normal (BARROS, 2005a). No documento Memórias Legislativas (nº 02/dez/1997),

José Maria Tenório Rocha afirma que Espíndola foi avaliado por Félix Lima Junior como homem brilhante, culto, austero, de esmerada educação.

A nota do *Diário das Alagoas*, de 18 de julho de 1861, revela a forte influência de Espíndola na instrução pública. Conforme o jornal, quando ocorreu a extinção do Liceu, em 1861, foi dele a emenda legislativa que autorizou prover as cadeiras de Latim, Francês e Gramática Nacional com os respectivos professores substitutos de línguas e ciências da extinta Instituição, como também aposentar por tempo de serviço o professor de Retórica. E na 3ª discussão do projeto financeiro da Assembleia Provincial, Tomás Espíndola discursa sobre vários temas quanto à instrução pública da Província. Entre os assuntos estavam: a extinção do Liceu, no qual ele reclama a favor da não extinção das cadeiras, inclusive aquela por ele ministrada, Geografia, História e Cronologia. Reclama a redução do salário dos professores de primeiras letras, defende a gratificação dos professores em ordenados, reclama da própria Assembleia Provincial, que antes defendera este projeto de incorporação de gratificações em ordenado, mas havia ocorrido uma metamorfose. Pede a revogação da lei de vitaliciedade dos cargos de diretor e vice-diretor da Instrução Pública e dos substitutos, além da execução da lei que determina concurso para as cadeiras do Liceu Provincial e organização de um regulamento da instrução primária e secundária. Fala da ausência de métodos e livros didáticos para o ensino de primeiras letras, citando o caráter disciplinar das reformas de ensino e coloca-se a favor da proposta de transformar o Liceu em um internato (DIÁRIO DAS ALAGOAS, 1861, nº 162).

Quanto à questão do fechamento do Liceu Provincial, vale lembrar que ações de extinção e reestabelecimento de liceus, escolas normais e outras instituições congêneres foram comuns no período imperial, conforme atesta a historiografia da educação. Segundo Ferronato (2012), muitos liceus foram fechados em razão dos poucos recursos financeiros e ao não reconhecimento dos graus conferidos pelos liceus provinciais, como o Ateneu Sergipense, por exemplo. Ainda conforme o autor, o Liceu Paraibano foi “[...] fechado pelo Regulamento nº 30, de 30 de julho, em virtude da Lei nº 761, de 7 de dezembro de 1883, isto é, por apenas um ano, para dar lugar a uma das primeiras tentativas para a criação de uma Escola Normal Oficial [...]” (p. 7), sendo restaurado em 1885. Igual situação ocorreu com o “[...] Liceu criado em Porto Alegre, em 1846, inicialmente com o nome de Liceu D. Afonso e oficializado em 1851, posteriormente fechado em 1871 e reaberto nesse mesmo ano com o nome de Ateneu Rio-Grandense [...]” (ARRIADA, 2007, p. 89).

Com a dissolução do Liceu Provincial e das aulas secundárias não providas (pelo artigo 9º da Lei nº 370/1861), a Província voltou novamente ao sistema antigo, que contemplava somente as aulas avulsas. Contava com sete cadeiras, todas de línguas, a saber: Latim, Francês e Língua Nacional, em Maceió; Latim e Francês, em Alagoas; e Latim e Francês, em Penedo.

A extinção do Liceu favoreceu o aparecimento de novos colégios e aulas secundárias particulares, bem como o crescimento dos já existentes. Os colégios particulares passaram a absorver boa parcela dos alunos que desertavam do ensino público. A decadência do Liceu aliava-se ao ensino mais rápido, fácil, simplificado e focado exclusivamente nos exames de preparatórios que ofereciam os colégios particulares. Desta feita, é possível afirmar que eles atendiam de maneira mais eficaz o interesse dos alunos e familiares, que enxergavam o ensino secundário como um “trampolim” para as academias.

Saliento que as primeiras informações a respeito da instrução secundária particular na província datam de 1853. O mapa datado de 1854 apresenta o Collegio do Espirito Santo, em Maceió, que dava aulas de instrução primária desde 1835. Mantido pelo professor padre Joaquim Mancio Maciel, ofertava as aulas secundárias de Gramática Latina, com 22 alunos, Gramática Francesa, com quatro alunos e Filosofia, com um aluno. A outra aula particular era ofertada em Santa Maria Madalena da Lagoa do Norte, pelo professor padre Manoel Amancio das Dores Chaves, tendo sido a cadeira de Gramática Latina frequentada por 14 alunos (ALAGOAS, Falla, 1854).

Ofício datado de 19 de outubro de 1858 dá conta do requerimento do professor de Geometria do Liceu, Bernardo Pereira do Carmo Junior, para abertura de um colégio de instrução primária e secundária. Tratava-se do Colégio São Bernardo. Por ser professor do Liceu estava o requerente “[...] isento da prova de capacidade, assim como dispensado de apresentar documento sobre a sua idade [...] sendo além disto pessoa de reconhecido merecimento e probidade [...]”⁷⁵. A instituição funcionou até o ano de 1861 e aceitava

[...] alumnos internos, externos, pensionistas e meio pensionistas. Ensinava-se ahi além das primeiras letras, portuguez, latim, francez, inglez e muzica. As aulas de latim, francez, muzica, grammatica nacional e primeiras letras funcçionaram ate dezembro ultimo, em que o proprietario seo director resolveo transferir o estabelecimento para a capital de Pernambuco, onde consta que esta funcionando. Devo aqui não omittir uma verdade; e é que nesse Collegio se observava muita regularidade e ordem na direcção dos alumnos; os internos e meio pensionistas recebiam um tratamento polido, como tive occasião de testemunhar. Foi pena que desaparecesse deste Capital, sua falta foi tanto mais sensivel quanto ella se dera ao mesmo tempo que se achava extinto o Licêo publico.

⁷⁵ Arquivo Público de Alagoas. Ofício nº 231/1858. Cx. 0064.

Era frequentado pelo nº de 76 alumnos aplicados aos diversos ensinos das aulas secundarias [...] (ALAGOAS, RELATÓRIO, 1862).

No ano de 1859, foi criado o Colégio Nossa Senhora da Conceição de educação secundária para o sexo feminino. Tendo por proprietária a senhora Afra Pereira Branco e funcionado na rua do Macena, sobrado 49, e depois na Praça dos Martírios, sobrado 24, o colégio se preparava para comemorar o seu 12º aniversário no ano de 1871, conforme matéria do *Diário das Alagoas*, de 10 de dezembro de 1870. Segundo o Relatório de Tomaz do Bomfim Espindola, de 1866, contava a Capital, no ano de 1862, com o referido colégio que oferecia as aulas de Português, Francês, Música Vocal e Piano. Naquele ano, matricularam-se 38 meninas, sendo 16 para as aulas de Português, 7 para as de Francês e 15 para Música Vocal, das quais 5 cursaram Piano.

IMAGEM 7 – Anúncio do Colégio Nossa Senhora da Conceição (1882)



Fonte: Diário da Manhã, 1882, nº 104

No ano de 1862, as três aulas públicas de ensino secundário da capital foram ocupadas e frequentadas da seguinte forma: Gramática Latina, do padre Manoel Amancio das Dores Chaves, 33 alunos; Gramática Francesa, de Possidonio de Carvalho Moreira (interino), 16 alunos; e Gramática Nacional e Análise dos Clássicos Portugueses, de José Alexandre Passos (interino), 36 alunos. As aulas do interior da Província tiveram a seguinte frequência, na Cidade das Alagoas: Latim, 12 alunos e Francês 18; e na Cidade de Penedo: Latim, 20 alunos e Francês, 19 (ALAGOAS, RELATÓRIO, 1863).

No ano de 1863, foi criado mais um colégio particular em Maceió, o Colégio de São Domingos, por Domingos Bento da Moenda e Silva (1839-1923), que foi lente interino da cadeira de Latim no Liceu, no ano de 1865, além de professor de Português, tendo deixando de ensinar em 1890 (ALAGOAS, RELATÓRIO, 1866; BARROS, 2005b). O referido colégio ofertava aulas de Português, Latim, Francês, Inglês, Música Vocal e Instrumental para jovens do sexo masculino. O anúncio no *Diário das Alagoas*, de 12 de janeiro de 1870, informa que o colégio admitia alunos internos, meio-pensionistas e externos. Além disso, a instituição possuía no seu próprio prédio uma capela, na qual seria celebrada uma missa pelo 7º aniversário (DIÁRIO DAS ALAGOAS, 1870, nº 175).

Conforme Barros (2005b), Domingos Bento da Moenda e Silva era filho de Antônio Ferreira Chaves e Maria Rosa Orminda. Fez os estudos preparatórios no Liceu das Alagoas. Na condição de parlamentar, pôs-se em defesa da luta abolicionista e republicana. Em nota do *Diário das Alagoas*, de 04 de janeiro de 1869, a esposa de Domingos, Anna Cândida Cutrim Moeda, informa a pretensão de fundar em Maceió, sob sua direção, o Collegio de Sant'Anna, para o sexo feminino, do qual já se encontra notícia no início da década de 1870.

No momento em que corria o ano de 1864, o Liceu Provincial foi efetivamente restaurado. A Resolução nº 395, de 16 de novembro de 1863, determinava que fossem reestabelecidas as cadeiras de Inglês, Geometria e Geografia, além das que permaneceram: Português, Latim e Francês. Nesta nova fase, a Instituição passou a contar com 6 cadeiras, das 8 existentes quando de sua criação. Foram excluídas as aulas de Retórica e Filosofia. Para a aula de Inglês, foi nomeado o bacharel José Alexandrino Dias Moura e para a de Geometria, José Antonio Bahia da Cunha. A Cadeira de Português passou a ser ocupada por Felinto Elysio da Costa Cutrim (ALAGOAS, RELATÓRIO, 1864), sendo depois ocupada por José Francisco Soares. As demais cadeiras foram providas pelos mesmos professores do extinto Liceu. Para Duarte (1961, p. 59), a reabertura do Liceu

[...] despertava a mocidade para o estudo. Raiava de novo a luz, esplendente e límpida, como se uma claridade solar sucede a uma noite sombria e tempestuosa. O Liceu reabria-se para a tarefa de formação intelectual da juventude, escudado dos melhores propósitos e reunindo os nomes mais conceituados no magistério particular ou público, os homens de maior saber da Província e os investindo dessa nobre e espinhosa missão. Missão de ensinar, que é uma vocação, e não um mero ofício, uma arte ou um ganha-pão apenas.

A exclusão das aulas de Retórica e Filosofia deixaram o Liceu Provincial numa espécie de “limbo” do ponto de vista da sua finalidade, na qualidade de estabelecimento de instrução secundária. Naquele momento, a Instituição não oferecia um programa de

preparatórios, que suprisse a admissão dos alunos nos cursos superiores, pois não contemplava todas as cadeiras⁷⁶, nem tampouco proporcionava um ensino que se aproximasse do espírito científico.

Diante disso, havia um sentimento de incredulidade no ensino oferecido pela instrução secundária pública, especialmente pelo programa do Liceu ser considerado deficiente e incompleto, que não habilitava para os cursos superiores. A frequência no Liceu continuava baixa, notadamente se comparada aos colégios particulares. Em 1867, o Presidente da Província, Pereira de Alencastre, tecia severas críticas ao Liceu, como a que segue: “[...] a província precisa de um estabelecimento regular e completo, onde a mocidade se possa habilitar convenientemente para os cursos superiores [...]” (ALAGOAS, RELATÓRIO, 1867, p. 15).

Aos poucos, a matrícula dos colégios particulares foi superando a da instrução pública. No ano de 1866, por exemplo, o principal “rival” do Liceu Provincial, o Colégio de São Domingos, obteve 89 inscrições, enquanto a instituição pública contava com 77 matrículas. O quadro abaixo demonstra a frequência da instrução secundária entre os anos de 1864 a 1866⁷⁷:

QUADRO 9 – Quantitativo de alunos na instrução pública e particular (1864-1866)

Ano	Instrução Pública				Instrução Particular			
	Liceu Provincial	Cadeiras em Penedo	Cadeiras em Alagoas	Total (na Instrução Pública)	Colégio São Domingos	Colégio N. S ^a . da Conceição (Maceió - feminino)	Colégio N. S ^a . da Conceição (Penedo - masculino)	Total (na Instrução Particular)
1864	87	43	12	142	40	28	-	68
1865	90	25	11	126	76	34	25	135
1866	77	66	11	154	89	39	66	194

Fonte: Autor, 2016. Adaptado de ALAGOAS, RELATÓRIO, 1867

Outro dado importante diz respeito à quantidade de meninas estudando no curso secundário, à época. Conforme se observa no quadro acima, a matrícula do Colégio Nossa Senhora da Conceição, de propriedade de Afra Pereira Branco, cresceu de 28 em 1864 para 39 em 1866. Segundo o mesmo Relatório, ao final do ano letivo de 1866, foram aprovadas 26 alunas: 5 em Francês, 1 em Geografia, 9 em Canto e 11 em Piano.

⁷⁶ Lei de 11 de agosto de 1827 estabelecia em seu Art. 8º que para ingresso nos cursos superiores o aluno deveria “[...] apresentar as certidões de idade, porque mostrem ter a de quinze annos completos, e de approvação da Lingua Franceza, Grammatica Latina, Rhetorica, Philosophia Racional e Moral, e Geometria.”

⁷⁷ Destaco, novamente, que os números apresentados podem não representar a quantidade absoluta de indivíduos, pois é a soma de matrículas em cada disciplina, podendo um mesmo jovem estar matriculado em mais de uma cadeira.

Thomaz do Bomfim Espíndola, Inspetor Geral de Estudos, afirmava em seu Relatório de 1867, que a educação secundária: “[...] até hoje conservou-se estacionário, sem estudos systematicos, sem cursos propriamente ditos, feita a propagação do ensino á mercê da vontade dos professores, sem plano regular e uniforme de estudos [...]” (ALAGOAS, RELATÓRIO, 1867, p. 13). Para ele, o Liceu era uma simplesmente a reunião das aulas avulsas e, portanto, não tinha uma finalidade própria condizente com a sua importância, seu ensino era desconexo e ineficaz. É nesse contexto e visando melhorar a frequência na instituição que o mesmo inspetor irá sugerir

uma medida de palpitante necessidade e interesse para o incremento d’este estabelecimento é o conseguimento da dispensa dos concursos para empregos provinciaes em frente de attestado que prove ter sido o alumno aprovado nas diversas materias dos 4 annos do curso, bem como o conseguimento da validade dos seus exames para todas as academias, seminarios e collegios geraes do Imperio; medida esta que poderá ser pela assembléa legislativa provincial á assembléa legislativa geral partido a iniciativa da presidencia da provincia (ALAGOAS, RELATÓRIO, 1867, p. 23).

Conforme exposto, Espíndola sugere, além da validação dos exames, a dispensa dos concursos para ex-alunos da instituição, ações que, segundo ele, aumentariam a frequência no Liceu Provincial. Proposta semelhante ocorreu no Rio Grande do Sul, em 1869. Segundo Arriada (2007), em Relatório, o então Inspetor Geral da Instrução Pública, José Bernardino da Cunha Bittencourt, propõe a validade e aceitação dos exames realizados no Liceu, desobrigando os alunos de novas provas, bem como que os alunos liceais tivessem preferência nos empregos provinciais, independente do concurso, desde que ele tivesse sido aprovado nas matérias do curso. Nota-se aqui a tentativa de se conceder benesses e privilégios aos egressos do Liceu, tendo em vista, sobretudo, a primazia dos ex-alunos sobre os demais nos concursos públicos.

Espíndola toca aqui, pela primeira vez, no ponto nevrálgico do ensino secundário público brasileiro, que era a não aceitação dos exames realizados nos liceus e colégios para o ingresso nas academias. Essa aceitação significava a equiparação dos estabelecimentos provinciais ao Colégio de Pedro II, tendo em vista que somente seus exames eram aceitos pelas faculdades, além das bancas que eram realizadas pelas próprias academias. Essa centralização era criticada por Espíndola:

Não descortino vantagem alguma em serem os exames das humanidades monopolizados pelos estabelecimentos geraes e ainda mais por um de per si isoladamente, de sorte que os exames feitos em uns são considerados nulos em outros; ao contrario a experiencia de todos os dias comprova a inutilidade de semelhante disposição legislativa, que só tem por fim centralisar o ensino secundario em proveito das grandes capitaes, forçando os paes a mandarem seus filhos para

essas cidades mediante despesas avultadas (ALAGOAS, RELATÓRIO, 1867, p. 23).

Entendiam os diretores da instrução pública em todo o país que essas medidas, em especial a da validade dos exames locais, daria um novo ânimo para a melhoria da matrícula e frequência nos estabelecimentos públicos de instrução secundária, as quais eles consideravam baixas.

A situação pouco mudou no final dos anos de 1860 e o ensino secundário público não deslanchava em número de alunos. A Província despendia com o pagamento de professores do Liceu, sem contar o custeio do prédio e demais funcionários, como porteiro e amanuense, sete contos e quatrocentos mil réis, para uma frequência 104 alunos, sendo que 18 foram habilitados para os exames. A mesma quantidade de frequência (104 alunos) tiveram as cinco cadeiras avulsas (4 em Penedo e 1 em Alagoas), com as quais foram gastos quatro contos e oitocentos mil réis (ALAGOAS, RELATÓRIO, 1868). Estes valores empregados na instrução secundária pública eram considerados muito altos para um retorno discutível, diante do precário número de alunos.

O quadro abaixo oferece uma ideia mais global a respeito do movimento e da baixa frequência na instrução secundária pública durante a década de 1860:

QUADRO 10 – Movimento da instrução secundária pública de 1860 a 1869

INSTRUÇÃO SECUNDARIA		
Ano	Aulas	Número de Alunos
1860	Lyceu com 8 cadeiras, 2 aulas avulsas no Penedo, 2 ditas na cidade das Alagoas.	212
1861	Idem.	187
1862	Lyceu com 3 cadeiras, 2 aulas avulsas no Penedo, 2 ditas na cidade das Alagoas.	169
1863	Idem	170
1864	Lyceu com 6 cadeiras, 2 aulas avulsas no Penedo, 2 ditas na cidade das Alagoas.	142
1865	Idem.	126
1866	Idem.	154
1867	Idem.	208
1868	Idem.	193
1869	Idem.	209

Fonte: Autor, 2016. Adaptado de ALAGOAS, RELATÓRIO, 1870, p. 33

Na década de 1870, a iniciativa particular passa a investir mais incisivamente na instrução secundária. Eram comuns os anúncios dos colégios nos principais jornais da Província com a intenção de conquistar um maior número de alunos. Via de regra, essas notas publicitárias arrolavam as qualidades de seus fundadores, diretores e professores, bem como a quantidade de alunos aprovados nos exames de preparatórios, como forma de persuadir novos estudantes.

No ano de 1870, foi criado o Colégio São José, de instrução primária e secundária, por José Francisco Soares. Seu Vice-diretor era Manoel de Mello Jacome Calheiros. Nota do *Diário das Alagoas*, de 15 de janeiro de 1870, informa que as aulas teriam início em 1º de fevereiro. O estabelecimento funcionava na rua do Macena, nº 50, 51 e 53 e ofertava as aulas de Português, Francês, Latim, Inglês, Geografia, História, Filosofia, Retórica, Aritmética, Álgebra e Geometria. A idade mínima para o internato era de 16 anos.

IMAGEM 8 – Anúncio do Colégio São José (1875)

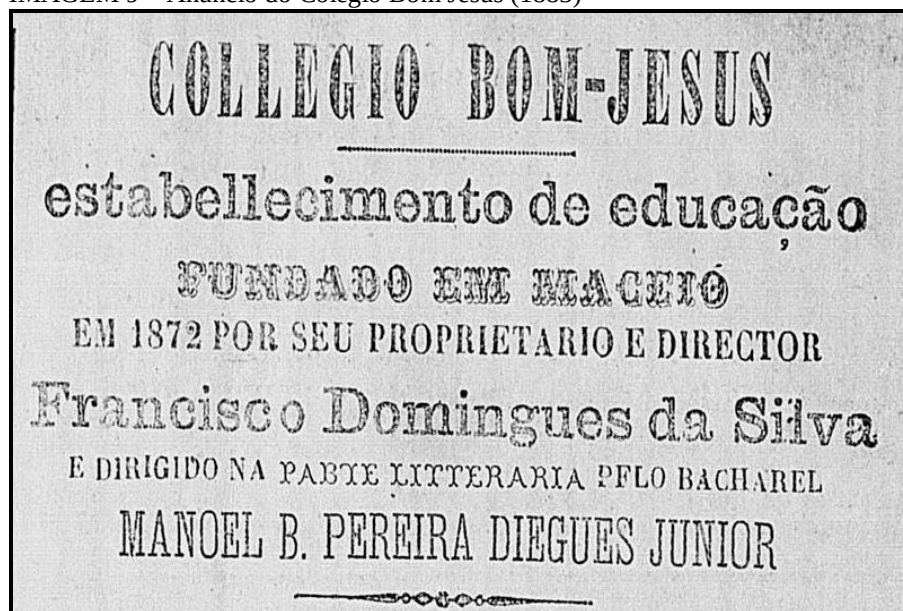


Fonte: Almanak Administrativo da Província das Alagoas, 1875, p. 284

No ano de 1872, foi criado por Francisco Domingues da Silva (1847-1918) o Collegio do Bom-Jesus, para instrução secundária masculina. Conforme periódico, *O Orbe*, de 10 de

dezembro de 1879, Francisco Domingues anexou ao Bom Jesus o colégio de Adriano Augusto de Araujo Jorge (1846-1901). Ambos informavam que a associação visava “[...] melhor servirmos á causa da educação e instrução da mocidade a que nos temos dedicado, deliberamos reunir os dous collegios num só [...]” (O ORBE, 1879, nº 122, p. 2).

IMAGEM 9 – Anúncio do Colégio Bom Jesus (1883)



Fonte: O ORBE, 1883, nº 1, p. 4

A instituição funcionava na rua da Boa Vista, nº 45 e 47 e ofertava as aulas de Português, Latim, Francês, Inglês, Alemão, Aritmética, Álgebra, Geometria, Retórica, Filosofia, História Geral, Corografia e História do Brasil. Ainda segundo a nota, Adriano seria encarregado da parte literária, enquanto Domingues da área administrativa. A Direção Espiritual ficava a cargo do padre Manoel Antonio da Silva Lessa. No ano de 1881, Manoel Baltazar Pereira Diegues Junior (1852-1922), assumiu a parte literária.

Francisco Domingues da Silva, fundador do Colégio Bom Jesus, foi aluno do Seminário de Olinda e presidente do Instituto dos Professores Primários. Em 1877, criou e dirigiu a Escola Central⁷⁸, que oferecia aulas para filhos de escravizados, libertos pela Lei do Ventre Livre, de 1871 (GUTENBERG, 1890, n. 122). É conhecido por promover a vida literária dos alunos nas instituições que passava. No Colégio Bom Jesus, incentivou a criação de uma sociedade literária, nomeada de *Recreio Científico*, cuja publicidade alcançou as páginas de *A Escola* (1882), periódico quinzenal do Colégio. Mais tarde, em 1885, a revista passou a pertencer à *Sociedade Recreio Científico*. Outros impressos do referido colégio

⁷⁸ Mais informações a respeito desta instituição conferir Santos (2011).

tiveram circulação, como *O Porvir*, *O Echos Colegial* e *O Dever*. Na Escola Central ajudou aos alunos a fundar o jornal *A União* (1889)⁷⁹. Em conjunto com Diegues Júnior fez circular também o *Magistério* (1887) e mais tarde a *Revista de Ensino* (1891), criada para dar suporte à reforma de ensino alagoano, promulgada no mesmo ano (REVISTA IHGAL, 1949).

O primeiro diretor literário do Colégio Bom Jesus, Adriano Augusto de Araujo Jorge, foi presidente da Sociedade Protetora da Instrução Popular (DIÁRIO DAS ALAGOAS, 1861, nº 4) e professor de Inglês no Liceu, entre 1870 e 1901. Historiador, jornalista e professor, Adriano era filho de Silvério Fernandes de Araújo Jorge e Maria Vitória de Pontes Araujo Jorge. Segundo Barros (2005b), Adriano fundou e dirigiu o Colégio Sete de Setembro, o Colégio São José e o Colégio Oito de Janeiro.

O segundo diretor literário do Colégio Bom Jesus, Manoel Baltazar Pereira Diegues Junior, foi catedrático de Geografia no Liceu, jornalista, advogado, deputado provincial e estadual. Concluiu seu ensino secundário no Liceu e mudou-se para Recife, onde lecionou Português no Colégio Dois de Dezembro, do qual chegou a ser vice-diretor. Na mesma cidade foi professor de História e Geografia do Colégio Santa Genoveva. Fundou a Escola Filotécnica em Recife, na área das artes, que ao juntar-se a outro estabelecimento transformou-se no renomado Colégio Isabel. Em 1877, bacharelou-se em Direito. Assumiu o cargo de Diretor da Instrução Pública, em 1886, e no ano seguinte foi demitido. Entre suas obras destacam-se *Curso de Lingua Nacional: gramatica elementar, lecções ensinadas aos alumnos do collegio dous de dezembro* (1876), *Compendio de Geographia e Cosmographia* (1890), aprovado pela congregação de lentes do Liceu Provincial para uso na Escola Normal e nas escolas primárias de Alagoas e, *Curso de Lingua Nacional: theoria das proposições* (1893) (BARROS, 2005a).

Diegues Junior foi um dos grandes defensores da criação do Liceu de Artes e Ofícios em Maceió. Conforme nota do periódico *Gutenberg* (1884, nº 11), na qual combate publicações do *Diário das Alagoas* e *Nova Crença*. Ele destaca que não há lei alguma que proíba a instalação do referido Liceu e apresenta as cadeiras que serão ministradas e argumentando que é justo o governo ajudar a instituição caso ela precise custear as despesas. Solicita ainda a ajuda de professores para ministrar gratuitamente na instituição, ao que pede a colaboração daqueles que desejam estudos para os “artistas”.

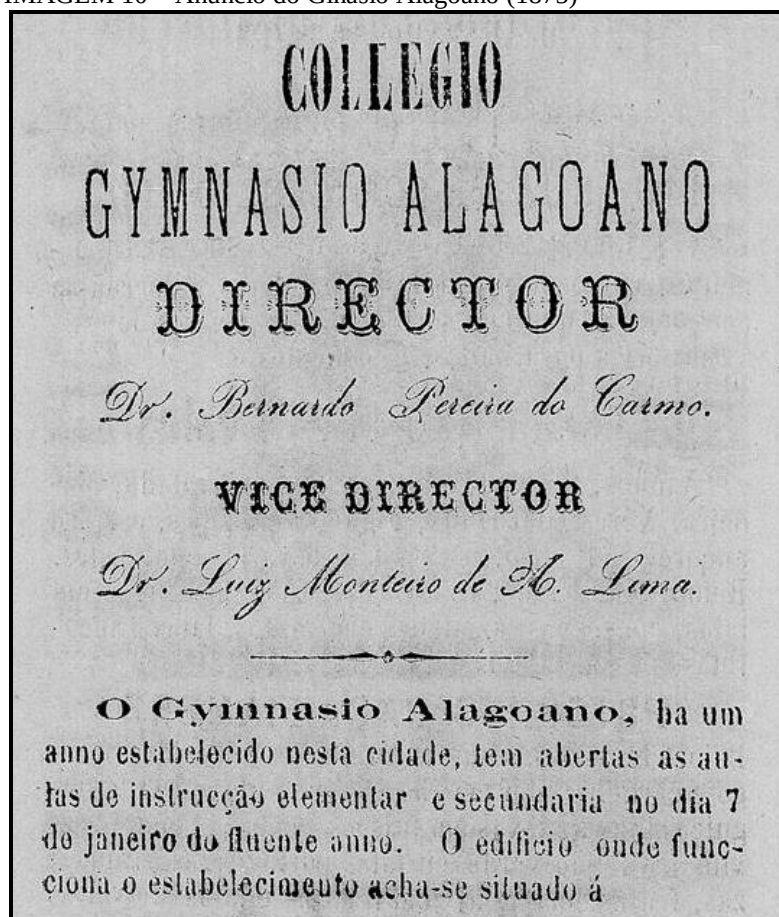
Concorria ainda com o Liceu Provincial e as aulas avulsas o Colégio Nossa Senhora da Penha, estabelecido em 1873, na Cidade de Penedo, pelo padre Tertuliano José dos Santos

⁷⁹ A respeito dos periódicos estudantis consultar Jesus (2011).

Patury. Conforme Barros (2005b), Patury foi Deputado Provincial nas legislaturas 1874-1875, 1876-1877 e 1878-1879.

Nota de *O Liberal* (1874, nº 110) revela que em 1874 existia também o Ginásio Alagoano, criado pelo Bacharel em Matemática Bernardo Pereira do Carmo Junior, que foi professor de Geometria no Liceu e proprietário do Colégio São Bernardo. Este estabelecimento funcionava na rua do Livramento, nº 25, e tinha por Vice-diretor Luiz Monteiro de Amorim Lima (1850-1921).

IMAGEM 10 – Anúncio do Ginásio Alagoano (1875)



Fonte: Almanak Administrativo da Província das Alagoas, 1875, p. 289

Até meados da década de 1870 o Liceu Provincial, que passou por diversas modificações e tentativas de reformas, extinção e reabertura, não conseguia ampliar o número de matrícula e frequência. Isso, em boa parte, devia-se à política provincial, como a falta de um prédio, de regulamentos mais claros e concisos, e a ausência de cadeiras exigidas nos exames de preparatórios, como as de Filosofia e Retórica. Todavia, a maior parte decorria principalmente da política nacional, ao impedir a validação dos seus exames e permitir que os

alunos prestassem exames nas faculdades a qualquer momento da vida escolar e mesmo sem comprovação, contanto que se julgassem preparados. Segundo Duarte (1961, p. 64):

[...] a invalidade dos exames prestados no nosso Liceu seria, também, uma das causas da pouca frequência e matrícula. Quem podia seguir para Pernambuco, Bahia ou Rio, onde existiam faculdades superiores, perante as quais os exames de preparatórios eram prestados, não ficaria, de certo, por aqui. A invalidade dos exames seria, talvez, a principal causa da baixa matrícula no nosso Liceu.

O Decreto 5.249, de 2 de outubro 1873, que criou mesas de exames gerais de preparatórios nas províncias onde não existiam faculdades, deu um novo ânimo para o aumento da matrícula e frequência do Liceu. Entretanto, incentivou e aumentou a atuação dos colégios particulares que visavam, justamente, os preparatórios. No final da década de 1870, por exemplo, o Colégio Bom Jesus superava em número de frequência o Liceu Provincial. No ano de 1879, enquanto a instituição pública, contou com 149 assíduos e o colégio particular teve 164 alunos frequentes (ALAGOAS, Falla, 1880).

Em 1880 foi fundado, por José Estevão de Araujo Silva⁸⁰, o Colégio Sete de Setembro. Localizado na rua Macena, nº 51 e 57, oferecia educação primária e secundária, para meninos e meninas. Conforme anúncio do jornal *Gutenberg*, de 19 de janeiro de 1884, o Colégio Sete de Setembro foi instituído após vários estudos de métodos de ensino usados nos colégios do Norte e do Sul, em especial do Colégio Abílio, do Barão de Macaúbas. O Sete de Setembro foi digno de uma nota no jornal *Pátria*, da colônia brasileira em Montevideo, nela ressaltava-se a grande quantidade de alunos, em torno de 475 e o fato do seu diretor ter “[...] banido do estabelecimento todas as praticas até então consagradas pela caduca rotina, seguindo na applicação os methodos racionaes e efficazissimos em uzo nos paizes que mais se teem exalçado no arduo ramo dos couhecimentos humanos [...]” (O LIBERAL, 1884, nº 4, p. 3). Em julho de 1884, a direção do estabelecimento foi passada para Francisco Salustiano de Oliveira.

⁸⁰ Em março de 1888, José Estevão de Araujo Silva fundou o Colégio José Estevão, de instrução primária e secundária para o sexo masculino (O ORBE, 1888, nº 53).

IMAGEM 11 – Anúncio do Colégio Sete de Setembro (1883)

COLLEGIO
SETE DE SETEMBRO
 EM MACAÏO
 51 E 57 — RUA DO MACENA — 51 E 57

TECEIRO ANNO DE EXISTENCIA DO MAIS ECONOMICO E MAIS BEM
 ORGANISADO COLLEGIO DE EDUCACAO N'ESTA PROVINCIA.

O estudo n'esse Collegio se faz com tal solidaz que— sômente em
 Julho do anno passado, 1882 —, sem contar as cifras de Novembro
 tornou-se attendível o seguinte resultado

Collegio Bom Je-us. . .	21	reprovados e	9	desertados de exames
» S. Domingos . .	6	»	3	« « «
» Sete de Setembro	2	»	2	« « «

Fonte: Diário das Alagoas, 1883, nº 272

As rivalidades entre os colégios particulares eram intensas. As competições se exacerbavam na disputa por alunos e na realização dos exames gerais de preparatórios. No ano de 1884, os colégios Bom Jesus e Sete de Setembro travaram disputas via imprensa periódica. A contenda entre as duas instituições teve início com o anúncio do Colégio Sete de Setembro, no periódico *Gutenberg*, de 19 de janeiro de 1884. A descrição ressalta que, além de ter boa quantidade de alunos matriculados, bons professores, fardamento e as condições físicas necessárias ao bom êxito dos alunos nos exames gerais de preparatórios, que o estabelecimento nunca fora hotel, nem grêmio de distração e intrigas.

O anúncio irritou os diretores do Colégio Bom Jesus alfinetados por possuir um grêmio estudantil. Na edição do mesmo jornal, em 22 de janeiro, Francisco Domingues da Silva e Diegues Junior lançaram uma nota de esclarecimento em defesa do grêmio estudantil criado pela instituição. Salientaram que apenas os alunos aprovados nos exames apareciam na lista divulgada pelo colégio. Além disso, mencionaram que o estabelecimento recebia alunos de outras instituições, referindo-se aos alunos que saíam do Bom Jesus. Por fim, declararam que a instituição encontrava-se aberta o dia inteiro para visitas e que estavam prontos para defesa de qualquer contestação.

Na publicação nº 5, de o *Gutenberg*, datado de 26 de janeiro de 1884, o diretor do Colégio Sete de Setembro, José Estevão de Araujo Silva, em resposta às supostas calúnias ditas a respeito do seu estabelecimento, sobretudo, em razão da dispensa de alunos, afirmou que a decisão estava relacionada à indisciplina ou a tentativa desses alunos de “[...]”

corromperem a ordem da casa e viciar outros alunos [...]” (p. 3). Finalmente, declarou que os benefícios da dispensa destes somente seriam entendidos quando crescessem.

Nos idos de 1880 contava ainda a Província com o Colégio de São João, na Cidade de Penedo, estabelecimento criado por Manoel de Mello Jacome Calheiros, ex-Vice-Diretor do Colégio São José, de Maceió, e ex-Diretor Colégio São João, da Cidade do Pilar. A instituição ministrava aulas de Latim, Catecismo, Francês, Português, Inglês, Italiano, Aritmética, Álgebra, Geometria, Geografia, História, Filosofia e Retórica. No seu quadro docente, figuravam o padre Tertuliano José dos Santos Patury, José Vicente d’Araújo Batinga e o padre Theotonio Ribeiro e Silva.

IMAGEM 12 – Anúncio do Colégio São João (1880)

Collegio de S. João.

DIRECTOR E PROPRIETÁRIO,

MANOEL DE MELLO JACOME CALHEIROS.

Materias de ensino e professores.

INSTRUÇÃO — PRIMARIA ensina o Director e um auxiliar de sua confiança; LATIM e CATHECISMO, Padre Tertuliano José dos Santos Patury; FRANCÊZ, professor José Vicente d'Araújo Batinga; — PORTUGUEZ, INGLEZ, ARITHMETICA, ALGEBRA, GEOMETRIA, GEOGRAPHIA E HISTORIA, o Director; — PHYLLOSOPHIA, RETHORICA E ITALIANO, Dr. Padre Theotonio Ribeiro e Silva; MUZICA.

O COLLEGIO terá, logo que se fizer necessario, um curso de desenho.

Admissão dos Collegiaes e suas condições.

O Collegio admite alumnos internos, semi-internos e externos, assim como tem um curso de desenho e de pintura para os mecos que...

As visitas aos alumnos são permitidas aos pais, tutores, correspondentes, ou pessoas para isso habilitadas.

As visitas dos alumnos aos pais, tutores ou correspondentes, serão feitas, e a pedido destes, de quinzena em quinzena, e isso quando os alumnos derem provas de applicação e bom aproveitamento.

Fonte: Jornal do Penedo, 1880, nº 11, p. 4

No Colégio São João, o aluno interno arcava com uma quantia trimestral de 75\$000, além de 4\$000 mensais, a cada aula que frequentasse. Ressalto que os valores estão muito acima do que era cobrado no Liceu Alagoano. O enxoval do aluno do colégio era constituído de:

[...] um leito e um colção, um urinol com tampa, um lavatorio com bacia e jarro, um espelho, um pente de alizar, um dito para bichos, uma tesoura para unhas, uma escova para dentes, uma dita para facto, um bahu, um par de sapatos, roupa de cama, um saco de baêta para roupa suja, uma banca e uma cadeira para estudo, um jaqueio de pano preto de golla e abotuadura dourada, uma calça de casimira prêta, um

collete de dita, duas calças de brim branco, um collete de dito, um bonet preto com volta de galão e palla envernizada (JORNAL DO PENEDO, 1880, nº 11, p. 4).

Para o sexo feminino, contava Maceió com o *Atheneu Alagoano*, de instrução primária e secundária, estabelecido por Maria Lucia de Almeida Romariz⁸¹, em julho de 1883. Faziam parte do corpo docente a irmã da diretora, Suzanna Sampaio Costa e Suzanna Wucherer, especialista em inglês e francês. O colégio oferecia as cadeiras de Português, Inglês, Francês, Álgebra, Geometria, História Universal, Desenho, Caligrafia, Escrituração Mercantil, noções de ciências naturais, incluindo física, química, botânica, zoologia, higiene e ensino de “cousas” (O LIBERAL, 1884, nº 4). Conforme anúncio, em 1884:

**Atheneu Alagoano
DE
INSTRUÇÃO PRIMARIA
e
Secundaria**

Esta casa de educação e ensino instituida em 2 de julho de 1883, anno cadente, já conta numero de alumnas, que vai correspondendo ao appello que fez a directora aos snrs. pais de familia, terá suas aulas abertas no dia 10 de janeiro de cada anno.

Fazem parte do corpo docente a irmã da directora, d. Suzanna Sampaio Costa e a exma. snra. d. Suzanna Wucherer, que Falla e escreve perfeitamente o inglez e o francez, e é insigne professora de canto e piano nesta capital.

Conforme o art. 7º dos Estatutos e circulares dirigidas pela directora, “o estudos que constituem o ensino dos *Atheneu* [sic], dividir-se-hão em dous cursos: um primario, contendo as matérias do curso normal, que são Portuguez, Arithmetica, Geographia, Historia do Brazil, Pedagogia, Cathecismo, Desenho Linear para o magisterio do sexo feminino; musica vocal, Piano e Dansa; outro secundario que comprehende as linguas – Portugueza, Franceza, Ingleza, Algebra, Geometria, Historia Universal, Desenho de paysagem, Calligraphia, Escripuração Mercantil e noções de sciencias naturaes, incluindo physica, chimica, botanica, zoologia, hygiene e ensino das cousas”.

O ensino de prendas abrange, além de outras obras de agulha, trabalhos da mão e d’arte, o seguinte: – Tapeçaria, Bordado branco de matiz, conta e de ouro, Crochet tricot, filet, fleguipere, guipere de Veneza, crihelieu e frivolité, flores de panno, lã, fróco, concha, cêra, milao e outras differente espécies –.

A directora conta com a confiança e protecção dos snrs. paes e maes de familia; a todos será grata, summente reconhecida e fará quanto em si estiver para incutir no espirito das alumnas do *Atheneu* o ensino e a educação moral e intellectual, que sejam uteis e agradaveis á familia e á sociedade.

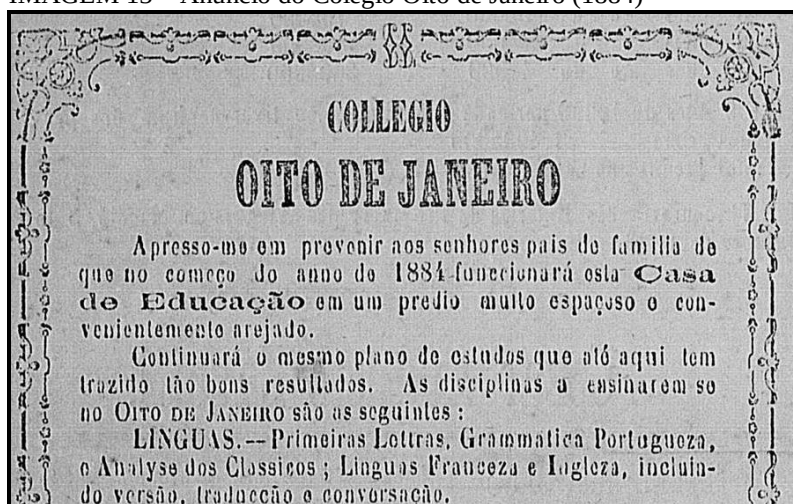
Maceió, 5 de Fevereiro de 1884.

Maria Lucia d’Almeida Romariz (O LIBERAL, 1884, nº 4, p. 3).

O Colégio Oito de Janeiro, criado por Aristhea Maria de Araujo Jorge, era outra instituição de instrução secundária para o sexo feminino. As cadeiras ofertadas eram Gramática Portuguesa e Análise dos Clássicos, Língua Francesa e Inglesa, Geografia, História, Aritmética, Escrituração Mercantil, Música Vocal, Piano, Dança, Desenho, além de noções de higiene, física, química e história natural (O ORBE, 1884, nº 10).

⁸¹ Lembro que Maria Lúcia era filha do aluno pardo das aulas avulsas, José Vieira Sampayo.

IMAGEM 13 – Anúncio do Colégio Oito de Janeiro (1884)



Fonte: O ORBE, 1884, nº 10, p. 4

Como ficou evidenciado, principalmente na década de 1870, as medidas adotadas no Liceu Provincial surtiram pouco efeito, ou seja, a quantidade de matrículas e frequências na Instituição não aumentaram conforme pensavam as autoridades. Todavia, na década de 1880 é possível verificar um acréscimo nas matrículas e frequências do estabelecimento em relação aos anos anteriores. Esse aumento está relacionado diretamente com a autorização, dada em 1873, para que os exames gerais de preparatórios pudessem ser feito nas províncias. A iniciativa particular também acompanhou esse crescimento. Na década de 1880, as matrículas no ensino secundário tiveram os seguintes números:

QUADRO 11 – Matrículas no ensino secundário na década de 1880

Cadeira	1880	1881	1882	1883	1884	1885	1886	1887	1888	1889
Liceu Provincial	213	199	227	273	-	244	228	210	226	229
Aulas avulsas	22	-	50	73	-	-	32	28	-	-
Colégio Bom Jesus	217	-	175	-	-	-	-	-	-	-
Colégio São Domingos	105	-	202	-	-	-	-	-	-	-
Colégio Sete de Setembro	8	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Colégio São João (Penedo)	6	-	89	-	-	-	-	-	-	-
Oito de Janeiro	-	-	69	-	-	-	-	-	-	-
SS. Coração de Maria	-	-	43	-	-	-	-	-	-	-
8 Colégios particulares	-	-	-	719	-	-	-	709	-	-

Fonte: Autor, 2016. Adaptado de Falas e Relatórios dos Presidentes de Província

Sob o regime republicano foram anunciadas reformas e novos rumos à escolarização secundária no estado de Alagoas. Nesse primeiro momento, ganhou destaque a reforma da

instrução pública realizada pelo Governador Gabino Suzano de Araújo Besouro⁸². O Decreto nº 12, de 9 de dezembro de 1892, procurou elevar o nível do ensino público, introduzindo uma nova metodologia e regulamento, em consonância com a legislação federal. Segundo Duarte (1961, p. 76-77), “nada escapou à argúcia do autor dêle, que se esmerou em facultar ao ensino um verdadeiro código elaborado com ampla visão da coisa pública [...]”.

No tocante ao ensino no Liceu Alagoano, a reforma Gabino Besouro (1892) dividiu o curso em três, a saber: “[...] a) um Curso de Preparatorios para habilitar a matricula nos cursos superiores da República; b) um Curso Normal para formação de professores de ambos os sexos; c) um Curso Comercial para preparo dos pretendem se dedicar ao commercio [...]” (DECRETO nº 12, Art. 4º). O Curso de Preparatórios passou a ser feito em cinco anos e o currículo compreendia as seguintes cadeiras:

[...] Português, Francês, Inglês ou Alemão, Latim, Aritmética e Álgebra elementar, Geometria e Trigonometria, Física e Química, História Natural, Geografia e Corografia do Brasil, especialmente do Estado de Alagoas, História Universal e particular do Brasil, especialmente do Estado de Alagoas [...] (DUARTE, 1961, p. 74-75).

O Curso Comercial compreendia as cadeiras de Português, Francês, Inglês e Matemática elementar abrangendo Aritmética, Álgebra elementar e Geometria preliminar; Geografia geral, Corografia do Brasil, especialmente do estado de Alagoas, Escrituração Mercantil, Contabilidade Comercial e Prática Comercial (DUARTE, 1961).

A reforma de 1892 foi a que mais aproximou o ensino liceal alagoano do espírito positivista, cientificista e utilitarista da época, pois admitia como finalidade da instrução secundária não somente preparar para ingresso nos estabelecimentos de ensino superior, mas também daria uma formação técnica que habilitasse para enfrentar as complexidades da nova vida social. Esta foi a reforma mais importante ocorrida no ensino secundário alagoano desde a criação do Liceu, considerando o rompimento com o que estava estabelecido, introduzindo as cadeiras ditas científicas, mesmo no curso de preparatórios.

Vale salientar que no Colégio de Pedro II muitas dessas novidades já estavam postas desde a década de 1870. Pelo Decreto 4468/1870, ancorado nas ideias positivistas de Spencer e Comte, trazidas pela chamada “Geração de 1870”, a ciência e à técnica, enquanto sinais da transformação social, do progresso, da civilização e da modernidade, passaram a figurar o

⁸² (Penedo - AL 22/06/1851 - Rio de Janeiro - DF 31/01/1930). Governador, deputado federal, engenheiro, militar. Foi propagandista da República. Governador do Piauí, deputado federal por Alagoas, na legislatura 1891-1893. Eleito governador, em fevereiro de 1892, assume, em 24 de março desse ano, porém foi deposto em 16 de julho de 1894, em deposição revestida de legalidade, por um acórdão do Supremo Tribunal Federal, o qual dava como findo o seu mandato (BARROS, 2005a).

programa do Pedro II. Sem, no entanto, visar a uma formação dita profissionalizante, essa “nova” educação secundária, pragmática ao estilo norte-americano, atendia aos requisitos das carreiras comerciais, industriais e agrícolas, os quais exigiam “[...] uma instrução superior à instrução primária, e mais prática, embora menos elevada do que a instrução clássica [...]” (HAIDAR, 1972, p. 121). Nesse sentido, o ensino secundário tornava-se uma espécie de conciliador entre os apologistas do ensino clássico e os do ensino científico.

Para Petitat (1994), esse debate entre ensino científico e humanista está no bojo das transformações sociais e culturais do período, onde uma nova definição da elite está em jogo. Segundo o autor, “[...] temas como a tradução escolar da cultura moderna e científica, as divisões institucionais a realizar, as distinções em relação ao ensino clássico, a modernização destes últimos, são objeto de amplos debates e conflitos. A redefinição cultural da elite está em jogo” (PETITAT, 1994, p. 147).

Conforme ficou evidenciado nesta subseção, quanto às matrículas e frequências, o Liceu Provincial desenvolveu-se a duras penas. O baixo número de alunos era sempre alvo de críticas das autoridades, que a todo tempo tentavam, em vão, reformá-lo. Novo ânimo ganhou a educação secundária alagoana somente a partir de 1873, quando foi autorizada a validação dos exames feitos nos liceus provinciais. Entretanto, a proliferação dos preparatórios animou a iniciativa particular, que em número de matrícula passou a superar a instituição pública, conforme é possível verificar no Quadro 11. Os exames de preparatórios, os quais deram um novo impulso para a educação secundária alagoana, serão o tema da próxima subseção.

3.4 Os exames finais e o Liceu eclipsado pelos exames de preparatórios

Um dos momentos mais importantes da vida escolar dos estudantes do Liceu Provincial eram os exames. A ocasião era revestida de muita solenidade, um verdadeiro ritual. A lei de criação da Instituição previa que os exames deveriam ser presididos pelo Diretor da Instrução Pública, porém o estatuto determinava o exercício da presidência ao proprietário da cadeira. É possível que até o Presidente da Província participasse do evento “[...] para honrar os actos dos exames com a sua presença, afim de que se tornem mais solenes, com é costume”⁸³. Determinava ainda a legislação que os exames teriam início 20 de novembro e continuavam por todos os dias úteis até que todos os alunos fossem examinados.

⁸³ Arquivo Público de Alagoas. Ofício nº 285/1857. Cx. 0064.

Não é demais lembrar que a pedagogia do exame estava a serviço do disciplinamento e do controle do comportamento. Sua forma, de acordo com o que previa o Estatuto, aproximava-se do modelo jesuítico de exame escolar, a partir de um ritual balizado por provas escritas e arguições, que previam a classificação, conforme pode ser observado na *Ratio Studiorum*.

De acordo com o Capítulo VIII, Artigos 30º, 31º e 32º, do Estatuto do Liceu Provincial das Alagoas, o ritual dos exames tinha início ainda no período das aulas, mais especificamente no mês de novembro, quando o professor da cadeira, segundo as notas, observações e frequência, selecionava os alunos aptos para realizá-los. A lista feita pelo professor precisava ainda ser aprovada pela Congregação, que, posteriormente, afixava a classificação por cadeiras em um quadro de avisos do Estabelecimento. Os alunos não habilitados perdiam o ano e o direito de fazer os exames, como se tivessem sido reprovados antecipadamente. Por isso, perdiam o direito de ingressar em outra aula até que fossem matriculados, habilitados e aprovados no ano posterior. O mesmo ocorria com os habilitados que faltassem ou não quisessem fazer os exames, o que também era aplicado aos reprovados.

Para realização dos exames finais, as bancas eram constituídas de três professores, dentre os quais o presidente era o lente da aula e os outros dois designados pela Congregação. Os exames eram públicos e, no dia agendado, às oito horas da manhã, os alunos eram agrupados em três, seguindo uma ordem pré-estabelecida. Na hora marcada era feito o sorteio do ponto a ser posto em prova. Os temas eram montados pelos professores ao longo do ano letivo e deveriam ter sido aprovados previamente pela Congregação. Para as cadeiras de línguas não havia pontos, sendo que o exame poderia ser sobre todos os temas tratados em sala de aula.

No dia seguinte ao sorteio do ponto, ou no mesmo dia para os estudantes de línguas, os alunos eram arguidos pelos dois professores da banca no período entre meia hora a quarenta e cinco minutos. Ao presidente da banca era facultado o direito de também arguir seus alunos. As provas eram orais em perguntas e repostas, nunca por argumentos.

Terminada a arguição de cada turma, os três membros da banca procediam a portas fechadas a avaliação do estudante. A cada um deles era atribuído os seguintes conceitos: L.L.L. – aprovado com louvor; A.A.A. – aprovado plenamente; A.A e R – aprovado simplesmente; e R.R. – reprovado. Os graus de aprovação dependiam se todos os professores votaram em favor do estudante ou se houve alguma restrição.

Arriada (2007) destaca que no Ateneu Rio-Grandense a premiação após os exames levava em conta o melhor desempenho intelectual, revistada de solenidade e a recompensa era, em geral, um livro de alguma matéria mais ou menos importante. Diferentemente dessa realidade, o Estatuto do Liceu Provincial das Alagoas não previa nenhum tipo de premiação ou recompensa para os alunos melhores colocados nos exames finais.

O mapa demonstrativo das aulas públicas de 1854 lista os alunos que frequentaram e se examinaram no Liceu Provincial no ano de 1853:

QUADRO 12 – Resultado dos exames finais de 1853

Nº	Nomes das matérias	Nomes dos que se examinaram no Lycêo	Aprov. ^{am} e Reprovação
1	Gram. ^a Latina	Fernando Affonso de Mello Junior	Aprov. Plenamente
2	Dita =	Rodopiano Eudocio de Araujo Jatobá	Idem Idem
3	Dita =	Perminio Corbiniano de Araujo Jatobá	Idem simplesmente
4	Dita =	Pedro Alexandrino Affonso de Mello	Idem com voto de l.
5	Dita =	Azaria Carlos Pinto Bandeira	Idem simplesm ^{te}
6	Dita =	Candido da Costa Santos	Idem
7	Dita =	Hermogenes Octaviano de Figueiredo	Idem plenamente
8	Dita =	Miguel Castor Alves Machado	Idem Idem
9	Dita Francesa	Pedro Alexandrino Affonso de Mello	Idem Idem
10	Dita =	Fernando Affonso de Mello Junior	Idem Idem
11	Dita =	Clodoaldo José da Cunha	Idem Idem
12	Dita Inglesa	José de Barros Accioli Junior	Aprov. com louvor
13	Geograf. e História	O mesmo	Idem Idem
14	Filosofia	Vicente Ferreira de Meira Junior	Aprov. Plenamente
15	=	José Antonio de Oliveira Figo	Aprov. simplem ^{te}
16	Rhet. e Poetica	Vicente Ferreira de Meira Junior	Idem Idem
17	Idem	José Antonio de Oliveira Figo	Idem Idem

Fonte: Autor, 2016. Adaptado de Relatório 1854. Anexo E. APA. Instrução Pública, Cx. 5182

Fernando Affonso de Mello Junior tornou-se Promotor Público da Comarca da Granja, no Ceará. Seu pai, Fernando Affonso de Mello, era Procurador Fiscal e dos Feitos da Fazenda de Pernambuco e faleceu por conta um aneurisma, em 1864 (GAZETA OFICIAL DO CEARÁ, 1864).

Perminio Corbiniano de Araujo Jatobá formou-se farmacêutico pela Faculdade de Medicina da Bahia, em 1858⁸⁴. Conforme Almanaque administrativo, mercantil e industrial do Rio de Janeiro para o ano de 1891, Jatobá era proprietário de uma farmácia em Araçanga, no Distrito Federal. Seu conterrâneo, o Senador do Império, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras

⁸⁴ Seu nome consta na lista dos concluintes de 1858, no livro *Do boticário ao farmacêutico: o ensino de farmácia na Bahia, de 1815 a 1949*, de autoria de Florentina Santos Diez del Corral, Mirabeau Levi Alves de Souza e Odulia Lebreiro Negrão, publicado pela EDUFBA, em 2009.

Publicas, João Lins Vieira Cansansão de Sinimbú, concedeu-lhe, por Decreto nº 7154, de 8 de fevereiro de 1879, o privilégio para construir diques flutuantes de sua invenção por 15 anos.

José de Barros Accioli Junior atuou como Segundo Escriturário da Tesouraria Provincial e foi professor interino do Liceu, tendo assumido, cumulativamente, em 1858, as cadeiras de Geometria, durante a licença do substituto de ciências, José Antonio Bahia da Cunha, e Geografia, na ausência de Thomas do Bonfim Espíndola, que se encontrava em Comissão do Governo Provincial⁸⁵. Além disso, foi secretário do Liceu e do Gabinete de Leitura.

José Antonio de Oliveira Figo ingressou na Marinha, em 1858, e, posteriormente, casou-se com Maria Joaquina Mallet Rodrigues. No Ministério da Marinha, foi amanuense da secretaria de inspeção do arsenal da Corte e secretário do arsenal de marinha da província de Mato Grosso (A ACTUALIDADE, 1864; O APOSTOLO, 1870).

Em novembro de 1855, examinaram-se os listados na imagem seguinte:

IMAGEM 14 – Examinados no Liceu em 1855

Relatório demonstrativo dos alumnos do Lyceu de Alagoas, que se examinaram nas materias ultimas declaradas em os dias 20, 21 e 22 de novembro de 1855.

<i>Nº</i>	<i>Matérias</i>	<i>Nomes dos alumnos.</i>	<i>Approvações.</i>
1	Grammatica Latina	José Antonio de Oliveira Figo	Plenamente
2	Grammatica Latina	Claudio de Novermento Lins	Levemente
3	" "	José Faustino Barbosa	Plenamente
4	" "	Herminio de Paula Mezquita	Impletamente
5	" Francês	Manoel Pinto Damasc	Plenamente
6	" "	Euthymio Catharina de Faria	"
7	" "	Victor Severo Wanderley	"
8	" "	Leonor Alencar da Costa Braca	"
9	Geographia e Hist.	" "	"

Observações.
 José Faustino Barbosa, que fez exame de grammatica Latina e de scriptura da aula publica da escola das Magias, de que e Professor e de substituto José Barbosa.
 Director da Instrução Publica em Alagoas 23 de Novembro de 1855.
 O Director
 José Antonio de Oliveira Figo

Fonte: Arquivo Público de Alagoas. Instrução Pública. Documento avulso. Cx 0060

⁸⁵ Arquivo Público de Alagoas. Officio nº 101/1858. Cx. 0064.

No ano de 1856, de 9 alunos habilitados somente um compareceu para fazer as provas em 21 de novembro daquele ano, conforme relatou o Secretário, Francisco Canuto de Araujo. Os alunos habilitados eram: Juvencio Fabiano de Godoes, para Gramática Nacional; João Torquato d'Araújo, Domingos Bento da Moenda e Silva, e Olympio Euzebio d'Arroxelas Galvão, para Gramática Latina; Manoel Antônio da Costa, para Gramática Francesa; Virgílio Peixoto de Araújo Palmeira, para Gramática Francesa e Retórica; José de Barros Accioli Junior, Leoncio Altino da Costa Graça (único que realizou exame, sendo aprovado plenamente) e Francisco Idelfonso Ribeiro Menezes, para Filosofia⁸⁶.

Ao rastrear a atuação desses egressos do Liceu Provincial foi possível localizar Dr. Olympio Euzebio d'Arroxelas Galvão (1842-1882). Olympio Galvão era filho de José Bernardo de Arroxelas Galvão e Úrsula Maria de Arroxellas Galvão e fez seus estudos primários na cidade das Alagoas, onde nasceu. Após os estudos secundários, realizados no Liceu das Alagoas, bacharelou-se em Ciências Jurídicas e Sociais, pela Faculdade de Recife, em 1863. Ao retornar para a terra natal atuou como Promotor Público em Penedo e Maceió, exercendo a função de Juiz de Direito, em Porto Calvo, de 1875 a 1882. Na política, exerceu o cargo de Deputado provincial nas legislaturas 1868 a 1873, consecutivamente, e Deputado geral na legislatura 1872-1875. Foi ainda redator de *O Mercantil*, um dos fundadores do Instituto Arqueológico e Geográfico de Alagoas, sendo patrono da cadeira 22 e professor de Geografia do Liceu (BARROS, 2005a).

Outro egresso que atuou na sociedade alagoana foi Virgílio Peixoto de Araújo Palmeira (1840-1874). Nascido em São Miguel dos Campos, Palmeira bacharelou-se em Direito pela Faculdade do Recife e além de advogado foi jornalista. Na política, ocupou uma cadeira na Assembleia Provincial nas legislaturas 1866-1867 e 1868-1869.

Além destes, Francisco Idelfonso Ribeiro Menezes, que ingressou no Partido Liberal em 1881, foi Deputado Geral nas legislaturas de 1878 a 1889, consecutivamente (BARROS, 2005b); e Bento da Moenda e Silva, que foi professor do Liceu e fundou o Colégio São Domingos.

Para o ano de 1857, foram relacionados 4 alunos considerados aptos para exames. Eram eles: José Correia Paes Junior, para Português e Geografia; Domingos Bento da Moenda Junior, para Latim e Inglês; João Vasco Cabral de Algonas, para Latim; e Antonio Simões de Sousa Junior, para Inglês.

⁸⁶ Arquivo Público de Alagoas. Instrução Pública. Relação dos estudantes do Lyceo habilitados para os exames promoverão no dia 20 de Novembro. Cx. 0059.

IMAGEM 15 – Alunos relacionados para exames em 1857

*Relação dos estudantes habilitados para
exame pela congregação do Lyceu em 12 deste mês
de Novembro de 1857.*

<i>Portuguez</i>	<i>José Correia Paes Junior</i>
<i>Latim</i>	<i>Domingos Bento da Alameda Junior</i>
<i>"</i>	<i>João Vase Cabral de Algodres</i>
<i>Inglez</i>	<i>Antonio Simões de Sousa Junior</i>
<i>"</i>	<i>Domingos Bento da Alameda Junior</i>
<i>Geographia</i>	<i>José Correia Paes Junior</i>

Designações dos dias de exames.

O de Portuguez no dia 20
Os de Latim " " "
Os de Inglez " " 21
O de Geographia " " "

Secretaria da Directoria da Instrucção Publica
em Alagoas 14 de Novembro de 1857.

O Secretario = Thom. Carlos de Araujo

Fonte: Arquivo Público de Alagoas. Ofício nº 285/1857. Cx. 0064

Conforme Barros (2005b), José Correia Paes (Sarmiento) Junior (1835-1917) era filho de José Correia Paes Sarmiento e Maria dos Reis da Rocha Pires Paes, foi advogado, Deputado Provincial nas legislaturas de 1864 a 1869, consecutivamente, bem com na legislatura 1882-83, além de Deputado Estadual na legislatura 1891-92.

Por ofício nº 297, de novembro de 1859, o então Diretor da Instrução Pública, José Corrêa da Silva Titara, enviou ao Presidente da Província a lista com os alunos habilitados

para os exames no Liceu Provincial. Naquele ano, os testes ocorreram nos dias 21, 22 e 23 de novembro, com um total de 15 estudantes habilitados. O resultado foi o seguinte:

QUADRO 13 – Resultado dos exames finais de 1859

Mappa demonstrativo dos exames feitos no Lyceo desta cidade no fim do ano lectivo de 1859, com declaração dos nomes dos estudantes, das matérias, dias dos exames e grãos de aprovação.			
Materias	Nomes dos examinados	Dia dos exames	Grão de aprovação
Portuguez	Ignacio Joaquim da Cunha Costa	21 de Novembro	Com louvor
Idem	João Carisio da Silva Maia	Idem	Idem
Idem	Aureliano da Nobrega Vasconcelos	Idem	Idem
Idem	Prisciliano Manoel da Silva	Idem	Simpliciter
Idem	Aureliano Pedro de Farias	Idem	Plenamente
Idem	José Januário de Carvalho	Idem	Idem
Idem	Luiz Pedro de Farias	Idem	Reprovado
Gram. Latina	Ignacio Joaquim da Cunha Costa	22 de Novembro	Com louvor
Idem	Candido Leodegario Pereira de Melo	Idem	Plenamente
Francez	Elmiro Casado de Araujo	Idem	Idem
Idem	José Vieira Sampaio	Idem	Simpliciter
Idem	João Vasco Cabral de Algonéz	Idem	Idem
Idem	Aureliano da Nobrega Vasconcelos	Idem	Plenamente
Idem	Luiz Pedro de Farias	Idem	Idem
Geometria	Aureliano Pedro de Farias	23 de Novembro	Idem
Algebra	Prisciliano Manoel da Silva	Idem	Simpliciter
Idem	Luiz Pedro de Farias	Idem	Reprovado

Fonte: Autor, 2016. Adaptado de Ofício 304, de 25 de novembro de 1859. APA. Instrução Pública, Cx. 0059

O quadro demonstra uma classificação dos alunos, tendo em vista que, em geral, os de maior aprovação ficavam acima dos demais em uma mesma cadeira. A pedagogia dos exames quantificava a aprendizagem a partir da classificação dos discentes. É provável que os alunos destacados com louvor ficassem lisonjeados com a sua classificação, bem como seus familiares e professores.

No entanto, por não serem válidos para ingresso na academias e faculdades, os exames finais no Liceu caíam em descrédito e os alunos aptos não compareciam para realizá-los. No ano de 1868, o Inspetor Interino de Estudos, José Alexandrino Dias Moura, afirmou que “[...] nos dias marcados para os exames não compareceram os estudantes habilitados, do mesmo modo que fizeram nos annos anteriores [...]” (ALAGOAS. RELATÓRIO, 1869, Anexo A). No ano seguinte a mesma queixa, tendo em vista que “[...] da aula de grammatica nacional e analyses dos clássicos portuguezes compareceram dous alumnos [...] os outros estudantes apresentados como aptos para exames nas demais aulas deixaram de comparecer [...]” (ALAGOAS. RELATÓRIO, 1870, Anexo A-XXIX). No ano de 1868, os alunos prontos para exames eram os seguintes:

QUADRO 14 – Alunos habilitados para exames em 1868

Mappa dos alumnos do Lyceo aptos para exames pelos professores na Congregação que teve lugar no dia 11 de novembro de 1868.			
Cadeiras do Liceo	Nomes dos professores	Nomes dos alumnos aptos para exames	Observações
Grammatica Nacional	José Francisco Soares	Floriano de Barros Pimentel	
		José da Conceição Barboza	
		Pedro Paulo da Fonseca Galvão	
		João Raposo Pinto	
		Americo Brasileiro de Mello	Foi nomeado professor interino de Imperatriz
Grammatica Latina	Pe. Manoel A. das Dores Chaves	Manoel Balthazar Pereira Diegues	
		Manoel Joaquim Teixeira Pinto	
		João Nepomuceno Valadares	
		Silverio Tertuliano de A. Lins	
Grammatica Franceza	Dr. Possidonio de C. Moreira	João Nepomuceno Valadares	
		Antonio Duarte Leite da Silva	
		Aristides O. Lins Calheiros	
		Elpidio Rogerio de Novaes	
		Silverio Tertuliano de A. Lins	
		Antonio Francisco X. da Costa	
		João Dionzio dos Santos	
Grammatica Ingleza	Bacharel José A. Dias Moura	Adriano de Araujo Jorge	Proveto
		Antonio S. de Carvalho	Idem
		Victorino do Amaral Botelho	Idem
		Idelfonso Cantidiano da Silva	
		Joaquim Manoel de O. Maciel F.	
Arithmetica, Algebra e Geometria	Dr. Jose Antonio Bahia da Cunha	Floriano de Barros Pimentel	Apto em todas as materias
		João Raposo Pinto	Apto em Arithmetica somente
Geographia, Historia e Chronologia	Dr. Thomaz do B. Espindola	Antonio S. de Carvalho	

Autor: 2017. Adaptado de RELATÓRIO 1869

Dos alunos que figuram na lista acima foi possível encontrar indícios da ação de Antonio Duarte Leite da Silva (?-1883). Poeta, advogado, jornalista e professor de Francês, Latim e Português na Vila Pilar, Leite da Silva foi ainda redator do periódico *O Constitucionalista*, que surgiu em Maceió, em 1873, como órgão do Partido Conservador. Naquela Vila fundou também, em 1873, o *Jornal do Pilar*, um semanário político destruído em 1876 pela polícia, por conter artigos que atingiam pessoas de prestígio da localidade, bem como por defender os ideais abolicionistas e republicanos. No entanto, somente 1879 é que o periódico deixou de ser publicado. Em 1880, fundou em Maceió o *Jornal do Comércio*, que teve pouca duração. Atuou ainda em *O Constitucional*. Suas publicações mais relevantes são: *Isaura*, possivelmente um dos primeiros romances escritos por alagoano; e *Cantos da Mocidade*, com 42 composições poéticas divididas em dois livros, o primeiro oferecido a seu

pai e o segundo ao seu amigo e professor de Latim, padre Amâncio das Dores Chaves (BARRO, 2005b).

Idelfonso Cantidiano da Silva (?-1908), por sua vez, foi Major e Secretário Interino dos Negócios do Interior, no Governo do Barão de Traipu nas Alagoas, em 1895. Cantidiano da Silva também era membro do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas. Outros alunos da lista a respeito de quem se têm notícia são Adriano Augusto de Araujo Jorge e Manoel Balthazar Pereira Diegues Junior, cujas trajetórias foram apresentadas quando tratei dos colégios particulares criados por eles.

Chervel (1990) ressalta que os exercícios e exames finais estão ligados às formas de controle da disciplina escolar, que podem variar desde aprendizados simples como a memorização, repetição, recitação, até exercícios mais complexos como a formulação de argumentos, sínteses e exposição oral de saberes. Para ele,

a disciplina escolar é então constituída por uma combinação, em proporções variáveis, conforme o caso, de vários constituintes: um ensino de exposição, os exercícios, as práticas de incitação e de motivação e um aparelho docimológico, os quais, em cada estado da disciplina, funcionam evidentemente em estreita colaboração, do mesmo modo que cada um deles está, à sua maneira, em ligação direta com as finalidades (CHERVEL, 1990, p.207).

Observa-se ainda uma grande procura dos alunos para as matérias ditas humanísticas, com maior presença nas línguas. Dentre estas, além do português, destaca-se o francês frente ao latim. Constata-se, assim, um desinteresse pelos saberes tidos como científicos.

Os exames do Liceu não habilitavam para as faculdades, conforme já expus nas subseções anteriores, nem tampouco o certificado do Liceu era requisito para que o aluno fizesse os exames nas academias, daí o baixo interesse por eles. Importância maior davão os estudantes às mesas de exames gerais de preparatórios, que habilitavam aos cursos superiores, conforme mostrarei no próximo item.

3.4.1 As mesas de exames gerais de preparatórios no Liceu Provincial

Somente em 1873, pelo Decreto 5.249, 2 de outubro, foram criadas mesas de exames gerais de preparatórios nas províncias que não tinham faculdades. O decreto publicado pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império, João Alfredo Corrêa de Oliveira, visava facilitar aos estudantes os meios de fazerem os respectivos exames em suas províncias. Em seguida, a medida recebeu diversas críticas, principalmente a de que contribuiu para a

desmoralização dos exames e do ensino secundário, tendo em vista que os alunos procuravam realizar seus exames nas províncias onde os exames eram considerados mais fáceis.

Convém recordar que as condições para ingresso nas Academias foram inicialmente prescritas pela lei de 11 de agosto de 1827, que criou os cursos jurídicos em São Paulo e Olinda. Previa a legislação idade mínima de 15 e aprovação em “Lingua Franceza, Grammatica Latina, Rhetorica, Philosophia Racional e Moral, e Geometria” (Art. 8º). As avaliações eram feitas pelos próprios professores das Faculdades. Uma primeira alteração nessa estrutura deu-se quando da aprovação provisória dos novos estatutos para os Cursos de Ciências Jurídicas e Sociais do Império, pela lei de 07 de novembro de 1831. A partir dessa nova legislação, as aulas menores ou cursos preparatórios passaram a incorporar: Latim, Francês ou Inglês, Retórica Poética, Lógica, Metafísica e Ética, Aritmética e Geometria, Historia e Geografia. Para ingresso nas Academias Médico-Cirúrgicas, organizadas pela lei de 3 de outubro de 1832, era necessário ter 16 anos de idade e aprovação nas cadeiras de Latim, Francês ou Inglês, Filosofia Racional e Moral, Aritmética e Geometria.

Tal sistema funcionou até 1851 quando foram criados os “Exames Gerais de Preparatórios de validade nacional”, inicialmente realizados no Colégio de Pedro II, perante a Inspeção de Instrução Primária e Secundária. Estes valiam para todas as faculdades do Império. Vale ainda ressaltar que os alunos do Pedro II, ao concluir seus estudos garantiam o título de Bacharel em Letras, o que dava dispensa dos exames para ingresso nas Academias.

O Decreto 5.249, de 2 de outubro de 1873, tirou o monopólio dos exames da Capital do Império. As províncias da Bahia e Pernambuco receberam grandes elogios das autoridades alagoanas, haja vista a possibilidade da melhoria das matrículas e frequência no Liceu das Alagoas. Todavia, para atender aos requisitos da nova legislação e estar apto a receber as mesas de exames foi necessária a realização de algumas reformas, sobretudo no plano de estudos, tendo em vista a falta das cadeiras de História Universal, Retórica e Filosofia. Com essa finalidade, pela Resolução nº 673, de 13 de maio de 1874, foram restabelecidas no Liceu as cadeiras de Filosofia Racional e Moral e de Retórica e Poética. Passava novamente o estabelecimento a contar com oito cadeiras. Em 1875, em virtude da Resolução Presidencial nº 705, de 20 de maio, houve o desmembramento da aula de Álgebra e Aritmética da cadeira de Geometria, que passou a conglomerar a trigonometria plana.

Em virtude da adequação dos liceus provinciais à nova legislação, Haidar (1972) defende a tese de que os programas dos estabelecimentos secundários nas províncias eram definidos pelos exames de preparatórios, antes que pelo Colégio de Pedro II. Ainda segundo a

autora, os referidos exames forneciam um padrão real em contraposição ao modelo ideal do colégio da Corte. Nesse sentido, o ensino secundário brasileiro abdicava de seu caráter formativo assumindo uma feição totalmente preparatória, que perdurou por todo o período imperial. Essa situação se refletia no ensino secundário de todo o Império, especialmente naquele ministrado nos liceus provinciais. Afinal, o intuito era habilitar o maior número de alunos aos cursos superiores. Com algumas raras exceções, aqueles estabelecimentos limitavam-se a ensinar as cadeiras exigidas nos preparatórios. Quando ofertavam aulas que não eram exigidas nos referidos exames, essas tinham pouca frequência ou ficavam vazias.

Essa situação não foi diferente nas Alagoas, pois, a partir desse período, o estabelecimento alagoano assume quase que exclusivamente o caráter de um curso preparatório, tanto que diminui alusões ao Liceu nos Relatórios oficiais, bem como na imprensa, ganhando maior notoriedade a realização dos exames de preparatórios. De certa forma, o Liceu foi eclipsado pela movimentação das mesas gerais de exames preparatórios. O curso na instituição reduziu-se à natureza dos exames. Essa situação pode ser constatada pelo projeto de lei de 1876, o qual em seu Art. 25º previa que “[...] todos os lentes da instrução secundaria regular-se-hão no ensino pelo programa dos exames geraes” (ALAGOAS, Falla, 1876). Ainda que não seja possível confirmar se este projeto foi aprovado, percebe-se claramente a intenção do legislador.

Nesse sentido, considero que os exames de preparatórios ofuscaram o Liceu Provincial, assim como as aulas avulsas de Francês e Latim que existiam em Penedo. Os Relatórios e falas dos presidentes da Província e dos diretores da instrução pública, bem como a imprensa local ao tratar do ensino secundário, a partir de 1873, limitava-se a informar alguns números, todavia, maior destaque era dado aos exames. Estes passaram a ser sinônimos daquele. Para o Presidente da Província, João Vieira de Araujo, “[...] a instituição [exames de preparatórios], portanto, creada pelo Governo Imperial concorrerá poderosamente para que a instrução secundaria neste provincia atinja o gráo desejavel de desenvolvimento e perfeição” (ALAGOAS, Falla, 1875, p. 34. Grifos nosso).

Os exames gerais de preparatórios na Província das Alagoas tiveram início em 1874 e não em 1875, como afirmou Duarte (1961). A presidência dos referidos exames ficou por conta do Delegado Especial do Inspetor de Instrução Primária e Secundária da Corte, cônego Francisco Peixoto Duarte. Os exames de línguas (Português, Inglês, Francês e Latim) foram abertos em 17 de novembro e encerraram a 10 de dezembro. Já os de Ciências (Geografia, Filosofia, Álgebra, Aritmética, Geometria, Retórica e História) deram-se de 3 de fevereiro a 3

de março do ano seguinte. Daqueles primeiros exames participaram alunos do Liceu Provincial, de colégios particulares como o Colégio Bom Jesus, o Colégio São José, o Ginásio Alagoano, da Capital, do Colégio de Nossa Senhora da Penha, de Penedo, bem como de vários professores particulares locais (ALAGOAS, Falla, 1875).

Pelo Aviso Circular do Ministério do Império nº 10.334, datado de 12 de outubro de 1875, foram instaladas, pela segunda vez, as mesas gerais na Província. O início dos trabalhos deu-se em 20 de novembro, sob a presidência do professor João Francisco Dias Cabral, delegado interino, em substituição ao delegado especial, cônego Francisco Peixoto Duarte. Posteriormente, em 29 de novembro, a presidência passou ao bacharel Francisco Ildefonso Ribeiro de Menezes, o qual permaneceu até o fim dos exames, em 24 de janeiro de 1876. Para os exames inscreveram-se 267 candidatos, entre os quais alguns vindos das províncias da Bahia e Pernambuco. Dentre os possíveis baianos estavam alunos dos professores Ernesto Carneiro Ribeiro, de Português; Raimundo E. Barroso de Souza, de História, Geografia e Filosofia; Odorico Otávio Odilon, de História; Aurelino Henriques Porto, de Geografia; Luiz Antônio de Freitas Tantú, de Aritmética, Álgebra e Geometria; e Alexandre F. Bittencourt Filho, de Aritmética e Álgebra; já os prováveis pernambucanos eram discentes dos professores José Maria de Albuquerque Melo, de História; José Soares de Azevedo, de Geografia; e João Vicente, de Geometria (ALAGOAS, Falla, 1876).

A partir de 1881 os exames passaram a ser feitos duas vezes por ano: uma em julho e outra em novembro. Para aquele ano, em junho, inscreveram-se 158 e, em novembro, foram 331 candidatos. Nos demais anos os números foram os seguintes:

QUADRO 15 – Resultados dos exames gerais de preparatórios

	Jul./82	Nov./82	Jul./83	Nov./83	Jul./84	Nov./84	Jul./85	Nov./85
Inscritos	204	372	195	290	184	343	181	354
Aprovados com distinção	9	10	4	11	1	9	2	13
Aprovados plenamente	17	79	36	54	54	69	38	91
Aprovados	49	144	59	112	92	127	74	179
Reprovados	64	66	44	70	26	52	50	52
Não completaram o exame	27	33	30	22	6	49	9	7
Deixaram de comparecer	41	40	22	21	3	37	8	12

Fonte: Autor, 2016. Adaptado de Falas e Relatórios dos Presidentes de Província

No ano de 1882, por insuficiência financeira, o Ministro do Império mandou suspender os exames de preparatórios. Essa ação do governo central foi muito contestada pela população alagoana, especialmente na imprensa, no meio estudantil e entre os diretores dos colégios particulares. Para *O Orbe* a medida indicava que “[...] vitalidade das províncias [estavam] ao arbitrio da corte, que é para nós metropole colonial, e não capital de um estado

composto de provincias, municipios, e cidadãos livres [...] (1882, nº 74, p. 1, grifos meus). Em sua crítica continuava o jornal:

Restringir um beneficio de que gozamos é ameaçar o civilisado germano de volta aos paramos da Arya donde vieram seus maiores. Tal foi pois a marcha retrograda que nos quiz impor o governo do snr. conselheiro Rodolpho Dantas, que se diz scientificamente adiantado até o pleno positivismo moderno de Littré (O ORBE, 1882, nº 74, p. 1).

Diante da situação em que o governo central havia “trancado as portas da instrução” por falta de recursos, alguns senhores da Província das Alagoas ofereceram-se para arcar com as despesas dos exames, o que foi acolhido pelo Ministro do Império por intermédio do Dr. Candido Augusto Pereira Franco, então Presidente da Província. Assim, os preparatórios de julho de 1882 ocorreram com a contribuição financeira de Jacintho José Nunes Leite, Candido Venancio e Joaquim Pontes de Miranda, além da renúncia de diárias por parte dos examinadores. De acordo com *O Orbe* (1882, nº 74), nenhum interesse particular moveu a ação generosa destes homens, pois o único que tinha um filho inscrito nos exames era Venancio que, com a quantia doada e por ser homem de posses, poderia enviar sua prole para realizar os preparatórios em Recife.

Fica evidente na matéria a defesa em favor da iniciativa particular tendo em vista as afirmações de que “[...] o monopolio não aperfeiçoa amesquinha, o privilegio não engrandece torna odioso [...]” e que “[...] a missão do Estado, segundo a concepção hodierna não é dirigir a acção, mas sim garantir a liberdade [...]” (O ORBE, 1882, nº 74, p. 1). A edição do mesmo periódico, de 10 de setembro de 1882, afirma que os exames de preparatórios e a iniciativa daquele ano favoreceu “[...] não em pequeno numero, filhos de paes pouco favorecidos de bens [...]” (O ORBE, 1882, nº 101, p. 1).

Por outro lado, a *Gazeta de Notícias*, de 1º de julho de 1882, fez duras críticas ao pagamento dos exames por parte dos “patriotas” alagoanos. O jornal parte da argumentação de que os exames de meio do ano eram marcados pela “filança”, levando em conta a pouca possibilidade do aluno aprender os conteúdos requeridos em apenas quatro meses e do fato dos examinadores receberem algum dinheiro da parte dos examinados ou de alguém por eles, o que prejudicaria a imparcialidade. Salienta o periódico que, na verdade, o “[...] o menino quer adiantar, seja como fôr, e pretende com acquiescencia condemnavel de quem os governa, fazer exame até de sciencia com quatro mezes de estudos [...]” (GAZETA DE NOTÍCIAS, 1882, nº 137, p. 2).

Aos poucos os exames realizados no Liceu Provincial iam ganhando a fama de fáceis. A cada exame o número de inscritos crescia e contava com alunos do próprio Liceu, das aulas avulsas, dos colégios particulares locais e de outras províncias. Não por acaso, Felix Lima Júnior (1963) apelidou os exames realizados no Liceu de “exames elétricos”, o que foi corroborado por Costa (1931) ao nomear a Instituição de “fábrica de exames”.

Uma nota assinada por *O Cruvello agradecido*, no jornal *O Orbe*, de 19 de dezembro de 1884, afirma que o próprio Delegado responsável pelos exames aconselhava ou fazia vistas grossas para determinados candidatos que estivessem “filando”. Assegura a notícia que, no ano de 1884, o Dr. Mariano, então Delegado dos exames, ao escutar de um aluno que não sabia o ponto de Geometria, sugeriu: “[...] então não sabes o ponto? Porque não filas?! [...]” (*O ORBE*, 1884, nº 147, p. 3). E ainda, que ao pegar outro examinado “graúdo” filando simplesmente pediu que guardasse a cola, não eliminando o candidato. Conforme o jornal, o examinado podia votar e o Delegado tinha esperanças de obter o título de barão, o que justificava o seu abrandamento com a situação.

A respeito das “filas”, o *Gutenberg*, de 6 de novembro de 1887, denuncia o “jubileu escandaloso” no exame de Português, pois “[...] tem sido aprovado estudante que escreve ce e ci com cedilha! Um, tratado de pezames, – remeteu suas *condoleções* ao amigo? E por este pouco avalia-se o mais [...]” (*GUTENBERG*, 1887, nº 249, p. 1). Temia o periódico que Alagoas ganhasse a mesma fama do Rio Grande do Norte, Província onde os exames eram considerados extremamente fáceis⁸⁷.

Em 1883, a polêmica nos exames de preparatórios no Liceu Provincial girou em torno da nomeação do italiano Ernesto Cibélli para examinador de diversas bancas. *O Orbe* considerou o ato uma violência às leis do país e um escárnio aos professores do Liceu, pois além de ser estrangeiro e pouco conhecer a língua, o indicado não havia apresentado nenhum título científico. No final, a matéria solicitava que o Presidente da Província revogasse a decisão (*O ORBE*, 1883, nº 76).

No ano seguinte, a controvérsia esteve em função de uma possível injustiça praticada pelo Delegado responsável pelos exames, o Dr. Mariano. Relata *O Orbe*, de 12 de dezembro de 1884, que o examinado Arthur Tolentino ao saber que estava escrevendo sobre um ponto de história que não havia sido sorteado, solicitou que a mesa lhe informasse o ponto correto. A este pedido o referido delegado teria grosseiramente respondido que a banca não poderia

⁸⁷ Dentre as províncias que tinham seus exames considerados mais fáceis, Haidar (1972) cita a do Espírito Santo, que foi denunciada em 1876, por receber os alunos que migravam do Rio de Janeiro, e a do Rio Grande do Norte, acusada pelo diretor da Faculdade de Direito do Recife, em 1885.

ensinar e nada poderiam fazer. Ao final do exame, Mariano arbitrariamente excluiu o examinado da prova oral, ao que os demais membros da banca não aceitaram permitindo a participação do aluno no exame oral do dia seguinte. Na ocasião, Tolentino respondeu sobre as questões orais do dia, sobre a escrita do dia anterior e foi considerado aprovado, tendo sido corrigida a injustiça. A matéria finda-se chamando a atenção para a “[...] abolição do odioso monopólio dos diplomas academicos [...]” (O ORBE, 1884, nº 144, p. 1).

Importante notar que em duas situações a imprensa alagoana faz apologia à liberdade de ensino, condenando o monopólio estatal na emissão de diplomas. Observe-se que inicialmente havia uma demanda em torno da descentralização dos exames em favor das províncias, o que foi alcançado no ano de 1873, com a proliferação das bancas. No entanto, as instituições particulares ainda não estavam satisfeitas e solicitavam para elas a liberdade de ensino, principalmente no que diz respeito ao direito de emitir diplomas aceitos para faculdades, ou mesmo de gerir os próprios exames de preparatórios.

O Decreto Imperial nº 9.647, de 2 de outubro de 1886, determinava que o exame de Português deveria preceder os demais e que para os exames de Ciências deveriam ser observadas a ordem das matérias e o plano de estudos do Imperial Colégio de Pedro II. Essas determinações visavam acabar com os abusos realizados nas diversas províncias, em essencial quanto ao estudo completo da cadeira, conforme era adotado no colégio da Corte.

Naquele mesmo ano, os exames de preparatórios de novembro na Província das Alagoas foram marcados por revolta, violência e agressões por parte dos candidatos aos examinadores. Presidia os trabalhos como Delegado Especial, o padre Domingos Leopoldino da Costa Espinosa. Segundo notícia do jornal *O Orbe*, de 19 de novembro de 1886, a prova de Francês do dia 15 de novembro transcorria normalmente até que foram divulgadas as notas. Ao ter conhecimento delas, devido ao grande número de reprovações e exigindo que fossem aprovados, os examinados sucederam vaias, tumultos, assuadas e desacato. O estudante de fora da Província, Alfredo Gracia, agrediu e feriu com uma bengala o empregado do Liceu, Herminio Francisco de Barros, no exercício de suas funções, pois acreditava que o denunciaria por haver “filado” a prova. Por esse fato o Delegado Especial chamou a força policial e expulsou agressor, o que gerou uma generalizada onda de atritos entre examinados e examinadores. Em razão do ocorrido, Gracia foi suspenso do exame, bem como proibido de apresentar certificados para as faculdades.

A edição de *O Orbe*, 24 de novembro de 1886, traz a acusação de João Pereira Maia de que o diretor do Colégio Bom Jesus, Francisco Domingues da Silva, teria incitado os

alunos a iniciar as “assuadas” contra o professor e examinador de Francês, Filinto Elysio da Costa Cutrim. Maia afirma que os senhores capitão Antonio Joaquim Maria Alleluia, Luiz Espinosa e Francisco Aristides Cardoso podem atestar o fato. Cardoso afirma ao jornal que si Alfredo “[...] a tanto atreveu-se foi devido a conselhos delle director [...]” (O ORBE, 1886, nº 157, p. 2) e Alleluia assim declarou:

[...] Respondo a sua carta, que vi o senhor Francisco Domingues da Silva, no dia 16 do corrente, no lyceu desta cidade conversando com diversos estudantes, e depois apareceu o snr. Alfredo de Farias com quem elle conversou em particular declarou infamias contra o professor Filinto, o que muito aplaudia o snr. Francisco Domingues e insinuando o mesmo snr. Alfredo ir ao exm. snr. dr. chefe de policia [...] (O ORBE, 1886, nº 157, p. 2).

Por outro lado, Francisco Domingues da Silva alegava que o professor Filinto Elysio da Costa Cutrim, aproveitou a saída dos outros dois examinadores, João Gomes e José Januario, para auxiliar na prova escrita de Francês o aluno José Odon Pereira Maia, filho de João Pereira, autor da acusação contra o Francisco. A denúncia de que teria recebido “fila” do professor foi rebatida por José Odon, que também solicitou o pronunciamento do Delegado Especial da Instrução Pública, Domingos Leopoldino da Costa Espinosa. Atestou o Delegado que: [...] não vi nem sei que houvesse o snr. professor Filinto Elysio da Costa Cutrim dirigido a prova escripta de qualquer examinado no dia a que se refere o suplicante, sendo certo que não me retirei um só instante do salão, onde funcçionam os exames [...]” (O ORBE, 1886, nº 157, p. 3)

As provas daquele ano foram canceladas, conforme determinação abaixo:

Delegacia Especial de Instrução Pública – Portaria.- O delegado especial de instrução, em vista da assuada praticada ontem no edificio do Liceu, onde funcionam os exames gerais de preparatórios, que por tal motivo foram suspensos por não ser possível a continuação dêles; e chegando a seu conhecimento serem cabecilhas de semelhante tumulto os examinandos – Ascendido Homem de Carvalho, Francisco Leocádio de Araújo, José Hugo Pompílio Passos, Hugo de Souza Moreira Jobim, Pedro Cavalcanti de Albuquerque Pessoa, Antonio Candeira Neto, Augusto Sátiro, José Egídio da Fonseca, Virgilio Antonino de Carvalho, Eusébio de Andrade, Augusto A. de Bittencourt Leite, Helvécio Renato Besoucheth, José Pereira da Costa, Sebastião José de Almeida Lira, e Alfredo de Alcântara Farias, sendo êste ultimo, pelo motivo de haver desrespeitado o examinador de Francês, prof. Filinto Elísio da Costa Cotrim, na ocasião de entrar no Liceu, ameaçando-o, caso não fôsse aprovado no exame de Francês, - determina ao secretário desta delegacia, que de conformidade com os arts. 30 e 31, do decreto 4.430, de 30 de outubro de 1869, o art. 20 do regimento de 7 de dezembro de 1874, risque da lista de inscrição dos atuais exames os nomes dos referidos examinandos, bem como demore, até ulterior deliberação, a entrega dos certificados de qualquer exame que, porventura, êles tenham feito perante esta delegacia; e caso já se achem de posse de seus certificados, faça as devidas comunicações ao exmo. Sr. inspetor geral e diretores das faculdades do Império. Delegacia especial de inst. Pública, em Maceió, 16 de Novembro de 1886. O delegado especial, vigário DOMINGOS LEOPOLDINO DA COSTA ESPINOSA (O ORBE, 1886, nº 153, p. 1).

Dentre os que causaram o tumulto estavam Augusto Sátiro, Virgílio Antonino Carvalho, Sebastião Lira e Eusébio Andrade, professores do Liceu de Artes e Ofícios, que em seguida foram demitidos da instituição, por decisão do presidente da província, José Moreira Alves da Silva, mediante queixa formulada pelo Delegado Especial. Posteriormente, alguns se tornaram professores do próprio Liceu, a exemplo do Bel. Virgílio Antonino de Carvalho, que em 1895, assumiu a cadeira de Literatura e do Bel. Eusébio Francisco de Andrade que assumiu as cadeiras de Português (1893), Moral e Sociologia, Noções de Economia Política, Direito Pátrio (1895) e Lógica (1900).

À sombra dos exames de preparatórios e com uma frequência considerada boa, o Liceu Provincial findou o Império sem muitas modificações em seu programa. No final dos anos de 1880, então, foram criadas as cadeiras de Alemão e Ciências Físicas e Naturais, além do desmembramento das aulas de História e Geografia, bem como de Aritmética e Álgebra. No entanto, um crítico do Império considerou que a instrução secundária pública “[...] arrastava-se penosa e quase infrutiferamente. E mais ou menos assim chegou até nos últimos dias da monarquia” (COSTA, 1931, p. 19).

No que diz respeito aos exames de preparatórios, ao final dos anos de 1880 diminui-se o número de inscritos. A exemplo de 1889, quando participaram 143 candidatos. Na década seguinte, o Governador Gabino Besouro os suspendeu por duas vezes no ano de 1892, a fim de “[...] garantir a idoneidade intelectual e moral dos examinadores [...]” (ALAGOAS, RELATÓRIO, 1892, p. 6).

4 ESPAÇOS, TEMPOS E CULTURA MATERIAL NO LICEU PROVINCIAL

Para Agustín Escolano (1992; 1993-94) longe de serem dimensões neutras, mecânicas ou mesmo irrelevantes na prática pedagógica, o tempo e o espaço escolar expressam características proeminentes da educação, no sentido em que são categorias que materializam “[...] las concepciones y los modos de educación, sino también porque esa misma materialidad instituye un discurso pedagógico y cultural [...]” (ESCOLANO, 1992, p. 55).

Desta feita, a distribuição das cadeiras pelo espaço-tempo e a distribuição semanal das horas destinadas a cada uma delas, os dias de aulas durante a semana, as férias escolares fazem parte do processo formativo, de um sistema de valores estéticos, culturais e ideológicos a ser interiorizado pelo estudante. Do mesmo modo, o espaço escolar é composto de vários significados e revela um discurso de valores a serem apreendidos, bem como indica controle e disciplina de um dado modelo de educação.

Para o processo civilizador o desenvolvimento social do tempo foi algo fundamental para a regulação da vida em sociedade, em especial no que diz respeito ao desenvolvimento de um espírito de previsão. Conforme Elias (1994, p. 207-208):

[...] Esse “ritmo” nada mais é que a manifestação do grande número de cadeias entrelaçadas de interdependência, abrangendo todas as funções sociais que os indivíduos têm que desempenhar, e da pressão competitiva que satura essa rede densamente povoada e que afeta, direta ou indiretamente, cada ato isolado da pessoa. Esse ritmo pode revelar-se, no caso do funcionário ou empresário, na profusão de seus encontros marcados e reuniões e, no do operário, na sincronização e duração exatas de cada um de seus movimentos. Em ambos os casos, o ritmo é uma expressão do enorme número de ações interdependentes, da extensão e densidade das cadeias compostas de ações individuais, e da intensidade das lutas que mantém em movimento toda essa rede interdependente [...] Com base no desenvolvimento de instrumentos de medição do tempo, e de consciências do tempo [...] é possível observar, com grande precisão, como avança a divisão das funções, e com ela o autocontrole imposto ao indivíduo.

Nesse sentido, a preocupação mais acentuada com o tempo, com uma maior previdência e com medidas temporais decorrem dos processos de urbanização, comercialização e mecanização da sociedade, em que a instituição escolar está inserida. Características do tempo como padrão, uniformidade e repetição permitem uma certa regularidade e previsibilidade de curto, médio e longo prazo e, conseqüentemente, da organização da vida cotidiana, ainda que os dias e meses sejam um modelo repetitivo da não repetição da sequência de fatos (ELIAS, 1998).

Em seu ensaio sobre o tempo, Norbert Elias (1998) é categórico ao afirmar que o tempo cumpre uma função coercitiva e reguladora e, portanto, deve ser entendido a partir da

sua construção histórica, social e cultural, tendo em vista que a noção de tempo nunca foi igual durante a história da humanidade. Ainda segundo o autor, espaço e tempo devem ser estudados em conjunto porque estão imbricados. O tempo deve ser compreendido no contexto em que é produzido e o espaço a partir da sua relevância para as relações sociais. Conforme o autor:

[...] a autorregulação em relação a uma cronologia só se instaurou muito progressivamente ao longo da evolução humana. E foi num estágio relativamente tardio que o "tempo" se tornou símbolo de uma coerção universal e inelutável [...] essa coerção do tempo é de natureza social, posto que é exercida pela multidão sobre o indivíduo, mas também repousa sobre dados naturais, como o envelhecimento [...] (ELIAS, 1998, p. 21).

Essa interiorização do tempo é uma das coerções do processo civilizador que visa suscitar o desenvolvimento da autodisciplina. A consciência onipresente de tempo, um tempo regulado e ocupado sem desperdício, é uma das principais características, quiçá consubstancial, da instituição escolar (VIÑAO FRAGO, 1995).

Por sua vez, a arquitetura escolar deve ser entendida como parte do programa pedagógico (ESCOLANO, 1993-94). A distribuição dos espaços físicos dentro da instituição escolar, como as salas de aulas, a direção, a secretaria, a biblioteca, o pátio, são dotados de significados e valores que objetivam disciplinar os alunos. Leis tácitas e ocultas estão ali postas, impondo significados que eram facilmente assimilados.

Além do ambiente interno, importante se faz observar os espaços externos onde a escola está situada. Para Escolano (1993-94, p. 101) devemos estudar não somente

[...] el espacio-escuela, sino también su ubicación, la disposición de este en la trama urbanística de pueblos y ciudades, ha de ser examinada como un elemento curricular. La producción del espacio escolar en el tejido de un espacio urbano determinado puede generar una imagen de la escuela como centro de un urbanismo racionalmente planificado o como una institución marginal y excrecente [...].

Nesse sentido, a organização do espaço e do tempo está no bojo da racionalização escolar, baseada no conhecimento científico, empreendida a partir do século XIX. Tempo e espaço normatizados estão ligados aos movimentos pedagógicos modernos de sistematização das atividades escolares, bem como constituem um sistema disciplinar de uma estrutura rigorosamente centralizada e uniformizadora, que não visa somente instruir, mas impõe comportamentos e valores. Destarte, a localização do estabelecimento, a regulação dos espaços, calendários, horários das matérias são exemplos da normatização e regulação do processo educativo, bem como são também constituintes desse processo.

É, portanto, a partir dessas considerações e do entendimento que o ensino não se resume aos conteúdos curriculares, que discutirei aqui espaço e tempo escolares no Liceu Provincial. Estes sendo entendidos enquanto saberes que fazem parte do tipo de comportamento e representações sociais a serem interiorizadas pelos estudantes.

4.1 Os prédios que abrigaram o Liceu Provincial

A cidade de Maceió surgiu de um pequeno povoado que, segundo autores como Costa (2001) e Espíndola (1871), teve seu marco inicial no lugar onde atualmente situa-se a Praça D. Pedro II, sendo fundada a partir de um engenho de açúcar de nome *Massayó*⁸⁸. Ainda no início do século XIX, Maceió vai ganhando o *status* de polo comercial e econômico em razão do seu ancoradouro em Jaraguá. Conforme um cronista a urbe maceioense,

nasceu pobre, humilde e simples cidade. Fôra a princípio povoado e vila. Fôra principalmente, caminho; era a estrada por onde transitavam os carros de bois carregados de açúcar no ir e novir do movimento comercial entre os ricos engenhos do norte – de Porto Calvo, de Camaragibe, do Vale do Santo Antônio dos Quatro Rios – o fértil vale do Mundaú, no centro. O caminho era cortando um engenho. E foi desse enegenho que nasceu Maceió (ESTADO DE ALAGOAS, 1939, p. 63).

A imagem reproduzida na obra de Craveiro Costa representa o lugar simples descrito pelo cronista ao retratar os primeiros anos da Vila.

IMAGEM 16 – Pintura da antiga Matriz de Maceió



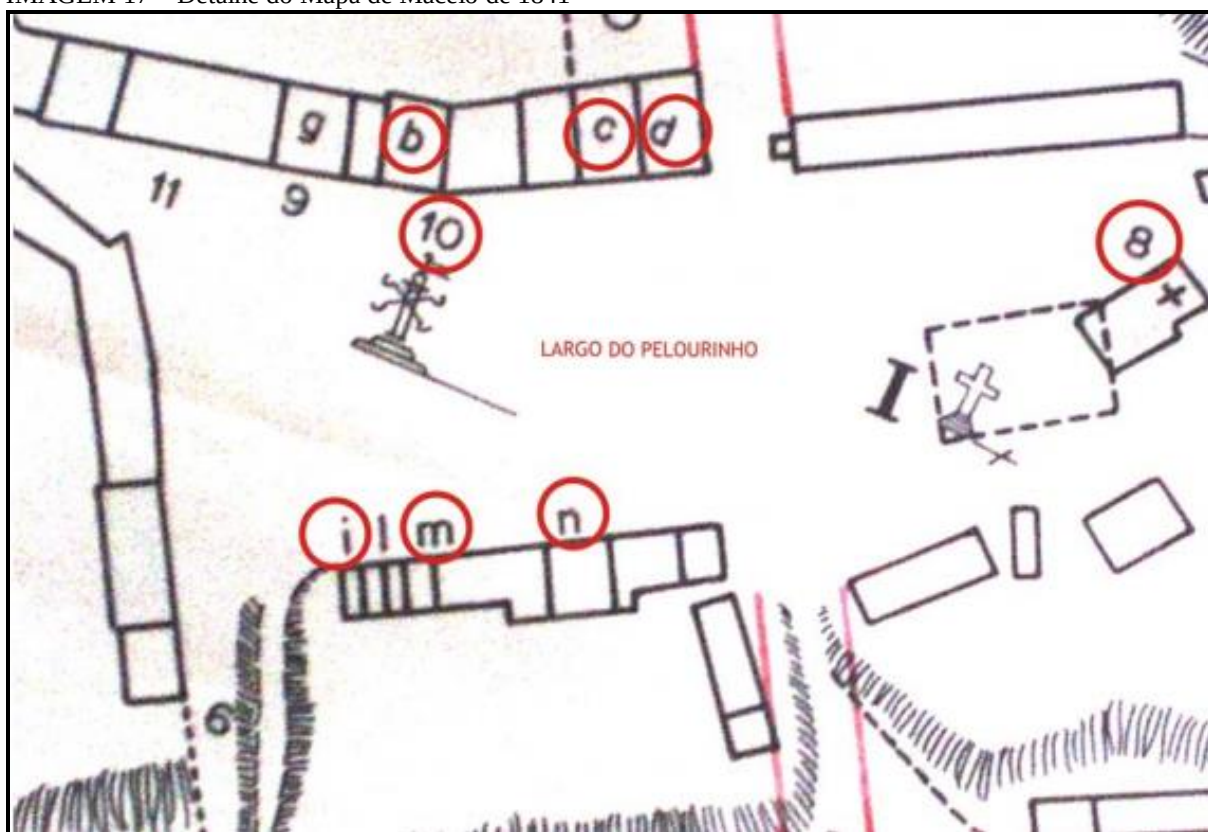
Fonte: Costa (2001)

⁸⁸ Ressalto que o marco inicial de Maceió é alvo de muitas controvérsias entre os historiadores alagoanos, sendo que alguns afirmam que a cidade teve seu povoamento a partir do bairro do Jaraguá ou da Pajuçara.

Com intenção de saber os tipos e quantas construções pagavam ou não a décima – imposto urbano –, no ano de 1820, o então Governador Francisco de Mello e Povoas mandou José da Silva Pinto levantar a primeira planta cadastral de Maceió. Daquela planta, o Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas guarda uma cópia feita com alguns acréscimos, em 1841, por Carlos de Mornay, engenheiro das obras públicas da Província das Alagoas.

No traçado de 1841, já é possível verificar um plano de expansão e modernização da cidade de Maceió com o planejamento de abertura de ruas, demolição de edificações, construção de ladeiras, praças e largos. Na planta, os edifícios públicos e religiosos são mostrados com destaque, a exemplo da Capela (8), da Casa de Câmara (b), do Pelourinho (10), do Armazém do Almocharifado (c), da Casa da Junta (d), do Calabouço (i), do Hospital (n) e da Cadeia (m), conforme é possível verificar abaixo:

IMAGEM 17 – Detalhe do Mapa de Maceió de 1841



Fonte: LEÃO (2010), grifos da autora

Quando as aulas iniciaram, em 1º de julho de 1849, o prédio que abrigaria o Liceu Provincial não estava totalmente pronto e alguns professores tiveram que iniciar as aulas em suas próprias casas. Isso porque o edifício da antiga Fazenda Nacional, na Rua da Praça da Matriz, em Maceió, atual praça D. Pedro II, onde posteriormente foi estabelecida a Instituição, ainda não estava pronto. A Casa da Junta (d, Imagem 17), como se chamava o

imóvel, era uma das mais velhas edificações da Maceió colonial, datava do tempo do primeiro governador da então Capitania das Alagoas, Sebastião de Melo e Póvoas. O prédio possuía uma sala para atos solenes, uma sala para secretaria, uma sala para biblioteca, quatro salas de aula e saguão de entrada, dentre outras acomodações (CORREIO MERCANTIL, 1850).

O ofício enviado pelo Presidente Nunes Aguiar, ao então diretor do Liceu, Fernando Affonso de Mello, mostra os esforços em se realizar a abertura dos trabalhos:

Cumpra que V. M. entre já no exercício do lugar de Diretor do Liceu desta Cidade, para que foi nomeado, e dê todas as providências que estiverem a seu alcance para que seja montado este estabelecimento no primeiro de Julho próximo seguinte, devendo chamar quanto antes o Secretário e o Porteiro respectivos afim de coadjuvarem a V. M. , achando-se nomeados para o primeiro desses empregos o Dr. Francisco José da Silva Pôrto. Por esta ocasião lhe comunico que a casa destinada para o mesmo estabelecimento é o Prédio Nacional da rua da Matriz, donde saiu a Secretaria da Polícia, e nesta data ordeno à Tesouraria Provincial que mande fazer as despesas precisas com os reparos do dito prédio de maneira a servir para o fim determinado, e V. M. me enviará quanto antes o pedido dos utensílios necessários. Deus guarde a V. M. Palácio do Governo em Maceió, 4 de junho de 1849. Antônio Nunes de Aguiar⁸⁹.

A publicação do 1º tenente do Imperial Corpo de Engenheiros, José Carlos de Carvalho, no Correio Mercantil, do Rio de Janeiro, detalha as obras realizadas na Casa da Junta para abrigar o Liceu das Alagoas:

Extrato dos trabalhos apresentados ao Ilm. e Exm. Sr. Dr. José Bento da Cunha Figueiredo pelo 1º tenente do Imperial Corpo de Engenheiros José Carlos de Carvalho.
Liceu da Capital- O proprio nacional, situado na praça da matriz, onde trabalhava a secretaria de policia, estava ameaçando ruina. Tendo-se creado um lyceu nesta capital, ordenou-me o antecessor de V. Ex. que procedesse ao exame desse edificio, para ver se ainda se podia aproveitar para o dito lyceu, mediante alguns reparos que não importassem em muito. Procedi a este exame, e informei que valia a pena concertar o edificio para aquelle fim, visto que a importancia deste concerto não excederia de 1:500\$000, ficando com a duração provavel de 10 annos, durante os quaes o aluguel de uma casa para o referido lyceu absorveria uma quantia muito maior. Mandando-se me proceder aos reparos necessarios, teve-se de desmanchar 186 palmos de parede de páo a pique, e levantar 30 de tijolo; reformar quasi todos os reboques, fechar 4 portas que davão sahida para a praça da matriz, rua do Rosario, e pateo do edificio, ficando sómente uma para a praça e outra para o pateo; abrir duas para facilitar a comunicação interna; mudar 5 de uns para outros logares; pôr caixilhos novos em nove janellas; fazer 17 braças quaradas de fôrro de louro, e 25 de ladrilho de tijolo; suspender o madeiramento do telhado em dous logares; pintar toda a casa, e fazer alguns pequenos concertos. Com tudo isso despendeu-se a quantia de 1:252\$670, mas obteve-se um sofrível edificio para o fim a que se destina [...] (CORREIO MERCANTIL, 1850, p. 2).

Não foi possível localizar uma imagem do primeiro prédio que abrigou o Liceu Provincial. A imagem da Casa da Câmara, edifício contemporâneo a Casa da Junta, que

⁸⁹ Apud Duarte (1961, p. 17).

funcionava nas vizinhanças, pode até oferecer uma ideia de como era o casarão onde funcionou a Instituição nos seus anos iniciais:

IMAGEM 18 – Fachada do sobrado onde funcionou a Casa de Câmara no início do século XIX



Fonte: APA

No ano de 1868, o Presidente da Província, José Bento da Cunha Figueiredo Júnior, iniciou um novo plano para remodelação da cidade, tendo como pano de fundo a construção de chafariz e a melhoria da iluminação pública de ruas e praças (LEÃO, 2010). A planta de Maceió, datada daquele ano, evidencia os edifícios públicos relevantes para a cidade, como a Praça da Assembleia, a Matriz de Nossa Senhora dos Prazeres, a Assembleia Legislativa e o Palácio do Governo. No entorno daquelas instituições, encontrava-se também o Liceu Provincial, conforme é possível verificar em detalhe construído por Cavalcanti (1998):

IMAGEM 19 – Detalhe da Praça de Assembleia na Planta de Maceió de 1868



Fonte: CAVALCANTI, 1998, grifos da autora

O estabelecimento do Liceu Provincial no entorno dos principais monumentos da Província, onde funcionavam o poder religioso, representado pela Matriz de Nossa Senhora dos Prazeres, e o poder político-administrativo, representado pela Assembleia Provincial e pelo Palácio do Governo, não é uma simples abstração, mas constitui um discurso de poder, a partir de um centro de urbanismo racionalmente planejado (ESCOLANO, 1992) e de uma pedagogia espacial, segundo a qual a representação social colocava desde cedo os estudantes da instituição entre os indivíduos mais ilustres da Província.

Muito embora não tivesse um prédio próprio, o Liceu ganhou assento na região mais importante da cidade, na qual estavam localizados os principais prédios e instituições da Província. O cenário no seu entorno estava configurado pelos principais palcos das manifestações políticas e religiosas das Alagoas. Costa (2001) descreve o espaço como o “coração da vila”, ou seja, o órgão vital, numa alusão a relevância do local para a então Vila de Maceió.

O pátio da Capela, depois largo do Pelourinho, praça da Matriz, e por fim praça D. Pedro II, era centro social, o coração da vila, primazia que lhe vinha, por direito de nascimento, do antigo engenho que a substituíra. No largo, no sobrado destinado à câmara, se aboletaria o ouvidor. No largo teria lugar, pois, o grande acontecimento inaugural da vila (COSTA, 2001, p. 28-29).

A localização geográfica do Estabelecimento no entorno de praças, prédios e monumentos que abrigavam os poderes administrativo e religioso não foi algo casual. Há aqui uma pedagogia, que extrapola seus programas, visava incutir comportamentos e valores a partir de um ordenamento urbano, pois apontava para centralidade das estruturas de poder, da qual o aluno liceísta desde cedo tomava parte. Afirmava-se, assim, o Liceu Provincial como *locus* público de educação e território de poder. Conforme Frago (1995, p. 69):

En este sentido, el espacio es una construcción social y el espacio escolar una de las modalidades de su conversión en territorio y lugar. De ahí que el espacio no sea jamás neutro sino signo, símbolo y huella de la condición y relaciones de quienes lo habitan. El espacio dice y comunica; por tanto, educa. Muestra, a quien sabe leer, el empleo que el ser humano hace del mismo. Un empleo que varía en cada cultura; que es un producto cultural específico que atañe no sólo al yo social, a las relaciones interpersonales — distancias, territorio personal, comunicación, contactos, conflictos... —, sino también a la liturgia y ritos sociales, a la simbología de las disposiciones de los cuerpos — ubicación, posturas — y de los objetos, a su jerarquía y relaciones.

No ano de 1855, o então Diretor da Instrução Pública, Silva Titara, reclamava do mal estado de asseio e decência do prédio, porque “[...] é necessario concerta-la em diferentes lugares das paredes e calçada, sob pena de ir arruinando, como tão bem precisa de ser caiada, e devem ser pintadas as portas das aos menos da frente, e pórem-se novos vidros nos caixilhos das janellas [...]”⁹⁰. Pede ainda o Diretor que as reformas solicitadas sejam realizadas no período das férias para não atrapalhar as aulas.

Entretanto, naquele ano, com a ocorrência da epidemia do cólera, na capital foram instalados cinco postos médicos, um deles funcionou no prédio do Liceu. Em ofício datado de 30 de novembro de 1855, Silva Titara, relacionou os objetos pertencentes ao Liceu, que permaneceram no edifício, enquanto a Instituição foi transferida para as salas da Assembleia Provincial, dentre os utensílios estavam: duas mesas com gavetas e chaves, cinco cadeiras de encosto, cinco tamboretes de palhinha, duas jarras novas, dois cocos de flandres novos e seis bancos, que foram exigidos pelo Major Manuel da Costa Pereira Cutrim para funcionamento do hospital. Conforme o Diretor, improvisadamente o Liceu Provincial estabeleceu-se no prédio da Assembleia Provincial: “[...] fazendo-se um grande salão, que tem, alguns repartimentos precisos com grades e panno para as divisões das aulas, enquanto não ha um edificio provincial adaptado [...]”⁹¹.

Em 1856, por motivo de doença que o impedia de locomover-se até o Liceu, o professor de Gramática Portuguesa e Análise dos Clássicos, Francisco José da Silva Porto,

⁹⁰ Arquivo Público de Alagoas. Documento avulso. Cx. 0060.

⁹¹ Arquivo Público de Alagoas. Documento avulso. Cx. 0060.

deu aula em sua própria casa. Relata o docente que tinha colocado “um caustico” sobre o fígado, pelo qual sofria periodicamente, e, por isso, solicitava ao Diretor da Instrução Pública, que “[...] não nomêe outro para substituir-me durante estes poucos dias, peço-lhe que ordene aos meus alumnos que me venhão á casa [...]”⁹².

Retoma-se aqui a ideia de “casa-escola”, que se configurava nas aulas avulsas e nas aulas de primeiras letras, em que a escola e a residência do professor entrelaçavam-se. Essa concepção vai de encontro com a visão de centralização e controle, bem como da racionalização e disposição do espaço pedagógico, compreendendo que a localização, as instalações e os mobiliários escolares constituíam práticas do fazer pedagógico.

Por sua vez, no ano de 1857, os professores de Gramatica Latina e Gramática Francesa da Cidade de Alagoas solicitaram ao Presidente da Província a utilização de uma das salas do antigo Palácio Provincial que estava desocupado. Corroborava com a ideia o Diretor da Instrução Pública, Silva Titara, alegando que “[...] as aulas nas proprias casas dos professores trazem a desvantagem para o ensino de poderem elles com maior facilidade ter os alumnos na salla conservando-se no interior de suas casas [...]”⁹³. Ressalta ainda o diretor que em sendo aprovada a ideia os professores deveriam “[...] prestar a mobília que em suas casas servem para o ensino [...]”⁹⁴.

Ao final do ano de 1858, a Congregação do Liceu Provincial solicitou ao Presidente da Província a aquisição de uma casa decente e cômoda, tendo em vista que a Casa da Junta já era muito velha e não tinha “[...] os cômodos precisos e indispensaveis para um Estabelecimento litterario desta ordem [...]”⁹⁵, nem “[...] sallões proprios para as differentes aulas [...]”⁹⁶. Apesar da solicitação o Liceu permaneceu naquele prédio, por cerca de mais 15 anos.

No final dos anos de 1860, Alagoas ganhou duas instituições culturais importantes que passaram a funcionar no prédio do Liceu: o Curso Normal, criado pela Resolução nº 424, de 18 de junho de 1864, que foi implantado em 1869, e o Instituto Arqueológico e Geográfico Alagoano, criado também no ano de 1869. Este último pouco demorou dividindo o mesmo espaço. Quanto ao Curso Normal, vale ressaltar, que a divisão do espaço com o Liceu era considerado um inconveniente pela coeducação dos sexos, especialmente após o ingresso das mulheres no magistério. Somente quando recebeu *status* de Escola Normal, pelo Decreto nº

⁹² Arquivo Público de Alagoas. Documento avulso. Cx. 0060.

⁹³ Arquivo Público de Alagoas. Ofício nº 137. Cx. 0064.

⁹⁴ Ibid.

⁹⁵ Arquivo Público de Alagoas. Ofício nº 258/1858. Cx. 0064.

⁹⁶ Ibid.

601, de 11 de novembro de 1912, que o curso foi desanexado do prédio liceal. Já o Instituto Arqueológico e Geográfico Alagoano foi criado em 1869 como espaço público para “[...] propiciar uma convivência, de algum modo civilizada, entre os senhores da província [...]” (VERÇOSA, 2006, p. 85).

Com custo mensal de 35\$000 o Governo da Província tentou comprar a Casa da Junta pela quantia de 3:000\$000, em 1870, por iniciativa do presidente, José Bento da Cunha Figueiredo Júnior. Ele afirmava ser aquele um dos melhores pontos da cidade, no qual deveria permanecer o Liceu, sendo no mesmo prédio, melhorado, ou a partir da construção de um novo edifício que não fizesse contraste com o elegante palacete que lhe era fronteiro⁹⁷. No entanto, a compra e venda não foi efetivada e o Liceu Provincial permaneceu naquela edificação até o ano de 1873.

Sendo assim, às pressas e de forma improvisada, pois o Governo Imperial havia solicitado a Casa da Junta, em 22 de fevereiro de 1873, o Liceu Alagoano foi transferido para a propriedade de Domingos Bento da Moeda e Silva, localizada na rua da Imperatriz nº 18 (atual rua do Sol). Em seu Relatório de 1873, o então Presidente da Província, Luiz Rômulo Pires de Mendonça, afirmou que a casa não tinha espaço suficiente para abrigar o Liceu e que foi aceita em virtude de não se encontrar na cidade edifício de melhores condições para alugar (ALAGOAS, RELATÓRIO, 1873). Conforme Duarte (1961, p. 114), o almanaque da província de 1874, descrevia o prédio da seguinte forma: “[...] tem acomodações muito limitadas e não oferece espaço suficiente para o ensino de todos os preparatórios necessários para a matrícula nos cursos superiores [...]”. Crítica contundente também veio do Diretor da Instrução Pública, Antônio Martins de Miranda, em 1875, ao afirmar que no verão a casa do Liceu tornava-se uma estufa e no inverno um abrigo estreito. E prosseguia: “[...] continue a província a pagar alugueis, e apertem-se, transpirem, acotovelem-se os lentes, os empregados, os estudantes do Lyceu e os da escola normal, as partes e os seus procuradores. E consolem-se, porque havia mais incômodo na arca de Noé [...]” (ALAGOAS, RELATÓRIO, 1875, p. 23).

Miranda afirma ainda que havia sido criada, em agosto de 1873, uma comissão com cinco membros para a escolha de um local onde seria construído um edifício próprio para o Liceu. O espaço deveria oferecer boas condições de higiene e acústica, além de possibilidade de aumento no futuro. Seria uma edificação sólida e de grande beleza arquitetônica, com pátio para exercícios físicos e jardim. No entanto, ainda que a comissão tenha escolhido quatro

⁹⁷ ALAGOAS, RELATÓRIO, 1870.

terrenos na cidade a promessa não vingou e a Instituição esteve alojada na rua da Imperatriz, por cerca de 3 anos, até o ano de 1876.

A partir 18 de novembro de 1876, o Liceu passou a funcionar na rua do Poço (atual rua Barão de Atalaia), em um imóvel oferecido pelo negociante Salvador Leite Vidigal. O contrato previa que a Província ficasse dois anos sem pagar aluguel, em troca das melhorias que seriam feitas nas dependências, que tiveram um custo de 1:058:660. Após os dois anos a Província pagaria a quantia de 800\$00 pelo aluguel do local. O contrato de locação foi lavrado na Tesouraria Provincial e pouparia uma quantia de 2:500\$00 aos cofres províncias, além de 200\$00 aos cofres Imperiais que já haveria de contratar um prédio para os exames de preparatórios⁹⁸. No entanto, o edifício foi considerado impróprio para o Liceu, um prejuízo ao serviço público e o contrato mal feito, pelo então Presidente da Província, Thomaz do Bonfim Espíndola. Ainda assim, o Liceu funcionou na rua do Poço até o ano de 1878.

Os entraves no tocante à construção de um prédio para o Liceu Provincial ou mesmo da reforma de um edifício exclusivo para o seu funcionamento advém da falta de vontade política para resolver os problemas. Ferronato (2012) constata que os estudos realizados sobre liceus indicam que poucos foram os que não passaram por esse problema e tiveram na própria lei de criação a aspiração de construção do edifício para a sua instalação. Via de regra, eles funcionavam de forma precária e ainda tendo que dividir espaço com outras instituições como as escolas normais, as bibliotecas públicas, diretorias de instrução pública, dentre outras. Ainda para o autor, “[...] a falta dessas construções, ou seja, de uma arquitetura liceal, se reflete na difícil consolidação dessas instituições no cenário educacional, o que levou, não raras vezes, ao seu fechamento [...]” (FERRONATO, 2012, p. 135).

Pequena mudança nesse panorama é perceptível a partir do ano de 1879 quando as aulas tiveram início no “próprio provincial”, um edifício construído em 1851, que servia de inspeção do algodão e desde 1866 destinava-se ao Quartel da Polícia. Tal edifício situava-se na atual praça Visconde Sinimbú. As obras para acomodação do Liceu foram realizadas pelo engenheiro Calaça e custaram o montante de 15:501\$873⁹⁹. No local mencionado, o Liceu permaneceu até 1898, quando em seu lugar estabeleceu-se a Escola de Escola de Aprendizes Artífices, conforme consta na fachada da imagem abaixo¹⁰⁰.

⁹⁸ ALAGOAS. RELATÓRIO, 1877; ALAGOAS, RELATÓRIO, 1878; ALAGOAS., 1879.

⁹⁹ ALAGOAS, Falla, 1879.

¹⁰⁰ No local, posteriormente, foi construída a Escola de Engenharia, prédio que foi doado pelo Governo do Estado para constituição de patrimônio inicial. Com a criação da Universidade de Alagoas pelo Governo Federal, e sendo a Escola de Engenharia uma das suas unidades, o referido prédio foi incorporado ao patrimônio da União (DUARTE, 1961, p. 117).

IMAGEM 20 – Local onde funcionou o Liceu das Alagoas 1879-1898



Fonte: APA

Em 1898, o Liceu passou a ter um prédio próprio, quando o Governo das Alagoas adquiriu junto ao professor Domingos Bento da Moeda e Silva e sua mulher Ana Cândida Cutrim Moeda, pela quantia de 35:000\$000, o palacete, ainda em construção, na Rua do Livramento. O governador Gabino Besouro, por Decreto nº 69, de 19 de dezembro daquele ano, aprovou o contrato para a conclusão das obras. A fachada do prédio era composta de seis janelas em arco e uma porta central, no pavimento térreo. No andar superior existiam sete janelas com sacadas de gradil de ferro. Havia ainda um grande salão, que foi primitivamente a Sala da Congregação e, depois, o Auditório. Nos dois pavimentos havia um galpão para a espera das aulas e recreio dos alunos (DUARTE, 1961).

IMAGEM 21 – Prédio onde funcionou o Liceu a partir de 1898



Fonte: APA

Ainda que sejam poucas as imagens dos prédios que abrigaram o Liceu Provincial, mesmo não tendo acesso às fontes arquitetônicas importantes, como a planta baixa dos edifícios, é possível afirmar que, excetuando-se o tempo em que funcionou em prédios acanhados, a instituição esteve situada em destacados edifícios ou importantes localizações, onde era facilmente reconhecida na paisagem da cidade. Havia sempre por parte das autoridades uma preocupação com o projeto e a reforma dos espaços que iriam situá-lo. Os espaços não eram adaptados de maneira fortuita, mas de forma racionalizada, tendo em vista o ordenamento das regras disciplinares, de conduta e de aprendizagem.

Quanto aos materiais e utensílios usados no expediente do Liceu, em documento datado de 4 de março de 1855, o porteiro, Antonio da Silva Machado, afirma ter comprado, para uso da escrituração escolar, 3 canivetes e 5 folhinhas, num total de 8500 réis. Um recibo emitido pelo mesmo porteiro, datado de 31 de março de 1855, na ordem de 24 mil réis, dá conta da aquisição de “[...] uma caixinha com tiralinhas e compassos p^a. trabalhos de mappas, objetos q. já não havia [...]”¹⁰¹.

O não pagamento da primeira remessa de material gerou um mal-estar entre o Diretor da Instrução Pública, Silva Titara, e o Inspetor Interino da Tesouraria Provincial, José Domingues de Carvalho. Silva Titara reclamava de ter comprado material de expediente para a secretaria do Liceu junto ao comerciante da praça Guimaraes, e que a Tesouraria Provincial havia grosado o pedido. Ao pedir explicações do ocorrido, Silva Titara recebeu a seguinte

¹⁰¹ Arquivo Público de Alagoas. Documento avulso. Cx. 0060.

resposta da Tesouraria, em 6 de março de 1855: “[...] permita-me, que lhe diga, que esta Thesouraria não devendo dar de seus actos senão ao Ex^{mo}. Senr. Presidente da Provincia, é obvio que só do mesmo Ex^{mo}. Senr. pode partir a exigencia que V.S^a faz em seu citado of^{co}”¹⁰². Em ofício encaminhado ao Presidente da Província, Silva Titara, retrucou:

E pois que está patente a má vontade da Thezouraria Prov^{al}. Em todos os negócios q trase a m^a. assinatura, dóra em diante nenhuma despesa se fará nesta Repartição, mesmo as mais de expediente, sem ordem expressa de V. Ex^{cia}., a cujo conhecim^{to}. levarei dos pedidos para todas as despesas mensaes; o que por sem duvida cortará as objeções da Thezouraria Prov^{al}, que até grossa canivetes e folhinhas, q sempre entrarão no expediente como parte integrante d'elle, não me constando haver Lei ou ordem em contrario de V. Ex^{cia}., que mandará acerca do objecto da Repartição [...]”¹⁰³.

Em outro documento, datado de 27 de março de 1855, o relojoeiro, José Veríssimo de Azevedo, cobrava “[...] pagamento do concerto que fez ultimamente no relógio do Lycêo, que está trabalhando regularmente [...]”¹⁰⁴. E, na sessão da Congregação de 1º de setembro de 1858, o professor de Geometria, Bernardo Pereira do Carmo Junior, solicitou a aquisição de uma sineta para marcar a entrada e a saída das aulas, sugestão que foi unanimemente aprovada por seus pares. A esta proposta, Silva Titara afirmou que “[...] não se me offerece objecção alguma, parecendo-me conveniente a existencia da sineta que alias é admittida em todos os estabelecim^{tos}. desta ordem, nem supponho excessivo o prazo de 15 minutos para a tolerancia da espera na forma proposta”¹⁰⁵.

Sendo assim, relógio e sineta podem ser vistos como materiais didáticos-pedagógicos indispensáveis ao bom funcionamento das aulas, principalmente no tocante à marcação dos horários. Assim, a medição de tempo na Instituição assume um caráter disciplinador, que visava interiorização e regularidade das ações de professores e alunos, conforme mostrarei na próxima subseção.

4.2 Os tempos escolares e a distribuição das cadeiras

Ao tratar sobre o tempo escolar, Viñao Frago (1995) destaca que ele é diverso e plural, individual e institucional, condicionante e condicionado por outros tempos sociais, um tempo aprendido, interiorizado e, sobretudo, uma construção cultural e pedagógica. Destarte, o tempo escolar é percebido e vivido distintamente pelos sujeitos interdependentes na

¹⁰² Arquivo Público de Alagoas. Tesouraria Provincial. Ofício nº 19. Cx. 0060.

¹⁰³ Arquivo Público de Alagoas. Documento avulso. Cx. 0060.

¹⁰⁴ Arquivo Público de Alagoas. Documento avulso. Cx. 0060.

¹⁰⁵ Arquivo Público de Alagoas. Ofício nº 207/1858. Cx. 0064.

configuração escolar. Essa arquitetura temporal foi estruturada em “[...] ciclos, niveles, cursos y ritos de paso o exámenes [...]” (VIÑAO FRAGO, 1995, p. 73).

No ano em que foi inaugurado o Liceu Provincial das Alagoas e durante boa parte do período de em que está situada a pesquisa, certamente a fé e os ritos católicos, simbolizados pelos sinos das igrejas, determinavam com maior intensidade os tempos e os ritmos, os dias, as ações, as comemorações, as festas, as férias, os lutos, enfim as rotinas. Nas palavras de Vasconcellos (2016, p. 109), na Maceió do século XIX “[...] distinguia o luminoso e oportuno *kairós* frente ao enfadonho e tantas vezes dolorido *chrónos* [...]”. Não estou aqui afirmando que não havia uma classificação de tempo submetida a uma certa racionalidade, mas que as atividades cotidianas ainda estavam intimamente relacionadas ao tempo religioso. Havia, portanto, uma multiplicidade de elementos que interferiram na construção dos tempos escolares no Liceu.

O *Estatuto da Congregação do Lyceu da Província das Alagoas*, de 4 de julho de 1849, previa três períodos de férias as quais estavam diretamente ligadas ao calendário religioso. As do Natal, que iniciava após os exames finais e terminava no final de janeiro; as do entrudo (Carnaval), compreendendo os três dias (domingo, segunda e terça) que antecedia a Quaresma e a Quarta-feira de Cinzas; e as férias de Páscoa, que englobava a Semana Santa, período que se estendia do Domingo de Ramos ao Domingo de Páscoa (ESTATUTO, Art. 12º, 13º). As aulas eram dadas de segunda a sábado, exceto no sueto ou descanso escolar, que ocorria nas quintas-feiras de todas as semanas em que não havia dia santo ou feriado. Os feriados, por sua vez, davam-se aos domingos e dias santos, além das festas nacionais.

As matrículas no Liceu tinham início em 15 de janeiro e encerravam-se a 1º de fevereiro, para as cadeiras científicas, e estendiam-se por todo o ano para as aulas de gramática. As aulas tinham início a 1º de fevereiro e encerravam-se em 15 de novembro (ESTATUTO, Art. 8º). Para as cadeiras avulsas encerravam-se no dia 30 de novembro. Os exames, por sua vez, iniciavam-se no dia 20 de novembro e continuavam nos dias úteis até que todos os alunos fossem examinados (LEI nº 106/1849).

Aqui se percebe uma lógica temporal escolar bem definida e bastante cristalizada, na qual os conteúdos deveriam ser apreendidos pelos alunos durante um determinado período, e ao final essa apropriação do conteúdo era posta à prova, por meio dos exames. Ou seja, o estudante tinha um tempo pré-determinado para aprender certas matérias, sendo posteriormente submetido a um exame, diante do qual obteria uma aprovação ou reprovação.

No capítulo VII o Estatuto previa que as horas das aulas seriam distribuídas pela Congregação, porém já prescrevia que as aulas não deveriam iniciar antes das 8 horas da manhã, bem como que as aulas de Latim teriam o exercício diário de quatro horas de duração, das oito ao meio dia¹⁰⁶; as de Francês e Inglês contariam com duas horas cada e as demais cadeiras com uma hora e meia de duração.

Mesmo o Estatuto prevendo o início das aulas de Latim às oito horas da manhã com término ao meio dia, o professor de Gramática Latina, Leopoldino Antonio da Fonseca, na sessão da Congregação de 1º de setembro de 1858, solicitou que os trabalhos da cadeira fossem iniciados às nove horas. Segundo o Diretor da Instrução Pública, Silva Titara, o horário das oito da manhã era considerado muito cedo e “[...] fas com que as decurias não prossigão regularmente pela falta de alumnos que estão acostumandos a ver o professor na cadeira quasi sempre somente as 9 horas ou perto disso [...]”¹⁰⁷. A proposta foi aceita pela Congregação.

O Ofício nº 58, datado de 09 de março de 1856, do Diretor da Instrução Pública, José Correia da Silva Titara, mostra que muitas vezes as determinações do Estatuto não eram cumpridas, a exemplo da aula de Latim que tinha início às duas horas da tarde, quando o Estatuto previa às 8h da manhã, e a de Inglês, que iniciava às sete da manhã, sendo proibido o início das aulas antes das oito.

A aula de Grammatica da lingua nacional e analyse seria lecionada pelo respectivo Professôr o Dr. Francisco José da Silva Porto das 11 da manhã até meia da tarde, a de gramamtica franceza pelo substituto Fylinto Elysio da Costa Cutrim das dez horas as dôze do dia, a de Inglez pelo Professôr interino Dr. José Alex^e Dias de Moura das sete as nove horas da manhã, a de gramm^a Latina pelo respectivo Professôr Leopoldino Antonio da Fonseca das duas as seis horas da tarde, a de Rhetorica pelo respectivo Professôr Ignacio Joaquim Passos J^{or}. das dez e meia até as dôze horas do dia, a de Philosophie pelo mesmo professor Passos J^{or}. das 9 ás 10 horas e meia da manhã, a de geometria pelo Professôr interino José de Barros Accioli J^{or}. das dez horas as onze e meia da manhã, e a de geografia [ilegível] Leoncio Altino da Costa Graça das 11 horas da manhã até meia hora depois do meio dia¹⁰⁸.

Importante notar que os dois últimos professores listados (em março de 1856), o interino de Geometria, José de Barros Accioli Junior, e o interino de Geografia e História, Leoncio Altino da Costa Graça, estão também na lista dos alunos habilitados para fazer os exames no mesmo Liceu em 21 de novembro de 1856, conforme expus anteriormente¹⁰⁹. Em

¹⁰⁶ Somente em 1864, quando pelo ofício da presidência de 23 de janeiro, estas 4 horas foram divididas em duas partes.

¹⁰⁷ Arquivo Público de Alagoas. Ofício nº 207/1958. Cx. 0064.

¹⁰⁸ Arquivo Público de Alagoas. Ofício nº 58/1856. Cx. 0060.

¹⁰⁹ Arquivo Público de Alagoas. Instrução Pública. Relação dos estudantes do Lyceo habilitados para os exames promoverão no dia 20 de Novembro. Cx. 0059.

ofício datado de 07 de março de 1856, Silva Titara, afirma que ambos assumiram as cadeiras em virtude dos professores efetivos estarem impedidos, além disso, justifica que “[...] tem exames ambos de diferentes materias estudadas no mesmo Licêo, e que considero aptos aos mesmos para tal interinidade, que depois de estarem p. V.Ex^a. nomeados [...] darei parte a V.Ex^a. de qual seja a cadeira q. a cada um fôr imcubida [...]”¹¹⁰.

Além da cadeira de Geografia e História, por diversas vezes, Leoncio Altino da Costa Graça assumiu a cadeira de Gramática Latina, no ano de 1857, pois o professor da cadeira dava “[...] muitas faltas com participação de doente, e achando-se o Substituto das aulas de lingoas encarregado effectivamente da regencia da cadeira de francez [...]”¹¹¹.

Como ainda não tinham o título de bacharel, possivelmente esses alunos assumiam as cadeiras interinamente por serem proventos em determinadas matérias, não é demais recordar que Accioli Júnior foi aprovado com louvor em Gramática Inglesa e História e Geografia, no ano de 1853 (Quadro 12), e Costa Graça aprovado plenamente em Gramática Francesa e História e Geografia, em 1855 (Imagem 14), além de Filosofia, em 1856.

O *cólera-morbus* que atingiu a região das Alagoas entre novembro de 1855 a março de 1856, alterou os espaços e os tempos escolares no Liceu. A epidemia do cólera, que matou cerca de 200 mil pessoas no país naqueles anos, teve seu início na Província do Pará, alcançando as do Maranhão e o do Amazonas, e posteriormente o flagelo chegou as províncias da Bahia, Alagoas, Sergipe, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco, além do município da Corte. A epidemia deixou fortes marcas, principalmente no Pará e na Bahia, permanecendo viva na memória social devido sua manifestação assombrosa e morte degradante (KODAMA, 2011).

Nas Alagoas, o surto teve início em Penedo e Piaçabuçu, regiões do Rio São Francisco, divisa com Sergipe. “[...] Facultativos, Academicos, Pharmaceuticos, membros das comissões, autoridades civis, e militares, sacerdotes, ricos, pobres, homens, mulheres, moços, velhos e crianças todos iam sendo acometidos [...]” (ALAGOAS, Falla, 1856, p. 12). Para socorrer os vitimados pela epidemia o Presidente da Província, Antonio Coêlho de Sá e Albuquerque, mandou abrir postos médicos em várias localidades da Província, inclusive construiu um lazareto próximo ao antigo Porto do Francês, na cidade das Alagoas.

Além da instalação dos postos médicos, Sá e Albuquerque mandou fazer novos cemitérios na Província para enterrar a grande quantidade mortos, cerca de 17 mil, dentre os

¹¹⁰ Arquivo Público de Alagoas. Ofício nº 57. Cx. 0060.

¹¹¹ Arquivo Público de Alagoas. Ofício nº 174. Cx. 0064.

quais 1600 escravizados¹¹². Ressalta o Presidente a importância da união entre governo e oposição para salvar o povo alagoano, o que, segundo ele, indica o grau de civilização, progresso de ideias e política de moderação.

Durante essa quadra infeliz em que todos os sentimentos de odio ou de lutas politicas devião desaparecer, dando lugar a outros sentimentos mais humanos e sociaes, eu tive a fortuna de ver a opposição desta Provincia tomar generosa e espontaneamente um lugar ao lado do Governo, e com elle concorrer utilmente para a salvação do povo Alagoano. Possa este exemplo de civilisação e de progresso de idéas politicas ser imitado.

Possão todos quantos tiverem o infortunio e a honra de occupar o lugar que hoje occupo fazer a mesma manifestação.

É um fructo precioso dessa politica de moderação desenvolvida por um gabinete justo e tolerante (ALAGOAS, Falla, 1856, p. 23).

No ano de 1856, as aulas no Liceu das Alagoas iniciaram-se “[...] não em conforme a lei logo no dia 1º de Fevereiro e sim a 1º de Março, conforme a deliberação de V. E^{xa}. [...]”¹¹³. Isso se deu em virtude da epidemia do cólera. Primeiro porque o prédio do Liceu estava sendo utilizado como posto médico, sendo as aulas transferidas para o prédio da Assembleia Provincial. Segundo porque alguns professores estavam em comissões de governo para combater o surto, a exemplo do Dr. Francisco José da Silva Porto e do Dr. Roberto Calheiros de Mello, que fez de Atalaia o quartel general da luta contra a endemia¹¹⁴. E terceiro porque alguns alunos foram acometidos pela doença.

Neste último caso, o aluno Ernesto Alves Rodrigues solicitou matrícula em 30 de abril, ou seja, fora do prazo estabelecido pelo Estatuto. Contudo, o Diretor da Instrução Pública, Silva Titara, requereu que o Presidente da Província permitisse a inscrição do discente. Conforme o Diretor, era “[...] mais vantajoso que o pretendente frequente antes como matriculado ligado as obrigações do ponto e assiduidade do que como simples ouvinte; e attentos as razões allegadas da quadra calamitosa que obstarão o comparecimento do pretendente em tempo, será de equidade que V. E^{xa}. esmo exceção, o mande admittir [...]”¹¹⁵.

O egresso Ernesto Alves Rodrigues foi poeta, professor e Deputado Provincial na legislatura 1880-81. O ex-aluno do Liceu escreveu a obra *Flores da Tristeza*, publicada em Maceió, pela Tipografia Trigueiros de Menezes, em 1896 (BARROS, 2005b).

Outro que solicitou matrícula fora do prazo foi Victor Accioli Wanderley. Alegava o requerente, em 04 de abril, que teve “[...] mais de trinta faltas por causa de molestia, e tendo

¹¹² Kodama (2011) salienta que poucas pesquisas até agora foram feitas no sentido de se conhecer melhor o impacto da cólera sobre a população cativa, ainda que perfil social predominante fosse formado principalmente por pobres livres, escravos, estrangeiros livres e indigentes.

¹¹³ Arquivo Público de Alagoas. Ofício 253/1856. Cx. 0060.

¹¹⁴ Não é demais lembrar que boa parte do corpo docente da Instituição era formada por médico.

¹¹⁵ Arquivo Público de Alagoas. Documento avulso. Cx. 0060.

estudando particularmente a parte que por essa causa, saltara, julga-se com habilitação para fazer o respectivo exame [...]”¹¹⁶. A matrícula inicialmente foi negada pelo Diretor, pois, segundo ele, o aluno não deveria insistir em ser atendido “[...] pela razão de ter dado as 38 faltas que dera por motivo de molestia, pois que a Lei não manda attender a esse motivo”¹¹⁷. Entretanto, em ofício nº 216, de outubro de 1856, Silva Titara, que por estar fechada a aula de Geografia e História, autorizou, nos dias 19 e 20 de setembro, respectivamente, as matrículas de Victor Accioli Wanderley e Juvencio Fabiano de Godoes, tendo em vista que se tinha “[...] retirado p^a Pernambuco o aluno matriculado Antonio Per^a. Camello, mas por accordo particular seo entrasse a lecionar na referida aula dos dous unicos alumnos [...]”¹¹⁸.

Victor Accioli Wanderley já tinha solicitado matrícula fora do prazo para a cadeira de Geometria no ano de 1855. Naquela ocasião, o professor substituto da disciplina, José Antonio Bahia da Cunha, assim se pronunciou: “[...] nenhuma inconveniencia, nem impossibilidade há para que seja attendida a petição do Sup^e. de matricular-se na aula de Geometria deste Liceo; visto que ainda estou leccionando Arithimetica, e consta-me que o Sup^e. já tem algumas noções desta [...]”¹¹⁹. Vale ressaltar que naquele ano, Wanderley foi aprovado plenamente em Gramática Francesa, conforme Imagem 14.

Situações semelhantes ocorreram nos anos seguinte. Em maio de 1858, os alunos Aureliano da Nobrega Vasconcelos e Antonio Anthero Alves Monteiro solicitaram a inscrição na cadeira de Retórica e Poética. A esse pedido, Silva Titara afirmou que “[...] está em uso conceder a Presidencia da Prov^{cia}. estas autorizações sempre que lhes são requeridas em qualquer epoca do anno lectivo, principalmente quando não havendo inconveniente, como não ha no caso presente, em que ainda restão seis mezes lectivos”¹²⁰. Aureliano da Nobrega Vasconcelos foi major e Deputado Provincial na legislatura 1862-63 (BARROS, 2005b).

Em março de 1859, os alunos Numa Pompilio Passos e José Corrêa Paes solicitaram matrículas para a cadeira de Geometria. Passo, que foi Deputado Provincial na legislatura 1884-85 (BARROS, 2005b), à época, era praticante da Tesouraria Provincial e necessitava fazer exames para ascender na função; Paes, por seu turno, era matriculado nas aulas de Inglês e Latim, tendo que pedir dispensa de uma delas para cursar a de Geometria, considerando que, conforme o Estatuto, somente era permitido a matrícula e frequência em duas aulas¹²¹.

¹¹⁶ Arquivo Público de Alagoas. Documento avulso. Cx. 0060.

¹¹⁷ Arquivo Público de Alagoas. Ofício nº 82. Cx. 0060.

¹¹⁸ Arquivo Público de Alagoas. Ofício nº 216. Cx. 0060.

¹¹⁹ Arquivo Público de Alagoas. Documento avulso. Cx. 0060.

¹²⁰ Arquivo Público de Alagoas. Ofício nº 96/1858. Cx. 0064.

¹²¹ Arquivo Público de Alagoas. Ofício nº 68/1859. Cx. 0059.

Em maio daquele mesmo ano, o aluno João Marinho Falcão Sucupira, requereu matrícula na aula de Geografia e História. Alegava o requerente “[...] a circunstância de morar fóra da Capital, declarando não ter podido chegar no tempo marcado por motivos justos”¹²². A solicitação de Sucupira, o Diretor da Instrução Pública, Silva Titara, repassa ao Presidente da Província, Agostinho Luiz da Gama, afirmando que:

O tempo marcado é, segundo o artigo 8º do Estatuto do dito Lycêo, até fins de fevereiro para as aulas de sciencias; mas tem estado em uso e costume estabelecido pelo Ex^{mo}. Governo desta Província mandar admittir á matricula, além de fevereiro, em qualquer tempo do anno lectivo, aos estudantes que requerem com motivo justo, uma vez que não haja inconveniente; visto como nenhum mal póde prover ao ensino, tomando o estatuto a materia no ponto em que a achar, tendo em consideração a necessidade de estudar as que já tiverem sido leccionadas, sendo que por outro lado não estando os estudantes do Lycêo forçosamente obrigados a exame, por que só o fasem querendo, e não aproveitando este para as academias ou faculdades do império, parece não haver no caso presente e outros semelhantes inconveniente algum na admissão do estudante á matricula, a qual tras a vantagem dos direitos com que entra nos cofres provinciais¹²³.

Em 1861, a prática de conceder matrículas fora do prazo continuava. Naquele ano, Luiz Prudente de Barros solicitou, em 10 de abril, matrícula na aula de Geografia; João José de Araujo Silva, em 20 de maio, requereu matrícula em Gramática Nacional e Análises dos Clássico Portuguezes; e Luiz Correa de Mello, em novembro, também solicitou que lhe fosse concedida inscrição na cadeira de Gramática Nacional. Nos três pedidos, Silva Titara, manifestou-se favorável, tendo em vista que se tornou algo corriqueiro na Instituição. No pedido de Mello, por exemplo, afirmou que “[...] se acha o Sup^{te} no cazo de obter a concessão requerida, visto que está isso em costume”¹²⁴.

Nota-se que o Estatuto do Liceu Provincial, ao menos em relação ao período de matrículas, era constantemente descumprido para atender aos interesses particulares de alguns sujeitos.

A ata da sessão da Congregação do Liceu, de 31 de janeiro de 1859, traz a seguinte distribuição de tempo das cadeiras:

QUADRO 16 – Distribuição das aulas do Liceu Provincial em 1859

Cadeira	Horário
Portuguez	Das 10 as 11 ^{1/2} horas da manhã
Francez	Das 8 as 10 horas da manhã
Latim	Das 10 as 2 horas da tarde
Inglez	Das 8 as 10 horas da manhã
Geometria	Das 8 as 9 ^{1/2} horas da manhã

¹²² Arquivo Público de Alagoas. Ofício nº 109/1859. Cx. 0059.

¹²³ Ibid.

¹²⁴ Arquivo Público de Alagoas. Ofício nº 217/1861. Cx. 1251.

Geographia	Das 11 ^{1/2} a 1 hora da tarde
Philosophia	Das 12 a 1 ^{1/2} hora da tarde
Rethorica	Das 12 a 1 ^{1/2} hora da tarde

Fonte: Ata da Congregação. APA, Diretoria Geral da Instrução Pública, Cx. 0059

Com base no quadro acima, é possível afirmar que nesse período os aspectos temporais no Liceu Provincial não previam estudos graduados em série/ano. Isso não significa dizer que inexistia uma hierarquização dos conteúdos, mas que o ritmo de estudos era de uma outra ordem, na qual o aluno ingressava com qualquer nível de conhecimento e permanecia na aula até ser aprovado nos exames.

Nesse sentido, como não havia uma divisão de salas de alunos com níveis diferentes em uma mesma cadeira, os professores utilizavam o artifício da decúria¹²⁵, ou seja, a divisão de alunos por grupos em diferentes níveis/ graus de adiantamento. Para o ensino do Latim e demais línguas, por exemplo, para melhor aproveitamento dos estudos, a divisão em decúrias dava-se de maneira que “[...] a indolência ou incapacidade de uns não prejudique o adiantamento de outros ou desenvolvimento destes não pretira o cuidado de fazer adiantar aqueles [...]” (ESTATUTO, Art. 19).

Em 1860, o então Diretor da Instrução Pública, Silva Titara, sugeriu que, quando da reforma do Estatuto do Liceu, a cadeira de Latim fosse dividida em duas, que contemplaria “[...] a baixa e a alta latinidade, como era hoje adotada no Rio de Janeiro para melhor ensino da mesma língua [...]”¹²⁶.

Viñao Frago (1995) salienta que a noção do tempo escolar, enquanto característica básica das instituições educativas, não é algo abstrato, mas determinado de forma linear, ascendente e segmentado, visando à superação das fases ou etapas mais avançadas.

Na década de 1860, o Inspetor Geral de Estudos, Thomas do Bonfim Espíndola propôs uma alteração no sistema de estudos, a qual visava, segundo ele, a melhoria do ensino no Liceu. A proposta era uma espécie de minirreforma no estatuto do Liceu, alterando, sobretudo, seu plano de estudos. A principal mudança seria a inclusão do sistema de seriação dos alunos. Segundo o Inspetor Geral de Estudos, este sistema seriado era baseado nos programas do Colégio de Pedro II e dos Liceus da Bélgica e da França.

¹²⁵ As classes dos colégios da Companhia de Jesus eram divididas em grupos de cerca de 10 alunos – a decúria – a qual era presidida pelo decurião, um hábito monástico, também utilizado no *modus parisiensis*. O termo é inspirado na divisão decimal do exército romano. A decúria permitia passar da emulação individual a emulação coletiva, por meio de competições e disputas literárias que transpunham para o estudo das letras a prática escolástica da disputa e do debate permanente. Cada decúria assumia, pois uma designação clássica, como por exemplo, “Romanos versus Cartagineses” ou “Cristãos contra Turcos” (MIRANDA, 2012).

¹²⁶ Arquivo Público de Alagoas. Ofício nº 23 de 4 de fevereiro de 1860.

Pela proposta, o Curso do Liceu Provincial passaria a dado em 4 anos (séries) de estudos e os alunos que já estavam matriculados deveriam ser submetidos a uma classificação a ser feita pelo Inspetor Geral auxiliado pelo lente catedrático da respectiva cadeira. Após isso, seriam matriculados no 1º, 2º, 3º ou 4º ano, segundo as suas habilitações (ALAGOAS, RELATÓRIO, 1867). Passaria o aluno do Liceu a estudar simultaneamente diversas matérias, o que anteriormente não era permitido, tendo em vista que o Estatuto previa a matrícula e frequência em apenas duas cadeiras.

Para Espíndola, as vantagens desse novo modelo eram:

[...] 1.ª a de o alumno não esquecer uma aula passando a frequentar outra (o que se dá no sytema singular); 2.ª a de não se excluir uma só das aulas que formam o complexo de estudos; e 3.ª finalmente a de os alumnos todos poderem chegar pela escala ascendente dos conhecimentos a um gráo de perfeição mais elevado (ALAGOAS, RELATÓRIO, 1867, p. 22).

Na proposta de Espíndola, a tabela de aulas do Liceu seria da seguinte maneira:

QUADRO 17 – Tabella das Aulas do Lyceu (1866)

Anno	Terças, quintas e sabbados		Segundas, quartas e sextas	
1.º anno	8 ás 10	Latim	8 ás 10	Latim
	10 ás 11	Idem	10 ás 11	Vaga
	11 ás 12	História Sagrada e chronologia	11 ás 12	Vaga
	12 á 1	Vaga	12 á 1	Geographia
	1 ás 2	Vaga	1 ás 2	Vaga
2.º anno	8 ás 10 ½	Latim	8 ás 10	Vaga
	10 ½ ás 12	História Universal do Brasil e Portugal e chronologia	10 ás 11	Portugez
	12 á 1	Vaga	11 ás 12	Idem
	1 ás 2	Vaga	12 á 1	Vaga
	-	-	1 ás 2	Geographia
3.º anno	8 ás 10 ½	Vaga	9 ás 10	Francez
	10 ½ ás 12	Latim	10 ás 11	Vaga
	12 á 1	Inglez	11 ás 12	Portuguez
	1 ás 2	Vaga	12 á 1	Arithmetica, noções preliminares de algebra e geometria pratica
	-	-	1 ás 2	Vaga
4.º anno	8 ás 10	Vaga	8 ás 10	Vaga
	10 ás 11	Vaga	10 ás 11	Francez
	11 ás 12	Latim	11 ás 12	Portuguez
	12 á 1	Vaga	12 á 1	Vaga
	1 ás 2	Inglez	1 ás 2	Algebra até as equações do 2.º gráo, geometria, theorica e pratica

Fonte: Autor, 2016. Adaptado de ALAGOAS, RELATÓRIO, 1867

A proposta do inspetor de estudos seguia uma ordenação temporal graduada por classes (níveis) e, conseqüentemente, uma rígida hierarquização dos conteúdos. Entendendo, a partir de Escolano (1992), que o tempo escolar é uma construção que indica concepções sociais, culturais e pedagógicas, é plausível assegurar que a intenção de Espíndola era a implementação de um programa pedagógico contemporâneo, calcado em uma maior racionalidade e melhor aproveitamento do tempo para aplicação de métodos modernos. Conforme o Inspetor Geral, reformar o Liceu “[...] de accordo com as luzes do século, eis nobilíssima missão de um governo ilustrado e previdente [...]” (ALAGOAS, RELATÓRIO, 1867, p. 22). Não sem razão, acreditava o autor da proposta que aplicação dessa tabela seria de fundamental importância para que os legisladores locais solicitassem a equiparação do Liceu das Alagoas ao Colégio de Pedro II, e, por conseguinte a aceitação dos exames locais para as faculdades do Império.

Todavia, a proposta de Espíndola não logrou êxito. A grande justificativa para a supressão do sueto ou descanso escolar da quinta-feira, a qual o inspetor de estudos faz bastantes considerações, passando a ideia de que tentava convencer seus pares de que somente ele, enquanto lente de Geografia, História e Cronologia, seria prejudicado, pode indicar um dos motivos da não aprovação da sugestão.

Apesar da tentativa de Espíndola, foi somente em 1892, com a reforma Gabino Besouro (Decreto nº 12, de 9 de dezembro), que efetivamente os estudos do Liceu foram distribuídos por séries ou anos. Os saberes passaram a ser graduados e distribuídos por classes. O Curso de Preparatórios, por exemplo, passou a ter duração de cinco anos.

4.3 A biblioteca do Liceu Provincial das Alagoas

A eclosão do livro e da leitura foram, sobremaneira, centrais para o desenvolvimento do processo civilizador, levando em conta que foi a partir do impresso que se difundiram as ideias necessárias para a moldagem dos comportamentos. O próprio Elias desenvolveu sua teoria com base no livro *De civilitate morum puerilium* (Da civilidade das crianças)¹²⁷, publicado por Erasmo de Rotterdam, em 1530. A obra, que teve mais de 130 edições, é uma espécie de tratado de boas maneiras, que visa refinar o comportamento de pessoas em sociedade. Portanto, foi a partir dos materiais literários, dos manuais de civilidade que o processo civilizador foi materializado na sociedade ocidental, tendo em vista que boa parte

¹²⁷ Elias (1994) reconhece que houve outras publicações sobre a temática antes da de Rotterdam, que ele, inclusive, toma por base, como, por exemplo, as *Cortusias* de Bonvicino Riva.

dos livros era destinada à correção moral dos comportamentos dos sujeitos. Conforme Elias (1993, p. 229), “o aumento da demanda de livros numa sociedade constitui bom sinal de um avanço pronunciado no processo civilizador, porque sempre são consideráveis a transformação e regulação de paixões necessária tanto para escrevê-los quanto para lê-los [...]”.

Deste feita, os livros inseriam-se em uma missão civilizadora. Eles eram uma espécie de embaixadores, disseminadores e difusores de modelos de civilidade, a partir dos quais os leitores apropriavam-se de certas condutas e comportamentos. Em seus suaves conselhos, os livros, notadamente os de boas maneiras, moldavam comportamentos e visavam levar indivíduos ao maior domínio de suas pulsões. Em grande medida, é possível afirmar que a educação livresca foi fundamental no condicionamento a que foram submetidos os indivíduos para o desenvolvimento de modos de conduta que se espalharam pelo ocidente num espaço de tempo de mais de cinco séculos.

Nesse contexto, a criação de bibliotecas e espaços de leitura, bem como a circulação de livros e ideias, insere-se na necessidade de completar o trabalho de inculcação de valores para adaptar e frear as pulsões naturais com vistas a atingir a civilização. No caso do Liceu das Alagoas não foi diferente, ainda que tenha nuances diferenciadas, nem por isso foi dissociado da ideia de refreamento, controle e autocontrole das pulsões humanas.

A criação de uma biblioteca era algo muito dispendioso para uma província. Por isso, poucas se dispuseram a fazê-lo (FERRONATO, 2012), talvez por esse motivo, homens considerados beneméritos, ilustres e cultos no Império colocavam-se como “missionários das letras” a fim de oferecer civilidade ao povo desprovido da cultura letrada. A própria ausência do poder público abria espaço para que estes homens tomassem como missão o derramamento das ciências e das letras quanto à população iletrada.

Eram esses homens da chamada *Geração de 1860*, como denominou o alagoano Dirceu Lindoso, que buscavam aplicar socialmente a ideia de civilidade nas terras alagoanas. Sobre estes intelectuais e sua atuação afirma o autor:

Podemos designar da geração de 1860 o grupo de intelectuais que, a partir de meados do século XIX, iniciou no espaço da cultura alagoana a produção de seus trabalhos intelectuais. Nesse grupo se inserem os nomes de Tavares Bastos, de Ladislau Neto, de Mello Moraes, de Thomaz do Bomfim Espíndola, de José Alexandrino Dias de Moura, de Arthur Jorge e de João Francisco Dias Cabral. Ladislau Neto e Fernandes de Barros, [que] são naturalistas; Thomaz Espíndola se pode considerar o fundador dos estudos geográficos na Província das Alagoas; Dias de Moura escreveu dois esboços corográficos memoráveis; Mello Moraes compôs obras de botânica e reuniu precioso acervo documental sobre a história do Brasil; Araújo Jorge e Dias Cabral se destacaram como filósofos da natureza, sendo Dias

Cabral considerado introdutor, na cultura alagoana, das idéias evolucionistas de Charles Darwin e de Wallace. Uma geração, pois formada de nomes destacáveis nas ciências, na historiografia e na filosofia. [...] Essa geração representa na nossa cultura, a ilustração imperial do século XIX brasileiro (LINDOSO, 2005, p. 67).

Em geral vinculados aos liceus provinciais, eles fundavam associações literárias, a exemplo dos gabinetes de leitura, na tentativa de reproduzir o modelo do Real Gabinete Português de Leitura, instalado na Corte em 1837. Importante lembrar que esses espaços literários eram inspirados nas *boutiques à lire* da sociedade francesa do Novo Regime, nas quais se pagava pelo empréstimo de livros. Contudo, o modelo trazido para o Brasil previa a gratuidade da consulta e do empréstimo, uma vez que estava vinculado a ideia de propagação das ciências e das letras (MADEIRA, 2005).

Destaco que o Gabinete de Leitura era uma entidade particular e compunha uma rede de outras associações, sociedade e grêmios. Todavia, muitas vezes utilizava mobília, espaços e funcionários públicos para o seu funcionamento. Tal realidade não foi diferente nas Alagoas, tendo em vista que Sociedade Gabinete de Leitura, fundada em 1857, manteve-se no prédio do Liceu e contava com alguns funcionários e professores para o seu andamento. Naquela tessitura histórica havia um entrelaçamento das categorias, e, portanto, não se diferenciava as ações entre o público e o particular. Os preceitos reguladores da Sociedade Gabinete de Leitura assim normatizavam:

[...] 2. **Este gabinete será estabelecido na casa em que estiver a secretaria da diretoria da instrução pública**, com a autorização do mesmo presidente o qual será o installador da sociedade, sendo possível [...].
5. A mensalidade será de quinhentos reis, pagos nos 1.s 5 dias de cada mez, **sendo o porteiro do lyceo, que fica sendo o da sociedade**, o encarregado de receber e entrega-la ao tesoureiro [...] (DIÁRIO DAS ALAGOAS, 1859, nº 189, p. 2. Grifos meus).

Ao detalhar a reforma na Casa da Junta, prédio que recebeu o Liceu das Alagoas nos seus primeiros anos, o 1º tenente do Imperial Corpo de Engenheiros José Carlos de Carvalho assim se pronunciou “[...] Contém elle uma espaçosa sala para actos solemnes, outra para a secretaria, com **um quarto claro e espaçoso para a bibliotheca** [...]” (CORREIO MERCANTIL, 1850, nº 259, p. 2. Grifos meus). No entanto, não encontrei fontes ou dados de funcionamento de uma Biblioteca (própria, por assim dizer) do Liceu Provincial, ainda que seja razoável presumir que ela existiu. Foi justamente naquele espaço destinado à Biblioteca do Liceu que foi alojado em 1857 o Gabinete de Leitura (SANTANA, 1965). Não à toa, por vezes, ele era chamado de Gabinete do Liceu ou Gabinete de Leitura do Liceu. Além disso, os alunos do estabelecimento liceal reivindicavam a sua abertura, como demonstrarei na próxima subseção.

O primeiro conselho do Gabinete de Leitura foi formado por José Correia da Silva Titara, primeiro diretor da Instrução Pública; Thomaz do Bomfim Espíndola e Bernardo Pereira do Carmo Junior, lentes do Liceu Provincial; Pinto Rocha, juiz de órfãos; Jacintho de Mendonça e Guilherme Graça.

Conforme o estatuto, o Gabinete funcionava as quartas e sábados, sendo que seu acervo foi montado por doações dos seus sócios, bem como por algumas obras que já se encontravam na secretaria da Instrução Pública. Quanto às doações, estas deveriam ser entregues “[...] no lyceo ao archivista do gabinete, o snr professor de rhetorica Ignacio Joaquim Passos [...]” (DIÁRIO DAS ALAGOAS, 1859, nº 148, p. 4). Outras obras já tinham sido doadas ao poder público e foram incorporadas ao acervo do Gabinete, conforme se pode observar em matéria do Diário das Alagoas, de 22 de julho de 1859:

Tendo remetido o governo imperial à presidência desta província em 1856 mil e vinte e quatro volumes offerecidos pelo distincto alagoano dr. A.J. de Mello Moraes para começo de uma biblioteca nesta capital; e jazeando os livros assim remetidos na secretaria, o supradito director concebeu a idéa de os colocar na secretaria de instrucção publica, com o fim de agenciar a criação de um gabinete de leitura. Deu parte de seu projeto ao exm. vice presidente da província dr. Ignacio Jose de Mendonça Uchôa; então este remetteu os livros ao dito director em junho de 1857, recomendando-lhe a boa guarda, afim de que em tempo opportuno tivesse o destino que lhe assignara seu generoso doador [...] (DIÁRIO DAS ALAGOAS, 1859, nº 165, p. 4).

Para acondicionar as obras doadas por Alexandre José de Mello Moraes, em ofício nº 35, de 04 de fevereiro de 1859, José Correia da Silva Titara, informa ao Presidente da Província que mandou o marceneiro, Domingos do Passo França Ramos, confeccionar dois armários. Os móveis foram feitos de “pau amarelo”, para proteger os livros, e custaram aos cofres públicos a quantia de 200 réis.

Em consequência da autorização verbal que de V. Ex^a. Tive no anno proximo passado para mandar fazer dous armarios para accomodação dos livros dados pelo Dor. Alexandre José de Mello Moraes com o fim de servirem de nucleo a uma bibliotheca publica e que se achão sob vigilância da sociedade – Gabinete de Leitura – estão elles já promptos e assentados em uma das sallas do Lyceo desta Capital; e como foram feitos em madeira denominada vinhatico, ou páo amarello, para evitar o bixo que em outros armarios já havia dado, começando a arruinar os livros [...] ¹²⁸.

Definia ainda o estatuto do Gabinete de Leitura que as obras nele contidas serviriam de base para a constituição de uma Biblioteca Pública, quando instalada na Província. As atividades do Gabinete de Leitura foram encerradas no ano de 1865.

¹²⁸Arquivo Público de Alagoas. Ofício nº 35. Cx. 0060.

A Biblioteca Pública ou Biblioteca do Lyceu¹²⁹ foi criada pela Resolução nº 453, de 26 de junho de 1865, que, em seu Artigo primeiro, declarava: “[...] Fica creada no Lyceu desta capital uma Bibliotheca Publica, a qual se comporá dos livros existentes no actual Gabinete do referido Lyceu [...]” (RESOLUÇÃO nº 453, Art. 1º). Conforme Relatório do Inspetor Geral da Instrução Pública, Thomas do Bomfim Espíndola, a biblioteca possuía um acervo de

2,072 exemplares de obras escriptas em portuguez, latim, francez, inglez, hespanhol, italiano, allemão, arabe e grego, comprehendendo 2,622 volumes, além de 547 folhetos e 1,366 estampas de botânica, distribuidos por nove grandes estantes com dous gavetões cada uma, achando-se algumas destas obras truncadas e outras (em muito menor numero) deterioradas pelas traças e pelo cumpim, quase todas estas obras em estado de poderem ainda ser aproveitadas, se por ventura desde de já forem encadernadas de novo (ALAGOAS, RELATÓRIO, 1866, p. 19).

O Inspetor Geral da Instrução Pública, Thomaz do Bomfim Espindola, empenhou-se bastante no projeto de criação da Biblioteca Pública. Para ele, o Gabinete de Leitura era um projeto de vã ostentação, uma vez que a biblioteca do Gabinete vivia constantemente fechada ao público, servindo somente de agrado dos presidentes e homens ilustres da Província em seus aniversários e outras datas comemorativas para ouvir música marcial e recitar discursos. Uma nota do Conselho Administrativo, datada de julho de 1859, admite que a Biblioteca do Gabinete de Leitura vivia constantemente fechada:

O Conselho administrativo dessa sociedade deliberou em sessão de 21 deste mez o seguinte:

1. Que visto não se ter desde dezembro próximo passado aberto regularmente o gabinete, se suspendesse na cobrança das mensalidades vencidas e por vencer, desde então até agosto próximo seguinte, começando a funcionar o gabinete regularmente de setembro deste anno em diante, quando começará novamente o pagamento das mensalidades; cobrando-se, com tudo as que venceram até novembro daquele anno de 1858 (DIÁRIO DAS ALAGOAS, 1859, nº 168, p. 4).

Além da inoperância da biblioteca do Gabinete de Leitura, Thomas Espíndola, criticava a falta de zelo e cuidado com as obras doadas, muitas comidas pelo cupim e pelas traças, em razão da falta de pessoal, bem como reprovava o extravio das obras doadas. Chama ele a atenção para o sumiço de obras importantes e raras, a exemplo do Dicionário de Português de Bluteau e do livro de oradores franceses (SANTANA, 1965).

A Biblioteca Pública, por sua vez, funcionava no mesmo horário do Liceu e contava com um bibliotecário, Filinto Elysio da Costa Cutrim, que também era professor da Instituição; um amanuense, que era o mesmo da Secretaria de Instrução Pública e do Liceu; e

¹²⁹ Bibliotheca do Lyceu é o a denominação do tópico dado pelo Diretor da Instrução Pública, Thomas do Bomfim Espíndola, em seu Relatório de 1866.

um contínuo, que também trabalhava no estabelecimento liceal. Estes dois últimos recebiam uma gratificação e davam expediente exclusivo na Biblioteca das 4 às 6 horas da tarde.

Para compor o acervo da Biblioteca, Alexandre José de Mello Moraes fez a doação de 453 exemplares, compreendendo 604 volumes. Estas obras foram arroladas anexas ao Relatório de Espíndola de 1866 e compreendem uma variedade de áreas do conhecimento, a saber: história, geografia, sociologia, agronomia, medicina, homeopatia, política, direito, diplomacia, oratória, militarismo, biografias, religião, maçonaria, ficção, dicionários, engenharia, ciência, zootecnia, relatos de viagens, além de revistas e jornais tratando de assuntos os mais diversos.

Por estes gestos, Alexandre José de Mello Moraes foi considerado o grande patrono do Gabinete de Leitura e da Biblioteca Pública. Santana (1966) assegura que o ofertante doou cerca de 7000 volumes, sendo 2000 na época do gabinete e 5000 para a biblioteca. A seu respeito Espíndola escreve muitas frases laudatórias, como a que se segue:

[...] a elle somente a elle devemos hoje o possuir esta fonte de luzes – *remedios d'alma* – phase egipsiaca: e para testar os nossos vindouros tamanho beneficio hei resolvido que o retrato de tão distincto alagoano, obreiro do progresso, seja pendurado em lugar elevado e bem visivel em uma das paredes da sala onde ella funciona (ALAGOAS, RELATÓRIO, 1866, p. 19).

Mello Moraes nasceu na Cidade das Alagoas, em 1816 e faleceu no Rio de Janeiro, em 1882. Filho de Alexandre José de Mello e Ana Barbosa de Araújo, Mello Moraes foi historiador, deputado geral e médico. Órfão aos 11 anos de idade, foi enviado à Bahia, onde ficou aos cuidados de dois tios frades, frei Francisco Senhor do Bonfim e frei José de Santa Tereza. Aos 17, já se dedicava ao magistério em dois colégios, ensinando Geografia e Retórica. Ingressou na Faculdade de Medicina da Bahia, onde se formou em 1840. Retornou para Alagoas, mas por pouco tempo, voltando a viver em Salvador. Exerceu a medicina na capital baiana, de início como alopata e, posteriormente, como homeopata. Fundou com João Vicente Martins, um jornal intitulado *O Médico do Povo*, destinado a propagar a doutrina homeopática. Em 1853, mudou-se para o Rio de Janeiro, onde clinicou e continuou publicando seu jornal, que passou a denominar-se *O Médico do Povo na Terra de Santa Cruz*. Nessa época passou a interessar-se mais pelos estudos históricos, sobretudo, história do Brasil. Em 1866 foi eleito Deputado Geral por Alagoas, para a 14ª legislatura (1869-1872), tendo sido seu único cargo na carreira política (BARROS, 2005; SANTANA, 1965).

Dentre as obras doadas por Alexandre José de Mello Moraes para a Biblioteca Pública destaco¹³⁰:

QUADRO 18 – Relação dos livros offerecidos á Bibliotheca publica d’esta capital, pelo illm. snr. dr. Alexandre José de Mello Moraes, em 1865

Auctores	OBRAS	Exemp.	Vol.
Dr. F. L. C. Burlamaqui	Aclimação do Dramadario nos sertões do Brasil (in-folio)	1	1
Fr. A. de Santa Maria Jaboatam	Additamentos ao Novo Orbe Serafico Brasilico (idem)	1	1
Fr. Theobaldo de Jesus Maria	Agricultor Instruido	1	1
Dr. Ganier	Annaes Brasilienses de Medicina	1	1
Castellan	Annuaire homoeopathique	1	1
	Astréa – Almanack maçônico	1	1
M. P. da Silva	Aula politica	1	1
	Bibliothèque Homoeopathique	1	20
Dr. A. J. de Mello Moraes	Biographia do Exm. Conselheiro Joaquim Marcelino de Brito (idem)	2	2
	Bossuet e a Missa ou o Papismo trahido e confundido (idem)	1	1
	Bibliothèque Universelle des Dames (truncada)	1	1
Dr. A. J. de M. Moraes	Brasil (O) Historico (in-folio)	3	3
Padre Simão de Vasconcellos	Chronica da companhia de Jesus do Estado do Brasil (idem, truncada)	1	1
J. T. X. Sigaud	Climat (Du) et des Maladies di Bresil	1	1
J. I. Roquette	Codigo do Bom-Tom	1	1
Dr. A. J. de Mello Moraes e I. A. de Cerqueira e Silva	Corographia do Imperio do Brasil	1	1
Dr. A. J. de Mello Moraes	Corographia Historica, Cronographia, Genealogica, Nobiliaria e Politica (in-folio)	1	5
Fritot	Cours de Droit Naturel (truncada)	1	1
	Declaração (A) da Maioridade de S. M. I. o Senhor D. Pedro Segundo (in-folio)	2	2
J. H. M. Violette et P. J. Archambault	Dictionnaire des Analyses Chimiques	1	2
Dr. Fabre	Dictionnaire des Dictionnaires de Medicines	1	8
Vosgien	Dictionnaire Geographique	1	1
Dr. Carlos A. Busch Varella	Discurso Contra a Liberdade de Imprensa no Brasil, feito perante o jury da Côte (idem)	8	8
Marquez de Penalva	Dissertação a favor da Monarchia	1	1
J. B. Bonnin	Doctrine Sociale	1	1
Sepelletier	Doctrine Médicale	1	1
Dr. A. J. de Mello Moraes	Doutrina Social, extrahida de vários Auctores (in-folio)	1	1
Ephraim	Doze proposições sobre a legitimidade Religiosa da Verdadeira Tolerancia dos Cultos (idem)	1	1
Dr. A. J. de Mello Moraes	Elementos de Literatura	1	1
A. J. de L. Leitão	Eneida de Virgilio (truncada)	1	2
Nollet	Ensaio sobre a Electricidade dos Corpos	1	1
A. de Humboldt	Ensaio Politico sobre la Nueva Espana	1	5
	Estatutos da Sociedade Caridade de S. João Evangelista da cidade da Parahyba do Norte (in-folio)	1	2
F. A. de Varnhagen	Examen de quelques pomts de l’Histoire géographique du Brésil (in-folio)	1	1

Fonte: ALAGOAS, RELATÓRIO, 1866

¹³⁰ O quadro completo com as obras segue no anexo 10.

Apesar de boa parte dessas obras terem sido destruídas pelo tempo ou mesmo terem sido extraviadas, conforme atestam Santana (1965) e Roselito Santos (2012), algumas delas ainda podem ser encontradas no setor de obras raras do arquivo do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas, como as que se seguem:

IMAGEM 22 – Aclimação do Dramadario nos sertões do Brasil, de Dr. F. L. C. Burlamaqui



Fonte: SANTOS, Roselito (2012)

IMAGEM 23– Brasil (O) Historico, de Mello Moraes



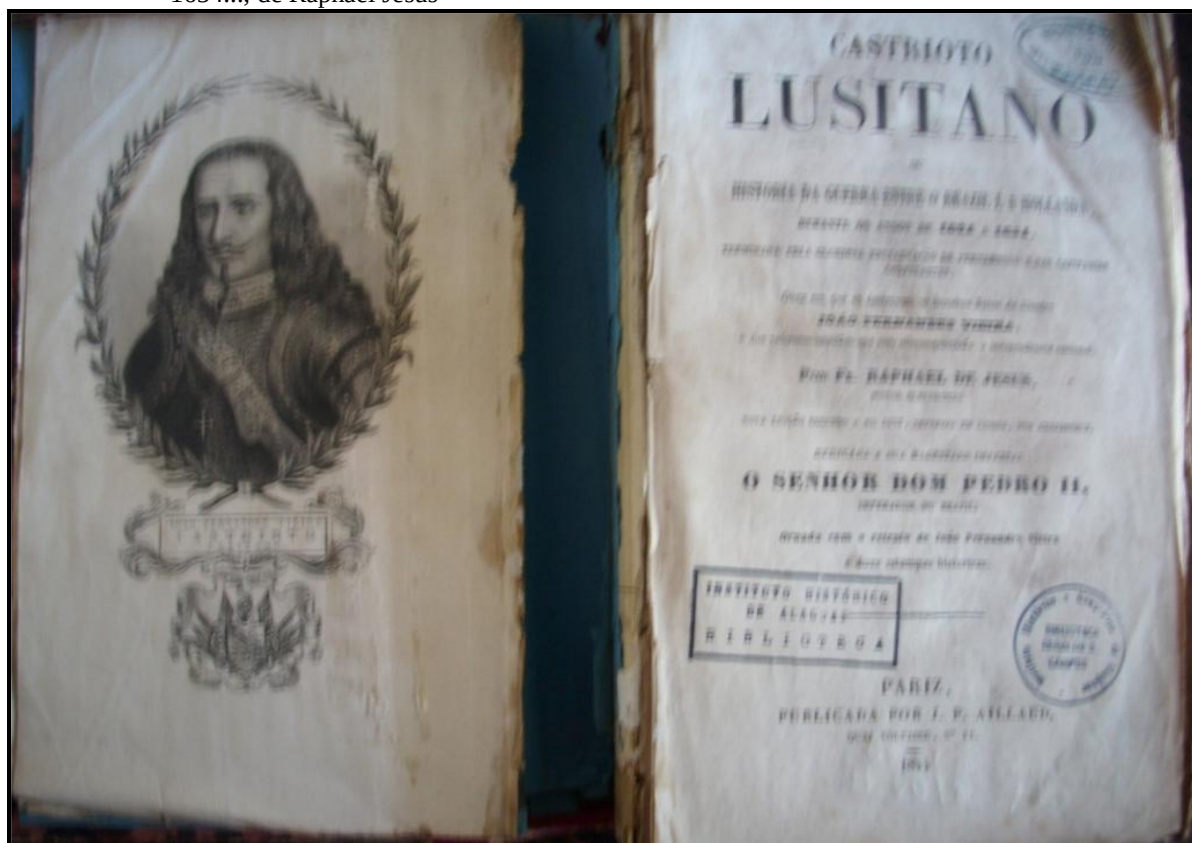
Fonte: SANTOS, Roselito (2012)

IMAGEM 24 – Chorographia Historica, Cronographia, Genealogica, Nobiliaria e Politica do Império do Brasil, de Mello Moraes



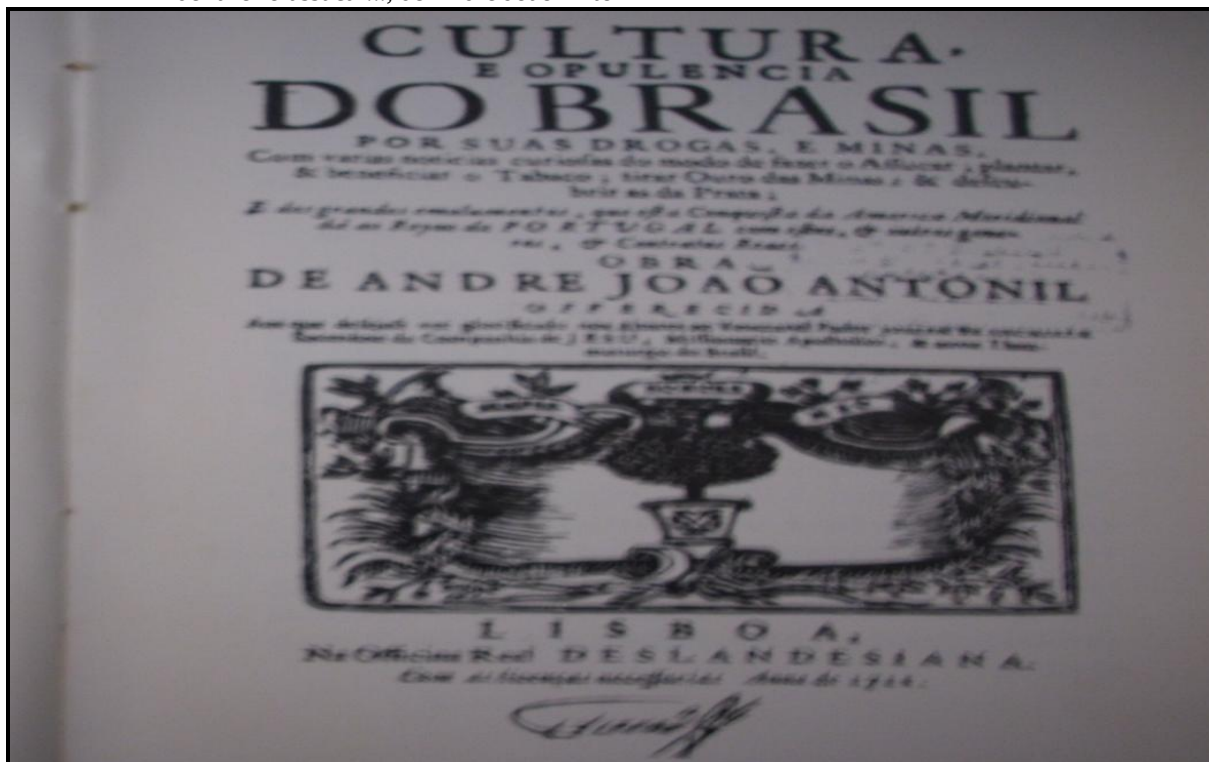
Fonte: SANTOS, Roselito (2012)

IMAGEM 25 – Castrioto Luzitano ou historia da guerra entre o Brazil e a Hollanda, durante os annos de 1624 a 1654..., de Raphael Jesus



Fonte: SANTOS, Roselito (2012)

IMAGEM 26 – Cultura e opulência do Brasil: por suas drogas e minas, com várias notícias curiosas dos modos de fazer o assucar..., de André João Antonil

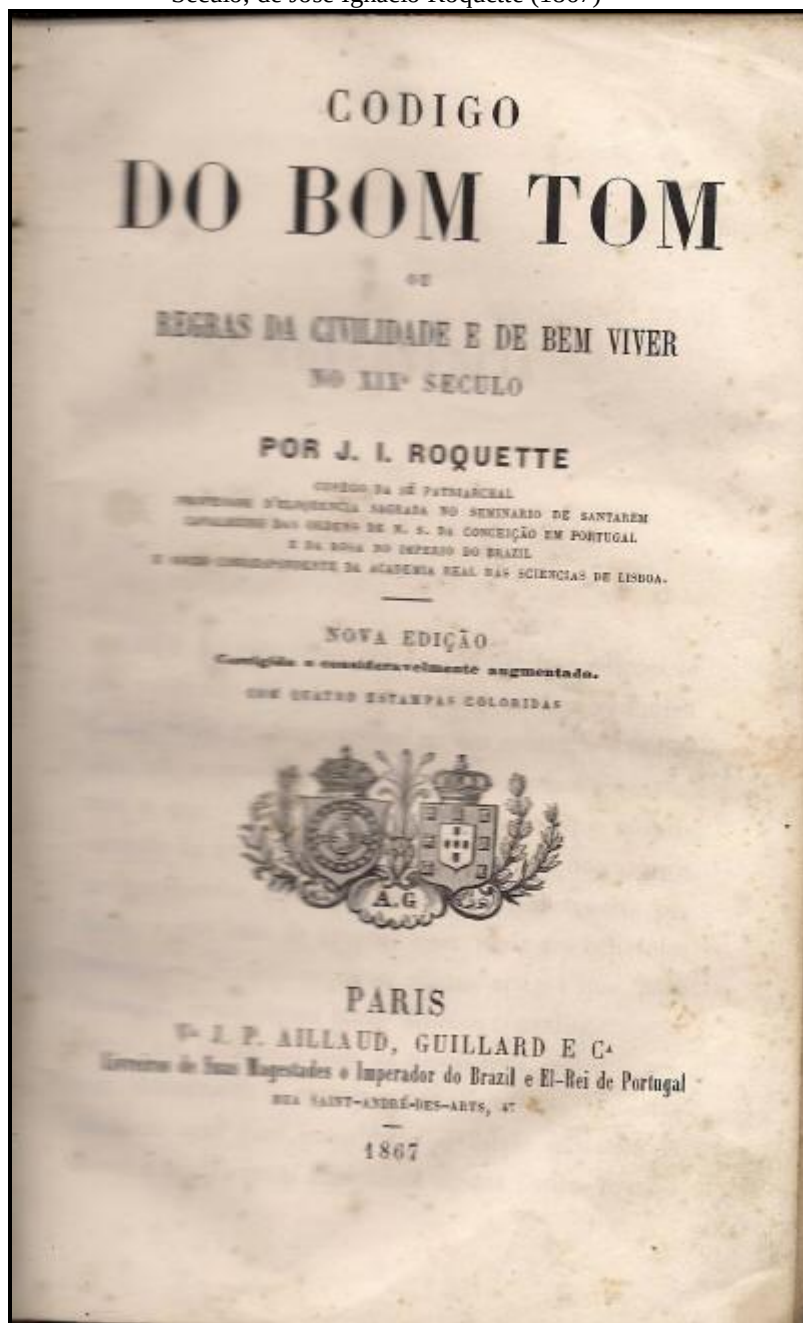


Fonte: SANTOS, Roselito (2012)

Dentre as obras listadas no Quadro 18, convém destacar o *Código do Bom Tom ou Regras da Civilidade e de Bem Viver no XIX^o Século*, de autoria do cônego português José Ignacio Roquette¹³¹, publicado em 1845. Inspirados em manuais franceses, o livro era norteado pelos termos cortesia, urbanidade, polidez e civilidade. Além disso, introduzia regras para o uso da higiene, ao comportamento na Igreja, no Paço; sobre os Tratamentos, os Cumprimentos; os Banhos; os Jantares e banquetes; além da Estada no campo.

¹³¹ **P. José Ignacio Roquette**, natural da freguezia de Alcabideche, no concelho de Cascaes, onde foi baptizado em Julho de 1801. Seu pae Antonio dos Sanctos Roquette, lavrador e proprietario, era capitão de Ordenanças, e serviu por vezes o cargo de vereador na Camara Municipal do referido concelho.- Depois de habilitado com os estudos de grammatica latina, rhetorica e philosophia, juntando a estes conhecimentos os da arte da musica, que lhe devêra notavel predilecção nos seus primeiros annos, e tendo já recebido ordens menores com o designio de ser clérigo secular, mudou de intento, preferindo seguir a vida claustral. N'ella entrou, não sem repugnancia de seus paes, professando em 1821 a regra de S. Francisco no convento de Sancto Antonio do Estoril, da provincia dos Algarves, situado proximo da villa de Cascaes, tomando então o nome de Fr. José de Nossa Senhora do Cabo Roquette. Nos conventos de Campo-maior e Portalegre continuou e concluiu em 1825 o curso triennial de philosophia e depois no de Xabregas, cabeça da provincia, o de theologia dogmatica e moral, em que por duas vezes defendeu conclusões magnas, sendo d'ahi a pouco eleito em recompensa de sua applicação. Lente substituto da cadeira d'Esctrptura Sagrada no mesmo Convento, e em 1831. Lente effectivo, mediante concurso e opposição publica; cujas funcções desempenhou até 1833 cumulativamente com as de Secretario da provincia.- Aos 29 annos d'edade foi tambem nomeado Prégador regio da Sancta Egreja Patriarchal, por carta do cardeal patriarcha D. Patricio I de 30 de Março de 1830 (SILVA, 1860, p. 373).

IMAGEM 27 – Código do Bom Tom ou Regras da Civilidade e de Bem Viver no XIX^o Século, de José Ignacio Roquette (1867)



Fonte: <http://www.livrariamoreiradacosta.com/2014-10-GravurasBoletim/BoletimGravuras-Detalhe.html>

Freyre (1975, p. 420) assegura que a obra foi bastante divulgada e lida no Brasil com o intuito de dar “[...] ar de europeus, não só deram para forrar os tetos das casas-grandes – até então de telha-vã – como para adotar regras de bom-tom francesas e inglesas as criações dos filhos. E adotá-las com exageros e excessos [...]”.

A obra trata de um pai (sem nome) que tendo perdido sua esposa decide sair de Portugal e educar seus filhos, Teófilo, de oito anos, e Eugênia, com seis, na França. Dentre os

diversos conselhos dados pelo pai aos filhos está o da conversação. Segundo Sena (2010), a arte da conversação por si só já era uma das temáticas da civilidade, uma vez que dentre as regras da boa convivência social fazia-se necessário o bom uso das palavras. Conforme a autora

A arte da conversação ganha importância no Brasil, mais precisamente na Corte, a partir dos novos espaços sociais que emergiram como festas, bailes, concertos, livrarias, cafés, confeitarias e a Rua do Ouvidor, os quais requeriam que as pessoas soubessem se relacionar através da conversação. Esses locais de sociabilidade se instalaram na Corte se tornaram os símbolos da civilidade, despertando nas pessoas, pertencentes à elite letrada e política ou próximas a elas, o interesse em frequentá-los. Por tais espaços se configurarem como novidade, os brasileiros não sabiam se inserir neles, bem como desconheciam a arte de conversação [...] (SENA, 2010, p. 257).

Em Roquette (1997), a conversação tem início no silêncio, ou seja, na moderação do próprio diálogo, no refreamento da língua: “[...] Recomendo-te muito, meu filho, que estejas muito tempo calado, e que nunca tenhas pressa de falar [...]” (Id., p. 127). Para as mulheres esse comedimento é ainda maior:

E tu, minha Eugênia, ainda com mais razão deves entrar na sala modesta e silenciosamente, e fazer com que não chames sobre ti a atenção dos circunstantes; e quando aconteça o contrário, ao menos que não seja nunca por gargalhada de riso, ou caretas e trejeitos, ou outras coisas semelhantes que anunciem desejos de fixar a atenção dos circunstantes [...].

Se te achares cercada de senhoras que não conheces, espera que elas te falem, e responde-lhes singelamente e com voz branda, mostrando-te reconhecida ao seu grado. Se se calarem, cala-te também [...] (Id., p. 130).

É indecoroso a uma menina ocupar-se dos homens. Se algum dos que estão na sociedade lhe falar, deves responder-lhe com polidez e recato, mas de modo que as pessoas que estiverem ao pé de ti ouçam o que dizes. Olha com gravidade, mas não ponhas os olhos no chão, que é afetação; mas quando falares, ou quando dançares, olha para o ombro daquele que te fala (Id., p. 131).

Pondera ainda o autor que na arte da conversação faz-se necessário dissimular os sentimentos: “[...] Se te divertires, não mostres senão uma alegria moderada; se estiveres aborrecida, dissimula e não o dês a conhecer; reprime os bocejos, e felicita-te de saberes preferir o estudo e a vida doméstica aos passatempos mundanos” (Id., p. 131). Além disso, aconselha que a criança não seja curiosa e converse coisas decentes e honestas.

“Em casa de enforcado, não se fala em corda”, é um provérbio que, assim como todos os ditados populares, encerra uma grande ensinança: sem vos mostrardes curiosos, buscai saber com disfarce a história das pessoas cuja casa freqüentais; porque numa casa não se deve falar de bancarrota, noutra, de divórcio; nesta, de apostasia; naquela de demanda por causa de um testamento, dum contrato falsificado: que sei eu? Todas as paixões, todos os vícios da humanidade, todas as misérias, sublevam-se muitas vezes por uma palavra imprudente (Id., 1997, p. 170).

Conforme Burke (1995), o silêncio, por si só, já é um ato de comunicação e pode indicar eloquência, sabedoria, zombaria, respeito, prudência, condescendência. No que diz respeito ao silêncio das mulheres, está associado à vergonha, à descrição e à moderação, pois “[...] uma mulher conversadeira poderia ser descrita como *sfrenata di lingua* (de língua desenfreada), como se os homens pensassem que ela precisasse de rédeas e freios em sua língua – uma punição por maledicência que era realmente aplicada em alguns lugares” (BURKE, 1995, p. 170).

A suavização de maneiras na conversação consiste em discursos agradáveis, com voz singela e branda, de modo que os cumprimentos não sejam nem longos, nem altos. Importa também que as conversas sejam com seus pares, ou seja, do mesmo sexo, idade e condição social, para que haja um diálogo recíproco. E se isso não for possível, que a conversa seja adaptada aquele grupo de pessoas (ROQUETTE, 1997).

É possível que os alunos do Liceu tenham tido acesso à parte das obras que se encontravam no Gabinete de Leitura e na Biblioteca. Assim, tiveram contato com as lições de Roquette que lhes davam suporte para refinar seus hábitos, delimitar suas atitudes e moderar seus sentimentos, ainda que seja levada em consideração a liberdade dos leitores, pois a “[...] leitura é, por definição rebelde e vadia [...]” (CHARTIER, 1999, p. 7) e os artifícios os quais lançam mão os leitores para “[...] subverter as lições impostas são infinitos [...]” (Ibid).

Destarte, é preciso refletir sobre as diferentes formas de apropriação da leitura, tendo em vista que as obras não têm significados estáticos e universais, pelo contrário, são plurais e móveis. Deve-se levar também em consideração que o leitor inventa, desloca e distorce as acepções atribuídas aos textos. As obras escapam as definições conferidas por seu autor e ganham um novo sentido na interpretação do leitor, envolvido em uma realidade cultural, social e individual diversa daquela de quem produz (CHARTIER, 1999).

4.4 O periódico estudantil *O Lyceista Alagoano*

No âmbito das pesquisas sobre a cultura escolar vem ganhando fôlego, nos últimos anos, estudos que centram a atenção nos estudantes, especialmente na imprensa estudantil. Esta ajuda a desvelar formas de expressão e organização dos estudantes, muitas vezes relegados nas pesquisas historiográficas da educação.

Dentro da conceituação de cultura escolar, encontra-se a imprensa pedagógica, categoria que vem sendo ampliada pela ideia de imprensa de educação e ensino. O

alargamento possibilitou abranger temas que não somente estejam relacionados aos docentes, como também permitiu os estudos da educação informal, educação de adultos, familiar, da mulher, dos movimentos de juventude, dos jornais e revistas infantis, da educação física e do desporto, da higiene e saúde escolar e da assistência e proteção a menores (NÓVOA, 1993).

Bastos (2007) considera a imprensa de educação e ensino como sendo publicações impressas feitas por e/ou para professores, por e/ou para estudantes, bem como mantidas pelas instâncias constituintes do sistema educacional, ou ainda por igrejas, sindicatos, associações de classe ou partidos políticos, desde que ligados à educação.

Nesse sentido, os jornais, as revistas e outros veículos de comunicação produzidos por discentes dentro dos espaços escolares são artefatos culturais que possibilitam a identificação dos estudantes, suas formas de linguagem, expressão e difusão de ideias. Esses artefatos oferecem várias possibilidades de leituras da cultura escolar, pois além de ser um meio eficaz de divulgação das ideias dos estudantes a imprensa estudantil constitui-se em um espaço de formação, reflexão e autonomia. Para Werle (2013, p. 294), a imprensa estudantil fornece:

[...] indícios da interpretação e significado que os alunos atribuíam à vida escolar, suas práticas, seus valores, seus ritos, suas crenças e seus símbolos. É uma imprensa constituída por grupos de alunos que, por curto período de tempo, estão na escola e que caracterizam, em seus escritos, ocorrências e imagens diretamente vinculadas aos atores que lhes são contemporâneos, presentes na instituição, e ao específico momento histórico institucional. Ou seja, é um espaço em que são expressos processos de influência, de produção, de disseminação de opiniões e de informações acerca das relações entre estudantes, professores, direção, turmas de alunos, interações entre diferentes estabelecimentos escolares e com a comunidade externa à escola, bem como acerca da proposta formativa da escola, valores e objetivos compartilhados ou que devam ser reforçados, reafirmados.

Assim, os impressos estudantis constituem-se em importantes objetos para os historiadores da educação interessados em compreender uma determinada cultura escolar, sobretudo a partir da ótica estudantil. Pallares-Burke (1998) afirma que a historiografia da educação brasileira deve dar maior atenção às modalidades informais de educação. A partir de fontes como romances, jornais, revistas, sermões, teatros, pinturas etc, podemos captar o modo como as culturas são produzidas, mantidas e transformadas. Nesse caso, as revistas, jornais e almanaques produzidos pelos estudantes, além de ser uma produção cultural em si, o que já denuncia a importância de sua análise, fornecem-nos pistas de uma dada cultura em determinada época.

Dito isto, esta subseção trata do periódico estudantil *O Lyceista Alagoano*, que conforme sugere o nome, era uma publicação dos estudantes do Liceu.

O jornal estampava em seu frontispício “periódico litterário e recreativo” e foi fundado em 05 de março de 1859¹³². É provável que tenha tido quinze números, dos quais o Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas guarda um exemplar (ainda que incompleto), o de nº 10, de 20 de maio de 1859. Até a edição nº 10, *O Lyceista* circulava semanalmente, passado depois a ter periodicidade mensal. O periódico tinha o formato *in quarto* com duas colunas distribuídas em quatro páginas. Há dúvidas quanto ao local da sua impressão, que era feita na Tipografia Constitucional, conforme Duarte (1961) e Jesus (2011) ou na Tipografia Progressista de Felix da Costa Moraes, conforme Barros (2005).

Importa, nesse primeiro momento de análise, apresentar a materialidade do periódico, evidenciar seu suporte e sua composição gráfica, possibilitando o melhor entendimento de suas características e peculiaridades. Conforme Chartier (2002), os textos são abstratos e não estão desvinculados da materialidade de que são veículos, o suporte é que possibilita a sua inscrição, transmissão e apropriação, pois participam profundamente da construção do seu significado, uma vez que “[...] o ‘mesmo’ texto fixado em letras, não é o ‘mesmo’ caso mudem os dispositivos de sua escrita e de sua comunicação [...]” (p. 62). Para ele, são as práticas editoriais e literárias que governam “[...] a relação dos leitores com as obras impressas [...]” (p. 8).

IMAGEM 28 – *O Lyceista Alagoano*. Exemplar nº 10, de 20 de maio de 1859



Fonte: IHGAL

¹³² Jesus (2011) afirma com base no catálogo do IHGAL que *O Lyceista Alagoano* foi fundado em agosto de 1858, porém no artigo “Comunicando”, datado de 07 de março de 1859 e publicado no *Diário das Alagoas* em 09 de março de 1859, J. Fiel assegura que o primeiro número do periódico foi publicado a 05 de março de 1859.

Portanto, texto, suporte e leitura formam um tripé que devem guiar a análise da leitura e da escrita, conforme Chartier (2002). Os três estão unidos em laços interdependentes. O texto é materializado em um suporte, que, por sua vez, existe como objeto material do escrito e necessita do texto, ambos são pensados para serem manuseados, transportados, colecionados, vistos, ouvidos e lidos. Nesse sentido, a editoração faz a mediação entre os textos “[...] cujas significações mudam quando mudam as formas da sua feitura ou paginação [...]” (CHARTIER, 2002, p. 76) e o público leitor “[...] cuja composição social e cujas expectativas culturais se modificam quando se modificam as possibilidades de acesso à cultura impressa” (Ibid.).

Duarte (1961) considera que o surgimento do primeiro jornal de circulação diária em Alagoas, o *Diário das Alagoas*, publicado a partir de 1º de março de 1858, estimulou os estudantes do Liceu a publicar o seu jornal estudantil. Este tinha a função de ser a “voz” dos alunos junto aos professores e diretores da instituição. Além disso, seria um meio eficaz de divulgação das ideias dos estudantes em meio à sociedade alagoana, bem como um exercício do jornalismo, função que alguns egressos exerceriam no futuro.

Conforme atesta J. Fiel, na coluna Comentando do *Diário das Alagoas*, de 09 de março de 1859, no primeiro número de *O Lyceista Alagoano* era possível encontrar escritos em prosa, os quais não deixavam a desejar nas ideias, mas que careciam de lapidação da forma. Ainda segundo o autor: “[...] Tal é o fim a que se dirige o ‘LYCEISTA ALAGOANO’, periódico redigido pela briosa e inteligente mocidade que frequenta as aulas do Liceu desta Capital, cujo primeiro número teve nascimento em 5 do corrente março [...]” (DIÁRIO DAS ALAGOAS, 1859, Apud DUARTE, 1961, p. 140)¹³³. Pelas palavras dirigidas aos estudantes, Fiel demonstra ser um grande admirador e incentivador da publicação estudantil.

Havia ainda uma poesia do estudante Idelfonso de Paula Mesquita Cerqueira intitulada *Um pobresinho*, na qual o jovem poeta “[...] canta com muita naturalidade o amor de um filho, que mendigava o pão para alimentar a seus pais no leito da dôr e da agonia; hai mostra habilmente o amor filial de mãos dadas com a mais nobre das virtudes – a caridade” (Id., p. 141).

O fato de o *Diário das Alagoas* dedicar um artigo ao jornal dos estudantes do Liceu Provincial demonstra que a circulação do periódico estudantil não se restringia aos muros do estabelecimento liceal. Dessa forma, os escritos estudantis ganhavam uma notoriedade provincial. Por isso, é possível presumir que não se tratava de um periódico sem importância.

¹³³ Em virtude do seu estado de deterioramento os exemplares do *Diário das Alagoas* do período estão lacrados, tanto no APA, quanto no IHGAL, e, portanto, indisponível para consultas. Existe possibilidade de restauração, porém sem uma data definida. Por esse motivo, optei por usar a versão de Duarte (1961).

Conforme Duarte (1961), o jornal dos estudantes ganhou outra vez notoriedade quando a coluna Folhetim Literário – também do *Diário das Alagoas*, assinada por Silvius –, que tratava dos assuntos de maior relevo na intelectualidade provincial, dedicou-lhe um artigo. Evidentemente, essa era uma das pretensões dos jovens escritores, pois visavam galgar patamares mais altos no jornalismo, na política e nas demais áreas profissionais da sociedade alagoana. Tais aspirações ficam evidentes nas palavras de J. Fiel:

Mancebos! Caminhai e não recueis diante as dificuldades, que deverão ser consideráveis!

Recuar agora seria corbadia; animo e redignação que a gloria vos espera.

Mancebos! Trabalhai. O trabalho pelas letras é um dever pela sciencia é uma glória.

Hoje somente encontrareis espinhos, amanhã porem tereis de colher flores; Hoje sois soldados e tendes sonhos e balbuciantes na Republica das Letras, amanhã sereis bravos generais que vos fareis dignos de vossos pais, da pátria e do próprio Deos!

Avante! A glória vos espera e os vossos nomes serão levados até a posteridade (Ibid.).

No entanto, *O Lyceista Alagoano* não era somente um impresso de produções literárias e recreativas dos seus mais destacados componentes, nas publicações podemos encontrar textos críticos, como o que consta no exemplar número 10, de 20 de maio de 1859. Na primeira página, os estudantes travam uma discussão acerca do desprezo dado à instrução secundária no país, vista como desnecessária para a realização dos cursos superiores. Nesse sentido, chamam a atenção para a superação da visão em que a instrução secundária era somente preparatória, ou seja, não tinha um fim em si mesma, mas era apenas uma forma de adentrar às faculdades. Salientavam os estudantes

De nada vale o saber, dizem muitos: o que se quer é a riqueza. Com effeito para se ter importância e occupar as maiores posições sociaes no Brasil não é preciso mesmo saber ler: um ignorante, um analphabetico é muito apto para, de preferencia a um homem intelligente e moralizado, ser escolhido para cargos elevados; com tanto que tenha *bens da fortuna*, e sua fama sôe aos ouvidos dos que governão. [...] Não queremos dizer com isto q' só as grandes capacidades sejão aptas para os empregos: o que queremos dizer é, que tendo-se mais em mira a riqueza que o saber, de pouco pode valer a instrução (para os que a consederão como meio de galgar posições) [...] (O LYCEISTA ALAGOANO, 1859, nº 10, p. 1).

O jornal estudantil foi utilizado também para tecer críticas ao Diretor da Instrução Pública e do Liceu, José Corrêa da Silva Titara. Conforme consta no *Diário das Alagoas*, de 24 de agosto de 1859, a edição de *O Lyceista Alagoano*, de 20 de agosto daquele ano, criticava Silva Titara por manter fechada aos estudantes as portas da biblioteca do Gabinete de Leitura. Tal decisão foi tomada pelo Silva Titara após a realização de uma sessão política da “Sociedade 7 de Setembro”, pertencente aos alunos do Liceu, no dia 17 de julho, nas dependências do referido Gabinete sem a devida autorização da direção.

Em protesto pela proibição da entrada no edifício, no dia 10 de agosto, os lyceistas ergueram as vidraças do Gabinete de Leitura e introduziram velas nos batentes. Com isso, o diretor utilizou-se do *Diário das Alagoas* para combater as críticas dos estudantes e explicar os motivos os levaram a tomar tal decisão, tendo em vista o ambiente ser impróprio para aquele tipo de reunião, bem como a falta de autorização do Presidente da Província. Ao final do seu texto Titara faz críticas aos jovens redatores de *O Lyceista Alagoano*:

[...] Da parte dos lyceistas, como dice esse periódico, nenhum escrúpulo houve em erguer as vidraças da casa e introduzir velas nos batentes por autoridade própria [...] O que porem sobretudo há a lamentar é o preconceito debaixo do qual tem sido publicados esses factos que ficão explicados e que não poderão ser examinados nem pela redacção do Lyceista composto de estudantes do lyceu nem pelo outro estudante que designadamente assegurou a declaração de estar trancado o Gabinete. Bem se vê como vai caminhando o Lyceista, se consederar-se este periódico como órgão do pensamento em que se nutem moços que devem começar sua vida averiguando e esmerilhando a verdade em todas as suas relações, para fazerem uso conveniente e adequado de sua razão (DIÁRIO DAS ALAGOAS, 1859, nº 192, p. 2).

Anos antes, em 1857, Silva Titara, solicitou ao Inspetor da Tesouraria Provincial o envio de dois soldados para a casa do Liceu durante o horário das aulas para conter atos de insubordinação, desmandos e de falta de educação de alguns estudantes. Por Ofício nº 239/1857, de 21 de setembro, relata o diretor que “[...] o Estudante Prisciliano chegou a ficar com o pescoço ferido da corda com que o querião outros estudantes estrangular [...]”¹³⁴. Aos estudantes turbulentos era solicitada a reclusão em qualquer corpo de guarda ou mesmo o recolhimento em uma das salas do prédio liceal.

O motim foi presenciado pelos professores Leopoldino Antonio da Fonseca, de Latim, e Filinto Elysio Costa Cutrim, de Francês. Fonseca denunciou os “[...] tumultos e vozerias aos que hontem derão lugar a uma encarniçada luta na porta na porta do Lycêo [...]”¹³⁵. Segundo ele, dentre os tumultuadores estava o cunhado do professor de Geometria, Dr. José Antonio Bahia da Cunha Bahia, que costumava portar-se nas salas do Estabelecimento “[...] com chapéo na cabeça e bengalla em punho na attitude m^{mo} de um moço que não preza, ou não perece aquilatar os principios de uma bôa educação [...]”¹³⁶. Já Cutrim delatou os estudantes Bento José Lamenha Lins Junior (Geometria), Alexandre de Macedo Pessoa (Francês) e José Correa de Mello, que tentaram estrangular Prisciliano Antonio de Souza, em 17 de setembro de 1857.

¹³⁴ Arquivo Público de Alagoas. Ofício 239. Cx. 0064.

¹³⁵ Arquivo Público de Alagoas. Documento avulso. Cx. 0064.

¹³⁶ Ibid.

Ressalto que situações de indisciplina ocorriam também nas aulas avulsas. No ano de 1856, queixava-se o então Inspetor Paroquial da Cidade das Alagoas, Pe. Cândido José Alves da Silva, de ter sido desacatado após uma visita a aula de Latinidade das Alagoas, onde recebeu “[...] um escrito bastantemente immoral que tendo por seu author um dos alumnos d’aquella aula, e um delles chamado Bernardino de Albuquerque Soutto (ignoro se foi o author) tornando por vangloria generalisar este escrito por todas as aulas desta Cidade [...]”¹³⁷. Após resolver a questão, moralizando os estudantes e pedindo para que o professor da cadeira tomasse outras providencias, alega o Inspetor que foi surpreendido em casa particular com a presença de Soutto, o qual

[...] grosseiram^{te} me ataca lançando-me epithetos injuriosos sommente filhos da má educação que tem obtido de sua mãe. Eu conservei-me com toda calma por ser o objeto do ataque nascido das cousas tendentes a moralidade d’aula e só me resta a esperança de ser por V. S.^a providenciada, para que não se dê outro igual. Fiz sciente a mãe do alumno e ella em vez de repreende-lo, pelo contrario elogiou-o, habilitando-o d’esta maneira a continuar ser o propagador dos ensaios moraes de Fr. Martinho, até constituil-o um réu de policia [...]”¹³⁸.

Ao ocorrido, o diretor da Instrução Pública, Silva Titara, solicitou do Presidente da Província, uma providencia “[...] servindo de correctivo effícaz a esse alumno audacioso, deixe o exemplo gravado no espirito dos mais; sendo que de outra maneira pior será d’ora em diante a fiscalização das aulas da provincia [...]”¹³⁹.

Desses episódios, principalmente o protesto no Gabinete de Leitura, resultou para Duarte (1961) a causa da extinção do Liceu Provincial, em 1861, qual seja: a indisciplina dos alunos. O autor é categórico ao afirmar que “[...] essa indisciplina seria a ruína do Liceu, nessa fase inaugural [...]” (Id., p. 33). O autor considera que a crise financeira alegada pelo Presidente da Província, Dr. João Marcelino de Souza Gonzaga, foi apenas um pano de fundo, ante “[...] a indisciplina reinante, a evasão escolar, o pouco aproveitamento dos alunos. A abertura financeira serviu de testa de ferro [...]” (Id., p. 144).

Recorda o autor que o Liceu era um estabelecimento público e de base liberal e, por isso, não eram permitidos os castigos físicos, notadamente o uso da fôrula (palmatória). Entretanto, em sua visão, os estudantes não souberam aproveitar essas benesses e “[...] desandaram na peraltice, na indisciplina, sem uma reação à altura [...]” (Ibid.), concorrendo para que o governo fechasse a instituição.

¹³⁷ Arquivo Público de Alagoas. Documento avulso. Cx. 0064.

¹³⁸ Ibid.

¹³⁹ Arquivo Público de Alagoas. Ofício nº 197. Cx. 0064.

Em sessão da Congregação do Liceu Provincial, o professor de Retórica, Ignacio Joaquim Passos Junior, propôs um Plano de Disciplina¹⁴⁰ com o fim dos castigos físicos, especialmente da palmatória em todas as aulas da Província. Por Ofício nº 190, de 28 de agosto de 1858, Silva Titara, afirma que o plano era extenso, erudito e tinha o propósito

[...] de excitar a emulação dos alumnos despertando nelles os sentimentos de emulação, brio e elevação dos proprios meritos pela consciencia de valor intellectual; todavia vejo ahi alguma couza de exagerado para a pratica, quando se permitem certas demonstrações exteriores que além de incommodar trazem o espetaculo de meninos arregimentados pelas ruas a darem vivas; o que não parece muito próprio da civilização actual”¹⁴¹.

Vale salientar que a substituição dos castigos físicos por castigos morais são sinais do avanço do processo civilizador em curso também na sociedade alagoana. A aplicação de novas técnicas disciplinares, tais como o vexame, o elogio público e o desenvolvimento dos sentimentos de vergonha e embaraço, constituem a regulamentação da disciplina do aluno, bem como a assimilação das atitudes ditas civilizadas. Para Elias (1993), os sentimentos de vergonha e embaraço surgem do medo da degradação social ou do gesto de superioridade de outrem, o que indicaria uma situação de inferioridade ou fragilidade. Desta feita, na relação de interdependência o individuo entra em choque com os outros e consigo mesmo, reconhecendo-se inferior.

[...] Teme perder o amor e respeito dos demais, a quem atribui ou atribuiu valor. A atitude dessas pessoas precipitou nele uma atitude dentro de si que ele automaticamente adota em relação a si mesmo. E é isso o que torna tão impotente diante de gestos de superioridade de outras pessoas que, de alguma maneira, deflagram nele esse automatismo (ELIAS, 1993, p. 242).

Nesse sentido, desenvolve-se uma civilização da conduta em contraposição a diminuição do medo físico. Os sentimentos de vergonha e embaraço são, portanto, a consolidação da economia das pulsões que o indivíduo exerce sobre si mesmo. Em suma, são expressões do autocontrole. Tal autodomínio era algo requerido dos alunos do Liceu Provincial. Conforme fica evidenciado, o controle das pulsões na instituição era estendido de forma racionalizada pela aplicação das novas técnicas de disciplinamento, a partir da aplicação dos castigos morais e do desenvolvimento dos sentimentos de vergonha e embaraço.

Importante salientar que ao mesmo tempo em que o ambiente escolar era um espaço disciplinador, de formação moral, apropriação de valores princípios e normas, era também lugar de transgressão, rupturas e indisciplinas, que, em geral, eram concretizadas fora da sala

¹⁴⁰ Não foi possível ter acesso a esse plano.

¹⁴¹ Arquivo Público de Alagoas. Ofício nº 190/1858. Cx. 0064.

de aula (ARRIADA; NOGUEIRA; VAHL, 2012). Por vezes, a mocidade liceísta figurava as matérias de jornais em razão de suas anarquias. Nota da Gazeta de Notícias de 1882 chamava a atenção da polícia para os abusos praticados pelos alunos na porta da Estação Telegráfica:

Chamamos a atenção da policia por o abuso intoleravel que praticam certos estudantes dos Lycêo desta capital, que reunidos na porta da Estação telegraphica perturbam o serviço d'aquela repartição, dando vaias tremendas nos transeuntes, apedrejando os carteiros, commetendo immoralidades e praticando desatinos que só digno da casa de correcção.

O digno Chefe da Estação Telegraphica, já desesperado de suportar aquella troça de moços desbriados e meninos malcreados, que se accumulam na frente da estação, sem o menor acatamento a ninguém absolutamente, pretende retirar-se com brevidade de tão incommoda vizinhança, alugando uma casa longe do Lycêo.

Que miseria! Já que o pais ou directores de moços tão detestaveis não os cohibem, valha-nos a policia em emergências taes! (GAZETA DE NOTÍCIAS, 1882, p. 2).

Quanto à questão da *incrível indisciplina* dos liceístas, apontada por Duarte (1961), Silva (2009) salienta que na *História do Liceu Alagoano* a mocidade é apresentada como uma fase de perigo, caracterizada pelo desregramento. Segundo ela, há uma contradição nas falas do autor que elogia a criação do jornal *O Lyceista Alagoano*, como se fosse a primeira iniciativa verdadeiramente literária do periodismo estudantil alagoano e, por outro lado, os responsabiliza por um evento tão marcante na história do ensino secundário alagoano, que foi a extinção do Liceu. Por fim, Silva (2009) argumenta que a indisciplina não pode ser como algo naturalizado, como se a mocidade fosse essencialmente indomável, pois essa visão seria a-histórica. Nesse sentido,

[...] tanto o poder exercido por quem representa as normas da instituição quanto o exercido por quem as questiona, melhor poderiam ser compreendidos como algo que emerge das relações sociais, de suas configurações históricas, e não como algo naturalizado, estático sempre ali a agir à revelia das consciências humanas e do contexto societário [...] (SILVA, 2009, p. 100).

Não foi possível precisar se *O Lyceista Alagoano* teve vida longa. Entretanto, deve ter tido uma circulação regular. E, enquanto tratava somente da literatura e da recreação teve uma boa recepção, quando passaram à crítica, logo foram perseguidos e tachados de indisciplinados, desordeiros e peraltas. É provável que o jornal estudantil tenha desaparecido após esses contratempos ou que seu fim tenha se dado com a extinção do Liceu, em 1861.

Barros (2005a) assegura que os alunos do Liceu Provincial criaram outro periódico denominado *Estrela D'alva*. Surgido por volta do ano de 1868, os primeiros números do jornal foram impressos na Tipografia do Progressista, de Felix da Costa Moraes, os demais na Tipografia Partido Liberal. Não foi possível a esta pesquisa ter acesso a algum exemplar desse impresso.

5 OS SABERES ESCOLARES NO LICEU PROVINCIAL: TEXTOS, MANUAIS E COMPÊNDIOS

A seção apresenta um panorama dos saberes disseminados nas cadeiras de Gramática Nacional e Análise dos Clássicos Portugueses, Gramática Latina, Gramática Francesa e Geografia, Cronologia e História do Liceu Provincial das Alagoas, por meio da análise dos textos, compêndios e manuais didáticos utilizados na Instituição. A escolha dessas cadeiras deu-se porque elas formam o tronco do que era considerado ensino humanístico. Saliento que não pretendo analisar todas as obras, o que seria um trabalho exaustivo e pouco profícuo.

Destaco, ainda, a intervenção dos professores alagoanos na produção desses saberes, uma vez que, alguns deles, publicaram compêndios os quais também eram empregados no ensino. Considero importante o estudo dessas obras tendo em vista que elas eram difusoras de valores morais e patrióticos, bem como constituíram um papel considerável na formação e configuração de uma elite intelectual, política e administrativa na Província.

O estudo das disciplinas escolares constitui um dos mais novos campos de pesquisa na área da história da educação. Essa nova proposta de análise, que tem o historiador francês André Chervel como um dos principais nomes, vem dando um novo olhar sobre os conteúdos veiculados e apropriados na escola.

Importante ressaltar que o termo “disciplina escolar” no sentido de categorizar matéria, conteúdo de ensino ou conjunto de conhecimentos não era usual no século XIX. Na documentação analisada sobre as cadeiras avulsas ou mesmo sobre o Liceu, por exemplo, não encontrei a nomenclatura com essa ideia. Chervel (1990) lembra que o termo disciplina no século XIX era somente usado para designar a vigilância e a regulação das condutas para manutenção da ordem nos estabelecimentos de ensino. Ainda segundo o autor, nos primeiros decênios do século XX o termo ganhou o sentido de disciplinar a mente, disciplinar o espírito, como sinônimo de uma ginástica intelectual, “[...] quer dizer de lhe dar os métodos e as regras para abordar os diferentes domínios do pensamento, do conhecimento e da arte” (CHERVEL, 1990, p. 180). Em seguida, o termo perdeu força e passou a indicar somente as matérias de ensino.

Via de regra, as expressões usadas no Dezenove para designar os conteúdos do ensino eram: aula, cadeira, lição, matéria. Ao analisar dicionários do século XIX, Arriada (2007) assegura que os termos eram definidos da seguinte forma:

O dicionário de Antônio Moraes (1831) designa, quanto à matéria: “O traslado da escrita nas escolas”; lição: “A porção que o discípulo deve dar sabida, em qualquer

estudo de ciências”, e ainda dar lição: “fazer explicação, ensinar certa parte de algum estudo”. Em relação à cadeira, somente a idéia de assento.

Por sua vez, o dicionário de Fonseca e Roquete (1848), definem: cadeira: “cátedra do professor, o seu exercício”; lição: “instrução que dá o mestre a seus discípulos, o que lhes dá para estudarem d’uma vez”; matéria: “assunto; cópia de escrita”.

Quase ao findar o século XIX, o dicionário de José de Carvalho e João de Deus (1895), contempla um conceito próximo ao uso atual de disciplina, para cadeira: “disciplina a cargo do professor”; lição: “o que o aluno estuda cada dia para dar conta ao professor”; matéria: “assunto, cópia, translado”. Agora sim, o conceito de disciplina se aproxima ao de conteúdo, matéria. Consta, nesse dicionário, para disciplina: “cada um dos estudos”.

Além desses, também eram usados certos termos, que se aproximam da idéia de disciplina: “Todos estes (refere-se a professor, lente ou catedrático) ensinam em público uma ciência ou faculdade” (ARRIADA, 2007, p. 224-225).

Essas questões lexicográficas são pertinentes no sentido em que fazem parte do instituto disciplinar. Entretanto, para o domínio dos conteúdos de ensino, Chervel (1990) parte do pressuposto que a escola é criadora e não uma simples reprodutora de saberes construídos fora dela, uma vez que as disciplinas escolares são entidades autônomas. Para ele, por exemplo,

[...] a “teoria” gramatical ensinada na escola não é expressão das ciências ditas, ou presumidas de “referência”, mas que ela foi historicamente criada pela própria escola, na escola e para a escola [...]. Em segundo lugar, o conhecimento da gramática escolar não faz parte – com exceção de alguns conceitos gerais como o nome, o adjetivo ou o epíteto – da cultura do homem cultivado [...] (CHERVEL, 1990, p. 181).

Nesse sentido, os saberes escolares são produzidos dentro da escola, a partir de suas relações com a cultura escolar. Portanto, a escola não pode ser concebida como uma simples reprodutora de valores, pois, ainda que se aproprie do saber científico, o saber escolar configura-se em um outro tipo de saber, produzido e moldado pela própria escola e por sua cultura.

No Liceu Provincial das Alagoas, por exemplo, alguns professores do período estudado produziram manuais e compêndios para o uso dos alunos liceístas, bem como para as escolas primárias e para a Escola Normal. Dentre alguns nomes desses professores é possível citar: Francisco Jose da Silva Porto, com o seu *Compendio Resumido de Grammatica Portuguesa*; José Alexandre Passos, com o *Compendio de Grammatica Portuguesa* (1848); Antônio José Duarte, com *Pontos de Aritmética* (1875) e *Apostilas de Aritmética elementar: curso completo* (1884); Thomas do Bomfim Espíndola, com *Elementos de Geographia e Cosmographia* (1874); Manoel Baltazar Pereira Diegues Junior, com *Curso de Língua Nacional* (1876), *Compêndio de Geografia e Cosmografia* (1890) e *Curso de Língua Nacional: theoria das proposições* (1893).

Determinava o Estatuto do Liceu, em seu Art. 66, que a Congregação deveria apresentar em Rea anual a relação de livros e objetos necessários para as aulas na Instituição. Duarte (1963) atesta que no Ofício nº 31, de 3 de novembro de 1849, o Diretor do Liceu das Alagoas, Fernando Affonso de Mello, enviou ao Presidente da Província das Alagoas, José Bento da Cunha Figueiredo, a relação das obras adotadas aprovadas pela Congregação do Liceu para o ano de 1849. Segue a transcrição do ofício:

Compendios interinamente adoptados pela Congregação para se explicarem as diferentes Materias que se ensinão no Lycêo desta Cidade.

Grammatica Nacional e Analyse dos Classicos Portugueses.

O Resumo da Grammatica de Jeronymo Soares Barbosa,
A vida de D. João de Castro, por Jacinto Freire,
Os Luziadas de Camões.

Grammatica Latina

O Compendio do Pe. Antônio Pereira,
A Grammatica de José Vicente de Moura,
A Historia Sagrada,
Cornello,
As Fabulas de Phedro,
Salustio,
Virgilio,
Tito Lívio.

Grammatica Franceza

O Compendio de Emile Sevêne,
Telemaco por Fenelon,
As Fabulas de La Fontaine

Grammatica Ingleza

A Grammatica de Constancio,
A Historia da Grecia por Goldsmith,
O Paraíso perdido por Milton.

Geometria

Os Compendios de La Croix.

Rhetorica e Poetica

Os Compendios de Francisco Freire de Carvalho.

Filosofia

Os Compendios de Ponelle.

Geografia, Chronologia e Historia

O Compendio de Justiniano José da Rocha,
O Compendio de Julio Franck,
O Compendio de José Saturnino da Costa Pereira.

Maceió, na Secretaria do Lycêo, 2 de Novembro de 1849.

Francisco José da Silva Pôrto Secretario do Lycêo (Duarte, 1963, p. 39-42, grifos meus).

Conforme Relatório do então Diretor da Instrução Pública e do Liceu, José Correia da Silva Titara, de 1854, até aquele ano, os compêndios não haviam sido comprados pelo governo provincial. Por isso, para realização dos exames era necessário que os mesmos fossem tomados de empréstimo. Afirmava o diretor:

É notavel que havendo no Estatuto de 4 de Julho de 1849 a obrigação imposta à Congregação pelo artigo 66, de apresentar por ocasião do seu Relatório, a nota ou lista dos livros de que se houver mister para as aulas, não haja no Archivo da respectiva Secretaria um só exemplar de algum dos compendios admitidos nas mesmas aulas! Para os exames de todo o genero os livros se pedem por emprestimo: entretanto que o artigo 22 da Lei, que creou o Lyceo, autorisa a Presidencia da Provincia para estas e outras despesas semelhantes.

Sendo pois urgente, breve levarei ao conhecimento de V. Ex.^a uma lista dos livros mais necessarios, a fim de que possa ser attendida, como for conveniente; convido talvez ser o Corpo Ligislativo [sic] Provincial ulteriormente prevenido sobre a designação de uma quota sufficiente para despesas desta ordem, attendendo-se que tudo isto tende a melhorar o actual estado de cousas em tanto dismantelo a todos os respeito (ALAGOAS, Relatório, 1854, p. 10).

Crítica semelhante fez Ignacio Joaquim Passos Junior, em 1858. Ao propor melhorias para o Gabinete de Leitura, reclamou da pouca quantidade de compêndios existentes na livraria para as aulas do Liceu, o que considerou algo inexplicável, tendo em vista os cuidados que o governo provincial deveria ter com a instrução pública. Conforme o professor do Liceu e arquivista do Gabinete:

Os livros do lyceo estão reunidos aos do gabinete: sobre isso levo attenciosa consideração de V. S.^a o seguinte.

V. S.^a sabe que é sumamente escaça essa livraria do unico estabelecimento litterario da provincia: este facto é inexplicavel, e ou ha boa vontade dos poderes provinciaes dar incremento á instrucção publica e então na forma da lei todos os professores devem pedir as principaes obras classicas ja precativas ja consultivas ou não há boa vontade nos poderes provinciaes de dar incremento á instrucção publica e então (para a honra do seculo) se deve salvar da dormencia esses poderes á força de muito materla-se-lhes os ouvidos, lembrando-lhes o mais sagrado e augusto dos deveres, o preceito divino, philosophico e moral – aperfeiçoa-te! E bem se sabe que illustração do espirito é o unico meio que nos pode guiar áquelle glorioso fim.

D'estarte o gabinete pouparia a compra de 200 ou 300 volumes, dos livros tendentes ao ensino das 8 aulas, e compraria quando podesse os de outro genero.

Demais os livros que terão seu inventario á parte podem ser franqueados aos estudantes provectos, durante o espaço lectivo dos dias uteis ou nos de folga.

A todo custo derramem-se as lues da razão por qualquer modo possivel! (DIÁRIO DAS ALAGOAS, 1858, nº 12, p. 3).

Vale frisar que não foi possível verificar até que ano vigorou a adoção dos textos, manuais e compêndios listados no Ofício nº 31, de 3 de novembro de 1849, apresentados por Duarte (1961). A documentação a que tive acesso demonstra que algumas modificações, em relação aquela listagem inicial, foram feitas para os anos letivos de 1858 e 1859, nas quais

passa a figurar, por exemplo, a obra do professor de Gramática Nacional do Liceu das Alagoas, Francisco José da Silva Pôrto.

As notas extraídas das atas das sessões da Congregação do Liceu dos dias 30 de janeiro de 1858 e 31 de janeiro de 1859 informam que os compêndios adotados para aqueles anos letivos seriam os seguintes:

QUADRO 19 – Compêndios para os anos letivos de 1858 e 1859

Cadeira	Compendio
Grammatica Nacional e Analyse dos Classicos Portuguezes	Compendio Resumido de Grammatica Portuguesa do Dr. Francisco José da Silva Pôrto.
Grammatica Latina	Compendio do Pe. Antonio Pereira (para grammatica); Historia Sagrada, Tito Livio, Historia Romana, Orações Escolhidas de M. T. Cicero e Horacio (para tradução).
Grammatica Ingleza	Os compendios de Pereira Rego (para grammatica); A Historia da Inglaterra por Goldsmith e Thompson (para tradução).
Grammatica Franceza	O compendio de Sevene (para grammatica); Telemaco, Lafontaine e a Selecta de Roquete (para tradução).
Geografia, Cronologia e Historia	O compendio do Abbade Gaultier (para Geografia); o de Abreu e Castro (para Cronologia); e o de Gottofredo e Roquete (para Historia).
Rhetorica	Freire de Carvalho.
Geometria	O compendio de Ottoni (para Aritmetica e Algebra); o de Euclides e o de Ottoni (para Geometria).
Philosophia	O compendio de Charma.

Fonte: Autor. Adaptado de: Arquivo Público de Alagoas. Nota extraída da acta da sessão do dia 30 de janeiro de 1858. Cx. 0064; Arquivo Público de Alagoas. Nota extraída da acta da sessão do dia 31 de janeiro de 1859. Cx. 0059

No dia 31 de janeiro de 1860, a Congregação do Liceu reuniu-se e deliberou sobre os compêndios que seriam adotados para aquele ano. Conforme Ofício nº 21, de 3 de fevereiro de 1860:

Quanto aos compendios assertarão que se devia lecionar nas differentes aulas pelos livros seguintes, a saber: a de de Grammatica portugueza – o compedio de de J. A. Passos, analyse – Constituição politica do Imperio, Vida de D. João de Castro e Luziadas de Camoes;
 Latim – a arte do Padre Antonio Pereira, para grammatica, em prosa – compendio de Historia Sagrada, orações de Cicero e Tito Livio, em poesia – Eneidas de Virgilio e Odes de Horacio;
 Francez – para grammatica Sevene, para prosa Telemaco, e verso Fabulas de La Fontaine;
 Inglez – para grammatica o compendio de Pereira Rego, para tradução em prosa Historia da Inglaterra por Goldsmith, e em verso as Estações de Thompson;
 Arithmetica, Algebra e Geometria – os tres compendios de C. Ottoni;
 Geographia, Chronologia e Historia – Abbade Gaultier para a 1ª, Abreu e Castro para a 2ª e Gottofredo e Roquette para a 3ª;
 Rhetorica – o compendio de Freire de Carvalho;
 Philosophia – o compendio de Charma¹⁴².

¹⁴² Arquivo Público de Alagoas. Ofício nº 21, de 3 de fevereiro de 1860. Cx. 4897.

Por Ofício nº 53, de 6 de março de 1860, Silva Titara informou que para a aula de Gramática Francesa a Instituição estava utilizando “[...] além dos livros já adoptados, a selecta franceza por J. I. Roquette [...]”¹⁴³.

Poucas foram as mudanças para o ano seguinte, conforme Ofício nº 20, de 8 de fevereiro de 1861, no qual consta a listagem das obras para aquele ano, “[...] compendios são os mesmos adoptados no anno que há pouco findou havendo somente a differença na adopção de Bourgain na aula de francez e Balbi na de philosophia”¹⁴⁴.

Em expediente de 1º de dezembro de 1860, publicado no *Diário das Alagoas*, de 11 de dezembro de 1860, o Presidente da Província, Pedro Leão Veloso, autorizou ao Diretor da Instrução Pública, Silva Titara, receber os livros para o Liceu Provincial, comprados na Europa pelo Barão de Jaraguá. Solicitou ainda à presidência listagem das obras e volumes recebidos. A resposta da direção da instrução pública deu-se por meio do Ofício nº 331, de 13 de dezembro de 1860:

Em consequencia da ordem de V. Ex.^a constante do seo officio nº 204 do 1º deste mez, recebi do Ex.^{mo} Barão de Jaraguá os livros constante da relação que a este acompanha assignada pelo Secretario desta Diretoria e por mim rubricada; sendo o numero dos livros 324, como verá V. Ex.^a da mesma relação. Forão os que delle recebi, sendo por mim proprio arrolados, conferidos e classificados.

Tendo eu já a ordem de V. Ex.^a para mandar construir dous armarios para acondicionamento dos mesmos livros, espero que estejam promptos, segundo me assegurou o marceneiro a quem encomendei, por todo o mez de janeiro, quando muito. Entretanto ficarão depositados sobre mezas, tratados com zêlo e cuidado que é possivel¹⁴⁵.

No referido ofício, conservado no Arquivo Público de Alagoas, não consta o anexo, citado por Silva Titara, com a relação das 324 obras trazidas pelo Barão de Jaraguá. No entanto, é razoável supor que se trate de algumas obras adotadas nas aulas do Liceu, uma vez que a compra foi feita com este fim.

Informou o Presidente da Província, em nota do *Diário das Alagoas*, de 11 de janeiro de 1861, que já se encontrava com a lista das obras, bem como aprovava as medidas para conservação das mesmas. Essas medidas diziam respeito à confecção de “[...] dous armarios de boa madeira e envidraçados para acondicionamento dos livros que chegaram ultimamente da Europa para o Lycêo por encomenda feita ao Barão de Jaraguá [...]”¹⁴⁶. No mesmo periódico, datado de 22 de janeiro de 1861, Pedro Leão Veloso, autorizou abertura de “crédito

¹⁴³ Arquivo Público de Alagoas. Ofício nº 53, de 6 de março de 1860. Cx. 4897.

¹⁴⁴ Arquivo Público de Alagoas. Ofício nº 20, de 8 de fevereiro de 1861. Cx. 1251.

¹⁴⁵ Arquivo Público de Alagoas. Ofício nº 331, de 13 de dezembro de 1860. Cx. 4897.

¹⁴⁶ Arquivo Público de Alagoas. Ofício nº 327, de 11 de dezembro de 1860. Cx. 4897.

extraordinário” destinado a pagar ao mencionado barão a importância gasta na compra de “livros clássicos, perceptivos e consultivos”.

Segundo Duarte (1961), em 1866, as obras adotadas foram: Aritmética de Colaço, a Gramática portuguesa de José Alexandre Passos e de Salvador Henrique, a Gramática francesa e a Seleta francesa de Roquette, a Gramática francesa de Bourgain, a Geografia de Pompeo, Gabriel Lambert, as Fábulas de La Fontaine, ilustradas por Karl Girardet, e a Aritmética de Rezout.

Nas obras listadas acima, para os anos 1849, 1858, 1859, 1860, 1861 e 1866, fica evidenciado o peso do ensino humanístico na formação do liceístas. A quantidade de obras clássicas adotadas, sobretudo, no ensino do latim e do francês, denota importância desse tipo de ensino para a inculcação de valores e saberes, bem como a disseminação de uma cultura dita superior, que socialmente servia de distinção entre os grupos.

Baseado nas fontes ora apresentadas, lançarei a flecha usando a metáfora de Julia (2001) e tratarei nas próximas subseções justamente a respeito desses saberes, valores e culturas veiculados no Liceu das Alagoas.

5.1 O ensino da *Grammatica Nacional e Analyse dos Classicos Portuguezes*

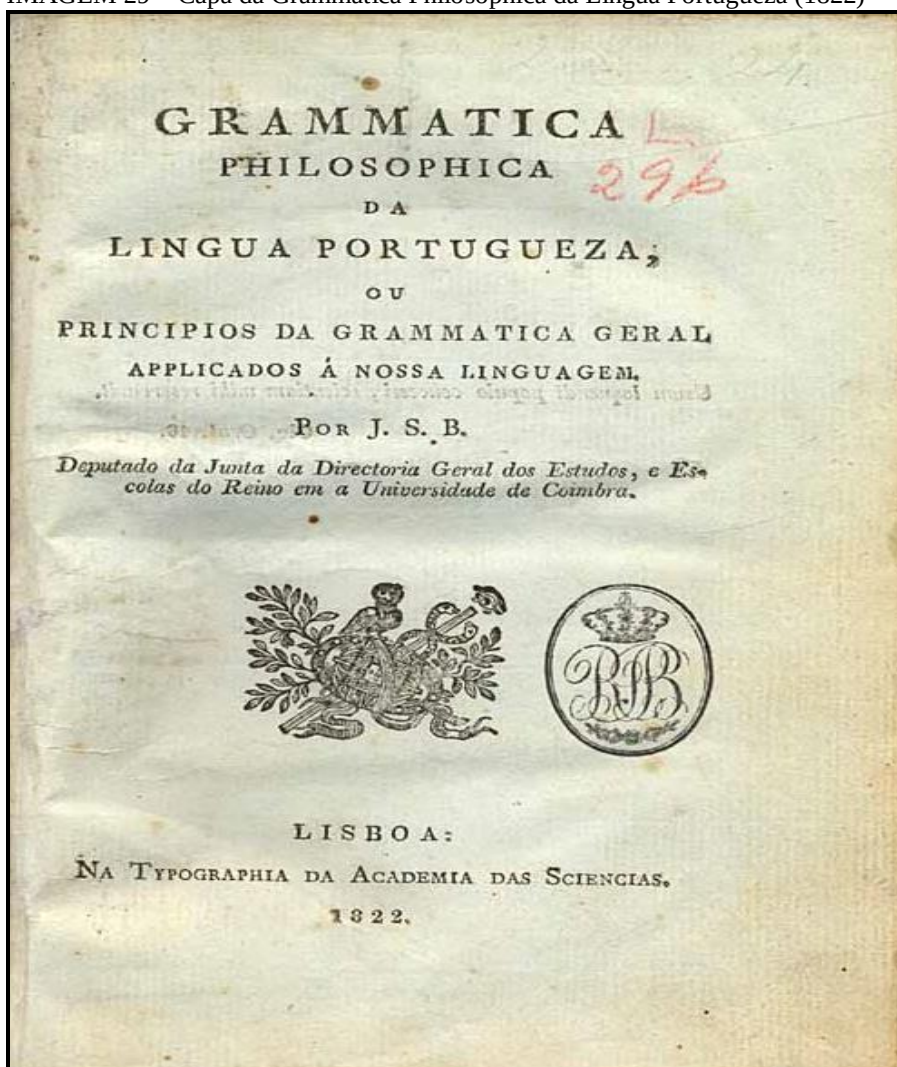
A cadeira de *Grammatica Nacional e Analyse dos Classicos Portuguezes* foi criada na fundação do Liceu, pela Lei nº 106, de 5 de maio de 1849. Seu primeiro catedrático foi o médico Francisco José da Silva Pôrto, que lecionou até 13 de outubro de 1858, quando faleceu¹⁴⁷.

Conforme lista apresentada por Duarte (1963) um dos compêndios para a Gramática Nacional utilizados na abertura dos trabalhos foi o *Resumo da Grammatica de Jeronymo Soares Barbosa*. Possivelmente trata-se da obra póstuma *Grammatica Philosophica da Lingua Portuguesa* ou *Principios da Grammatica Geral Applicados á nossa Linguagem* (1822)¹⁴⁸, que durante o século XIX teve mais seis edições (1830, 1862, 1866, 1871, 1875, 1881), impressas e publicadas pela *Typographia da Academia Real das Sciencias* de Lisboa. Vale salientar que a gramática de Jeronimo é até hoje considerada uma das melhores da língua portuguesa (COELHO, 2014).

¹⁴⁷ Arquivo Público de Alagoas. Nota da assiduidade dos professores do Lycêo no mez de outubro de 1858. Cx. 0064.

¹⁴⁸ A obra encontra-se integralmente digitalizada no site da Biblioteca Nacional de Portugal no link: <http://purl.pt/128/1/index.html#/1/html>. A obra foi reeditada em 2004, numa edição fac-similada da 1ª edição por Amadeu Torres.

IMAGEM 29 – Capa da Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza (1822)



Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal. <http://purl.pt/128/1/index.html#/4/html>

O autor do compêndio, Jeronymo Soares Barboza, era filho de Manuel Freire de S. Lázaro e de Violante Rosa Soares, nasceu em Ansião, Portugal, no ano de 1737. Tendo sido educado no seminário episcopal de Coimbra, foi ordenado presbítero em 1762. No ano de 1766, passou a atuar como professor de Retórica e Poética no Colégio das Artes de Coimbra. Foi ainda sócio correspondente da Academia das Ciências de Lisboa (1799) e deputado da Junta da Diretoria Geral dos Estudos (1800). Seu falecimento deu-se a 5 de janeiro de 1816, em São João de Almedina, Coimbra (COELHO, 2014).

A primeira edição da Gramática Filosófica apresenta o formato *in quarto* e está dividida em quatro livros, subdivididos em capítulos, distribuídos em 451 páginas. O primeiro livro trata da *Da Orthoepia ou Boa Pronunciação da Lingua Portugueza*, o segundo *Da Orthographia, ou boa Escriptura da Lingua Portugueza*, o terceiro *Da Etymologia, ou Partes da Oração Portugueza*, e o quarto *Da Syntaxe e Construcção*. Para Barboza:

GRammatica é a arte de falar e escrever correctamente a propria Lingua. A Lingua compõe-se de Orações, as Orações de palavras, as palavras de sons articulados, e tudo isto se figura aos olhos, e se fixa por meio da escriptura.

Daqui as quatro partes naturaes da Grammatica, a saber: a *Orthoepia*, que ensina a distinguir, e a conhecer os sons articulados, proprios da Lingua, para bem os pronunciar;

A *Orthographia*, que ensina os signaes Litteraes, adoptados pelo uso, para bem os representar;

A *Etymologia*, que ensina as especies de palavras, que entram na composição de qualquer Oração, e analogia de suas variações e propriedades geraes;

E a *Syntaxe* finalmente, que ensina a coordenar estas palavras e dispor-as no discurso de modo, que façam hum sentido, ao mesmo tempo distincto, e ligado: quatro partes da Grammatica Portuguesa, que farão a materia dos quatro Livros desta obra (BARBOZA, 1822, p. 1).

Ao estudar a *Grammatica Philosophica*, Lopes (1986-1987) afirma que o compêndio insere-se como expressão da ideologia das Luzes no contexto de embate entre as ideias absolutistas e o Iluminismo. A gramática de Soares Barboza era argumentativa e contrariava a aplicação mecânica das regras gramaticais. Por isso, caiu como “[...] uma bomba naquele meio acostumado a conviver com a caturrice intransigente da velha gramática normativa, e com o dogmatismo sentencioso da gramática expositiva [...]” (LOPES, 1986-1987, p. 38). O autor conclui que

[...] o fato é que a despeito de todas as imperfeições que ali se possam rastrear – e que representam, em partes dificilmente discerníveis, tanto a contribuição pessoal de SB quanto a contribuição, também generosa, da *Grammaire générale et raisonnée* de Port Royal – está fora de dúvida que a *Grammatica Philosophica* não só compendiou de modo exemplar a melhor ciência linguística de seus dias, como elaborou, assim fazendo, o protótipo iluminista da primeira gramática gerativa da língua portuguesa. E, a esse título, ela ficará (LOPES 1986-1987, p. 50).

A lista de obras para os anos letivos de 1858 e 1859 indicava a utilização, para o ensino da Gramatica Nacional, do *Compendio Resumido de Grammatica Portuguesa* de Francisco José da Silva Pôrto, professor daquela cadeira no Liceu. Não foi possível a esta pesquisa localizar a referida obra.

Outro professor do Liceu que publicou sua própria obra para o ensino da Gramática Nacional foi o filólogo alagoano José Alexandre Passos. Passos publicou um *Compendio de Grammatica Portuguesa*¹⁴⁹, que foi utilizado no Liceu. Em documento datado de 27 de abril de 1846, Passos solicitou ajuda do governo provincial para imprimir o seu compêndio. Segue a transcrição da solicitação:

Jozé Alexandre Passos tendo havendo composto, especialmente para uso das Escolas, o Compendio de Grammatica Portuguesa que junto offerece á sabia consideração de V. Ex^{cia}., não tem podido conseguir a sua impressão por falta de

¹⁴⁹ Trata-se da obra: **Compendio da grammatica portugueza pelo methodo analytico**, etc. Rio de Janeiro, na Tip. de M. A. da Silva Lima, 1848, 111 p.

meios; e como pelo § 3º do artº. 1º da lei nº 35 de 12 de dezembro do anno pº. pº., se manda despende a quantia de 300\$000 rs. com a compra de semelhantes compêndios, e o do Suppº. já foi approvedo pela Commissão de Instrucção Publica na sessão da Assembléa Provincial em 184[Ilegível] como se vé do Parecer junto por certidão, vem o mesmo Suppº. implorar a V. Ex^{cia}. Se digne mandar-lhe prestar sob fiança a dita quantia de 300\$000 rs. A fim de poder ele imprimir o referido Compendio, restituindo essa importancia em o numero de exemplares que pela Thesouraria Provincial for avaliado com audiencia do Suppº., para serem distribuidos pelas Aulas da Provincia.

O Suppº., confiado no quanto V. Ex^{cia}. Deseja e se empenha pelo melhoramento da instrucção publica, e properidade de todos os seus governados, espera obter a graça que pretende; e

P. a V. Ex^{cia}. Haja por bem definir-lhe.

Maceió 27 d'Abril de 1846.

Jozé Alexandre Passos¹⁵⁰.

Passos solicitou ainda a benignidade dos seus comprovincianos na aquisição dos compêndios em pagamento adiantado para que pudesse quitar as despesas com a obra. Em anúncio no periódico *O Correio Maceioense*, de 15 de agosto de 1850, dizia-se:

Na loja de Paulo Joaquim Telles Junior, nesta cidade, subscreve-se para o Compendio de Grammatica Portuguesa organizado por José Alexandre Passos, cujos exemplares estarão á venda na mesma loja até ao meado do próximo mez de setembro; sendo o preço de cada exemplar, para os assisgnantes – 1\$500 rs., e para os não forem – 2\$000 reis.

Achando se concluida a impressão na côrte do Rio de Janeiro, e tendo o autor de fazer a ultima remessa da importância das despesas, espera de da benvolencia de seus comprovincianos que se digne de coadjuva-lo com as assinaturas que lhes convier, as quaes se receberão sómente até o fim do corrente mez, sendo o pagamento adiantado e com uma cautela firmada pelo autor. Qualquer subscrição anterior ainda não paga fica sem validade (O CORREIO MACEIOENSE, nº 35, 1850, p. 4).

Pelo Ofício nº 216, de 28 de outubro de 1861, o então Diretor da Instrução Pública, José Correia da Silva Titara, informa que o autor desejava retirar da Secretaria 150 exemplares das 1ª e 2ª edições, os quais venderia para pagar os custos da 3ª edição, bem como, iria repor os exemplares retirados com os da nova publicação. Ao pedido manifestou-se Silva Titara desta forma: “[...] supponho não haver perigo nesse emprestimo, por que o suplicante deve ser o maior interessado na extracção da 3ª edição de que tenho falado, mas V. Ex.^a mandará como entender justo”¹⁵¹.

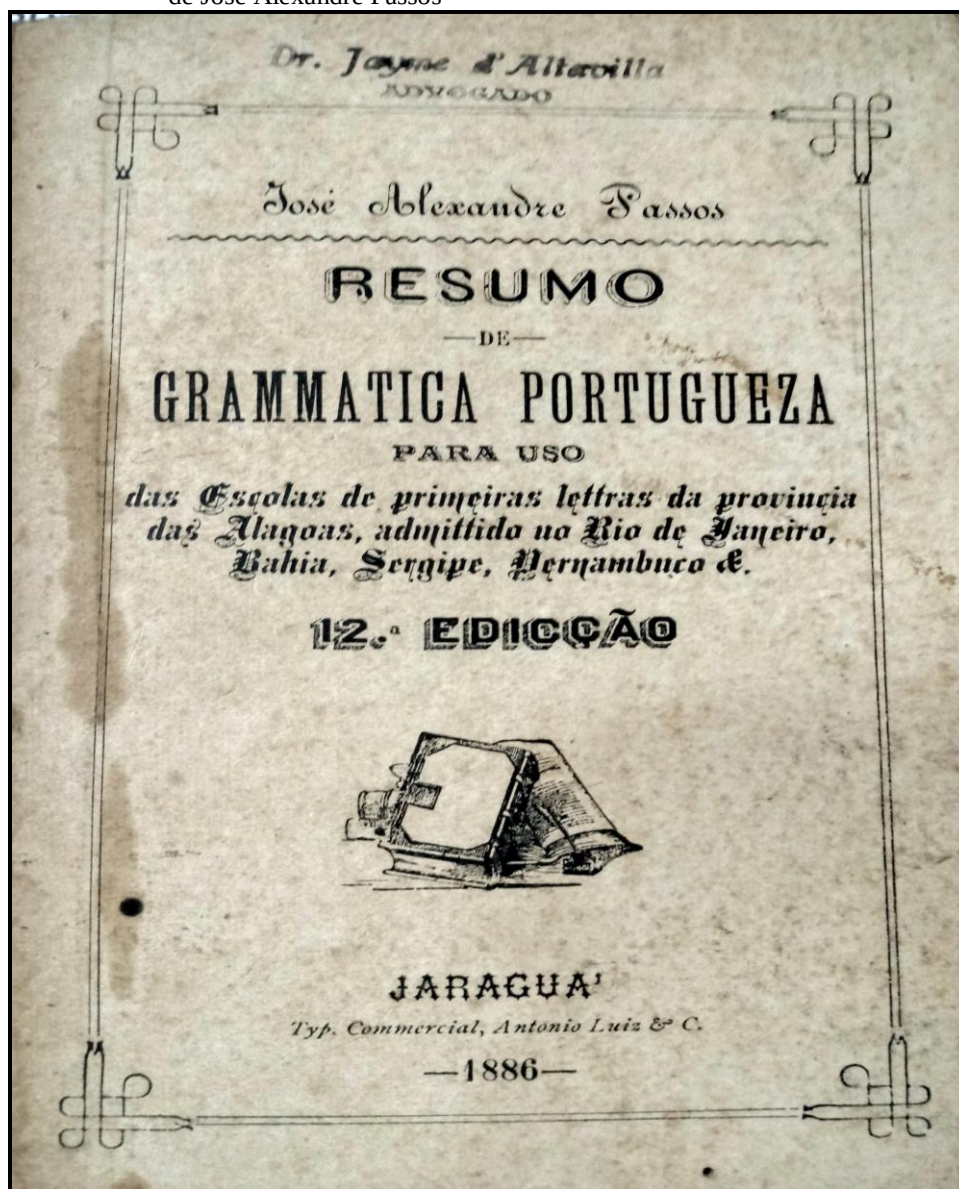
Um anúncio dá conta da venda da *Grammatica Portuguesa de Passos* na casa de João Fernandes, na Vila de São Luiz do Quitunde, Alagoas, em 1883. É possível que a obra fosse adotada no Colégio José de Alencar, localizado naquela vila, considerando anúncio que constava no jornal *A Instrução*, pertencente aquele colégio (A INSTRUÇÃO, nº 2, 1883).

¹⁵⁰ Arquivo Publico de Alagoas. Documento Avulso. Cx. 0060.

¹⁵¹ Arquivo Público de Alagoas. Ofício nº 216/1861. Cx. 1251.

Reconhecendo a necessidade da utilização do seu compêndio nas aulas primárias, Passos reduziu o seu “[...] Compendio de Grammatica Nacional ao indispensável para o ensino nas escolas de primeiras letras [...]” (PASSOS, 1886, p. 1). A 12ª edição dessa síntese, publicada em 1886, recebeu o título de *Resumo de Grammtica Portugueza para uso das Escolas de primeiras lettras da provincia das Alagoas, admitido no Rio de Janeiro, Bahia, Sergipe, Pernambuco, de José Alexandre Passos*¹⁵².

IMAGEM 30 – Capa do *Resumo de Grammtica Portugueza para uso das Escolas de primeiras lettras da provincia das Alagoas, admitido no Rio de Janeiro, Bahia, Sergipe, Pernambuco, de José Alexandre Passos*



Fonte: Biblioteca Pública Estadual Graciliano Ramos

¹⁵² Esta obra pode ser localizada transcrita no site do Grupo de Estudo e Pesquisa História da Educação, Cultura e Literatura, no link: <http://www.cedu.ufal.br/grupopesquisa/cea/gramaticaportuguesa.pdf>.

O *Resumo de Passos* possui 112 páginas, seus parágrafos são numerados e está dividido em quatro partes assim denominadas: *Etymologia*, *Syntaxe*, *Prosodia* e *Orthographia*. Para o autor:

1. GRAMMATICA PORTUGUESA é a arte de Fallar e escrever correctamente a língua portuguesa.
2. Tanto *Fallar* como *escrever* é exprimir os pensamentos com palavras: o que fôrma *orações*.
3. ORAÇÃO é a reunião de palavras que exprime um pensamento ou juízo.
Exemplo: *Eu desejo instruir-me: O saber é util.*
4. De uma ou muitas *orações* se fôrma o *período*, que na escripta sempre termina com um ponto.
5. As principaes especies de palavras de que pôde constar a oração portugueza são sete, a saber à Nome Substantivo e Adjectivo, Verbo e Preposição, Advérbio, Conjucção e Interjeição.
6. A *palavra* consta de uma ou mais *syllabas* e a *syllaba* de uma ou mais *letras*.
7. A materia grammatical se divide em quatro partes: *Etymologia*, *Syntaxe*, *Prosodia* e *Orthographia*.
8. A *Etymologia* ensina a conhecer a natureza de cada palavra, e sua origem ou derivação.
9. A *Syntaxe* ensina a compor ou formar as *orações*.
10. A *Prosodia* ensina a pronunciar as palavras conforme os *sons das letras*, e o *accento* e quantidade das *syllabas*.
11. A *Orthographia* ensina com que *letras* se devem escrever as palavras, assim como a *pontuação* e mais signaes da escripta (PASSOS, 1886, p. 3-4).

No ano de 1867, o *Compêndio da Gramática Portuguesa* do professor José Alexandre Passos adotado para a cadeira de Gramática Nacional recebeu duras críticas do então Inspetor Geral da Instrução Pública, Thomaz do Bomfim Espindola (1832-1889). Em seu Relatório de 1867, Espindola solicita que a Gramática da Língua Portuguesa não seja mais ensinada pelo *Resumo de José Alexandre Passos*, uma vez que para fazer jus ao nome pomposo da cadeira, *Grammatica Nacional e Analyse dos Classicos Portugueses*, era necessária a utilização de obras que representassem essa expressividade. Conforme o Inspetor:

[...] em vez de ser o nome da cadeira de grammatica nacional e analyse dos classicos da língua portugueza um mero luxo, sem correlação entre si e as materias que fazem o objeto do ensino, como tem sido até o presente, virá a ser um nome verdadeiramente expressivo: porque em vez de ensinar-se a grammatica pelo *Resumo* de José Alexandre Passos e a analyse pela Constituição Política do Imperio, por alguns capitulos da Vida de D. João de Castro e algumas estancias das Luziadas de Camoes, no espaço de um anno, o ensino d'esta cadeira se fará em um curso de tres anos distribuídos d'est'arte: – no 1º [...] servindo de compendios para o estudo d'esta a grammatica portugueza de José Maria Latino Coelho, o Novissimo Diccionario de Synonimos de Dr. José Maria de Almeida Corrêa de Lacerda, para leitura a Vida de D. Frei Bartolomeu do Martyres de por Frei Luiz de Souza, as Cartas Selectas do padre Vieira, as Poesias Sacras do padre Caldas; no 2º, [...] os mesmos compendios e mais para a leitura os Sermões Escolhidos do padre Vieira, a Imagem da Vida Christã por Frei Heitor Pinto e para os exercicios analyticos a Selecta Classica Portugueza; e no 3º [...] a grammatica das duas linguas portugueza e latina – comparadas – de Jeronymo Soares Barbosa, os Ensaios de alguns synonymos de D. Frei Francisco de S. Luiz, as Reflexões sobre a lingua portugueza por Francisco Jose Freire [...] Excerpto de Fernão Mendes Pinto, Poesias de Sá de

Miranda, Espistolas de Antonio Ferreira, Genio da lingua portugueza por Francisco Evaristo Leoni, e [...] Castilhos (Antonio e José) [...] (ALAGOAS, RELATÓRIO, 1867, p. 14).

Além de configurar-se em uma disputa intelectual, o veto à obra de José Alexandre Passos fazia parte de uma querela política entre Espíndola, pertencente ao Partido Liberal, e Passos, membro do Partido Conservador.

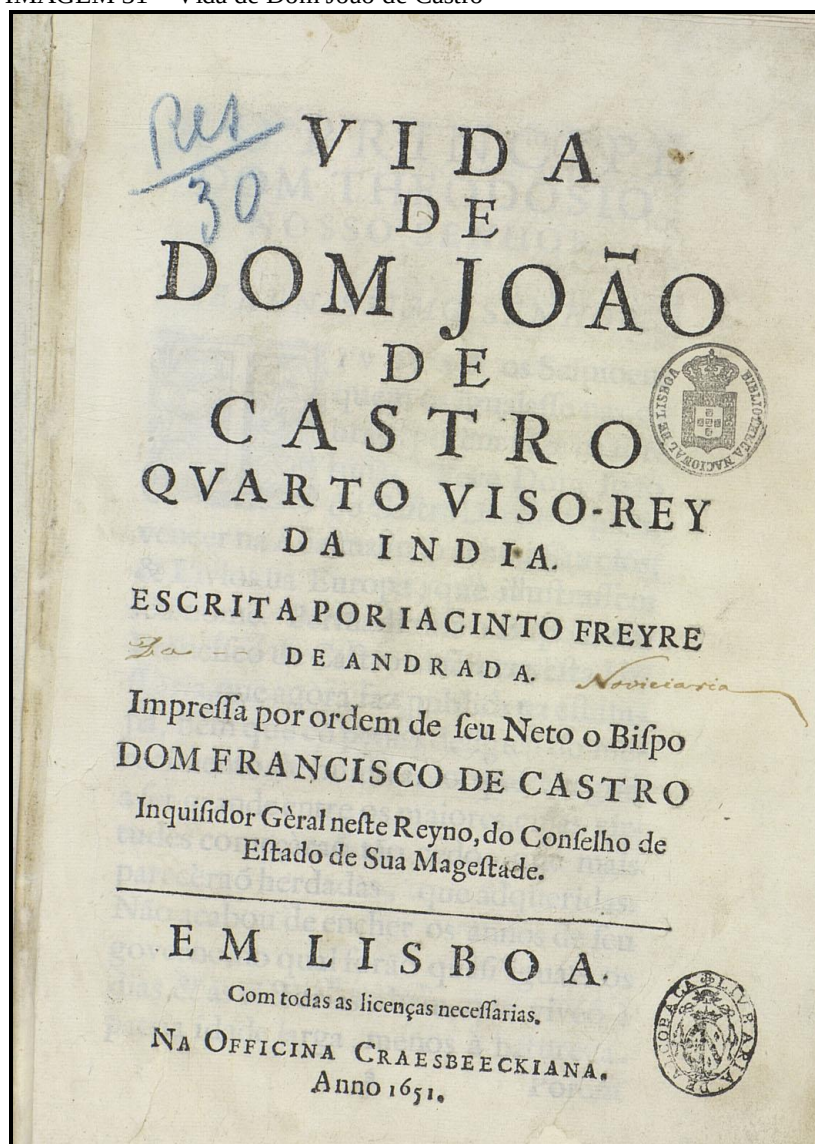
Chartier (1999, p. 8) afirma que “[...] o livro sempre visou instaurar uma ordem; fosse a ordem de sua decifração, a ordem no interior da qual ele deve ser compreendido ou, ainda, a ordem desejada pela autoridade que o encomendou ou permitiu a sua publicação [...]”. Revela-se, então, uma disputa e um jogo de interesses e poder entre os dois professores, prevalecendo o desejo de Espíndola, que na ocasião gozava do prestígio do cargo de Inspetor Geral da Instrução Pública, que lhe conferia poder para censurar a obra de Passos.

De toda sorte, considero importante salientar que José Alexandre Passos e suas obras tiveram projeção nacional, e até hoje estão entre os objetos de estudo de pesquisadores de historiografia linguística, nacionais e internacionais. Dentre os estudos sobre Passos e sua obra destaco: Polachini (2012), sobre o impacto da *Grammaire Générale et Raisonnée de Port-Royal* (1660) no tratamento da sintaxe de gramáticas brasileiras do português do século XIX; Gally (2013), a respeito do tratado de Língua Vernácula de Brício Cardoso; Monaretto (2013), ao tratar do valor fonético das vogais médias postônicas em jornais oitocentistas gaúchos; Ranauro (2015), quando analisa comparativamente a Gramática filosófica de Jerônimo Soares; Lupetti (2015), com seu estudo sobre a gramática racionalista em Portugal no século XVIII; Valente e Azeredo (2017), sobre o tempo e o aspecto verbais na tradição gramatical brasileira.

Outra obra adotada para o ensino da Gramática Nacional foi *Vida de Dom João de Castro quarto Viso-Rey da India*, do padre Jacinto Freyre de Andrada (1597-1657), publicada em 1651. Pelo Ofício nº 28, de 13 de fevereiro de 1858, o Diretor Geral da Instrução Pública, José Correia da Silva Titara, afirmar ter recebido 19 compêndios da *Vida de Dom João de Castro*¹⁵³.

¹⁵³ Arquivo Publico de Alagoas. Oficio nº 28/1858. Cx. 0064.

IMAGEM 31 – Vida de Dom João de Castro



Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal. <http://purl.pt/14251/1/index.html#/1/html>

O mecanismo monopolista característico das sociedades modernas ocidentais, principalmente a monopolização da força física e da tributação é, segundo Elias (2011), a base que sustenta o que chamamos de “Estado”. Estes dois monopólios asseguraram a formação material de um território. No entanto, outros monopólios cristalizam-se em torno dos mencionados, a exemplo dos monopólios da língua e da identidade, os quais se configuram em outros domínios na constituição de uma nação, notadamente de sua unificação e homogeneização. A língua portuguesa traduzia a unidade do território nacional e simultaneamente era a espinha dorsal do aparato simbólico necessário para forjar a nação. Vale também lembrar que a agenda nacionalista estava nas pretensões pombalinas de construção de um moderno império português.

O estudo e ensino da língua nacional (portuguesa) indicam, por conseguinte, a vitória e o controle de um determinado grupo sobre os demais que disputavam o poder no território brasileiro. O dispositivo identitário português se sobrepôs aos demais, sejam eles indígenas, africanos, holandeses, franceses, ingleses. Além disso, a linguagem refinada servia para distinguir camadas superiores e inferiores, bem como para demarcar e delimitar o “nós” e o “eles”, os estabelecidos e os *outsiders*. Desta feita, a formação da identidade nacional teve como pressuposto a monopolização da língua. Nas sociedades de corte, por exemplo, a língua francesa utilizada pelos cortesãos de várias nacionalidades passou a dar lugar às linguagens nacionais burguesas:

[...] os laços entre as sociedades aristocráticas de corte de diferentes nações são lentamente afrouxados, mesmo que nunca cheguem a se romper de todo. **A língua francesa cede lugar, não sem lutas violentas, às línguas nacionais burguesas, mesmo na classe alta.** A própria sociedade de corte torna-se cada vez mais diferenciada, da mesma maneira que acontece com as sociedades burguesas, sobretudo quando a velha sociedade aristocrática perde, de repente e para sempre, seu centro, com a Revolução Francesa. A forma nacional de integração substitui a que se baseava na situação social (ELIAS, 1993, p. 18, Grifos meus).

Nesse sentido, o bom uso da língua e uma linguagem polida e refinada colocavam os egressos do Liceu das Alagoas num patamar superior, distinto, dentro de uma sociedade de grande maioria analfabeta, no qual se evidenciavam as diferenças linguísticas entre os grupos sociais. Na análise de Elias (2011, p. 116), “[...] esse refinamento é distintivo de um grupo relativamente pequeno [...]”, grupo este estratificado e socialmente bem definido, e que decide “[...] dentre todos os argumentos racionais que poderiam ser apresentados para escolhas de expressões, o argumento social, de que algo é melhor porque é usado pela classe alta, ou mesmo por apenas uma elite dela [...]” (Ibid.).

Chervel e Compère (1999) destacam que a formação das classes dirigentes ou abastadas era baseada no ensino da língua, uma vez que ela era condição “[...] necessária à comunicação, à persuasão, suporte indispensável, até mesmo consubstancial, do pensamento [...]” (CHERVEL e COMPÈRE, 1999, p. 149). Além disso, “[...] a língua integra o indivíduo em uma elite, em uma nação, em uma cultura, que ele partilha ao mesmo tempo com seus ancestrais e com seus contemporâneos” (Ibid.).

Essa distinção, que integra o indivíduo à uma elite, poderia ser demonstrada não somente no uso da língua nacional, mas também no uso do latim e, sobretudo, do francês, considerada uma língua refinada, cujos ensinamentos serão temas das próximas subseções.

5.2 O ensino da *Grammatica Latina*

O ensino secundário brasileiro no século XIX, seja ele no modelo de aulas avulsas ou no modelo dos liceus e ateneus, possuía um tronco comum, qual seja: o ensino da gramática latina. A língua do Lácio esteve arraigada à base da escolarização secundária brasileira por pelo menos todo o Dezenove, de tal modo que transcendeu as mudanças políticas, ideológicas, bem como as diversas reformas educacionais ocorridas no Brasil.

Síntese da educação secundária, a cadeira de latim extrapolava o ensino de uma gramática e visava uma educação estética, retórica e eloquente, além de moral e cívica, notadamente, a partir da literatura latina e do estudo de autores clássicos. Nas aulas avulsas ou mesmo nos liceus, a gramática latina gozava de maior prestígio que as demais aulas, seja em relação ao número de cadeiras, de horas dadas por semana ou de alunos matriculados.

No Liceu Provincial, a cadeira de Gramática Latina foi criada junto com a instituição, pela Lei nº 106, de 5 de maio de 1849. Seu primeiro catedrático foi Iago Francisco Pinheiro, que lecionou até 1859. Os compêndios, textos e manuais sugeridos inicialmente para o ensino da cadeira eram: o Compêndio do padre Antônio Pereira, a Gramática de José Vicente de Moura, a História Sagrada, Cornélio, as Fábulas de Phedro, Salústio, Virgílio e Tito Lívio. Nas listas de 1858 e 1859 figuram também: História Romana, Orações Escolhidas de M. T. Cícero e Horácio.

Entretanto, conforme demonstrei na seção segunda, o ensino do latim já se fazia presente na Comarca das Alagoas desde a primeira metade do século XVIII, com as aulas dirigidas pelos religiosos frei Nicolau do Paraíso e frei Manoel de Jesus Maria, no convento franciscano da Vila do Penedo. O primeiro professor público da cadeira (até então localizado) foi João Mendes Sanches Salgueiro, que iniciou lecionando pelo idos 1784. Antes da criação do Liceu, em 1849, várias vilas e cidades da Província das Alagoas contavam com a cadeira, entre elas: Alagoas, Maceió, Atalaia, Penedo, Porto de Pedras e Anadia.

Em 1798, o governador da capitania de Pernambuco, D. Tomas José de Melo, comunica aos professores de Gramática Latina que, por Alvará datado de 4 de setembro de 1797, expedido pelo secretário de estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, eles podem utilizar em suas aulas os compêndios de suas conveniências e que julgam mais úteis e fácieis aos programas de seus discípulos¹⁵⁴.

¹⁵⁴BRASIL. MINC. Pernambuco. Documentação do Projeto Resgate de Documentação Histórica Barão do Rio Branco. Arquivo Histórico Ultramarino – Cx. 201, D. 13754.

Essa determinação de utilização dos compêndios mais simples e mais fáceis está balizada nas ideias das reformas pombalinas, que consideravam a pedagogia jesuítica muito fastidiosa, ao que o Alvará classificava como método antigo. Para Pombal, a aprendizagem deveria reduzir-se aos termos simples, claros e de maior facilidade, como já se praticava nas demais nações europeias. Nesse sentido, a reforma fazia o elogio do ensino rápido, ainda que mantivesse as cadeiras ministradas nos colégios jesuítas (RAMOS DO Ó, 2009).

Saliento ainda que o conceito de curso rápido foi de grande valia para o sucesso dos colégios particulares, uma vez que o ensino liceal ficou associado a algo enfadonho e maçante pela necessidade de o aluno concluir todos os anos do curso para, posteriormente, prestar os exames para as faculdades. No Liceu das Alagoas, por exemplo, o aluno somente poderia matricular-se em duas cadeiras por ano, o que retardava a conclusão de todas as aulas. Além disso, a conclusão do curso e realização dos exames na Instituição não eram requisitos para a inscrição nos exames de preparatórios, nem posteriormente ingresso nas faculdades. Não é demais lembrar, que muitos alunos alagoanos seguiam para Salvador, Recife, Rio de Janeiro ou Coimbra para estudar, fazer os exames e ingressar nas faculdades.

Um dos compêndios de Latim apontado na documentação como sendo adotado no Liceu Provincial das Alagoas foi o *Novo methodo da Grammatica Latina*, do padre oratoriano Antonio Pereira de Figueiredo (1725-1797). A “Artinha”, como também era conhecida a obra, foi publicada pela primeira vez em 1752-3 e gozava de enorme prestígio no Brasil, tanto que foi adotada para o ensino do Latim por muitos professores nas aulas avulsas e nos liceus provinciais, a exemplo do Liceu Paraibano e do Liceu Dom Afonso, no Rio Grande do Sul (ARRIADA, 2007; FERRONATO, 2012). O compêndio era usado no Brasil desde o século XVIII, quando, após a reforma pombalina, passou a substituir *A arte da gramática*, do padre Manuel Álvares, que era utilizada pelos jesuítas desde o século XVI.

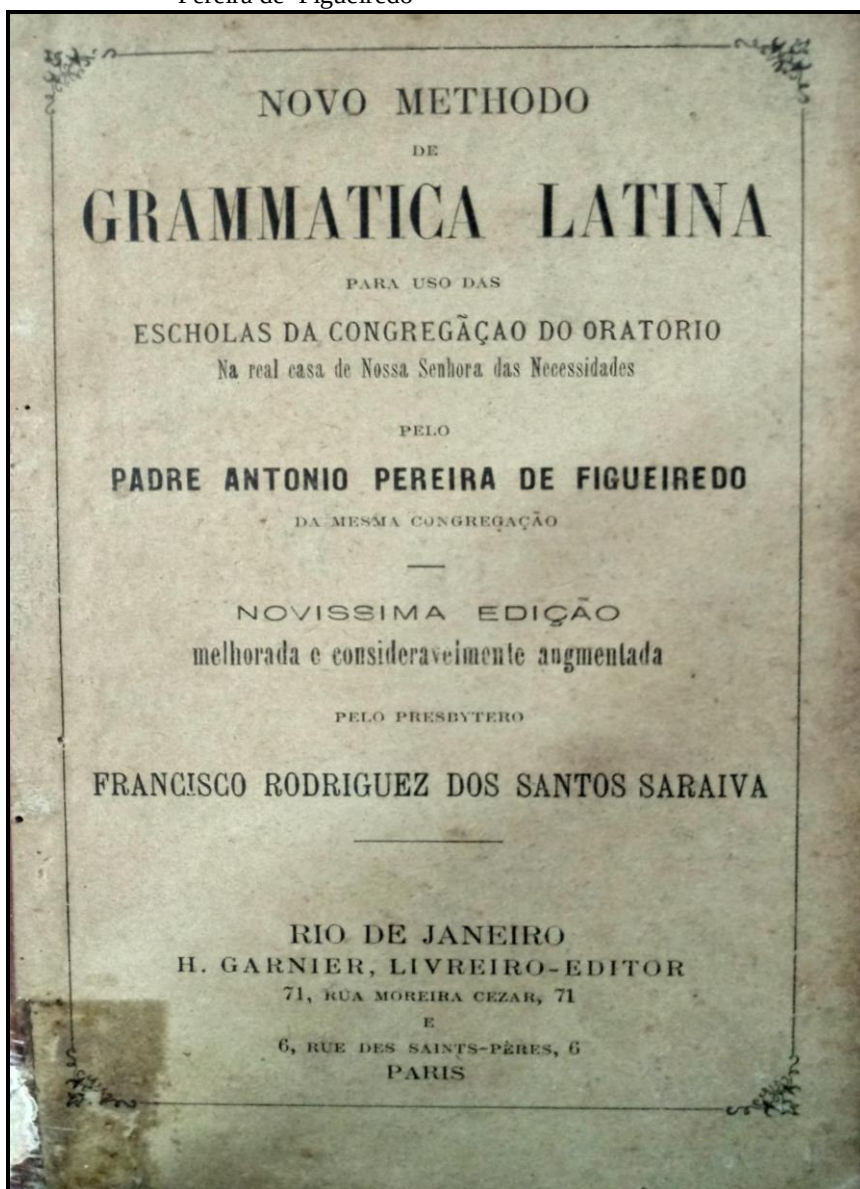
Ressalte-se que o padre Antônio Pereira foi um dos representantes do Iluminismo e do Regalismo¹⁵⁵ português, sendo estreito colaborador do Marques de Pombal, como auxiliar da Secretaria de Estado. Filho de Antonio Pereira e Maria de Figueiredo, o sacerdote nasceu na vila de Mação, comarca de Tomar, em Portugal, a 14 de fevereiro de 1725. Aos 11 anos ingressou no Colégio Ducal de Vila Viçosa, que pertencia à Companhia de Jesus. Em 1742, entrou na Congregação do Oratório de São Filipe Neri de Lisboa. Ainda aluno de Teologia, publicou o *Novo Methodo da Grammatica Latina* (1752), gerando polêmica pela simplificação metodológica que propunha, bem como pela forma como se distanciava e punha

¹⁵⁵ Concepção de política religiosa de afirmação da hegemonia do Estado sobre a Igreja (SANTOS, 1982).

em causa a anterior gramática do jesuíta Manuel Álvares (LIMA, 1981; SANTOS, 1982). Para Lima (1981, p. 59), Pereira

Intellectual e militante por temperamento, bem cedo houve de enfrentar a sua primeira borrasca no agitado mar cultural daquele século, quando empreendeu introduzir nas escolas do Reino um novo método de ensinar Latim. Desde o século XVI que a *Arte* do inaciano Manuel Álvares vinha ensinando às gerações lusas sem que alguém cogitasse substituí-la ou desbanca-la de sua primazia.

IMAGEM 32 – Capa do *Novo Methodo de Grammatica Latina* (1779), do Pe. Antonio Pereira de Figueiredo



Fonte: Biblioteca Pública Estadual Graciliano Ramos

Pereira, assim como a Congregação dos Oratorianos, colocou-se no enfrentamento crítico a hegemonia pedagógica dos inacianos, da cristalização do ensino escolástico e da desatualização de seus manuais. A primeira edição do compêndio reserva as 107 páginas do

prólogo para tecer críticas à *Arte da gramática*, do padre Manuel Álvares. Em 1753, os jesuítas elaboraram um parecer, intitulado *Anti-Prólogo crítico e apologético*, defendendo a *Arte*, e em desfavor do método de Pereira. Este, por sua vez, treplicou com a *Defesa do Novo Método de Gramática Latina contra o Anti-Prólogo crítico*, em 1854. A polêmica ganhou a Europa, com repercussões, sobretudo, na Holanda e na Espanha (LIMA, 1981). No Prólogo da segunda parte da 4ª edição, Pereira afirma que

Pelo que pertence ao modo de explicar algumas regras e apontar as causas de várias construcções, tenham entendido os leitores que se em algum destes dous pontos nos apartamos do padre Manoel Alvares, é porque nos pareceo a doutrina de Francisco Sanches, de Gaspar Scioppio, de Geraldo João Vossio, do padre João Luiz de la Cerda, de Claudio Lancelloto na Arte de Porto Real, e de Jacomo Perizonio, ilustrador de Sanches, todos seis grammaticos de primeira plana, e nem na sciencia nem na estimação publica inferiores ao padre Manoel Alvares [...] (FIGUEIREDO, [17--], p. 186).

Por determinação do Alvará Régio, de 28 de junho de 1859, os professores de Gramática Latina foram proibidos de utilizar a *Arte* do padre Manoel Alvares. Os textos permitidos eram somente o de Antonio Pereira ou o de Antonio Felis Mendes. Conforme o Alvará

7•Nem nas ditas Classes, nem em outras algumas destes Reinos, que estejam estabelecidas, ou se estabelecerem daqui em diante, se ensinará por outro Methodo, que não seja o Novo Methodo da Grammatica Latina, reduzido a Compendio para uso das Escolas da Congregação do Oratorio, composto por Antonio Pereira da mesma Congregação: Ou a Arte da Grammatica Latina reformada por Antonio Felis Mendes, Professor em Lisboa. Hey por prohibida para o ensino das Escolas a Arte de Manoel Alvares, como aquella, que contribuiu mais para fazer difficultozo o estudo da Latinidade nestes Reinos. E todo aquelle, que usar na sua Escola da dita Arte, ou de qualquer outra, que não sejaõ as duas assima referidas, sem preceder especial, e immediata licença minha, será logo prezo para ser castigado ao meu Real arbitrio, e não poderá mais abrir Classe nestes Reinos, e seus Dominios.

8•Desta 3w mesma sorte prohibo que nas ditas Classes de Latim se use dos Commentadores de Manoel Alvares, como Antonio Franco; Joaõ Nunes Freire; José Soares; e em especial de Madureira mais extenso, e mais inutil; e de todos, e cada hum dos Cartapacios, de que até agora se usou para o ensino da Grammatica. (Apud RAMOS DO Ó, 2009, p. 102).

Elaborada para o uso das Escolas da Congregação do Oratório, a “Artinha” tinha 306 páginas e dividia-se em duas partes: a primeira dedicada à gramática (nome, pronome, particípio, declinações, dos verbos) e a segunda à sintaxe (sintaxe de concordância e sintaxe de regência). Ao final continha notas explicativas de como os professores deveriam usar a obra. A respeito da sintaxe, Pereira considera que ela deveria ser estudada pelos autores clássicos, sem muitas regras ou exceções. Conforme o autor ([17--], p. 185-186),

Como maduramente considerámos que as bellezas e elegancias da lingua latina **com maior facilidade e segurança** se aprenderem pelas lições dos escritos classicos, que

por meio de muitos preceitos da grammatica, por isso procurámos que na Syntaxe fossem poucas as regras, poucas as excepções, esperando com bons fundamentos que os estudantes não decorarem na Syntaxe com trabalho, lhes ensinará facilmente a construcção ou explicação dos autores [...].

Porque na verdade por mais que sejam as regras, por mais miúdos que sejam os preceitos, por mais exquisitas que sejam as observações dos grammaticos, sempre a maior e melhor parte da lingua latina, dos seus usos, frases e elegância, é a que se bebe immediatamente nas fontes, isto é, nos autores da lingua latina bem explicados. E assim entedão todos que o que nesta Syntaxe falta de regras, excepções ou advertencias, não foi ignorância ou esquecimento nosso, senão determinado com muito juizo e muita reflexão. Isto é, **pelo que toca á brevidade é que seguimos** (Grifos meus).

Pereira evidencia que seu método era breve, conciso e fácil, sem muitas regras ou preceitos. Reduzido a compêndio a obra passou vulgarmente a ser chamada de “Artinha Latina” ou somente “Artinha”, pois era mais resumido e simplificado que a *Arte* do padre Manoel Álvares. O *Novo Methodo* extrapolava o estudo da língua, haja vista que era focado na latinidade, ou seja, no estudo da cultura clássica, retomando-se “[...] os cânones estéticos de clareza, simplicidade, racionalidade e economia do classicismo pré-jesuítico dos séculos XV e XVI [...]” (HILSDORF, 2002, p. 20). Além disso, o método inovava por ensinar o latim a partir da língua nacional, conforme já se praticava em outros países da Europa.

Nesse sentido, em que pese a afirmação de Silva (1959, p. 144), quando assegura que o objetivo do ensino da Gramática Latina era o “[...] desenvolvimento da capacidade de falar e escrever o latim de Cícero [...]”, a utilização dos autores clássicos indica, principalmente, uma preocupação com a formação moral e ética dos alunos. A leitura da História Sagrada e de autores como Cornélio, Phedro, Salústio, Sêneca, Virgílio, Tito Lívio, Marcial, Horácio, Terêncio, Plauto, Cícero, dentre outros, ainda que dessem condições à aprendizagem da gramática latina, visava incutir nos alunos valores e condutas, das quais tais autores eram os modelos éticos, morais e cívicos.

A “Artinha” do padre Antonio Pereira formou uma geração de intelectuais no império brasileiro. Na obra *Dom Casmurro*, Machado de Assis faz memória ao compêndio quando, no capítulo 37, o personagem Bentinho afirma que “[...] dos romanos apenas sabia que falavam pela artinha do padre Pereira e eram patrícios de Pôncio Pilatos [...]” (ASSIS, 2017, p. 60). Em seu livro *Saudades e Lembranças do Caraça* (1941), o ex-aluno da instituição Augusto da Costa Leite rememorava que em 1860

Havia tal lente da latim (lente da *Artinha*), que assim se chamava a primeira aula de latim, por causa da gramática do Pe. Antônio Pereira, que tinha êsse nome, por ser um resumo de sua grande obra: livreco que foi o compêndio por tantos anos, iniciador de gerações, na língua do Latim; havia tal lente que se fazia garbo e timbre de não passar aluno algum por sua aula sem como se dizia na gíria colegial de então: “sem fazê-lo beijar a Santa Luzia”. E era com verdadeira pachorra que às vezes

executava quase toda a aula, sempre a mais numerosa, porque o latim era obrigatório e não podiam frequentar outro curso sem primeiro passar por aquele terrível promontório. Dizem que puxava a gaveta da mesa, tirava com toda a delicadeza e carinho o fatal instrumento, colocava-o sobre a mesa, tirava depois do bolso o sangüíneo lenço de alcobaça, espalmava-o nas mãos, assoava-se, dobrava-o e restituía-o ao bolso da batina, de onde extraía agora a enorme e amarela caixa de pó. Abria-a e mergulhava o polegar e o índice da esquerda no sutil narcótico, com a graça de um tabaquista de raça. Tudo isso se passava, num silêncio que gelava de susto. Ouvia-se a respiração ofegante de alguns, e por vezes o palpitar opressivo e precipitado do coração dos mais tímidos. Ia haver execução, muitos tinham sido interrogados, quais os que seriam castigados? Ninguém podia adivinhar no semblante do lente, não tinham visto nem um sinal que lhe alterasse a calma. Era sempre o mesmo, frio como o mármore. A pitada bem acalcada entre os dois dedos, acenava com a mão, para os pobres condenados ao suplício, que vinham se aproximando um atrás do outro como rebanho de carneiros para o matadouro. Servia a enorme pitada de pó e começava a execução (LEITE, 1941, p. 187 Apud CARRATO, 1968, p. 123).

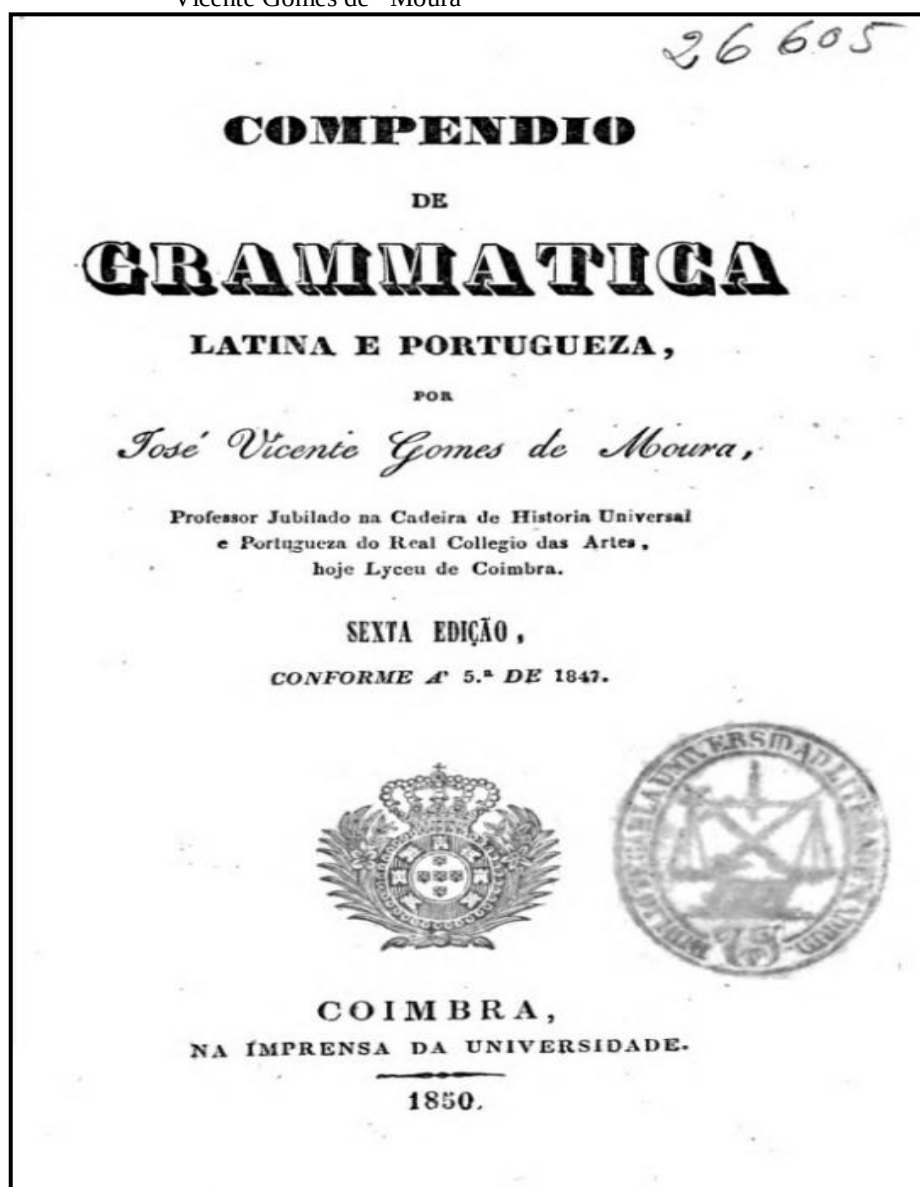
Em texto intitulado *Educação nacional*, publicado na *Revista de Ensino* de 1927, Araripe Junior (1848-1911), assemelha o ensino pela *Artinha* a um massacre, assentado em sabatinas e perguntas inesperadas. Em suas palavras: “[...] quando penso no que ouvi referir relativamente aos methods barbaros que empregavam os mestres regios para embutir no cerebro das crianças a *Artinha* do Padre Pereira, não posso deixar de reconhecer que temos caminhado muito [...]” (ARARIPE JUNIOR, 1927, p. 50). O relato trata das aulas de Latim na cidade do Recife, em 1864, cadeira regida pelo professor Cajueiro, “[...] um maniaco em latinidades [...]” (Ibid.), que possuía um “[...] rancor systematico contra o viço e a natural inconsequencia da juvenilidade [...]” (Ibid.) e que “[...] armado de uma ferula [...] olhava para o menino com ódio [...] e nunca de seus labios defluia um movimento de sympatia ou de amor [...]” (Ibid.).

Outro compêndio de gramática latina utilizado era o de José Vicente Gomes de Moura (1769-1854). Possivelmente trata-se do *Compendio de Grammatica Latina e Portugueza*, publicado em 1829. Moura nasceu em 22 de dezembro de 1769 na freguesia de Mouronho (Coja), em Portugal. Estudou no Seminário Episcopal de Coimbra e foi ordenado presbítero em 21 de dezembro de 1793. Foi professor de latim em Penacova (1798-1803) e de latim, grego e história das antiguidades no Colégio das Artes da Universidade de Coimbra (KEMMLER, 2011).

No Prefácio do compêndio, Moura (1850, p. V) salienta que reuniu num mesmo volume as gramáticas latinas e portuguesas “[...] para facilitar nas Escolas o estudo da Lingua materna, auctorizado pelo exemplo das nações mais polidas, antigas e modernas [...]”. Além disso, “o estudo da Grammatica Portugueza póde commodamente acompanhar o da

Latina; porque os principios geraes da Grammatica são applicaveis ao ensino de uma e outra Lingua [...]” (p. VI-VII).

IMAGEM 33 – Capa do *Compendio de Grammatica Latina e Portugueza* (1850), de José Vicente Gomes de Moura



Fonte: <https://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=ucm.5320550427;view=1up;seq=7;size=50>
Acesso em 08 set 2017

A obra de Moura continha 279 páginas. O estudo da gramática latina era dividido em quatro partes: *Etymologia*, com o estudo as declinações, gêneros dos nomes, conjugação de verbos regulares e irregulares; *Syntaxe*, de concordância ou de regência; *Prosodia*, com o estudo da quantidade de sílabas, das figuras de palavras e das artes métricas; e *Orthographia*, uso de maiúsculas e minúsculas, acentuação e pontuação. Já o estudo da gramática portuguesa

era dedicado ao estudo dos substantivos, adjetivos, verbos, prosódia e arte métrica. Por fim, o compêndio continha uma “táboa de correspondência” entre as duas línguas.

Após dominarem os rudimentos da gramática latina os alunos iniciavam o estudo da latinidade, com traduções e declamações de autores clássicos. Esta, por sua vez, tinha um caráter moral, pois era baseada em uma educação heroica, de exaltação grandes personagens latinos e cristãos. Não sem motivo, esse estudo iniciava pela História Sagrada, que, provavelmente era ensinada pela *Chronica ou Historia Sacra* (403) de Sulpício Severo (363-425).

A adoção de um compêndio de História Sagrada para o ensino do Latim demonstrava a histórica força da participação da Igreja na vulgarização do saber escolar. Saliento que a contenda pombalina contra os jesuítas não significou uma disputa com a Igreja, nem tampouco com a religião, tendo em vista que esta era de grande valia para o ensino moralizante.

O saber religioso inserido no estudo da Gramática Latina, complementava a cadeira no sentido de promover a mecanismos de regulação e autorregulação social. Esses mecanismos visavam o aprofundamento moral dos alunos, especialmente da moral cristã, na qual os santos eram exaltados pelas virtudes, sobretudo pela piedade, pela caridade e pela fé. Conforme Bittencourt (1992-3, p. 200),

A História Sagrada possuía, diferentemente da História profana, objetivos delimitados com bastante precisão, podendo ser definida como o conjunto de acontecimentos de ordem histórica contidos na Bíblia, reunindo as narrações do Antigo e do Novo Testamento de uma maneira coerente e parenética, ou seja, para fins de exortação moral.

Desta feita, o ensino da gramática latina consistia em uma educação moral. A tradução dos clássicos latinos, a exemplo de Cornélio, Ovídio, Horácio, Virgílio, Tito Lívio, Phedro, Cícero, dentre outros, visava exaltar virtudes como a prudência, a justiça, a coragem, a moderação, a honestidade, a abnegação etc (CHERVEL E COMPÈRE, 1999). Além disso, o aprendizado do latim conferia “[...] uma marca indelével de pertencer à elite, sendo um signo de reconhecimento, senão pelo desempenho ou gosto pelas línguas antigas, pelo menos por uma certa familiaridade com frases ou citações latinas [...]” (Id., p. 152).

Importante ainda destacar que o conhecimento da língua latina configurava-se também em um saber de suma importância para o ingresso nas carreiras públicas. Elias salienta que no *Ancien Regime* a máquina do governo era constituída por homens livre e clérigos, que necessitavam do domínio do latim. Para o autor:

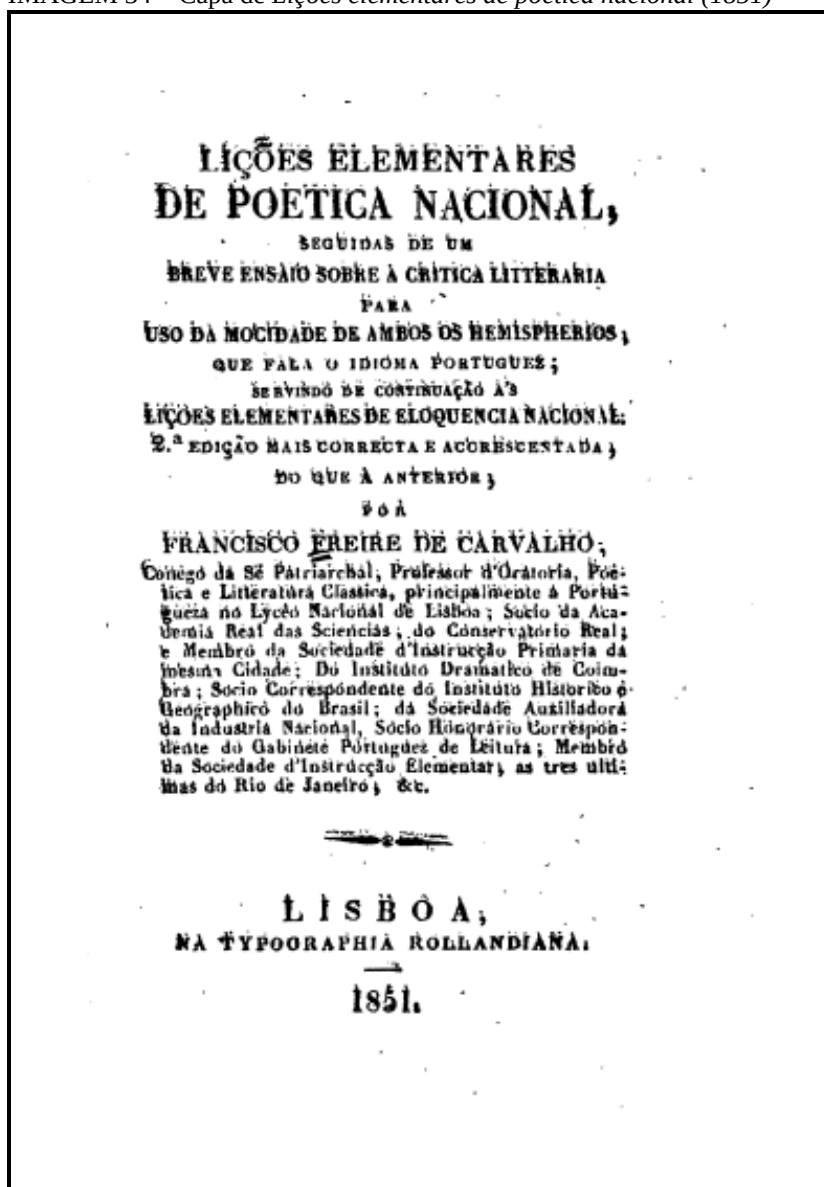
[...] As pessoas não aprendiam latim exclusivamente para se tomarem membros do clero, mas também para ingressar nas carreiras de servidores públicos. Para sermos exatos, também havia burgueses que passavam a integrar o conselho do rei simplesmente devido a sua competência comercial ou organizacional. A maioria dos burgueses, porém, chegava aos altos escalões do governo através do estudo, do conhecimento dos cânones e do Direito Romano. O estudo tomou-se um meio normal de progresso social para os filhos dos principais estratos urbanos. Lentamente, elementos burgueses suplantaram os elementos nobres e eclesiásticos no governo. A classe de servidores reais, ou “funcionários”, tornou-se –, em contraste com a situação vigente nos territórios germânicos – uma formação social exclusivamente burguesa (ELIAS, 1993, p. 160).

Na constituição do Estado nacional brasileiro, bem como na organização das províncias, ler e escrever latim eram precondições necessárias para o ingresso na carreira pública e/ou política. O que não foi diferente quanto à Província das Alagoas, onde os homens públicos precisavam demonstrar o domínio técnico da oratória, a solidez teórica da retórica, a persuasão e beleza da eloquência.

Para cumprir esses objetivos, a cadeira de Gramática Latina contava uma espécie de “braço direito”, qual seja, a aula de Retórica e Poética. Ambas se complementavam, em uma simbiose onde a segunda era o coroamento da primeira.

Na Província das Alagoas, a cadeira de Retórica e Poética foi criada na antiga capital, a Cidade das Alagoas, pela Resolução de 11 de novembro de 1831, sendo o seu primeiro professor o padre Francisco de Assis Ribeiro, que tomou assento em 11 de fevereiro de 1833. Sua transferência para Maceió deu-se pela Resolução nº 9, de 11 de dezembro de 1839. Com a criação do Liceu Provincial, em 1849, a mesma passou a integrar as aulas da Instituição. No Liceu a cadeira foi regida inicialmente por Fernando Affonso de Mello, e em 1852, foi nomeado para a aula, Ignacio Joaquim Passos Junior, que lecionou até 1865, quando faleceu.

Os compêndios indicados para o estudo da Retórica e Poética no Liceu eram *Lições elementares de eloquencia nacional* (1834) e *Lições elementares de poetica nacional* (1840), do português, Francisco Freire de Carvalho, que também eram adotados no Colégio de Pedro II. Como informava em sua capa, as *Lições elementares de poetica nacional* eram seguidas de um breve ensaio sobre a crítica literária e servia para o “[...] para uso mocidade de ambos os hemispheros que fala o idioma portuguez, servindo de continuação as Lições elementares de eloquencia nacional [...]” (CARVALHO, 1851, p. 16).

IMAGEM 34 – Capa de *Lições elementares de poetica nacional* (1851)

Fonte: <https://archive.org/details/lieselementares01carvggoog>. Acesso em: 25 set. 2017

Carvalho foi professor de História e Antiguidades na Universidade de Coimbra. No prefácio de *Lições elementares de eloquencia nacional*, Carvalho afirma que consultou e até reproduziu partes das obras de autores clássicos e modernos, tal como Quintiliano, o qual considera o grande mestre da disciplina. Conforme o autor:

Facilmente conhecerá, quem tiver manejado o assumpto, que tudo, quanto há de bom neste Escripto, me foi subministrado pelas Obras dos Autores excellentes, que consultei, e que até em grande parte copiei: foram eles principalmente Cicero, e Quintiliano, entre os antigos; Blair, Jeronimo Soares Barbosa, e Francisco José Freire, entre os modernos. Segui, mais do que de nenhum outro, as pizadas de Quintiliano; porque na opinião geral dos eruditos, que é tambem a minha, é elle o grande Mestre desta Disciplina, maiormente no que diz respeito aos seus principios fundamentaes, com pequenas excpções; se não o segui em tudo, foi porque tive pra

mim, que elle, como homem, podia errar, ou ver as cousas menos claramente [...] (CARVALHO, 1840, p. 4-5).

De acordo com Martins (2003), por imitar ilustre retórico e crítico escocês Hugh Blair, Carvalho ficou conhecido como um “mau imitador português”. Entretanto, vale lembrar que “[...] a categoria de imitador é externa à retórica, que aconselhava a imitação e a emulação como artificios válidos. Por isso, em vez de ocultar suas fontes, o retórico, de quem não se esperava originalidade, freqüentemente as ostentava diante do leitor [...]” (MARTINS, 2003, p. 23). Sendo assim, tal como a cadeira de Latim, a aula de Retórica e Poética reforçava a imitação dos grandes exemplos, das virtudes e do caráter dos heróis gregos e latinos, códigos e valores próprios de uma elite.

Conforme Arriada (2007, p. 318), “[...] a retórica estava impregnada da Antigüidade estudava-se a oratória, o estilo, o discurso; em poética, o estudo da poesia em geral, e as grandes diferenças entre a prosa e a poesia [...]”. No entanto, havia uma prelação da poesia em detrimento do gênero prosa, pois este fugia ao clássico, tendo em vista que a “[...] simplicidade e até a obscuridade dos Povos antigos é mais favorável à Poesia, do que as combinações e as luzes da civilização moderna [...]” (CARVALHO, 1851, p. 158). Nesse sentido, o ensino da retórica e poética era bastante coercitivo e disciplinador, um vez que suas estratégias visavam fazer o aluno encontrar “[...] expandidas as leis, que podem dirigir a Mocidade, que Falla o Idioma Portuguez, na amena estrada da Poesia [...]” (CARVALHO, 1851, p. 6). Sobre a prosa no Oitocentos, Martins (2003) atesta que:

Por se tratar de uma forma nova, não prevista pelos manuais antigos, havia uma certa dificuldade em lidar com ela, uma perplexidade perceptível até mesmo no grande número de termos utilizados para nomeá-la: romance, conto, novela, romance histórico, de costumes etc [...].

Como não havia um lugar pré-determinado onde abrigá-lo em meio às formas consagradas, foi deslocado para aquela franja da retórica oitocentista onde se encontravam os discursos em prosa que não se enquadravam nos modelos tradicionalmente concebidos como pertencente à eloquência pública, encaixando-se ao lado de modalidades discursivas tão distintas quanto o diálogo, a epistolografia, a filosofia e a história (MARTINS, 2003, p.77).

Desse modo, nas aulas de Retórica e Poética, os alunos desenvolviam habilidades de persuasão e convencimento, disposições extremamente úteis para as funções que futuramente ocupariam no parlamento, no judiciário, na Igreja, no jornalismo, no ensino, dentre outras. Além disso, essas capacidades eram necessárias para incutir e imprimir os valores de conduta moral e as virtudes necessárias à manutenção daquele modelo de sociedade.

Finda essa subseção, tratarei na próxima a respeito do ensino da língua francesa, considerada uma língua culta, civilizada, da qual homens de iguais qualidades deveriam apropriar-se.

5.3 O ensino da *Grammatica Franceza*

Os estudos de Elias (2011) apontam a França como um referencial literário e cultural, sendo que os valores da cultura francesa eram considerados sinônimos de civilização. Por isso, a tradição gálica serviu de modelo para os países que desejavam ser civilizados. A língua francesa tinha o *status* de língua da civilização. Com essa finalidade, ela era usada nas diferentes cortes europeias dos séculos XVII e XVIII, bem como se irradiou para a classe burguesa, pois “[...] todas as *honnêtes gens* (gente de bem), todas as pessoas de ‘consequência’ o falam [...]” (Id., p. 29). Imitar a corte de Luís XIV e falar o francês eram as condutas apropriadas para época. Segundo Elias (Ibid.), “[...] o alemão, a língua das classes baixa e media, é pesado e incomodo. Leibniz, o único filósofo cortesão alemão, o único grande alemão dessa época cujo nome desperta aplausos em círculos cortesãos mais amplos, escreve e fala francês ou latim, raramente o idioma nativo [...]”. E ainda

Se o indivíduo fala alemão, é considerado de bom tom incluir tantas palavras francesas quanto possível. Em 1740, E. de Mauvillon escreveu em suas *Lettres Françaises et Germaniques*: “Há apenas alguns anos, não se diziam quatro palavras de alemão sem se acrescentar duas francesas.” Isso era *le bel usage* (o bom emprego). E ele tem mais a dizer sobre o aspecto bárbaro da língua alemã. Sua natureza, diz, é “d’être rude et barbare” (ser rude e barbara). Saxônios afirmam que “qu’on parle mieux l’Allemand en Saxe, qu’en aucun autre endroit de l’Empire” (O alemão é mais bem-falado na Saxônia do que em qualquer outra parte do Império). Os austríacos fazem a mesma alegação a respeito de si mesmos, no que são acompanhados por bávaros, brandenbúrgueses e suíços. Alguns estudiosos, continua Mauvillon, querem estabelecer regras de gramática, mas “il est difficile qu’une Nation, qui contient dans son sein tant de Peuples indépendans les uns des autres, se soumette aux décisions d’un petit nombre des Savans” (é difícil para uma nação que abrange tantos povos independentes entre si submeter-se às decisões de um pequeno número de sábios) (Id., p. 29-30).

Noutra passagem o autor recorda que a burguesia apropriou-se da linguagem da corte, principalmente a partir do século XVIII, o que a diferenciava das demais classes, tornando-a mais refinada. Conforme Elias (Id., p. 113)

Se examinarmos mais de perto o que é denominado de fala ‘burguesa’ e o que é chamado de expressão da alta sociedade de corte, descobrimos o mesmo fenômeno que pode ser observado nos costumes à mesa e nas maneiras em geral: muito do que no século XVII, e até certo ponto no século XVIII, era a forma de expressão e linguagem características da sociedade de corte tornou-se gradualmente a língua nacional francesa.

É oportuno lembrar que, grosso modo, foi via autores franceses que parte da mocidade brasileira do século XIX teve acesso aos clássicos, apropriando-se, assim, de suas interpretações, bem como de eventuais acréscimos e lacunas.

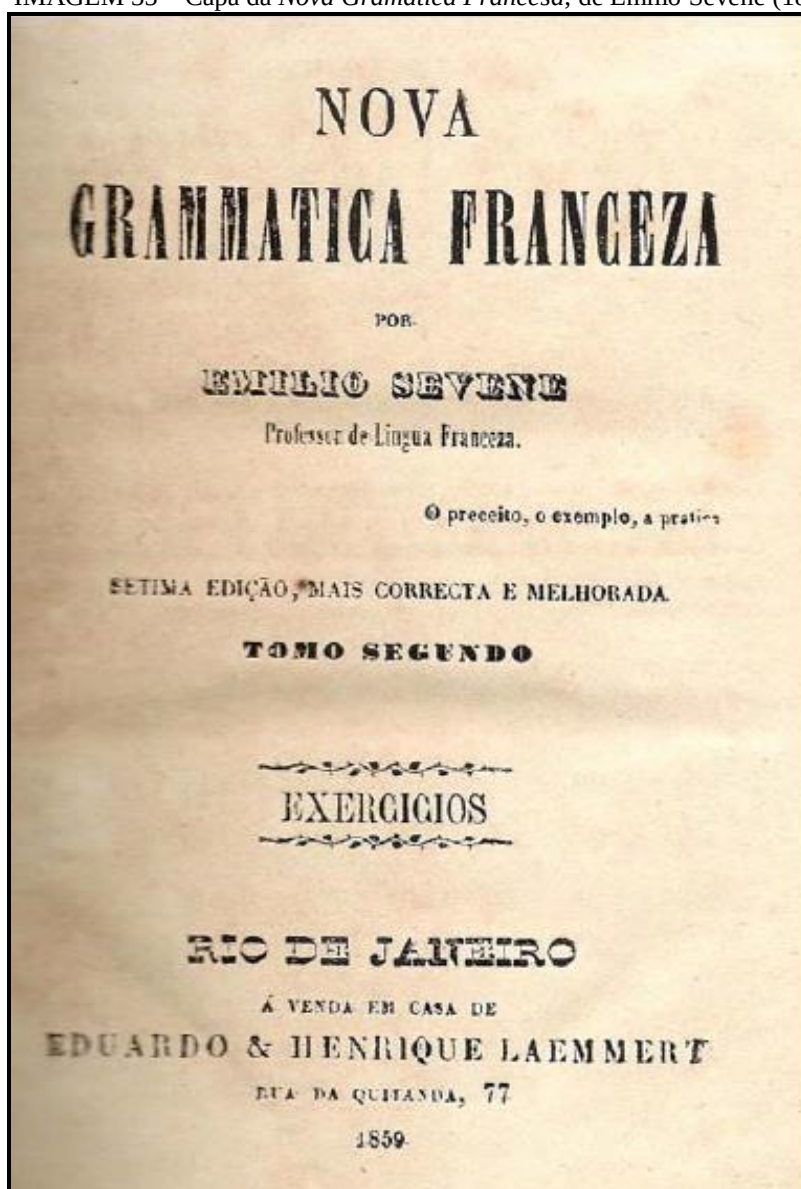
A cadeira de Francês nas Alagoas foi criada pela Resolução Geral de 11 de novembro de 1831. Funcionando na antiga Capital, a Cidade das Alagoas, seu primeiro catedrático foi o professor José Severiano de Mello, que tomou posse em 1832. Com a mudança da capital, em 1839, a aula foi transferida para Maceió, pela Resolução Provincial nº 11, de 9 de dezembro. Em seguida, com a criação do Liceu, em 1849, a cadeira foi incorporada à Instituição.

Os principais compêndios, textos e manuais utilizados para o ensino da gramática francesa no Liceu das Alagoas eram: a *Nova grammatica franceza*, de Emilio Sevène; a *Grammatica francesa*, de Bourgain; a *Selecta franceza*, de Roquette; *As aventuras de Telêmaco*, de Fenelon; e *As fábulas*, de La Fontaine. A partir dos textos apresentados é possível presumir que o ensino do francês tinha dois eixos distintos, o primeiro ocupava-se da gramática em si e o segundo, dito como tradução, abrangia uma educação moral.

No primeiro eixo, a *Nova grammatica franceza*, de Emilio Sevène, por exemplo, era constituída de dois tomos, o primeiro dedicado à gramática e o segundo aos exercícios. Conforme Arriada (2007), na introdução do compêndio, para tentar justificar a sua escrita, Sevène afirma que nos seus anos de experiência ainda não tinha encontrado, ao alcance dos professores, uma obra que abrangesse o fim desejado do ensino da gramática francesa, tendo em vista que somente ensinavam a traduzir e não guiavam o aluno para estudos mais aprofundados, como, por exemplo, escrever e falar o francês.

Por esse motivo sua obra propunha-se a um estudo minucioso e aprofundado das regras e preceitos da língua, bem como da sua aplicação em exercícios, o que justifica a publicação do segundo tomo. Acreditava o autor que pela a prática reiterada de exercícios graduados por escritos, o aluno poderia adquirir o hábito de conversar com os outros, uma vez que para escrever conversava consigo mesmo. Assim, o segundo tomo indicava um “[...] total de setenta e oito [exercícios], destinados a facilitar o aluno na tradução do francês para português [...]” (Id., p. 291, Grifos meus).

IMAGEM 35 – Capa da *Nova Gramatica Francesa*, de Emilio Sevène (1859)



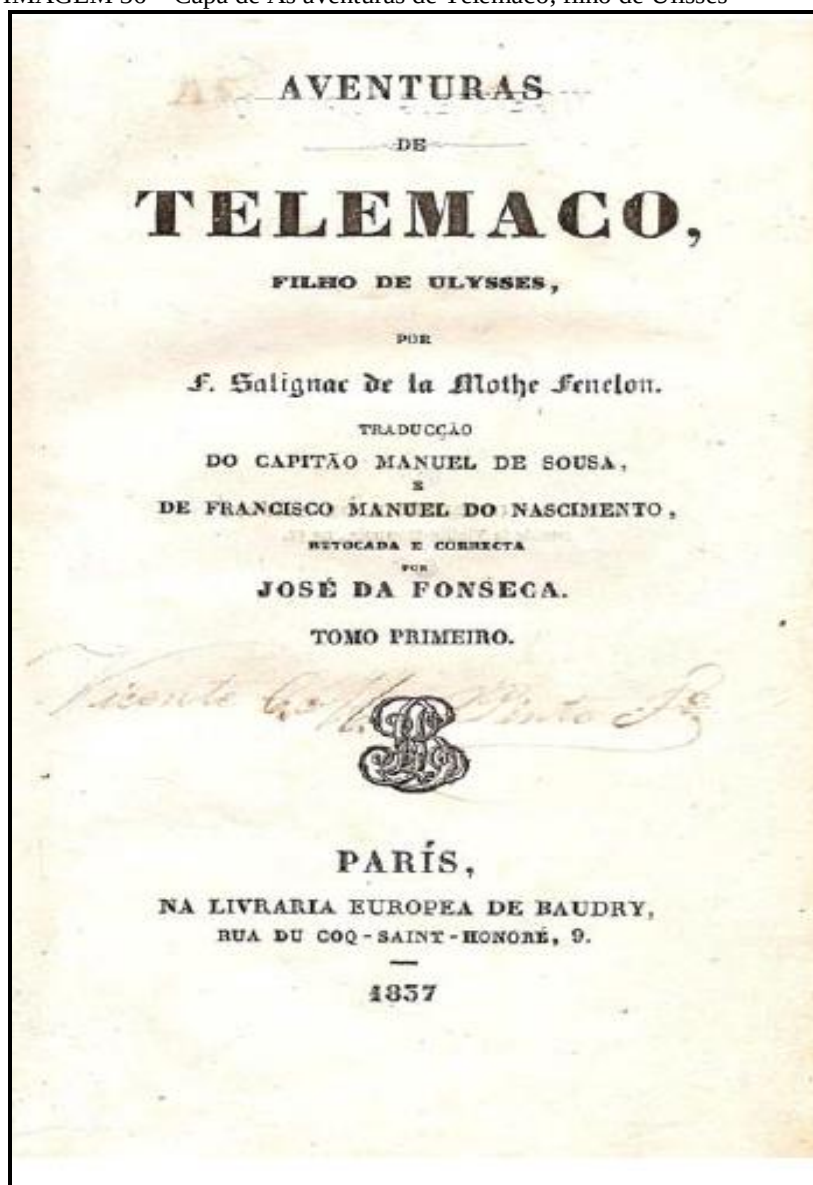
Fonte: Arriada, 2007

A educação da conduta dava-se, sobretudo, a partir de obras literárias produzidas para o ensino dos príncipes nas cortes europeias dos séculos XVII e XVIII. Um desses exemplos era a utilização de *As aventuras de Telêmaco, filho de Ulisses* (1699), publicada por François Salignac de la Mothe Fénelon (1651-1715), arcebispo de Cambrai. A obra foi dedicada a Luís, o Duque de Borgonha – neto do rei Luís XIV da França e segundo herdeiro na sua sucessão –, de quem Fénelon era preceptor.

A narrativa de Fénelon é inspirada no quarto livro da *Odisseia* de Homero, que retrata o herdeiro de Ítaca, Telêmaco, cansado de esperar pela volta do pai, após a vitória grega sobre Tróia. Preocupado com os perigos e ameaças na ilha, com os nobres do lugar, os quais insistiam que sua mãe, Penelope, casasse novamente, Telêmaco sai à procura de seu pai na

companhia da deusa Minerva, disfarçada na pele do velho sábio Mentor. Centrada nas aventuras do filho de Homero, a narrativa de Fénelon visava que o jovem príncipe, Duque de Borgonha, aprendesse lições morais e políticas à medida que Telêmaco aprendesse as dele.

IMAGEM 36 – Capa de As aventuras de Telêmaco, filho de Ulisses



Fonte: Arriada, 2007

Inicialmente, a obra foi dividida em dezoito livros e, em seguida, organizada em vinte e quatro, para se aproximar ainda mais da estrutura homérica. Nos seis primeiros livros Telêmaco e Mentor narram suas aventuras à deusa Calypso. Nessas primeiras aventuras (lições), o herdeiro do trono de Ítaca, aprende a necessidade da paciência no exílio no Egito e as consequências da decadência de um governo tirano, o governo de Pigmalião em Tiro. O herói passa, então, a tecer reflexões sobre seus atos, reconhecendo seus erros e franquezas,

demonstrando ter iniciado um processo de formação das virtudes necessárias a um bom governante. Conforme a narrativa:

Calypso escutava com admiração as sábias palavras de Telêmaco. O que mais a encantava era ver que Telêmaco relatava candidamente os erros que havia cometido por precipitação e sua falta de submissão em relação ao sábio Mentor. Ela descobria uma nobreza e uma grandeza admiráveis nesse jovem, que acusava a si mesmo, e **parecia ter sabido aproveitar suas imprudências para tornar-se sábio, providente e comedido** (FENELON, 2006, p. 31).

Ao perceber que Calypso estava se apaixonando por Telêmaco, Mentor empurra o jovem a um navio atracado no mar. No navio, em uma viagem tranquila, cheia de narrativas, músicas e poesias, os aventureiros ouvem falar a respeito da queda do rei tirânico Pigmalião, bem como de uma cidade utópica chamada Bética, onde todos os bens são comuns (livro VII). A partir do livro VIII, a maior parte das aventuras passa-se em Salento, cidade em construção, a qual Mentor usa de sua sabedoria para realizar uma transformação que atingiu todos os âmbitos da vida política, econômica e social da cidade, no sentido de civilizá-la, transformando-a em uma cidade perfeita.

Quando os salentinos entram em uma guerra, Mentor envia Telêmaco como chefe do exército, a fim de facultar-lhe o conhecimento da guerra. Ao comentar os erros do filho de Ulisses durante a guerra, Mentor ensina-lhe: “[...] muitas vezes aprendemos mais com nossas faltas do que com belas ações. As grandes ações enchem o coração de vaidade e inspiram uma presunção perigosa; os erros remetem o homem a si mesmo e lhe devolve a sabedoria que perdeu [...]” (Id., p. 258).

Ao retornar da guerra Telemaco percebe a cidade de Salento reformada. Tal melhoria é assim explicada por Mentor:

[...] o que é melhor, uma soberba cidade, com ouro e prata em abundância, rodeada por um campo abandonado e estéril, ou um campo cultivado e fértil com uma cidade banal onde imperam costumes modestos? Uma grande cidade cheia de artesãos ocupados com obras que servem para amolecer os costumes ao privilegiar as delícias da vida, cercada por um reino pobre e mal-cuidado parece um monstro cuja cabeça é enorme e o corpo, extenuado e privado de alimentação, não guarda nenhuma proporção com a cabeça. É a quantidade de habitantes e a abundância de alimentos que fazem a verdadeira força e a riqueza de um reino. Agora Idômene tem sob sua liderança um grande número de súditos infatigáveis no trabalho que povoa todo reino: uma única cidade, Salento é apenas o seu centro. Nós levamos para o campo os homens que eram supérfluos na cidade, além disso, atraímos para cá muitos estrangeiros. Quanto mais a população se multiplica, mais ela aumenta o produto da terra com seu trabalho, e essa forma de crescer, tão amena e pacífica, permite que seu reino cresça sem conquista de outros territórios. Na cidade foram repelidas apenas as para artes supérfluas, que desviavam os pobres do cultivo da terra e corrompiam os ricos ao jogá-los no luxo e na frouxidão. Não trouxemos nenhum prejuízo às belas artes e aos homens que têm talento real para elas. Assim, Idômeneo tornou-se muito mais poderoso dos que antes, quando possuía uma cidade magnífica, que você admirava. Aquele brilho deslumbrante escondia uma debilidade

e uma miséria que não trariam a derrubar seu império. Atualmente ele conta com um grande número de homens e pode alimentá-los mais facilmente. Esses homens, acostumados a trabalhar e não apegados à vida, graças ao amor que têm as boas leis, estão prontos para lutar e defender as terras que cultivaram com suas próprias mãos. Dentro em pouco, este Estado, que você pensa decadente, será a maravilha do Hespéria (Id., p. 258-259).

Assim, Telêmaco aprendeu as suas mais importantes lições, quais sejam: guerrear com prudência e coragem, quando necessário, bem como governar com justiça e moral, pois “[...] no governo dos povos há duas coisas perniciosas para as quais quase não há remédio: a primeira é o poder injusto e violento demais dos reis, a segunda é o luxo que corrompe os costumes [...]” (Id., p. 259). Ao final da narrativa, Telêmaco reconhece a verdadeira identidade de Mentor, a deusa Minerva, que lhe dá um último ensinamento: “Tema os deuses, ó Telêmaco! Esse receio é o maior tesouro do coração do homem, traz a sabedoria, a justiça, a paz, a alegria, os prazeres puros, a verdadeira liberdade, a doce abundância e a glória sem manchas” (Id., p. 288).

As aventuras de Telêmaco, filho de Ulisses, foi um dos romances mais lidos na Europa no século XVIII, principalmente na França. Em *Os caminhos dos livros*, Abreu (2003) atesta que dentre os livros de Belas Artes mais requisitados no Brasil nos séculos XVIII e XIX está a obra de Fénelon. Conforme a autora, foram 38 solicitações entre 1769-1807 e 65 entre 1808-1826.

A importância e influência da obra pode ser atestada ainda pela tentativa de imitação do modelo de Fénelon. A exemplo das *Aventuras de Diófnes, Imitando o sapientíssimo Fenelon na sua Viagem de Telemaco* (1777)¹⁵⁶, da escritora luso-brasileira Teresa Margarida da Silva e Orta (1711-1793), e da obra *Il Platone in Italia* (1806), de Vicente Cuoco (1770-1823). Além disso, o romancista brasileiro José de Alencar, em seu texto autobiográfico lembra como a obra de Fénelon estava presente no cotidiano de parte dos estudantes brasileiros:

Tinha eu feito exame de francez á minha chegada em S. Paulo e obtivera aprovação plena, traduzindo uns trechos do Telemaco e da Henriqueida; mas, ou soubesse eu de outiva a versão que repeti, ou o francez de Balzac não se parecesse em nada com o de Fenelon e Voltaire; o caso é que não conseguia comprehender um periodo de qualquer dos romances da collecção (ALENCAR, 1893, p. 29).

Adotado por muitos professores e preceptores, o romance político de Fénelon tornou-se popular entre os grupos governantes na Europa e no Brasil, não somente por seu valor

¹⁵⁶ Primeiro romance brasileiro publicado por uma mulher. Seu título original é *Máximas de virtude e formosura com que Diófnes, Climinéia e Hemirena, príncipes de Tebas, venceram os mais apertados lances da desgraça*, publicado em Lisboa, pela Officina Miguel Manescal da Costa, no ano de 1752, com o pseudônimo Dorotéia Engrássia Taveda Dalmira.

literário, mas por ser uma leitura de cunho moralizante, que instigava nos jovens o amor ao heroísmo e as virtudes morais e cívicas. Assim, *As aventuras de Telêmaco*, considerado um “espelho dos príncipes” por ensinar a reinar com justiça e fazer seu povo feliz, servia às elites como um manual de conduta, educação e política, antes que ao ensino da língua francesa. Assim,

educar tornava-se, pois, ação por meio da qual cada um dos alunos deveria adquirir os princípios éticos e morais considerados fundamentais à convivência social, aderindo de modo consciente ao espírito de associação. Era assim o complemento do ato de instruir, que propiciava a cada indivíduo os germes da virtude e a idéia dos seus deveres como homem e cidadão. Instruir e educar eram, em suma, uma das maneiras – quiçá a fundamental – de fixar os caracteres que permitiriam reconhecer os membros que compunham a sociedade civil, assim como aqueles que lhe eram estranhos, para além da fria letra do contexto constitucional (MATTOS, 1987, p. 264-265).

Na mesma linha editorial das *Aventuras de Telêmaco* estava a *Seleta francesa ou trechos extraídos dos melhores autores franceses em prosa e verso, para uso dos que aprendem a língua francesa* (1854), do cônego José Ignacio Roquette. A obra continha textos com exemplos de virtudes, modelos de estilo, máximas e pensamentos morais. Com seus ensinamentos, Roquette visava corrigir os vícios, reformar hábitos e polir os costumes a partir da moral religiosa (MANOEL, 1996).

No bojo das histórias moralizantes e da pedagogia da imitação estavam também *As fábulas* de La Fontaine. Com modelos para uma formação ética e moral, as fábulas encantavam os alunos com seus personagens, em geral animais ou plantas, que ao final deixavam uma lição a ser inculcada. Conforme Arriada (2007), em La Fontaine “[...] os homens são retratos de que há de bom e de mau nas criaturas irracionais [...]. A sua moral consiste em lições da experiência, onde nem sempre aponta o caminho da virtude, mas o da prudência” (Id., p. 292).

Desta feita, o ensino da língua francesa de matriz humanística configurava-se numa pedagogia calcada sobre os textos antigos ou sobre a sua imitação. Para Chervel e Compère (1999, p. 152):

As humanidades clássicas eram um universo em que La Fontaine era lido, aprendido e declama do na herança de Esopo e de Fedro, e em que não se concebia Ifigênia de Racine sem as duas Ifigênicas de Eurípides. Os textos franceses não eram, nesse ensino, lidos e explicados por seu próprio valor. Apelava-se a eles, nas aulas, para assim homenagear os autores antigos, seus modelos. Mas também para a formação do gosto e do estilo. É nessa perspectiva que se memorizam e se declamam os grandes textos de Massillon, de Buffon ou de Montesquieu. Trata-se, para o aluno, de se impregnar dos princípios da língua clássica.

Concluída esta subseção que tratou a respeito do ensino do Latim, discorrerei na próxima sobre os saberes difundidos no ensino de Geografia, Cronologia e História.

5.4 O ensino de *Geographia*, *Chronologia* e *Historia*

No período anterior à criação do Liceu, a cadeira de História e Geografia era um apêndice da cadeira de Eloquência, que abrangia, além das aulas citadas, as de Retórica, Poética e Cronologia.

Quando da criação do Liceu Provincial, em 1849, foi instituída a cadeira de *Geographia*, *Chronologia* e *Historia*. Entretanto, a Cronologia e a História estavam, de certa forma, subordinadas ao ensino da Geografia. Tal dependência pode ser comprovada, por exemplo, pela quantidade de manuais, textos e compêndios de geografia publicados por autores alagoanos, os quais eram utilizados para o ensino da cadeira. Dentre essas obras destaco: *Opúsculo da Descrição geographica e topographica, phizica, política, e histórica do que unicamente respeita à provincia das Alagoas no Império do Brazil* (1844), de Antônio Joaquim Moura¹⁵⁷; *Geografia alagoana ou descrição física, política e histórica da província das Alagoas* (1860) e *Elementos de Geographia e Cosmographia oferecidos a mocidade alagoana* (1874), ambos de Thomaz do Bomfim Espíndola; e *Compendio de Geografia e Cosmografia* (1890), de Manuel Balthazar Pereira Diégues Júnior¹⁵⁸.

Importante salientar que, assim como a língua e a religião, a Geografia estava no bojo do aparato simbólico indispensável para a tessitura da unidade nacional. Por isso, seu ensino era indispensável, essencialmente em um país com extensões continentais como o Brasil, uma vez que a concepção de território, à época, era frágil. Além disso, não é demais lembrar que a Geografia era uma ciência muito próxima do que almejavam os positivistas, qual seja, aquela capaz de descrever, demonstrar e evidenciar fatos, tornando-a assim uma ciência que serviria de exemplo para as demais áreas das humanidades.

Conforme lista apresentada no início desta seção, os compêndios utilizados para a cadeira nos primeiros anos da criação do Liceu foram: o Compêndio de Justiniano José da Rocha; o Compêndio de Julio Frank; e o Compêndio de José Saturnino da Costa Pereira.

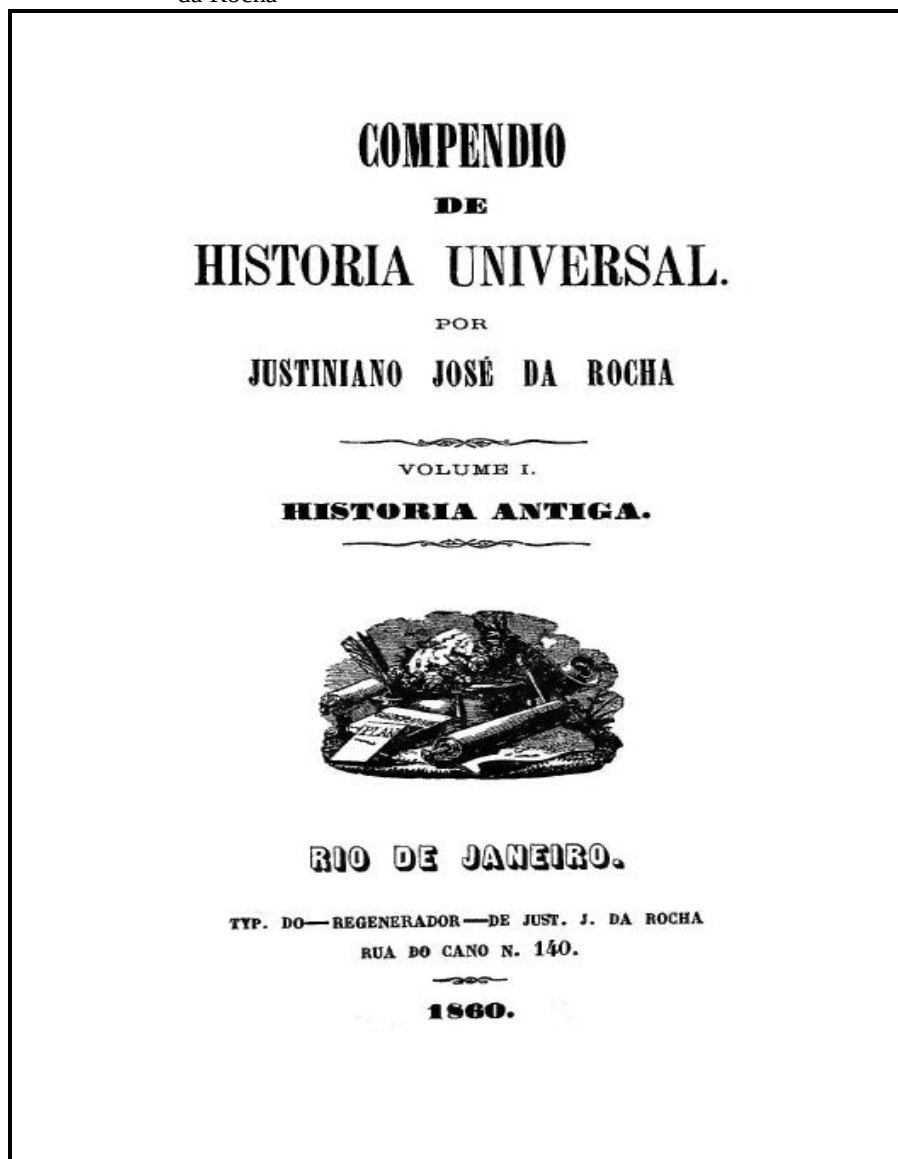
Justiniano José da Rocha (1811-1864) foi o primeiro professor de História do Colégio de Pedro II. Formado pelo Colégio Henrique IV, em Paris, Rocha traduziu os manuais

¹⁵⁷ Vale ressaltar que a obra de Moura é considerada por muitos historiadores alagoanos como o primeiro relato sobre a história da província.

¹⁵⁸ Essas obras estão disponíveis na íntegra no site do Grupo de Pesquisa História da Educação, Cultura e Literatura, através do link: <http://www.cedu.ufal.br/grupopesquisa/gepheccl/obras.html>.

franceses de *Cayx* e *Poisson*, para História Antiga e dos de *Rozoir* e *Dumont*, para História Romana. Elaborou, ainda, um *Compêndio de Geografia Elementar* (1838) e um *Compêndio de Historia Universal* (1848), este último publicado em 2 volumes, sendo o primeiro de História Antiga e o segundo de História Medieval, para os alunos do Colégio do Imperador (BASTOS, 2008; SANTOS, 2009).

IMAGEM 37 – Capa do *Compêndio de Historia Universal* (1860), de Justiniano José da Rocha



Fonte: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/4107>

No prefácio do primeiro volume de *História Universal*, Rocha (1860) afirma que sua finalidade em escrever o texto de história universal era substituir os extensos compêndios franceses, “ouriçados” de datas e marcados pelo patriotismo gálico, com excessivas informações sobre merovíngios e carolíngios. Criticava ainda o autor as obras francesas,

porque davam a entender que a história universal gravitava ao redor daquele país, ou que nele estavam as luzes do mundo civilizado cristão. Conforme Rocha (1860, n.p.),

os compêndios francezes têm gravíssimos defeitos. Escriptos pelo patriotismo, a bem da exaltação e do engrandecimento da França, não hesitam em apresentar todos os factos históricos como determinados pela influencia franceza: todos os povos gravitam em redor da França. Os factos que desmentiriam esse systema são ommittidos, são pelo menos acanhados; que não protestem contra a verdade franceza.

Assim a nós filhos de Portuguezes, que já tinham as suas cortes de Lamego, que já tinham a admirável legislação das ordenações, apresentam elles a civilização moderna nascendo do triumpho de Luiz XI, de Richelieu, de Luiz XIV sobre afidalguia, e quando a Inglaterra já tinha tido o seu parlamento, e sua famosa revolução politico-religiosa, a declaração de direitos do seu Guilherme IV e os escriptos do seu Loke, quando a Itália já de ha muito tinha tido as suas republicas, commerciaes, quando a Hespanha já de ha muito ostentava os foros de Aragão, dizem elles do seu Montesquieu;—o homem havia perdido os seus direitos; Montesquieu os achou, e lh'os restituiu!...

O compêndio de Julio Frank (1808-1841), *Resumo de História Universal* (1839), foi outra obra adotada para o ensino de História no Liceu Provincial. Professor de História, Filosofia e Geografia do curso anexo à Faculdade de Direito de São Paulo, o alemão Johann Julius Gottfried Ludwig Frank, é ao lado de Libero Badaró, uma das personalidades mais respeitadas do espírito liberal acadêmico da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco (CAMPOS NETO, 2003). Nascido na cidade de Gotha, região da Baviera, Alemanha, Frank chegou ao Brasil em 1831. Poliglota, ensinava também, Latim, Italiano, Francês, Grego, Alemão e Russo. Frank ajudou a fundar *Burschenschaft Paulistana*, a Bucha, sociedade secreta liberal e filantrópica de cunho abolicionista e republicano, que tinha por finalidade ajudar estudantes de famílias pobres (Id.). Foram membros da Bucha:

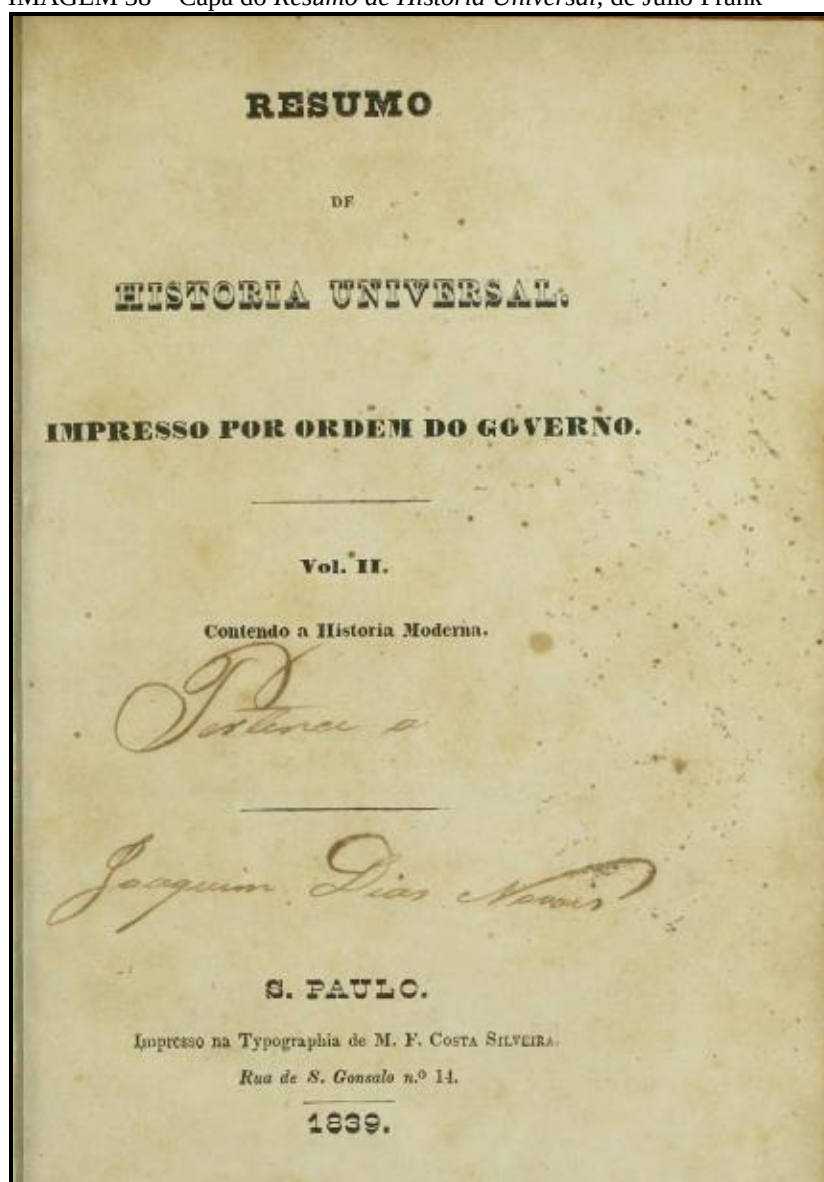
[...] os ex-presidentes civis Affonso Penna, Prudente de Moraes, Campos Salles, Rodrigues Alves e jornalistas, juristas, literatos e historiadores como Barão do Rio Branco, Ruy Barbosa, Afonso Arinos, Júlio de Mesquita Filho, Pinheiro Machado, Bernardino de Campos, Cândido Mota, César Vergueiro, Waldemar Ferreira, Henrique Bayma, Spencer Vampré, Antônio Carlos de Abreu Sodré e Francisco Morato (CAMPOS NETO, 2003, p. 717).

De acordo com *O Arauto*¹⁵⁹ (2006), baseado em grande parte na obra do alemão Poelitz, o resumo de Frank foi escrito para ser usado pelos alunos das “Aulas Menores”¹⁶⁰ anexas ao curso superior de Direito, em São Paulo.

¹⁵⁹ Informativo do Serviço de Biblioteca e Documentação da Faculdade de Direito da USP.

¹⁶⁰ Após a criação dos cursos de ciências jurídicas e sociais, um na cidade de São Paulo e outro em Olinda, foram criadas também as chamadas “Aulas Menores” anexas aos cursos superiores, as quais tinham a função de preparar os alunos para a realização dos exames e posterior ingresso nas faculdades.

IMAGEM 38 – Capa do *Resumo de História Universal*, de Julio Frank



Fonte: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/7090>

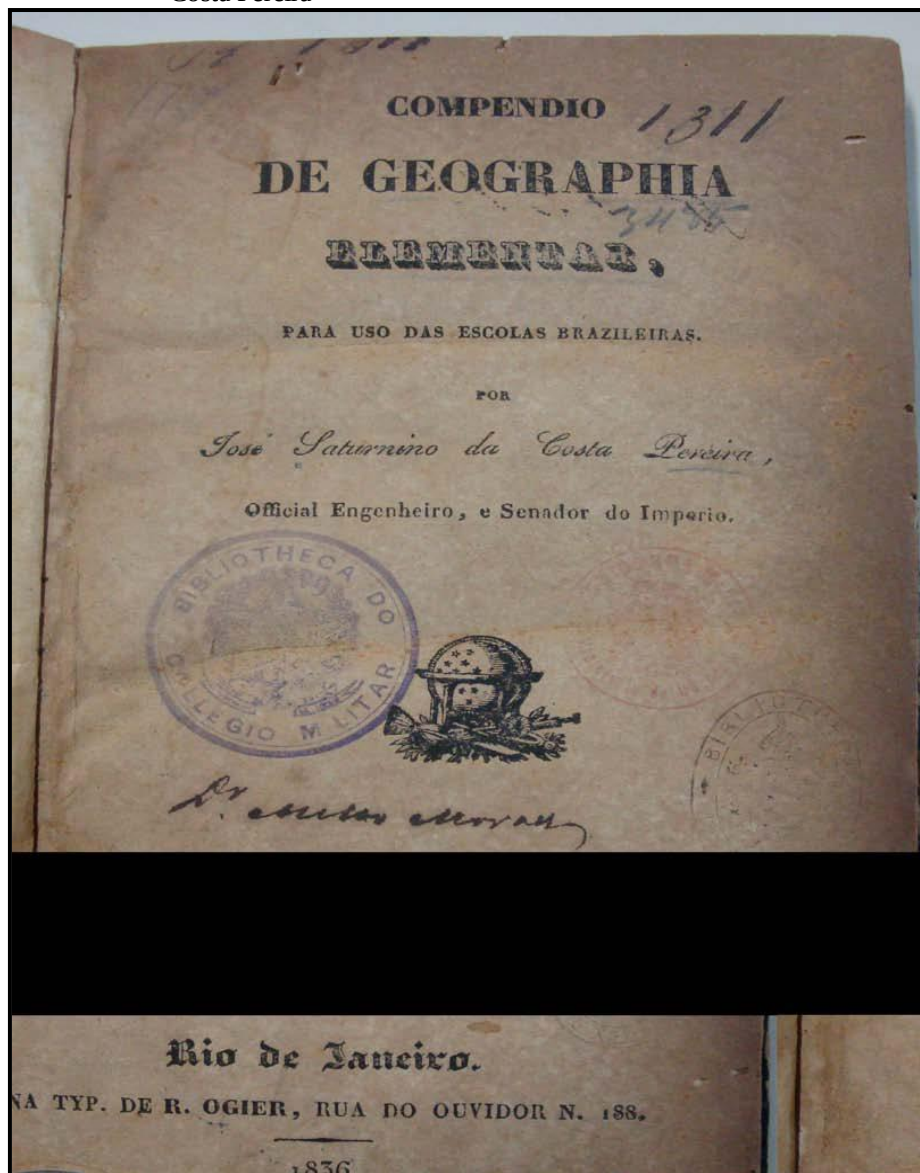
A terceira obra que figurou nas aulas de Geografia e História do Liceu Provincial das Alagoas foi o *Compendio de Geographia Elementar* (1836), de José Saturnino da Costa Pereira (1773-1852).

Nascido em Sacramento, Costa Pereira foi presidente da Província de Mato Grosso (1823), senador do Império (1828) e Ministro da Guerra (1837). Bacharel em Matemática pela Universidade de Coimbra e oficial engenheiro do Real Corpo foi ainda professor da Escola Militar do Rio de Janeiro. Possuidor de uma extensa produção intelectual em áreas distintas, publicou, dentre outras obras, *Leituras para meninos* (1818)¹⁶¹, contendo lições morais e

¹⁶¹ Segundo Lopes (2009), *Leituras para meninos* foi publicada na mesma linha que *Tesouro dos meninos*, obra traduzida do francês por Mateus José da Rocha, um dos primeiros livros didáticos a circular no Brasil.

diálogos sobre Geografia, Cronologia, História de Portugal e História Natural. Entretanto, sua maior contribuição foi para a área das ciências e matemática, especialmente para o desenvolvimento do Cálculo das Variações¹⁶².

IMAGEM 39 – Capa do *Compêndio Geografia Elementar* (1836), de José Saturnino da Costa Pereira



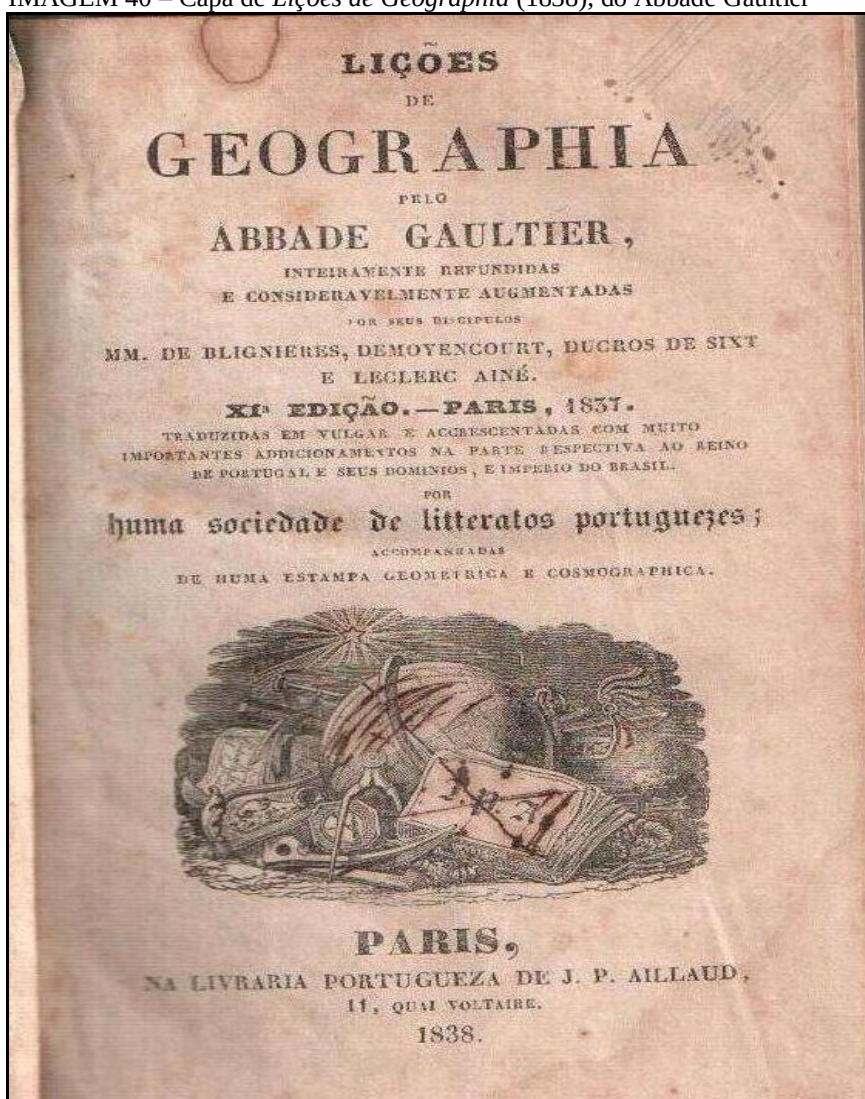
Fonte: PINA, 2009, p. 31

Para os anos de 1858 e 1859, as obras adotadas foram: as *Lições de Geographia* (1838), do Abbade Gaultier, para Geografia; o *Compêndio elementar de Chronologia* (1843), de Bernardino Freire de Figueiredo Abreu e Castro (1809-1871), para Cronologia; e o de Gottofredo e Roquete, para História.

¹⁶² A respeito dessa temática consultar Magalhães (2006).

As *Lições de Geographia* (1838) do Abbade Gaultier¹⁶³ tinham por objetivo “[...] proporcionar à mocidade portuguesa e brasileira um compêndio de Geografia apropriado aos seus estudos elementares” (OLIVEIRA, 2011, p. 52). Editado pela primeira vez na França, em 1837, a obra foi traduzida por uma Sociedade de Literatos Portuguezes no ano seguinte. Suas 330 páginas estão divididas em três partes: *Nomenclatura geographica*, *Noções de Geographia Histórica e Política* e *Elementos de Cosmographia*. As partes, por sua vez, estão divididas em Seções e estas em Lições. As duas primeiras seções, por exemplo, são dedicadas ao estudo dos continentes (OLIVEIRA, 2011).

IMAGEM 40 – Capa de *Lições de Geographia* (1838), do Abbade Gaultier



Fonte: OLIVEIRA, 2011

¹⁶³ Uma análise mais detalhada da obra pode ser encontrada em OLIVEIRA, 2011.

A obra de Gaultier (1838) apoia-se no método consagrado pela Escolástica no final da Idade Média e utilizado pelos jesuítas, que ficou conhecido como método “catequético”, ou dialogístico, com perguntas e respostas.

MESTRE. *Que cousa he geographia?*

DISCIPULO. He huma sciencia, que ensina o nome e a situação dos diversos paizes e nações da terra.

E que he o significa a palavra geographia?

Significa descripção da terra.

Que figura tem a terra? He senisivelmente redonda, e tem a forma d’hum globo ou d’huma bola (GAULTIER, 1838, p. 1).

Dessa forma, o conhecimento era ensinado a partir da relação *Mestre*, detentor do conhecimento, e *Discípulo*, que deveria aprender o conhecimento com precisão matemática. A respeito desse método, Madeira e Reis (2011, p. 6) afirmam que “[...] perguntas e respostas não deveriam alimentar dúvidas: a clareza e a objetividade seriam elementos essenciais na transmissão daquele saber definitivo ou saber-verdade, como assim recomendava a versão cartesiana do conhecimento”. Outra obra utilizada em 1858 e 1859 foi o *Compendio elementar de Chronologia*, de Abreu e Castro, publicado no Recife, pela *Typographia de Santos e Companhia*, em 1843. Natural da Vila do Nogueira do Cravo, Portugal, Abreu e Castro foi professor de História, Geografia e Latim, no Colégio Pernambucano. Dentre outras obras, publicou *Nossa Senhora dos Guararapes: romance histórico, descritivo, moral e crítico* (1847), considerado o primeiro romance pernambucano (GONÇALVES FILHO, 2012).

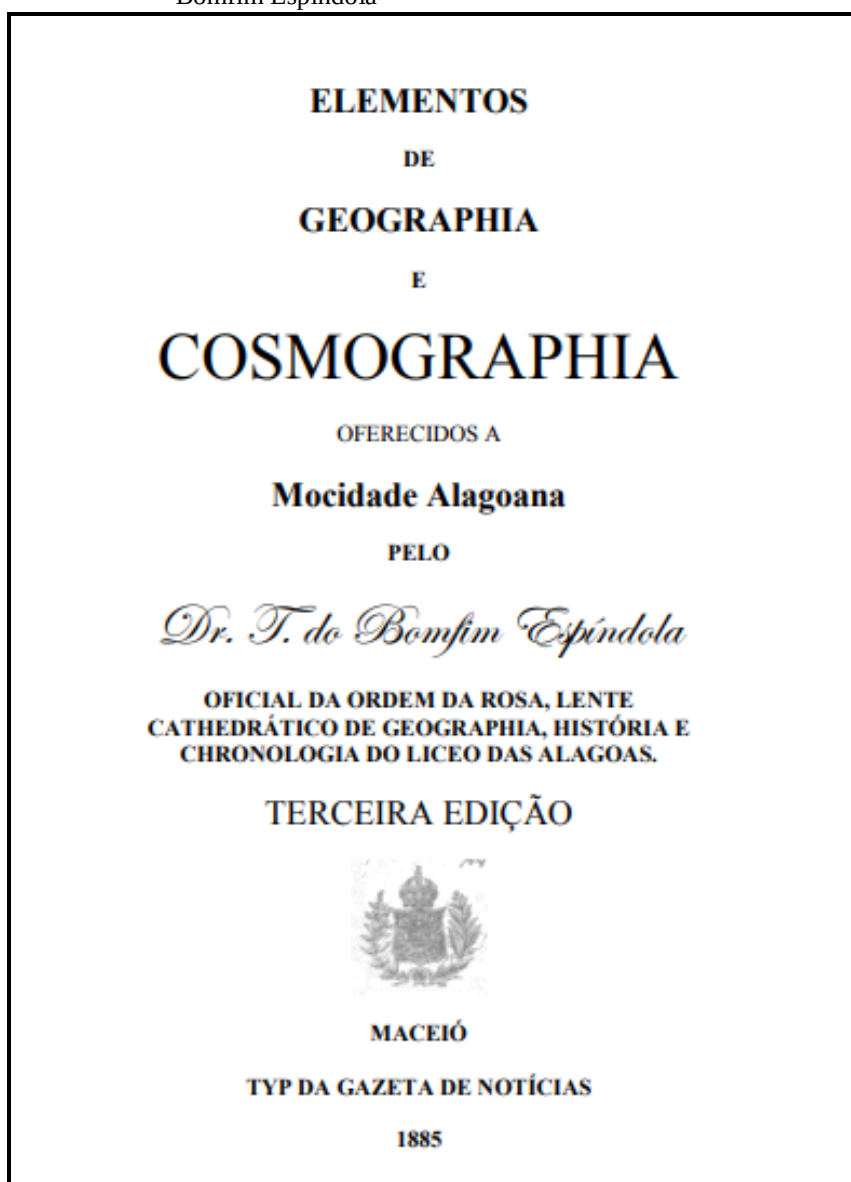
Em 1858, o alagoano Thomaz do Bomfim Espíndola assumiu interinamente a cadeira de *Geographia, Historia e Chronologia* do Liceu, passando a ser professor efetivo em 1869. Enquanto lente catedrático, Espíndola publicou o compêndio *Elementos de Geografia e Cosmografia* (1860)¹⁶⁴, para uso dos alunos do Liceu e da Escola Normal. O texto da terceira edição (1885) contém 332 páginas e é dividido em cinco partes: a primeira intitulada *Elementos da Geographia geral*; a segunda dedicada aos aspectos físicos dos continentes; a terceira da *População do globo*; a quarta nomeada *Geografia particular do Brasil*; e a quinta denominada *Geographia Mathematica*.

Segundo Herculano (2014), Espíndola concebe a Geografia como sendo dividida em quatro partes: física, política, matemática ou astronômica e histórica. Essa divisão, ainda

¹⁶⁴ A obra contou com três edições 1860, 1874 e 1885. A terceira edição da obra está disponível na íntegra no site do Grupo de Estudo e Pesquisa História da Educação, Cultura e Literatura, no endereço: <http://www.cedu.ufal.br/grupopesquisa/gephecl/elementosdegeographiaecosmographia.pdf>.

segundo a autora, assemelha-se a organização metodológica da Geografia proposta pelo alemão Humboldt, uma das referências de Espíndola.

IMAGEM 41 – Capa de *Elementos de Geografia e Cosmografia* (1885), de Thomaz do Bomfim Espíndola¹⁶⁵



Fonte: <http://www.cedu.ufal.br/grupopesquisa/gephecl/elementosdegeographiaecosmographia.pdf>

Na Introdução da terceira edição, Espíndola sugere quais conhecimentos deveriam ser ensinados aos alunos da Escola Normal e aos do Liceu. Conforme sua proposta, somente a primeira parte, *Elementos da Geographia geral*, também dita “Preliminares”, deveria ser ministrada aos alunos da Escola Normal. O conteúdo completo da obra, com as demais partes, mais complexas, somente deveria ser estudado pelos alunos do Liceu. Para o autor:

¹⁶⁵ Capa transcrita pelo Grupo de Estudo e Pesquisa História da Educação, Cultura e Literatura.

[...] os alumnos da Eschola Normal não devem ser obrigados a aprender da Geographia propriamente dita mais do que aquillo que contem o Atlas elementar para o uso das aulas primárias pelo Dr. João Eislão da Silva Lisboa; também como não devem ser obrigados a aprender a superfície de todos os países do mundo, nem o nome de todas as cidades mencionadas n'esta obra; basta que não ignorem a superfície dos países mais notáveis da Europa e América e que entre as cidades decorem os nomes das capitais e de uma ou outra cidade mui notável [...] (ESPÍNDOLA, 1885, p. 4).

Conforme Madeira e Reis (2011), o pensamento liberal de Espíndola concernia em oferecer ao professor primário um abreviamento da formação e do conhecimento, sendo-lhes necessário aprender somente o que fosse ensinado às crianças. Assim, “[...] esse breve saber serviria para ‘derramar’ as letras na população e prosseguir com o movimento de aprimoramento da população alagoana nos moldes civilizados já consolidados na Europa” (MADEIRA; REIS, 2011, p. 6).

Discutindo essa questão, Herculano (2014, p. 139) faz a seguinte indagação: “[...] essa distinção entre o saber destinado para a Escola Normal e para o Curso preparatório delimitado por Espindola representava um descuido quanto à formação dos professores ou se tratava de uma aprendizagem mais utilitária conforme a faixa etária?”.

A exemplo da obra do Abbade Gaultier, o texto de Espíndola utilizava o método dialogístico, com perguntas e respostas. Em uma das lições o autor passa a classificar, numa perspectiva evolutiva, os humanos em três grupos: selvagens, bárbaros e civilizados. Espíndola qualificava os povos em linhas que iam do atraso ao progresso:

M. – Como se classificam os povos segundo o seu progresso material, intellectual e aperfeiçoamento moral?

D. – Em *selvagens*, *bárbaros* e *civilizados*.

M. – O que são povos *selvagens*?

D. – São os que ignoram ou conhecem mui imperfeitamente a arte de escrever e as outras mais necessárias á vida; mantem o menor numero de relações com outros povos; e em geral são dados á pesca, caça ou pastoricia; vivem n’um estado nômade e pugnando pela liberdade natural: alguns são ate antropophagos, ou comem carne humana.

M. – O que são povos *barbaros*?

D. – São os que conhecem a arte de escrever e as outras mais necessárias a vida e não tem língua polida, nem legislação bem conhecida; dão grande apreço à profissão da guerra e pouco ao estudo e aperfeiçoamento das sciencias e artes.

M. – E *civilizados*?

D. – São os que teem lingua polida, legislação bem conhecida, governo activo e providente; teem em grande estima as sciencias e artes, marchando o seu progresso material e intellectual, mais ou menos, a par do aperfeiçoamento moral.

M. – Quantas especies de civilização há no globo?

D. – Duas: a *européia* e a *asiática*, ambas as quaes distinguem-se entre si pela sua moral, usos e costumes (ESPÍNDOLA, 1885, p. 41-42, grifos meus).

Segundo Madeira e Reis (2011, p. 7):

Esta linha de raciocínio e de classificação dos povos, tendo como referência os países mais desenvolvidos economicamente, se prolonga por todo o texto, quando associa desenvolvimento econômico às letras, acionando automaticamente o progresso intelectual e moral humano. Sendo os povos determinados pelo clima e pelo solo, supõe-se, portanto que estes também se mantivessem em patamares superiores se comparados aos países de baixo desenvolvimento econômico. Espíndola passa então a expor elementos detalhados sobre o solo e o clima europeus numa forma de justificar a riqueza e a capacidade de gerar humanos mais forte fisicamente e superiores intelectualmente.

Para Elias (2011), o conceito de civilização pode ser definido como aquilo que o Ocidente concebe de si mesmo, uma vez que não se pode defini-lo rigorosamente, pois “[...] nada há o que não possa ser feito de forma ‘civilizada’ ou ‘incivilizada’ [...]” (Id., p. 23). Assim, é aquilo que o ocidente se orgulha, que lhe faz julgar-se superior as outras sociedades, isso corresponde ao “[...] nível da *sua* tecnologia, a natureza de *suas* maneiras, o desenvolvimento de *sua* cultura científica ou visão de mundo [...]” (Ibid.).

Nesse sentido, a obra de Espíndola está carregada daquilo que a Europa expressava como consciência de si mesma. Concebido a partir de um “eurocentrismo”, próprio aos intelectuais de sua época, o compêndio do alagoano reforçava que os povos europeus e asiáticos estavam à frente dos demais devido ao seu desenvolvimento cultural, científico e industrial. Portanto, esse tipo de raciocínio, que diminuía a cultura de outros povos, inclusive a brasileira, e excluía os índios, negros e mestiços por “não serem portadores da noção de civilidade”, era disseminado aos alunos do Liceu. Conforme demonstrei no início desta seção, a escolha de compêndios para uso no Liceu das Alagoas era feita a cada início de ano letivo, e não passava por muitas discussões. Via de regra, não havia mudanças nos textos, nem contestações às listas. Ano a ano, as mesmas se impunham pela sua autoridade, visto que eram consideradas as melhores obras para o ensino secundário, à época. Ademais, faziam parte do rol de textos e manuais utilizados no Colégio de Pedro II e nos demais colégios e liceus do país, conforme podem demonstrar as pesquisas de Arriada (2007) e Ferronato (2012).

Conforme apresentei, alguma ação no sentido de contrapor os compêndios utilizados deu-se em 1867, quando com o Inspetor Geral da Instrução Pública, Thomaz do Bomfim Espíndola, sugeriu que não fosse mais utilizado o *Compêndio da Gramática Portuguesa*, do professor José Alexandre Passos. Excetuando-se esse episódio, não encontrei qualquer documentação que fizesse alguma oposição às obras adotadas. Finda esta última seção, que

tratou sobre os saberes veiculados e disseminados nas aulas de línguas e história e geografia do Liceu das Alagoas, tecerei as considerações finais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Perscrutando a história da educação nas Alagoas, esse texto ofereceu uma narrativa a cerca da educação pública secundária: as aulas avulsas e o Liceu Provincial. Tal escrita, mais especificamente, ressaltou os sujeitos envolvidos, os espaços, os tempos e os saberes disseminados, em suma, a cultura escolar, com ênfase maior na instituição liceal.

Como foi evidenciado, as primeiras notas da oferta de educação nas partes Sul da Capitania de Pernambuco dão conta das aulas de Gramática Latina ministradas nos conventos franciscanos da Vila das Alagoas, sede da Comarca, na Vila do Penedo, no início do século XVIII. O surgimento de uma educação custeada pela coroa portuguesa ou ofertada por não religiosos na região deu-se no último quartel do Dezoito.

Essas informações elucidam que, desde pelo menos 1777, já havia gastos com educação nas Alagoas, fato que possibilita a afirmação da existência de uma educação pública, ministrada em aulas avulsas, desde aqueles idos. Outro dado importante diz respeito ao nome e atuação do professor de Gramática Latina, João Mendes Sanches Salgueiro, primeiro nome de professor público das Alagoas encontrado até então.

A localização e o trato com fontes primárias, até então desconhecidas no âmbito da historiografia da educação alagoana trouxe à tona informações, fatos e dados que oferecem uma nova interpretação para o que pode ser considerada a gênese de uma educação pública nas Alagoas, ou pelo menos de uma educação não dirigida por religiosos, como prefiro designar.

Por outro lado, a presença de órfãos, pretos e pardos nas aulas avulsas de ensino secundário em Alagoas, na primeira metade do Dezenove, ainda que não seja acentuada, permite que os historiadores da educação enxerguem o perfil dos alunos daquela modalidade de ensino a partir de uma nova lente, que não aquela já solidificada nos trabalhos e pesquisas realizadas. Assim, é possível afirmar que a visão, quase fossilizada, que pressupõe a ausência de alunos negros na educação secundária, no século XIX, não se confirma para a Província das Alagoas. Contudo, “[...] é importante lembrar que esses negros notáveis não expressavam as condições dos demais que viviam, em sua maioria sem escolarização, principalmente secundária e superior, daí a importância de revelá-los” (SANTOS, 2011).

Desta feita, não se pode negar que a população negra teve um papel preponderante no desenvolvimento da Província, seja como escravizado, livre ou liberto trabalhando nas lavouras, nos serviços domésticos e no comércio (SANTOS, 2011) e, como mostrei aqui,

alguns frequentaram aulas, atuaram nos mais diversos espaços públicos da sociedade alagoana e brasileira.

É possível que outros alunos órfãos, negros e pardos frequentassem as aulas secundárias, uma vez que muitos mapas negligenciam o item cor ou qualidade, bem como este grupo tenha frequentado os mais diversos espaços e funções na sociedade alagoana e brasileira. Por isso, considero fundamental a produção de pesquisas em história da educação, sobretudo, as com foco na instrução secundária no Império, que deem visibilidade à população negra/parda, para além do campo da escravidão e marginalização. Saliento que, mesmo dialogando com estudos recentes sobre liceus e colégios de educação secundária, não encontrei pesquisas que discutam a respeito da participação desses grupos sociais naquele modelo de ensino.

Importante ainda ressaltar que a própria quantidade de mapas escolares das aulas avulsas, sobretudo, no segundo quartel do século XIX, bem como a realização de concursos públicos, denotam um rigoroso controle e inspeção sobre elas. Sendo assim, faz-se necessário também relativizar a tese consolidada nos escritos e pesquisas em História da Educação de que aquele modelo de ensino era disperso, sem organização e sem fiscalização. Ao menos na Província das Alagoas esse argumento não tem respaldo, conforme ficou demonstrado. As aulas avulsas foram importantes para a construção e constituição do ensino liceal nas Alagoas. Conforme já afirmei, o Liceu Provincial forjou-se a partir delas, tomando de empréstimo seus professores, alunos e saberes. Pensando nesse processo social de construção da escolarização, o interior da Província, sobretudo, a Vila do Penedo, valeu-se por todo o Império do modelo de cadeiras avulsas.

Desde a primeira legislatura, em 1835, discutiu-se a criação de uma instituição que centralizasse as aulas avulsas. Entretanto, as divergências políticas envolvendo os que defendiam a permanência da capital da Província na Cidade das Alagoas e os que desejavam a mudança para Maceió, estão entre os entraves para que o projeto não vingasse. Por isso, somente após a transferência da sede da Província para Maceió, e o fim da chamada “guerra entre lisos e cabeludos” é que se tem uma maior pressão para criação da instituição liceal. Assim, em 5 de maio de 1849, o então Presidente da Província, Cel. Antonio Nunes de Aguiar, sancionou a Lei Provincial nº 106, que fundou o Liceu Provincial das Alagoas.

A criação da Instituição, em 1849, mesmo não significando o fim de todas as aulas avulsas, constituiu-se na concentração da maior quantidade das aulas secundárias públicas em Maceió. Desse modo, o Liceu Provincial apropriou-se dos professores, alunos e saberes das

aulas avulsas. A instituição liceal centralizada possibilitou um maior controle e rigor, permitindo, assim, maior disciplinamento do comportamento e contenção das pulsões. Seja pelos saberes, seja pelos tempos e espaços, o controle social cada vez mais imperativo sobre os liceístas visava inculcar-lhes valores e hábitos duradouros, necessários para o exercício das funções públicas.

Na dinâmica configuracional do Liceu Provincial das Alagoas, várias foram as tensões os conflitos resultantes das disputas por espaço e poder. No jogo de interesses, o equilíbrio de forças era constantemente testado pelos sujeitos da instituição. Por vezes, os confrontos entre professores, diretores e alunos foram inevitáveis e extrapolaram os muros do estabelecimento ganhando as páginas dos jornais da Província. No entanto, a ampliação da cadeia de interdependência e o estágio de civilização no qual se encontrava a sociedade não se admitiam atos de violência física entre os pares, ainda que eles ocorressem. Por isso, o que se permitia publicar na imprensa eram os conflitos retóricos.

Muitas dessas disputas não pertenciam a indivíduos singulares, nem tinham sua origem no Liceu ou em questões pedagógicas, colocadas como pano de fundo. Mas advinham de questões políticas, das rivalidades e tensões dos grupos que lutavam entre si pela afirmação, poder e prestígio social na Província.

No Liceu Provincial das Alagoas, os alunos não podiam matricular-se em mais de duas cadeiras por ano, o que retardava a conclusão de todas elas, pois para terminar as oito aulas seriam necessários no mínimo quatro anos. Aliado a isso, as matérias oferecidas, bem como os exames realizados não eram requisitos, nem habilitavam para as faculdades. Esse conjunto de fatores corroborava para a baixa matrícula e frequência na Instituição, do mesmo modo quanto ao pequeno comparecimento de alunos na realização dos exames.

O fechamento do Liceu Provincial, em 1861, possibilitou o florescimento de colégios particulares, que rivalizavam entre si e com a Instituição pública. Por ofertarem internato e uma formação mais aligeirada, esses colégios passaram a atrair uma maior quantidade de alunos que a iniciativa pública: o Liceu e as aulas avulsas. Interessava a alguns grupos das elites locais o acesso mais rápido aos cursos superiores, serviço que era prestado com maior eficiência pelos colégios particulares. Outra forma encontrada por esses grupos para acelerar o processo era o envio de seus filhos para cursar o secundário nas cidades em que havia faculdades, a exemplo de Recife, Salvador, Rio de Janeiro e São Paulo, ou mesmo para Coimbra.

Tal situação fica evidente com a autorização das bancas de exames, a partir de 1873. Nesse período, proliferou-se ainda mais a criação de colégios particulares que visavam justamente à aprovação nos exames de preparatórios. Por outro lado, também o Liceu Provincial e as aulas avulsas ainda existentes passaram a ter seu programa moldado pelo que era exigido nos exames. Nesse período, uma das vantagens e privilégios de estudar no Liceu era a possibilidade de realizar as bancas com os mesmos professores que estudavam durante todo o ano. Assumia, então, a instrução secundária à sua função iminentemente preparatória, ou seja, voltada para o ingresso nas academias e faculdades, garantindo o interesse das elites para seus filhos.

Os espaços que abrigaram o Liceu, ainda que não fossem próprios e/ou adequados, em geral, eram situados no entorno dos prédios mais importantes da Província, que abrigavam os poderes políticos e religiosos. A leitura da arquitetura escolar permite observar que, de maneira intencional e racional, e não de forma neutra ou abstrata, a Instituição permitia que desde cedo os jovens liceístas estivessem próximos dos espaços do poder. Esse valor também era inculcado, uma vez que, os prédios escolares revelam um programa pedagógico, um currículo (ESCOLANO, 1993-94).

Os tempos escolares no Liceu das Alagoas, por sua vez, ainda que pretendessem a racionalização, eram sujeitos aos costumes do calendário religioso. Os tempos de férias, início das atividades pedagógicas e exames finais levavam em conta datas religiosas como o Natal, o Entrudo (Carnaval), a Semana Santa e a Páscoa. Além disso, todas as quintas-feiras das semanas em que não havia dia santo ou feriado ocorria o sueto ou descanso escolar. Notória também são as interferências nos tempos escolares ocasionadas por questões específicas da Província, como a realização de Júri, eleição e a epidemia do *cólera-morbus*, que atingiu Alagoas entre 1855 e 1856.

No que diz respeito às cadeiras escolares, importante salientar que, mesmo no estabelecimento liceal centralizado, símbolo de um modelo educativo moderno e racionalizado, não havia uma divisão de alunos por níveis ou séries. É possível que o professor fizesse algum tipo de divisão por nível de instrução, como fica evidenciado nos mapas das aulas avulsas. Entretanto, não existia nada institucionalizado que regulasse essa questão. Algo próximo a isso era possibilidade a divisão dos alunos por decúrias (grupos de 10 alunos), especialmente nas aulas de Latim e nas demais línguas, conforme previa o Estatuto do Liceu Provincial das Alagoas. Uma proposta foi feita por Silva Titara, em 1860, porém somente para a cadeira de Latim, quando solicitou a divisão da aula em baixa e a alta

latinitude. Uma tentativa mais consistente de introduzir estudos graduados deu-se com Thomaz Espíndola, em 1867. No entanto, a proposta não vingou e o modelo de ensino graduado em séries somente passou a vigorar em 1892, com a reforma Gabino Besouro.

Sendo assim, pensando na forma escolar moderna como sendo estabelecida, sobretudo, a partir da tríade: uma sala (espaço físico), uma classe seriada e um professor; é possível concluir que no Liceu das Alagoas, até a Reforma Gabino Besouro (1892), não vigorou esse modelo. Entretanto, outros elementos constituintes dessa forma escolar estavam presentes, a exemplo do controle do tempo e da distribuição do espaço físico. Estes, além de indicar um determinado discurso pedagógico, estavam no bojo do aparato normativo que visava moldar e disciplinar os alunos do Liceu.

Os saberes disseminados, tanto nas aulas avulsas, quanto no Liceu Provincial, eram voltados para a promoção da cultura geral, por isso se pautava nos estudos clássicos e literários. Pedagogicamente é possível afirmar que se tratava de um currículo propedêutico. Socialmente, considero que a pedagogia do exemplo e os valores morais inculcados eram extremamente úteis para a manutenção daquele modelo de sociedade. Nesse sentido, considero que os saberes disseminados tinham um caráter social prático, uma vez que eram armas retóricas na guerra pela defesa das posições e interesses individuais ou de grupos.

Como afirmar, por exemplo, que o aprendizado da retórica, da eloquência e da oratória não era algo útil àquele modelo de sociedade, nomeadamente, nos meios políticos, jurídicos, jornalísticos e religiosos da época? Ou, como alegar que a internalização de valores como a prudência, a justiça, a coragem, a honestidade, a abnegação, a polidez, a moderação dos impulsos, o controle das emoções, o desenvolvimento dos sentimentos de embaraço e vergonha tinham um caráter desinteressado ou ornamental? Não geravam (ou geram) esses valores atitudes práticas no cotidiano dos indivíduos e das sociedades?

Aportando-me no conceito de sociogênese de Elias (2011) pondero que a estrutura social da época impelia seus membros, ou ao menos aqueles que se destinariam aos postos de mando e poder, a esse tipo de atitudes, fazendo-lhes parecer algo necessário e vantajoso. Por esse motivo, avalio que essa modelação dos comportamentos não pode ser deduzida senão como algo objetivo, material, empírico. Consequentemente, não era um ensino desinteressado ou voltado para o deleite do espírito, como boa parte das pesquisas em História da Educação, aportadas em Silva (1959), Haidar (1972) e Azevedo (1976), tende a afirmar.

Portanto, a partir do exposto nessa narrativa, é possível afirmar que todo aparato normativo, didático e pedagógico, sobretudo, os tempos, os espaços e os saberes, no Liceu das

Alagoas estavam voltados a disciplinar e moldar o comportamento daqueles que poderiam assumir os postos administrativos e de comando na Província das Alagoas. Sob a égide da palavra civilização (ELIAS, 2011), esse comportamento era internalizado, formando um *habitus* ou segunda natureza, que posteriormente tomava padrões de autocontrole.

Por fim, saliento que as contribuições iniciais que o texto traz para a historiografia da educação alagoana e brasileira não se esgotam aqui. Não houve, de minha parte, qualquer pretensão de consumir o enorme leque de interpretações e possibilidades que as fontes documentais a respeito da educação secundária, notadamente, das aulas avulsas e do Liceu, bem como dos colégios particulares, podem trazer em futuras pesquisas. Neste texto, além dos objetivos que explicitiei, busquei apontar caminhos e despertar o interesse daqueles que pretendem enveredar pelos difíceis caminhos da investigação histórica em educação, mais especificamente na história da educação alagoana.

REFERÊNCIAS

Almanaques, jornais e revistas

A ACTUALIDADE, Rio de Janeiro, 16 de março de 1864, ano 6, nº 664.

A INSTRUÇÃO, São Luiz do Quitunde, 7 de outubro de 1883, ano I, nº 2.

Almanak Administrativo da Província das Alagoas para o ano de 1875, 4º ano, Maceió, Typographia Social, 1875.

Almanak administrativo, mercantil e industrial do Rio de Janeiro para 1891, 48º anno, Rio de Janeiro, Companhia Typographica do Brazil, 1891.

ALMANAK do Estado das Alagoas para o ano de 1891, ano XX, Maceió: Typographia do Gutenberg, 1891.

CORREIO MERCANTIL, Rio de Janeiro, 17 de outubro de 1850, nº 259, p. 2.

DIÁRIO DA MANHAN, Maceió, 24 de maio de 1882, ano I, nº 104.

DIÁRIO DAS ALAGOAS, Maceió, 13 de março de 1858, ano I, nº 12.

DIÁRIO DAS ALAGOAS, Maceió, 02 de julho de 1859, ano II, nº 148.

DIÁRIO DAS ALAGOAS, Maceió, 22 de julho de 1859, ano II, nº 165.

DIÁRIO DAS ALAGOAS, Maceió, 26 de julho de 1859, ano II, nº 168.

DIÁRIO DAS ALAGOAS, Maceió, 24 de agosto de 1859, ano II, nº 192.

DIÁRIO DAS ALAGOAS, Maceió, 06 de setembro de 1860, ano III, nº 206.

DIÁRIO DAS ALAGOAS, Maceió, 28 de setembro de 1860, ano III, nº 224.

DIÁRIO DAS ALAGOAS, Maceió, 03 de outubro de 1860, ano III, nº 228.

DIÁRIO DAS ALAGOAS, 11 de dezembro de 1860, ano III, nº 285.

DIÁRIO DAS ALAGOAS, Maceió, 05 de janeiro de 1861, ano IV, nº 04.

DIÁRIO DAS ALAGOAS, Maceió, 11 de janeiro de 1861, ano IV, nº 09.

DIÁRIO DAS ALAGOAS, Maceió, 22 de janeiro de 1861, ano IV, nº 18.

DIÁRIO DAS ALAGOAS, Maceió, [data não identificada] julho de 1861, ano IV, [número não identificado].

DIÁRIO DAS ALAGOAS, 18 de julho de 1861, ano IV, nº 162.

DIÁRIO DAS ALAGOAS, Maceió, 24 de julho de 1861, ano IV, nº 167.

DIÁRIO DAS ALAGOAS, Maceió, 31 de julho de 1861, ano IV, nº 173.

DIÁRIO DAS ALAGOAS, Maceió, 3 de agosto de 1861, ano IV, nº 176.

DIÁRIO DAS ALAGOAS, Maceió, 05 de julho de 1863, ano VI, nº 148.

DIÁRIO DAS ALAGOAS, Maceió, 04 de janeiro de 1869, ano XII, nº 02.

DIÁRIO DAS ALAGOAS, Maceió, 12 de janeiro de 1870, ano XIII, nº 08.

DIÁRIO DAS ALAGOAS, Maceió, 15 de janeiro de 1870, ano XIII, nº 11.

DIÁRIO DAS ALAGOAS, Maceió, 03 de agosto de 1870, ano XII, nº 175.

DIÁRIO DAS ALAGOAS, Maceió, 06 de outubro de 1870, ano XII, nº 228.

DIÁRIO DAS ALAGOAS, Maceió, 28 de outubro de 1870, ano XII, nº 247.

DIÁRIO DAS ALAGOAS, Maceió, 10 de dezembro de 1870, ano XII, nº 282.

DIÁRIO DAS ALAGOAS, Maceió, 30 de novembro de 1883, ano XXVI, nº 272.

ESTADO DE ALAGOAS. **Maceió**: cem anos de vida da capital. Maceió: Casa Ramalho, 1939.

ESTADOS UNIDOS DO BRAZIL. **Diário Oficial**, Directoria da Contabilidade do Thesouro, Capital Federal, 26 set. 1895. Seção 1, p. 12.

GAZETA DE NOTÍCIAS, Maceió, 17 de março de 1882, ano IV, nº 58.

GAZETA DE NOTÍCIAS, Maceió, 1º de julho de 1882, ano IV, nº 137.

GAZETA OFICIAL DO CEARÁ, Fortaleza, 6 de abril de 1864, Ano II, nº 138.

GUTENBERG, Maceió, 19 de janeiro de 1884, ano III, nº 2.

GUTENBERG, Maceió, 26 de janeiro de 1884, ano III, nº 5.

GUTENBERG, Maceió, 09 de fevereiro de 1884, ano III, nº 11.

GUTENBERG, Maceió, 6 de novembro de 1887, ano VI, nº 249.

GUTENBERG, Maceió, 8 de junho de 1890, ano IX, nº 122.

GUTENBERG, Maceió, 19 de junho de 1892, ano XI, nº 134.

GUTENBERG, Maceió, de 21 de janeiro de 1896, ano XV, nº 14.

JORNAL DO PENEDO, Penedo, 5 de setembro de 1879, ano IX, nº 35.

JORNAL DO PENEDO, Penedo, 23 de abril de 1880, ano X, nº 11.

MERCANTIL, Maceió, 1º de dezembro de 1863, ano 1, nº 39.

O APOSTOLO, Rio de Janeiro, 18 de setembro de 1870, ano V, nº 39.

O ARAUTO. Informativo do Serviço de Biblioteca e Documentação da Faculdade de Direito da USP, Nº Especial, ago/2006. Disponível em: http://www.usp.br/bibliotecadireito/Arauto/arauto_nesp_ago_06.pdf. Acesso em: 16 ago. 2017.

O CAIXEIRO, Maceió, 29 de julho de 1880, ano I, nº 19.

O CORREIO MACEIOENSE, Maceió, 15 de agosto de 1850, serie II, 1850, nº 35.

O FEDERALISTA ALAGOENSE, Maceió, 3 de outubro de 1832, nº 19.

O LIBERAL, Maceió, 17 de dezembro de 1874, ano VI, nº 110.

O LIBERAL, Maceió, 12 de fevereiro de 1884, ano XVI, nº 4.

O LYCEISTA ALAGOANO, Maceió, 20 de maio de 1859, nº 10.

O ORBE, Maceió, 10 de dezembro de 1879, ano 1, nº 122.

O ORBE, Maceió, 9 de julho de 1882, ano IV, nº 74.

O ORBE, Maceió, 10 de setembro de 1882, ano IV, nº 101.

O ORBE, Maceió, 10 de janeiro de 1883, ano V, nº 1.

O ORBE, Maceió, 4 de julho de 1883, ano V, nº 76.

O ORBE, Maceió, 15 de julho de 1883, ano V, nº 80.

O ORBE, Maceió, 5 de fevereiro de 1884, ano VI, nº 10.

O ORBE, Maceió, 12 de dezembro de 1884, ano VI, nº 144.

O ORBE, Maceió, 19 de dezembro de 1884, ano VI, nº 147.

O ORBE, Maceió, 14 de novembro de 1886, ano VIII, nº 153.

O ORBE, Maceió, de 19 de novembro de 1886, ano VIII, nº 155.

O ORBE, Maceió, 24 de novembro de 1886, ano VIII, nº 157.

O ORBE, Maceió, 10 de maio de 1888, ano X, nº 53.

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE ALAGOAS, Maceió: Imprensa Oficial, vol. II, 1882.

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE ALAGOAS DE 1932. Maceió: Imprensa Oficial, vol. XVI, 1932.

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE ALAGOAS DE 1947. Maceió: Imprensa Oficial, vol. XXV, 1949.

Decretos, Estatutos, Leis e Resoluções

ALAGOAS. Decreto nº 12, de 9 de dezembro de 1892.

ALAGOAS. Decreto nº 601, de 11 de novembro de 1912.

ALAGOAS. Estatuto da Congregação do Lyceu da Província das Alagoas, de 4 de julho de 1849. **Compilação das Leis Provinciaes das Alagoas**. 1835 a 1872. Maceio: Typ. de A. J. da Costa, 1875.

ALAGOAS. Lei Provincial nº 106, de 5 de maio de 1849. **Compilação das Leis Provinciaes das Alagoas**. 1835 a 1872. Maceio: Typ. de A. J. da Costa, 1875.

ALAGOS. Lei nº 160, de 7 de julho de 1851. **Compilação das Leis Provinciaes das Alagoas**. 1835 a 1872. Maceio: Typ. de A. J. da Costa, 1875.

ALAGOAS. Lei nº 235, de 10 de abril de 1854. **Compilação das Leis Provinciaes das Alagoas**. 1835 a 1872. Maceio: Typ. de A. J. da Costa, 1875.

ALAGOAS. Lei nº 370, de 4 de julho de 1861. **Compilação das Leis Provinciaes das Alagoas**. 1835 a 1872. Maceio: Typ. de A. J. da Costa, 1875.

ALAGOAS. Resolução de 11 de novembro de 1831. **Compilação das Leis Provinciaes das Alagoas**. 1835 a 1872. Maceio: Typ. de A. J. da Costa, 1875.

ALAGOAS. Resolução nº 11, 9 de dezembro de 1839. **Compilação das Leis Provinciaes das Alagoas**. 1835 a 1872. Maceio: Typ. de A. J. da Costa, 1875.

ALAGOAS. Resolução nº 201 de 28 de junho de 1852. **Compilação das Leis Provinciaes das Alagoas**. 1835 a 1872. Maceio: Typ. de A. J. da Costa, 1875.

ALAGOAS. Resolução nº 358, de 11 de julho de 1859. **Compilação das Leis Provinciaes das Alagoas**. 1835 a 1872. Maceio: Typ. de A. J. da Costa, 1875.

ALAGOAS. Resolução nº 395, de 16 de novembro de 1863. **Compilação das Leis Provinciaes das Alagoas**. 1835 a 1872. Maceio: Typ. de A. J. da Costa, 1875.

ALAGOAS. Resolução nº 424, de 18 de junho de 1864. **Compilação das Leis Provinciaes das Alagoas**. 1835 a 1872. Maceio: Typ. de A. J. da Costa, 1875.

ALAGOAS. Resolução nº 450, de 17 de julho de 1865. **Compilação das Leis Provinciaes das Alagoas**. 1835 a 1872. Maceio: Typ. de A. J. da Costa, 1875.

ALAGOAS. Resolução nº 531, de 5 de maio de 1870. **Compilação das Leis Provinciaes das Alagoas**. 1835 a 1872. Maceio: Typ. de A. J. da Costa, 1875.

ALAGOAS. Resolução nº 673, de 13 de maio de 1874.

ALAGOAS. Resolução Presidencial nº. 705, de 20 de maio de 1875.

Discursos, falas e Relatórios dos presidentes da Província e diretores da Instrução Pública

ALAGOAS. Discurso e Relatório com que abrio a terceira sessão ordinaria da Assembleia Legislativa da Provincia das Alagoas, o Presidente da mesma Provincia, Rodrigo de Souza da Silva Pontes, em 12 de janeiro de 1837. Bahia, Typ. do Diário, Impr. F. T. D'Aquino, 1837.

ALAGOAS. Discurso e Relatório com que abrio a primeira sessão ordinaria da Assembleia Legislativa da provincia das Alagoas, o presidente da mesma provincia, Rodrigo de Souza da Silva Pontes, em 6 de janeiro de 1837. Bahia, Typ. do Diário, Impr. F. T. D'Aquino, 1838.

ALAGOAS. Falla do Exmo. Snr. Presidente da Provincia das Alagoas na instalação da Assembleia Legislativa da mesma Provincia em 15 de março de 1835.

ALAGOAS. Falla com que abrio a sessão extraordinaria da quarta legislatura da Assembléa Legislativa da provincia das Alagoas, o o [sic] presidente da mesma provincia, Manoel Felizardo de Souza e Mello em 4 de fevereiro de 1842 Pernambuco, Typ. de M. F. de Faria, 1842.

ALAGOAS. Falla com que abrio a segunda sessão ordinaria da quarta legislatura da Assembléa Legislativa da Provincia das Alagoas, o ex.mo Presidente da mesma Provincia, Caetano Silvestre da Silva, em 2 de fevereiro de 1843. Pernambuco, Typ. de Santos & Companhia, 1843.

ALAGOAS. Falla com que abrio a segunda secção [sic] da quinta legislatura da Assembléa Legislativa da provincia das Alagoas o exm. brigadeiro, presidente da mesma provincia, Henrique Marques d'Oliveira Lisboa, em 8 d'outubro de 1845. Pernambuco, Typ. Imparcial de L.I.R. Roma, 1845.

ALAGOAS. Falla com que abrio a primeira sessão ordinaria da sexta legislatura da Assembléa Legislativa da provincia das Alagoas o exm. presidente da mesma provincia, Antonio Manoel de Campos Mello, em 15 de março de 1846. Maceió, Typ. de Menezes & C.a, 1846.

ALAGOAS. Falla com que abrio a segunda sessão ordinaria da sexta legislatura da Assembléa Legislativa da provincia das Alagoas, o excellentissimo presidente da mesma provincia, Antonio Manoel de Campos Mello, em 15 de março de 1847. Pernambuco, Typ. Imparcial, 1847.

ALAGOAS. Falla dirigida á Assembleia Legislativa da provincia das Alagoas, na abertura da primeira sessão ordinaria da septima legislatura pelo ex.mo presidente da mesma provincia, Dr. João Capistrano Bandeira de Mello, em o primeiro de junho de 1848. Pernambuco, Typ. de Santos & Companhia, 1848.

ALAGOAS. Falla dirigida á Assembléa Legislativa da provincia das Alagoas na abertura da segunda sessão da VIII legislatura, pelo exm. presidente da mesma provincia, o conselheiro Dr. José Bento da Cunha Figueiredo, em vintecinco de abril de 1851. Maceió, Typ. de J. S. da S. Maia, 1851.

ALAGOAS. Falla dirigida á Assembléa Legislativa da provincia das Alagoas, na abertura da primeira sessão ordinaria da nona legislatura, pelo exm. presidente da mesma provincia, o conselheiro José Bento da Cunha e Figueiredo em 26 de abril de 1852. Maceió, Typ. Constitucional, 1852.

ALAGOAS. Falla dirigida á Assembléa Legislativa da provincia das Alagoas na abertura da 2.a sessão ordinaria da 9.a Legislatura, pelo ex.mo vice-presidente da mesma provincia, dr. Manoel Sobral Pinto, em 3 de maio de 1853. Recife, Typ. de Santos e Companhia, 1853.

ALAGOAS. Falla dirigida á Assembléa Legislativa da provincia das Alagoas na abertura da sessão extraordinaria em 20 de fevereiro 1854, e da ordinaria em 8 de março do dito anno, pelo excellentissimo presidente da mesma provincia, o dr. José Antonio Saraiva. Recife, Typ. de Santos & Companhia, 1854.

ALAGOAS. Falla dirigida á Assembleia Legislativa da provincia das Alagoas na abertura da sessão ordinaria em o 1.o de março de 1855, pelo ex.mo presidente da mesma provincia, o dr. Antonio Coêlho de Sá e Albuquerque. Recife, Typ. de Santos & Companhia, 1855.

ALAGOAS. Falla dirigida á Assembléa Legislativa da provincia das Alagoas na abertura da sessão ordinaria do anno de 1856, pelo excellentissimo presidente da mesma provincia, o dr. Antonio Coêlho de Sá e Albuquerque. Recife, Typ. de Santos & Companhia, 1856.

ALAGOAS. Falla dirigida á Assembléa Legislativa da provincia das Alagoas na abertura da sessão ordinaria do anno de 1859, pelo excellentissimo presidente da provincia, o doutor Agostinho Luiz da Gama. Maceió, Typ. Commercial de A.J. da Costa, 1859.

ALAGOAS. Falla dirigida á Assembléa Legislativa da provincia das Alagoas na abertura da sessão ordinaria do anno de 1860, pelo excellentissimo presidente da provincia, o commendador Pedro Leão Velloso. Maceió, Typ. Commercial de A. J. da Costa, 1860.

ALAGOAS. Falla dirigida á Assembléa Legislativa Provincial das Alagoas no dia 5 de maio de 1865, pelo exm. sr. desembargador João Baptista Gonçalves Campos, presidente da provincia. Maceió, Typ. Progressista, 1865.

ALAGOAS. Falla dirigida á Assembléa Legislativa da provincia das Alagoas na abertura da 2.a legislatura em 15 de março de 1874 pelo doutor João Vieira de Araujo, presidente da provincia. Maceió, Typ. do Jornal das Alagoas, 1875.

ALAGOAS. Falla com que o exm. snr. dr. Cincinnato Pinto da Silva, presidente da provincia, installou a 1a sessão ordinaria da 23a Legislatura Provincial das Alagoas em 16 de abril de 1880. Maceió, Typ. do Liberal, 1880.

ALAGOAS. Falla dirigida á Assembléa Legislativa das Alagoas pelo exm. sr. presidente da provincia, doutor João Thomé da Silva, em 16 de março de 1876. Maceió, Typ. do Jornal das Alagoas, 1876.

ALAGOAS. Relatório com que o Exm. Conselheiro, Dr. José da Cunha Figueiredo, entregou a administração da provincia das Alagoas ao Exm. Vice-Presidente da mesma Provincia, Dr. Manoel Sobral Pinto. Pernambuco: Typ. de M. F. de Faria, 1853.

ALAGOAS. Relatório àcerca da Instrucção Geral da Provincia das Alagoas, 1854. APA. Cx. 5182.

ALAGOAS. Relatório. Directoria Geral da Instrucção Publica das Alagoas, 1862. APA. Cx. 5777.

ALAGOAS. Relatório com que ao Exm. Senhor Dr. João Marcelino de Souza Gonzaga, Presidente da Provincia das Alagoas entregou a administração da mesma Provincia o Dr. Antonio Alves de Souza Carvalho. Maceió: Typographia Progressista, 1864.

ALAGOAS. Relatório com que o Exm. Sr. Dr. João Marcelino de Souza Gonzaga entregou no dia 16 de março ao 1º Vice Presidente Exm. Dr. Roberto Calheiros de Mello a presidência desta Província. Maceió: Typographia Progressista, 1864.

ALAGOAS. Relatório da Instrucção Publica e Particular da Provincia das Alagoas apresentado ao Exm. Srn. Dr. Esperidião Eloy de Barros Pimentel, Presidente da Provincia, pelo Dr. Thomaz do Bomfim Espindola. Maceió: Typ. do Bacharel Felix da Costa Moraes, 1866.

ALAGOAS. Relatório da Instrucção Publica e Particular da Provincia das Alagoas apresentado ao Exm. Srn. Dr. José Martins Pereira de Alencastre, Presidente da Provincia, pelo Dr. Thomaz do Bomfim Espindola. Maceió: 1867.

ALAGOAS. Relatório da Instrucção Publica e Particular da Provincia das Alagoas apresentado ao Exm. Srn. Dr. Antonio Moreira de Barros, Presidente da Provincia, pelo Dr. Thomaz do Bomfim Espindola. Maceió: Typ. do Jornal Alagoano, 1868.

ALAGOAS. Relatório lido perante a Assembléa Legislativa da provincia das Alagoas no acto de sua installação em 16 de março de 1869 pelo presidente da mesma, o exm. snr. dr. José Bento da Cunha Figueiredo Junior. Maceió, Typ. Commercial de A.J. da Costa, 1869.

ALAGOAS. Relatório lido perante a Assembléa Legislativa da provincia das Alagoas no acto de sua installação em 16 de março de 1870 pelo presidente da mesma o exm. sr. dr. José Bento da Cunha Figueiredo Junior. Maceió, Typ. Commercial de A.J. da Costa, 1870.

ALAGOAS. Relatório lido perante a Assembléa Legislativa da provincia das Alagoas no acto de sua installação em 7 de fevereiro de 1872 pelo presidente da mesma, o exm. snr. dr. Silvino Elvidio Carneiro da Cunha. Maceió, Typ. Commercial de A.J. da Costa, 1872.

ALAGOAS. Relatório com que o exm. snr. dr. Luiz Romulo Peres do Moreno, presidente da provincia de Alagoas, installou a 2.a sessão da 19.a legislatura da respectiva Assembléa no dia 16 de março de 1873. Maceió, Typ. do Jornal das Alagoas, 1873.

ALAGOAS, Relatório que ao Exm. Snr. Dr. João Vieira de Araujo, mui dignissimo Presidente da Provincia das Alagoas, apresentou o Diretor Geral da Instrução Publica da mesma Provincia, Bacharel Antonio Martins de Miranda, em 15 de fevereiro de 1875. Maceió: Typ. do Jornal das Alagoas, 1875.

ALAGOAS. Relatório com que ao Exm. Dr. Gabino Besouro, Governador do Estado, passou a respectiva administração o Exm. Barão de Traipú, Presidente do Senado, em 24 de março de 1892. Maceió: Typ. da Empresa Gutenberg, 1892.

Documentos, mapas e cartas

ANTT/Tribunal do Santo Officio/Inquisição de Lisboa. Processo de João Mendes Sanches Salgueiro. 1792.

ANTT/Tribunal do Santo Officio/Inquisição de Lisboa. Cx. 1643, documentação dispersa 1620-04-22/1820-09-12. Processo 17462. Denúncia contra José Gomes Ribeiro e contra Manuel Gomes Ribeiro, 1793.

ARQUIVO PÚBLICO DE ALAGOAS. Mapa dos alunos que frequentavam as aulas régias das primeiras letras com o professor Padre Francisco do Rego Baldaia da Vila Maceió, 1819. Cx. 1799.

ARQUIVO PÚBLICO DE ALAGOAS. Despesas do Ministério do Império, 1831. Cx. 1799.

ARQUIVO PÚBLICO DE ALAGOAS. Provimento das cadeiras de instrução pública, 1840-1849, Cx 4525.

ARQUIVO PÚBLICO DE ALAGOAS. Mapas escolares, 1844. Cx. 0061.

ARQUIVO PÚBLICO DE ALAGOAS. Mapas escolares, 1846, Cx. 0061.

ARQUIVO PÚBLICO DE ALAGOAS. Mapas escolares, 1847, Cx. 0061.

ARQUIVO PÚBLICO DE ALAGOAS. RELATÓRIO, 1854. Cx. 0037.

ARQUIVO PÚBLICO DE ALAGOAS. Ofício de 11 de julho de 1849. Cx. 0037.

ARQUIVO PÚBLICO DE ALAGOAS. Ofício de 18 de julho de 1849. Cx. 0037.

ARQUIVO PÚBLICO DE ALAGOAS. Diretoria Geral da Instrução Pública. Ata da Congregação, Cx. 0059.

ARQUIVO PÚBLICO DE ALAGOAS. Instrução Pública, 1859. Cx. 0059.

ARQUIVO PÚBLICO DE ALAGOAS. Instrução Pública. Ofício 107/1859. Cx. 0059.

ARQUIVO PÚBLICO DE ALAGOAS. Instrução Pública. Ofício nº 108, de 4 de maio de 1859. Cx. 0059.

ARQUIVO PÚBLICO DE ALAGOAS. Instrução Pública. Ofício nº 112, de 5 de maio de 1859. Cx. 0059.

ARQUIVO PÚBLICO DE ALAGOAS. Instrução Pública. Ofício nº 117, de 10 de maio de 1859. Cx. 0059.

ARQUIVO PÚBLICO DE ALAGOAS. Instrução Pública. Ofício nº 217, de 26 de agosto de 1859. Cx. 0059.

ARQUIVO PÚBLICO DE ALAGOAS. Instrução Pública. Ofício 304, de 25 de novembro de 1859, Cx. 0059.

ARQUIVO PÚBLICO DE ALAGOAS. Instrução Pública. Ofício 304, de 25 de novembro de 1859, Cx. 0059.

ARQUIVO PÚBLICO DE ALAGOAS. Instrução Pública. Relação dos estudantes do Lyceo habilitados para os exames promoverão no dia 20 de Novembro. Cx. 0059.

ARQUIVO PÚBLICO DE ALAGOAS. Mapa de exames do Liceu da Capital, 1859. Cx. 0061.

ARQUIVO PÚBLICO DE ALAGOAS. Documento avulso. Cx. 4897.

ARQUIVO PÚBLICO DE ALAGOAS. Ofício nº 21, de 3 de fevereiro de 1860. Cx. 4897.

ARQUIVO PÚBLICO DE ALAGOAS. Ofício nº 23 de 4 de fevereiro de 1860. Cx. 4897.

ARQUIVO PÚBLICO DE ALAGOAS. Ofício nº 53, de 6 de março de 1860. Cx. 4897.

ARQUIVO PÚBLICO DE ALAGOAS. Ofício nº 113, de 25 de abril de 1860. Cx. 4897.

ARQUIVO PÚBLICO DE ALAGOAS. Ofício nº 327, de 11 de dezembro de 1860. Cx. 4897.

ARQUIVO PÚBLICO DE ALAGOAS. Ofício nº 331, de 13 de dezembro de 1860. Cx. 4897.

ARQUIVO PÚBLICO DE ALAGOAS. Ofício nº 20, de 8 de fevereiro de 1861. Cx. 1251.

ARQUIVO PUBLICO DE ALAGOAS. Ofício nº 216, de 28 de outubro de 1861. Cx. 1251.

ARQUIVO PÚBLICO DE ALAGOAS. Ofício nº 217, de 4 de novembro de 1861. Cx. 1251.

BRASIL. MINC. Pernambuco. Documentação do Projeto Resgate de Documentação Histórica Barão do Rio Branco. Arquivo Histórico Ultramarino – Cx. 3, D. 231.

BRASIL. MINC. Pernambuco. Documentação do Projeto Resgate de Documentação Histórica Barão do Rio Branco. Arquivo Histórico Ultramarino – Cx. 6, D. 440.

BRASIL. MINC. Alagoas. Documentação do Projeto Resgate de Documentação Histórica Barão do Rio Branco. Arquivo Histórico Ultramarino – Cx. 6, D. 465.

BRASIL. MINC. Pernambuco. Documentação do Projeto Resgate de Documentação Histórica Barão do Rio Branco. Arquivo Histórico Ultramarino – Cx. 201, D. 13754.

BRASIL. MINC. Pernambuco. Documentação do Projeto Resgate de Documentação Histórica Barão do Rio Branco. Arquivo Histórico Ultramarino – Cx. 207, D. 14154

BRASIL. MINC. Pernambuco. Documentação do Projeto Resgate de Documentação Histórica Barão do Rio Branco. Arquivo Histórico Ultramarino – Cx. 213, D. 14457.

BRASIL. MINC. Pernambuco. Documentação do Projeto Resgate de Documentação Histórica Barão do Rio Branco. Arquivo Histórico Ultramarino – Cx. 219, D. 14849.

CARTA enviada por Justiniano Honorato d'Almeida para o conselheiro João Alfredo Correia de Oliveira. Disponível em: <http://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/14888>.

Bibliográficas

ABREU, Márcia. **Os caminhos dos livros**. Campinas: Mercado das Letras; São Paulo: Fapesp, 2003.

ALBUQUERQUE, Suzana Lopes de. **O ensino de primeiras letras de Alagoas oitocentista: vestígios sobre noções de infância nos discursos e práticas escolares**. UFAL: Maceió, 2013. Dissertação (Programa de Pós-Graduação Educação) – Universidade Federal de Alagoas, 2013.

ALENCAR, José de. **Como e porque sou romancista**. Rio de Janeiro: Typ. de G. Leuzinger & Filhos, 1893.

ALMEIDA, Luiz Sávio de. **Dois textos de alagoanos exemplares**. Arapiraca: Funesa, 2004.

ALTAVILA, Jaime. **História da Civilização das Alagoas**. Maceió: EDUFAL, 1988.

ALVES, Eva Maria Siqueira. **O Atheneu Sergipense: traços de uma história**. Aracaju: ADGRAF Gráfica e Editora, 2005.

ARARIPE JUNIOR, Tristão de Alencar. Educação nacional. In: **Revista de Ensino**, nº 3, Ano I, mai-jun/1927, Maceió: Off. Graph. Casa Ramalho, p. 50-53.

ARAUJO, José Augusto Melo de. **Debates, pompa e majestade: a história de um concurso docente nos trópicos no século XIX**. UFS: Aracaju, 2004. Dissertação (Núcleo de Pós-Graduação em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, 2004.

ARIÈS, Philippe. **História Social da criança e da família**. Rio de Janeiro: LTC- Livros Técnicos e Científicos Editora S.A, 1981.

ARRIADA, Eduardo. **A educação secundária na província de São Pedro do Rio Grande do Sul: a desoficialização do ensino público**. PUCRS: Porto Alegre, 2007. Tese (Programa de Pós-Graduação em Educação) – Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2007.

ARRIADA, Eduardo; NOGUEIRA, Gabriela Medeiros; VAHL, Mônica Maciel. A sala de aula no século XIX: disciplina, controle, organização. In: **Conjectura**, v. 17, n. 2, p. 37-54, maio/ago. 2012.

ASSIS, Machado de. **Dom Casmurro**. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2017.

AZEVEDO, Fernando de. **A transmissão da cultura**. São Paulo: Melhoramento, 1976.

BACELLAR, Carlos. Fontes documentais: uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKI, Carla Bassanezi. **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2014.

BARBOZA, Jeronymo Soares. **Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza ou principios da grammatica geral applicados á nossa linguagem**. Lisboa: Typographia da Academia das Sciencias, 1822.

BARROS, Francisco Reinaldo Amorim de. **ABC das Alagoas**: dicionário bibliográfico, histórico e geográfico de Alagoas. Vol. 62B. Brasília: Senado Federal, 2005.

BASTOS, Maria Helena Câmara. A imprensa de educação e de ensino: repertórios analíticos. O exemplo da França. **Revista Brasileira de Educação**, v. 12, n. 34, jan./abr. 2007, p. 166-168.

_____. Manuais escolares franceses no Imperial Colégio de Pedro II (1856-1892). **História da Educação**, ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas, v. 12, n. 26, p. 39-58, Set/Dez 2008.

BERNARDELLI, Kelen Cristina Costa Alves. **História do Liceu de Uberlândia**. MG- 1928 a 1942. (Dissertação de Mestrado, 2007).

BEZERRA, Ricardo José Lima. A escolarização secundária e a ordem oligárquica em Pernambuco nas primeiras décadas da República Brasileira. **EccoS Revista Científica**, n. 29 set-dez, 2012, p. 237-249

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Os confrontos de uma disciplina escolar: da história sagrada à história profana. **Revista Brasileira da História**, São Paulo, v. 13, n. 25/26, p. 193-221, Set. 92/Ago. 93.

_____. Conteúdos e métodos de ensino de História: breve abordagem histórica. In: BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de história**: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2004.

BOTO, Carlota Josefina Malta Cardozo dos Reis. **A escola primária como rito de passagem**: ler, escrever, contar e se comportar. Imprensa da Universidade de Coimbra, 2012.

BRANDÃO, Moreno. **História de Alagoas**. Penedo: Artes Graphics Typ. e Pautação, 1909.

BLOCH, Marc. **Apologia da história** - ou o ofício do historiador. Rio de Janeiro: Jorge Zarar, 2001.

BUFFA, Ester. História e filosofia das instituições escolares. In: ARAUJO, José Carlos Souza; GATTI JUNIOR, Décio. **Novos temas em história da educação brasileira: instituições escolares e educação na imprensa**. Campinas: Autores Associados, 2002, p. 25-38.

BURKE, Peter. **A arte da conversação**. São Paulo: UNESP, 1995.

CAETANO, Antonio Filipe Pereira. A Comarca das Alagoas: justiça, trajetórias e conflitos (1712-1817). In: CAETANO, Antonio Filipe Pereira (Org.). **Das partes sul à Comarca das Alagoas, Capitania de Pernambuco: ensaios sobre justiça, economia, poder e defesa (século XVII-XVIII)**. Maceió: Viva Editora, 2015.

CAMPOS NETO, Antonio Augusto Machado de. Memórias de Júlio Frank. In: **Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo**, v. 98, 2003, p. 713-724.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. História e análise de texto. In: _____ (Org.). **Domínios da História: Ensaios de Teoria e Metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CAROATÁ, José Próspero Jeová da Silva. Crônica do Penedo. In: **Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico de Alagoas**, 1873.

CARRATO, José Ferreira. O ensino do latim no Colégio do Caraça. In: **Revista de História**. São Paulo: Ano XIX, nº 75, julho-setembro de 1968, p. 105-127.

CARVALHO, Francisco Freire de. **Lições elementares de eloquencia nacional**. 2. ed. Lisboa: Typ. Rollandiana, 1840.

_____. **Lições elementares de poetica nacional**. Lisboa: Typ. Rollandiana, 1851.

CAVALCANTE, Francisco José Pereira. **Os padres do interior**: listas dos padres que serviram nas paróquias do alto sertão de Pernambuco (século XVII ao século XXI). Petrolina, 2010. Disponível em: http://www.diocesedepetrolina.org.br/central/arquivos/file/Os_Padres.pdf. Acesso em: 23 de fevereiro de 2016.

CAVALCANTI, Verônica Robalinho. **La production de l'espace à Maceió (1800-1930)**. Tese de doutorado em Ciências Sociais, Sociologia. Université de Paris I, Pantheon-Sorbonne, 1998.

CHARTIER, Roger. **A ordem dos livros: leitores, escritores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII**. 2. ed. Brasília: UNB, 1999.

_____. **Os desafios da escrita**. São Paulo: Unesp, 2002.

CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. **Teoria e Educação**, n. 2, 1990, p. 177-229.

_____. Quando surgiu o ensino “secundário”? **R. Fac. Educ. São Paulo**, v. 18, n. 1, jan/jun 1992, p. 99-112.

CHERVEL, André; COMPÈRE, Marie-Madeleine. As humanidades no ensino. In: **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 25, n. 2, p. 149-170, jul./dez. 1999.

COELHO, Sônia Catarina. A Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza de Jerônimo Soares Barbosa: contributos para o estudo da grafia no século XIX. In: **Domínios de Linguagem**, v. 8, n. 1, jan./jun. 2014, p. 664-684.

CORRAL, Florentina Santos Diez del; SOUZA, Mirabeau Levi Alves de; NEGRÃO, Odulia Leboeiro. **Do boticário ao farmacêutico: o ensino de farmácia na Bahia, de 1815 a 1949**. Salvador: EDUFBA, 2009.

COSTA, Craveiro. **História das Alagoas**. Cia Melhoramentos: São Paulo, 1928.

_____. **Instrução Pública e instituições culturais de Alagoas**. Monografia Escrita por Solicitação do Ministério da Educação e Saúde Publica. Imprensa Oficial: Maceió, 1931.

_____. **Maceió**. Maceió: Edições Catavento, 2001, 180p.

CRUZ, Mariléia dos Santos. **Escravos, forros, ingênuos em processos educacionais e civilização na sociedade escravista do Maranhão no século XIX**. 2008. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho, Araraquara, 2008.

_____. Políticas de ações negativas e aspirações de famílias negras pelo acesso à escolarização no Maranhão do século XIX. **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas: Autores Associados, n. 20, p. 73-104, 2009.

DE CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. In: DE CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982, p. 65-119.

DEBATES DE HISTÓRIA REGIONAL. Revista do Departamento de História da Universidade Federal de Alagoas. Maceió, nº 01, 1992.

DICK, Sara Martha. **As políticas públicas para o ensino secundário na Bahia: O Liceu Provincial 1860-1890**. UFBA, Salvador, BA, 1992, (Tese de Doutorado).

DIÉGUES JÚNIOR, Manuel. **O bangüê nas alagoas: traços da influência do sistema econômico do engenho de açúcar na vida e na cultura regional**. 3. ed. Maceió: EDUFAL, 2006.

DÓRIA, Escragnolle. **Memória histórica do Colégio de Pedro Segundo (1837-1937)**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 1997.

DUARTE, Abelardo. **História do Liceu Alagoano**. Maceió: Departamento Estadual de Cultura, 1961.

_____. **Acréscimos e retificações à “História do Liceu Alagoano”**. Maceió: Secretaria de Estado dos Negócios da Educação e Cultura, 1963.

DURKHEIM, Emile. **A evolução pedagógica**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**: uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2011.

_____. **Escritos & ensaios**: Estado, processo, opinião pública. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

_____. **Introdução à Sociologia**. Lisboa: Edições 70, 1999.

_____. **Sobre o tempo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

_____. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

_____. **O processo civilizador**: formação do Estado e civilização. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993, v.02.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

ESCOLANO, Agustín. Tiempo y educación. Notas para una genealogía del almanaque escolar. **Revista de Educación**, nº 298, 1992, p. 55-79.

_____. La arquitectura como programa. Espacio-escuela y curriculum. **Historia de la Educación**, nº 12-13, 1993-94, p. 97-120.

ESPINDOLA, Thomaz do Bomfim. **Elementos de Geografia e Cosmografia oferecidas à mocidade alagoana**. Maceió: Typ. da Gazeta de Notícias, 1874.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Escolarização e cultura escolar no Brasil: reflexões em torno de alguns pressupostos e desafios. In: BENCOSTTA, Marcus Levy (org.). **Culturas escolares, saberes e práticas educativas**: itinerários históricos. São Paulo: Cortez, 2007. p.193-211.

FERRONATO, Cristiano de Jesus. **Das aulas avulsas ao Lyceu Provincial**: as primeiras configurações da instrução secundária na Província da Parahyba do Norte (1836-1884). UFPB: João Pessoa, 2012. Tese (Programa de Pós-Graduação em Educação) – Centro de Educação, Universidade Federal da Paraíba, 2012.

FIGUEIREDO, António Pereira de. **Novo methodo da grammatica latina, para uso das escolas da Congregação do Oratorio**. 15. ed. Paris: Typ. Aillaud, Alves & Cia, [17--].

FONSECA, Marcus Vinícius. **Pretos, pardos, crioulos e cabras nas escolas mineiras do século XIX**. São Paulo: USP, 2007. p. 256. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

FONSECA, Thaís Nivia de Lima e. **Letras, ofícios e bons costumes**: civilidade, ordem e sociabilidade na América portuguesa. Belo Horizonte: Autêntica, 2009, 176 p.

GALLY, Christianne de Menezes. **Construção e circulação das gramáticas de Língua Portuguesa no Brasil no século XIX: o tratado de Língua Vernácula de Brício Cardoso**. Tese (doutorado em Língua Portuguesa). São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC-SP, Programa de Pós-Graduação em Língua Portuguesa, 2013, 246p.

GATTI JUNIOR, Décio. A história das instituições educacionais: inovações paradigmáticas e temáticas. In: ARAUJO, José Carlos Souza; GATTI JUNIOR, Décio. **Novos temas em história da educação brasileira: instituições escolares e educação na imprensa**. Campinas: Autores Associados, 2002, p. 3-24.

GAULTIER, Abade. **Lições de geografia**. Paris, Livraria Portuguesa de J. P. Aillaud, 1838.

GEBARA, Ademir. Figurações e educação: a escola os jovens e os professores. In: SARAT, Magda; SANTOS, Reinaldo dos. **Sobre processos civilizadores: diálogos com Norbert Elias**. Dourados: Ed. UFGD, 2012.

GONÇALVES FILHO, Carlos Antônio Pereira. Sob as bênçãos de Nossa Senhora: a mulher no primeiro romance pernambucano. In: **Anais Eletrônicos do VI Colóquio de História “FACES DA CULTURA NA HISTÓRIA: 100 ANOS DE LUIZ GONZAGA”**. Recife, 12 a 14 de novembro de 2012. p. 179-186. Disponível em: <http://www.unicap.br/coloquiodehistoria>. Acesso em: 29 de outubro de 2017.

GONDRA, José Gonçalves; SCHUELER, Alessandra. **Educação, poder e sociedade no Império brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2008.

HAIDAR, Maria de Lourdes Mariotto. **O ensino secundário no Império brasileiro**. São Paulo: EDUSP, 1972.

HILSDORF, Maria Lúcia Spedo. **História da Educação Brasileira: leituras**. São Paulo: Thomson Pioneira, 2002.

JESUS, Simoneide Correia Araujo de. **A produção de impressos estudantis de Maceió (1858/1943)**. UFAL: Maceió, 2011. TCC (Curso de Pedagogia) – Centro de Educação, Universidade Federal de Alagoas, 2011.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**, n. 1, jan./jun. 2001.

KEMMLER, Rolf. José Vicente Gomes de Moura e as origens da disciplina da Historiografia Linguística em Portugal. In: **XXVI Encontro da Associação Portuguesa de Linguística**, Lisboa, APL, 2011, p. 297-315.

KODAMA, Kaori. Geografia da cólera: a corte e seus arredores durante a epidemia de 1855. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História** – ANPUH. São Paulo, julho 2011.

LARA, Sílvia H. Os documentos textuais e as fontes do conhecimento histórico. **Anos 90**. Revista do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Vol.15, n.28, p.17-39, dez./2008.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003.

LEITE, Augusto da Costa. **Saudades e Lembranças do Caraça**. São Paulo: E. G. Revista dos Tribunais, 1941.

LIMA, Ébion de. **Os Oratorianos e a polemica da Gramatica Latina no século XVIII**, Separata do Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra, Vol. 36, Lisboa, 1981.

LIMA JÚNIOR, Felix. **Maceió de outrora**. Maceió: EDUFAL, 2001.

LINDOSO, Dirceu. **Interpretação da província**: estudo da cultura alagoana. Maceió: EDUFAL, 2005.

LOPES, Edward. Um protótipo de gramática gerativa portuguesa: A gramática de Soares Barbosa. In: **Alfa**, São Paulo 30/31, 1986/1987, p. 37-53.

LOPES, Lucineide Fábila Rodrigues. **A região Nordeste nos livros didáticos de geografia: uma análise histórica**. UFPB: João Pessoa, 2009. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro de Ciências Exatas e da Natureza, Universidade Federal da Paraíba, 2009.

LUCIANO, Fabia Liliã. **Gênese e expansão do magistério público na província de Santa Catharina nos anos de 1836-1889**. Campinas, SP: UNICAMP. (Tese de Doutorado 2001).

LUPETTI, Mónica. A gramática racionalista em Portugal no século XVIII. In: DUARTE, Sónia; LEÓN, Rogelio Ponce de. **A gramática racionalista na Península Ibérica (séculos XVI-XIX)**. Porto: FLUP, 2015.

MACIEL, Osvaldo Batista Acioly. Mutualismo, instrução e ideologia (Maceió, século XIX). In: V Encontro de Pesquisa em Educação em Alagoas, 2010. **Anais do V Encontro de Pesquisa em Educação de Alagoas**: Pesquisa em Educação: desenvolvimento, ética e responsabilidade social, Maceió, 2010.

_____. **A perseverança dos caixeiros**: o mutualismo dos trabalhadores do comércio em Maceió (1879 1917). Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-graduação em História, 2011.

MACIEL, Pedro Nolasco. **Traços e troças**. Maceió: EDUFAL, 2011.

MACHADO, Alex Rolim. Viver a vida e fiscalizar a dos outros: os agentes da inquisição nas câmaras, confrarias e milícias em Alagoas colonial, 1790-1820. In: **Quæstionis Documenta**. Revista do Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió. Ano I, Nº 1, 2016, p. 21-45.

MADEIRA, Maria das Graças de Loiola. O “Gabinete de Leitura” e suas implicações na cultura escolar do Império – notas sobre a instituição no Nordeste brasileiro. In: ANPUH – **XXIII Simpósio Nacional de História**, Londrina, 2005.

MADEIRA, Maria das Graças de Loiola; REIS, Rosemeire. Thomaz Espindola: um liberal do Império e seus escritos sobre a renovação da escolarização alagoana. In: **VI Congresso Brasileiro de História da Educação**, Vitória, 2011.

MADEIRA, Maria das Graças de Loiola *et al.* **Catálogo de fontes jornalísticas da educação alagoana dos séculos XIX e XX.** Maceió, 2011. Disponível em: www.cedu.ufal.br/grupopesquisa/gephecl/catalogo.pdf. Acesso em: 15 de agosto de 2017.

MAGALHÃES, Justino Pereira de. **Tecendo nexos: história das instituições educativas.** Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2004.

MAGALHÃES, Cláudio Márcio Ribeiro. **A Contribuição de José Saturnino da Costa Pereira para o Cálculo das Variações.** PUCSP: São Paulo, 2006. Dissertação (Mestrado em História da Ciência) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2006.

MANOEL, Ivan Aparecido. **Igreja e educação feminina (1859-1919): uma face do conservadorismo.** São Paulo: Unesp, 1996.

MARTINS, Eduardo Vieira. **A fonte subterrânea: o pensamento crítico de José de Alencar e a retórica oitocentista.** 2003. Tese (Doutorado em Teoria e História Literária). Instituto de Estudos da Linguagem, UNICAMP, Campinas/SP.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O tempo saquarema.** São Paulo: Editora Hucitec, 1987.

MAUPEOU, Emanuele Carvalheira de. **Cativeiro e cotidiano num ambiente rural: o Sertão do Médio São Francisco – Pernambuco (1840-1888).** Recife, PE: UFPE. (Dissertação de Mestrado, 2008).

MIRANDA, Margarida. Espaços para o dever e o lazer num modelo de educação humanística. In: OLIVEIRA, Francisco de; TEIXEIRA, Cláudia, DIAS, Paula Barata (Coords.). **Espaços e Paisagens: Antiguidade Clássica e Heranças.** Vol. II. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2012, p. 369-376.

MOACYR, Primitivo. **A instrução e as províncias** (Subsídios para a História da Educação no Brasil). 1834 – 1889. vol 1, das Amazonas às Alagoas. São Paulo: Companhia Editora nacional, 1939.

MONARETTO, Valéria Neto de Oliveira. Valor fonético das vogais médias postônicas em jornais oitocentistas gaúchos. **Revista Diadorim** / Revista de Estudos Linguísticos e Literários do Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Volume 14, Dezembro 2013, p. 77-98.

MOURA, José Vicente Gomes de. **Compendio de Grammatica Latina e Portuguesa.** 6. ed. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1850.

NÓVOA, António (Dir.) **A imprensa de educação e ensino** – Repertório analítico (séculos XIX-XX). Lisboa: Instituto de Inovação Educacional, 1993.

NUNES, Maria Thétis. **Ensino secundário e sociedade brasileira.** 2. ed. São Cristóvão: Editora da UFS, 1999.

OLIVEIRA, Mizaél Fernandes de. **A institucionalização da Geografia escolar e sua espacialidade nos oitocentos (1843-1889) na Província Capixaba.** UFES: Vitória, 2011.

Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Educação), Universidade Federal do Espírito Santo, 2011.

PAIVA, Eduardo França. **Dar nome ao novo: uma história lexical da Ibero-América entre os séculos XVI e XVIII (as dinâmicas de mestiçagens e o mundo do trabalho)**. Belo Horizonte: Autêntica, 2015. 301 p.

PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. A imprensa periódica como uma empresa educativa no século XIX. **Cad. Pesqui.** [on-line]. 1998, n.104, pp. 144-161.

PASSOS, José Alexandre. **Resumo de Gramática Portuguesa Para Uso das Escolas de Primeiras Letras da Província das Alagoas e Admitido no Rio de Janeiro, Bahia, Sergipe e em Pernambuco**, 12 ed. Maceió: Tipographia Comercial, 1886.

PAUFERRO, Nezilda do Nascimento Silva. **As matrizes históricas da inspeção escolar no Brasil: mecanismos de controle do trabalho docente em Alagoas (1840-1889)**. UFAL: Maceió, 2010. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Educação) – Centro de Educação, Universidade Federal de Alagoas, 2010.

PETITAT, André. **Produção da escola/produção da sociedade**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

PHÉLIPPEAU, Eric. Sociogênese da profissão política. In: GARRIGOU, Alain; LACROIX, Bernard (orgs.). **Norbert Elias: a política e a história**. São Paulo: Perspectiva, 2010. p. 185-208.

PINA, Paula Priscila Gomes do Nascimento. **A relação entre o ensino e o uso do livro didático de Geografia**. João Pessoa: UFPB, 2009. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro de Ciências Exatas e da Natureza, Universidade Federal da Paraíba, 2009.

PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira. **Da era das cadeiras avulsas à era dos grupos escolares na Paraíba**. Campinas: Autores Associados, 2002.

POLACHINI, Bruna Soares. Considerações sobre o impacto da *Grammaire Générale et Raisonnée de Port-Royal* (1660) no tratamento da sintaxe de gramáticas brasileiras do português do século XIX. In: **Revista Confluência**, Vol. 39, 2012, p. 296-314.

QUEIROZ, Álvaro. **Clero e política nas Alagoas**. Maceió: Gráfica Bom Conselho, 1996.

_____. **Notas de história da Igreja nas Alagoas**. Maceió: EDUFAL, 2015.

RAMINELLI, Ronald. Impedimentos da cor. Mulatos no Brasil e em Portugal, c. 1640-1750. **Varia História**, Belo Horizonte, vol. 28, n. 48, p. 699-723, julho/dez. 2012.

RAMOS DO Ó, Jorge. **Ensino liceal (1836-1975)**. Lisboa: Ministério da Educação, 2009.

RANAURO, Hilma. **Para compreender uma gramática filosófica: uma análise crítica e comparativa da Grammatica philosophica da lingua portugueza de Jerônimo Soares Barbosa**. Niterói: Alternativa, 2015.

RIBEIRO, Vania Mondego. **A implantação do ensino secundário público maranhense:** Liceu Maranhense. São Luís: UFMA, 2006. (Dissertação de Mestrado).

ROCHA, Justiniano José da. **Compendio de historia universal** (Volume I: Historia Antiga). Rio de Janeiro: Typ. do Regenerador de Just. J. da Rocha, 1860.

ROQUETTE, J. I. **Código do Bom-Tom, ou, Regras da Civilidade e de Bem Viver no Século XIX.** São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

ROSA E SILVA, Enaura Quixabeira; BONFIM, Edilma Acioli (orgs.). **Dicionário das mulheres de Alagoas: ontem e hoje.** Maceió: EDUFAL, 2007.

SANGENIS, Luiz Fernando Conde. **Gênese do pensamento único em Educação:** franciscanismo e jesuitismo na Educação Brasileira. Rio de Janeiro, 2004. Tese (Programa de Pós-Graduação em Educação) – Universidade Federal Fluminense, 2004.

SANTANA, Moacyr Medeiros de. **Pequena história da biblioteca pública estadual.** Maceió: Arquivo Público de Alagoas, 1965.

_____. **Contribuição a historia do açúcar em Alagoas.** Recife: Instituto do Açúcar e do Alcool. Museu do Açúcar, 1970.

SANTOS, Cândido dos. Antônio Pereira de Figueiredo, Pombal e a 'Aufklärung'. In: **Revista de História das Ideias**, Vol. IV, Tomo I, p. 167-205, 1982.

SANTOS, Mônica Costa. **Missionários de letras e virtudes:** a pedagogia moral dos franciscanos em Alagoas nos séculos XVIII e XIX. UFAL: Maceió, 2007. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Educação) – Centro de Educação, Universidade Federal de Alagoas, 2007.

SANTOS, Beatriz Boclin Marques dos. Os livros didáticos de história no ensino de História do Colégio Pedro II no Império (1837-1870). In: **II Seminário brasileiro sobre livro e história editorial**, 2009, Rio de Janeiro.

SANTOS, Mônica Luise. **A escolarização de negros:** particularidades históricas de Alagoas (1840-1890). Maceió, 2011. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Educação) – Centro de Educação, Universidade Federal de Alagoas, 2011.

SANTOS, Ivanildo Gomes dos. **O saber histórico escolar no Liceu Alagoano:** o ensino de história do Brasil configurado nas teses do Cônego Valente. UFAL: Maceió, 2012. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Educação) – Centro de Educação, Universidade Federal de Alagoas, 2012.

SANTOS, Roselito de Oliveira. **O livro e o processo civilizatório em Alagoas:** do Gabinete de Leitura à Biblioteca Pública. UFAL: Maceió, 2012. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Educação) – Centro de Educação, Universidade Federal de Alagoas, 2012.

SENA, Fabiana. A conversação como modo de distinção no Império: Tesouro de Meninos e Código de Bom-tom nas escolas brasileiras. In: **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n.37, p. 253-265, mar. 2010.

SILVA, Adriana Maria Paulo da. **Processos de construção das práticas de escolarização em Pernambuco, em fins do século XVIII e primeira metade do século XIX**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2007.

SILVA, Geraldo Bastos. **Introdução à crítica do ensino secundário**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, Companhia de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário, 1959.

SILVA, Innocencio Francisco da. **Diccionario Biographico Portuguez**: Tomo IV. Lisboa: Imprensa Nacional, 1860. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/handle/1918/016843-04>. Acesso em: 05 de junho de 2017.

SILVA, Janaila dos Santos. **A concepção de mocidade no ensino secundário alagoano do século XIX: reflexões entre o conhecimento psicológico e a educação**. UFAL: Maceió, 2009. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Educação) – Centro de Educação, Universidade Federal de Alagoas, 2009.

SOUZA, Rosa Fátima de. Um itinerário de pesquisa sobre a cultura escolar. In: CUNHA, Marcus Vinicius da. **Ideário e imagens da educação escolar**. Campinas: Autores Associados; Araraquara: Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar da Faculdade de Ciências e Letras da UNESP, 2000. p. 3- 27.

TOLEDO, Maria. Aparecida. L. T. **A disciplina de História no Paraná: os compêndios de História e a História ensinada (1876-1905)**. São Paulo, SP: PUC-SP. (Tese de Doutorado 2005).

VALENTE, André Crim; AZEREDO, José Carlos de. O tempo e o aspecto verbais na tradição gramatical brasileira. In: **Gallæcia. Estudos de lingüística portuguesa e galega** Universidade de Santiago de Compostela, 2017. p. 147-161.

VASCONCELLOS, Pedro Lima. Cenas do catolicismo “crioulo” na alvorada do século XIX. **Quæstionis Documenta** – Revista do Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió. Ano I, Nº 1, 2016, p. 98-113.

VASCONCELOS, Maria Inez Bandeira de. **Liceu Piauiense (1845-1970): desvendando aspectos de sua história e memória**. Teresina, PI: Universidade Federal do Piauí (Dissertação de Mestrado, 2007).

VEIGA, Cynthia Greive. **História da educação**. São Paulo: Ática, 2007.

_____. Escola pública para os negros e os pobres no Brasil: uma invenção imperial. **Revista Brasileira de Educação**, v. 13, n. 39, set./dez. 2008, p. 502-516.

VERÇOSA, Elcio de Gusmão. **Cultura e educação nas Alagoas: história, histórias**. 4 ed. Maceió: EDUFAL, 2006.

VIDAL, Diana Gonçalves. Cultura e prática escolares: uma reflexão sobre documentos e arquivos escolares. In: SOUZA, Rosa Fátima de; VALDEMARIN, Vera Teresa (Orgs.). **A cultura escolar em debate: questões conceituais, metodológicas e desafios para a pesquisa**. Campinas: Autores Associados, 2005, p. 3-30.

VIÑAO FRAGO, Antonio. Historia de la educación y historia cultural: posibilidades, problemas, cuestiones. **Revista Brasileira de Educação**, n. 0, Rio de Janeiro, set./dez. 1995, p. 63-82.

WERLE, Flávia Obino Corrêa. Humor e irreverência nos impressos estudantis de escolas normais rurais (RS, 1945-1983). **Hist. Educ.** (Online), Porto Alegre, v. 17, n. 40, Maio/ago. 2013, p. 291-317.

ZANELLI, Maria Inês. **A criação do Liceu Cuiabano e a formação dos intelectuais no Curso de Línguas e Ciências Preparatórias**. Cuiabá, MT: UFMT/IE, (Dissertação de Mestrado, 2002).

ANEXO 1 – Mapa da aula de Geometria das Alagoas de 1838

Mappa dos Alumnos matriculados na Aulla de Geometria da Cid ^e das Alagõas no anno de 1838				
Nome dos Alumnos	Idade	Naturalid ^e	Filiação	Adiantamentos e observações
Bento Vir ^a Condurú	19	V ^a da Imperatriz	Jeronimo Vir ^a Pinto	Deu Arithmetica, Algebra e Geometria com bastante aproveitame ^{to}
Ant ^o Texr ^a da Rocha	15	Cide das Alagõas	M ^{el} Casimiro da Rocha	Deu as m ^{mas} Materias com aproveitame ^{to} aproveitando menos na Geometria por ter faltado m ^{tas} vezes a Aulla
Ant ^o Gomes Coelho	22	D ^t	M ^{el} Carvalho de Jesus	Deu Arithmetica e Algebra com aproveitame ^{to} e deixou de frequentar a Aulla q ^{do} entrou na Geometria
Ant ^o Joaq ^m de Carv ^o	19	D ^t	Silvestre P ^{ra} do Bonfim	Idem
Pedro de Alcantara Pin ^{ro}	27	Rio Gr ^{de} do Norte	Alex ^e de Mello Pinto	Idem
João Simplicio da S ^a Maia	26	Bahia	Felis da S ^a Maia	Deu Arithmetica com aproveitame ^{to} e deixou de frequentar a Aulla
Bernardino Pinto Damaso	15	Cid ^e das Alagõas	João Pinto Damaso	Idem
Luis Candido de Cerqr ^a Chaves	22	Rio de Jan ^{ro}	Fr ^{co} de Paula Chaves	Idem com menos aproveitame ^{to}
Ant ^o Dom ^{es} Rib ^{ro} Lima	19	V ^a de Anadia	Ventura Ant ^o Rib ^{ro}	Idem
Jozé Bap ^{ta} Pinto	23	Cid ^e das Alagõas	J ^e Bap ^{ta} Pinto	Idem só em principios de Arithmetica
Alagõas 1 ^o de abr ^o de 1838				Francisco Elias Per ^a Subt ^o de Geometria

Fonte: Arquivo Público de Alagoas. Mapas escolares. Cx. 0021

ANEXO 2 – Mapa da aula de Gramática Latina de Maceió de 1838

1838 Mappa dos Alumnos, que frequentão a Aula de Grammatica Latina da Villa de Maceio, de que he Professor publico o pe. Joze Henriques de Amorim						
N ^{os}	Nomes	Filiaçoens	Naturalidades	Adiantam ^{tos}	Tempo das entradas	Idades
1	Ignacio Antonio de Oliveira	Fellipe [Ilegível] de Oliveira	S. Luzia do Norte	Eutropio	A 16 de outubro de 1835	17
2	Joaquim Lopes Vianna	O Cap ^{ão} Ant ^o Lopes Vianna	Garanhuns	O m ^{mo}	A 10 de abril de 1837	15
3	Marciano Joze da Costa	Joze Bernardo [Ilegível] Pimentel	Maceio	Linguagens	A 19 de agosto de 1836	16
4	Domingos Fulgino da S ^a Sousa	Fran ^{co} Vieira da S ^a Sousa	Penedo	O m ^{mo}	A 14 de maio de 1838	15
5	Servazio Ferr ^a da Costa Sampaio	O Cap ^{ão} Joaq ^m Ferr ^a C ^a Sampaio	Atalaia	Substantivos	A 2 de julho de 1838	15
Maceio 24 de julho de 1838 O pe. Joze Henriques de Amorim						

Fonte: Arquivo Público de Alagoas. Mapas escolares. Cx. 0021

ANEXO 3 – Mapa da aula de Filosofia Racional e Moral de Penedo de 1838

Mappa dos Alumnos, que se matricularão n'Aula Publica de Philosophia Racional e Moral da Villa do Penedo neste anno de 1838, da qual he Professor o João da Silva Lemos						
N ^{os}	Nomes	Filiaçoens	Id ^{es}	Naturalidad ^{es}	Conductas	Aplicação
1	Jose Ant ^o Pereira Guim ^{es}	Antonio Jose Per ^a Guim ^{es}	31	Porto	Boa	Assidua
2	Sabino Olegario Ludgero Pinho	Pedro Jose de Pinho	17	Villanova	=	=
3	Luis Alves dos Santos	Manoel Alves dos Santos	26	Penedo	=	=
4	Jose da Silva Maia	Antonio da S ^a Maia	20	=	=	=
5	Manoel Ant ^o da S ^a Lamego	Antonio Jose da S ^a Lamego	22	=	=	Não =
6	Luis Fernandes dos Santos	Antonio [Ilegível] dos Santos	25	=	=	Não =
Penedo 22 d'Agosto de 1838						
						João da Silva Lemos PP

Fonte: Arquivo Público de Alagoas. Mapas escolares. Cx. 0021

ANEXO 4 – Mapa da aula de Gramática Latina de Atalaia de 1840

1840					
Mappa dos Alumnos, que frequentarão a Aula de Latim desta Cidade de Maceio, de que he Professor publico o Pe. Joze Henriques de Amorim no corr ^e anno					
N ^{os}	Nomes	Filiações	Naturalidades	Aproveitam ^{tos}	Id ^{es}
1	Joaquim Lopes Vianna	O Cap ^{ão} Antonio Lopes Vianna	Garanhuns	Salustio, Virgilio	17
2	Francisco Leal Passos	Ignacio Joaquim Passos	Penedo	O m ^{mo}	14
3	Elpidio Patricio de Araujo	Joze Joaquim de Araujo	Alagoas	Cornelio, Virgilio	17
4	Domingos Fulgino da S ^a Sousa	Fran ^{co} Vieira da S ^a Sousa	Penedo	O m ^{mo}	14
5	Joze Soares Correia	Joaquim Soares Correia	Atalaia	Eutropio	17
6	Joze Luis Monteiro	Luis Ant ^o [Ilegível] Monteiro	Alagoas	Selecta	12
7	Joze Vieira Marques	O M ^{ior} Joze Felipe do Rego	O m ^{mo}	Syntaxe	13
8	Luiz Ant ^o Al ^s Monteiro	Luiz Ant ^o Al ^s Mont ^o	O m ^{mo}	O m ^{mo}	13
9	Joaquim Gomes do Rego	Joaquim Gomes do Rego	Atalaia	O m ^{mo}	16
10	Manoel F. da Costa Santos	Ambrozio da Costa Santos	S. Luzia do Norte	Linguagens	13
11	João Camillo de Araujo	Joze Camillo de Araujo	Alagoas	O m ^{mo}	14
12	Rodrigo Neto de Firmino Moura	Rodrigo Ant ^o Brasileiro	Maceio	O m ^{mo}	12
13	Prudonio de Mello Aciolli	Antonio C. de Albuqr ^e	Alagoas	O m ^{mo}	13
14	Felis Vieira de Albuquerque	O Cap ^{ão} Joze S ^{tos} de Albuqr ^e	O m ^{mo}	O m ^{mo}	12
15	Joze Francisco Soares	Domingos Fra ^{co} Soares	Maceio	O m ^{mo}	12
16	Joze JoaquimCorreia	Joze Joaquim Correia	Rio Formozo	O m ^{mo}	13
17	Augusto Cezar Ferr ^a Catão	Antonio Luiz Ferr ^a Catão	Garanhus	O m ^{mo}	16
18	Miguel Joaq ^m da Costa Ramos	Miguel Joaq ^m Joze Ramos	Maceio	Adjetivos	12
19	Joze Antonio Marques	Joze Ant ^o Marques	Alagoas	O m ^{mo}	13
20	Joze Manoel Vianna	Joze Manoel Vianna	Maceio	Substantivos	16
21	João Damasceno Lima	=	O m ^{mo}	O m ^{mo}	29
22	João Pedro Corr ^a Junior	O Major João Pedro Correia	Porto Calvo	O m ^{mo}	12
O Pe. Joze Henriques de Amorim					

Fonte: Arquivo Público de Alagoas. Mapas escolares. Cx. 0021

ANEXO 5 – Mapa da aula de Gramática Latina de Atalaia de 1844

Mappa dos Alumnos da Aula de Latinidade da Vila de Atalaia					
Nomes	Idades	Filiações	Naturalidades	Adiantamento	Observações
Manoel Thomas da Silva	18	José Thomas da Silva	Atalaia	Salustio e Virgílio	Assiduo, bem adiantado
José Joaquim da Costa	18	Antonio Joaquim da Costa	Idem	Idem	Idem
[Ilegível] Teodoro da Costa	18	Joaquim [Ilegível] da Costa	Idem	Idem	Tem faltado dous meses e meio
Manoel Filinto da Costa	17	Joaquim [Ilegível] da Costa	Idem	Syntaxe	Assiduo
Joaquim Manoel da Costa	16	Antonia Maria de Jesus	Idem	Nominativos	Idem
Antonio Joaquim da Costa Junior	12	Antonio Joaquim da Costa	Idem	Idem	Idem
[Ilegível] José de Oliveira Silva	12	José Thomas da Silva	Idem	Idem	Idem
José de Mello Corrêa Junior	12	José de Mello Corrêa	Idem	Idem	Idem
Padre João da Silva Cardozo, professor de Grammatica Latina					

Fonte: Arquivo Público de Alagoas. Mapas escolares, 1844. Cx. 0061

ANEXO 6 – Mapa da aula de Francês de Maceió de 1844

Mappa dos alumnos matriculados na Aula de Francez desta cidade, no corrente anno de 1844.					
Números	Nomes	Filiações	Idades	Naturalidades	Gráu de adiantamento
1	Elpidio Patricio de Araujo	Maria Felicia da Cunha	22	Alagoas	Traduz sofrivelmente
2	Luiz Joaquim da Costa	Anna Joaquina da Costa	24	Atalaia	Idem
3	Jose Luis Monteiro	Luiz Antonio Alves Monteiro	16	Alagoas	Traduz com pouca applicação
4	Jonas Vertuliano Cursino	Jose Rafael de Macedo	16	Atalaia	Traduz
5	Aprigio Justiniano	Felicidade Perpetua	17	Alagoas	Idem
6	Justino da Cunha Coitinho	Jose da Cunha Coitinho	13	Maceió	Idem
7	Euclides de Souza Mello	Jose Severiano de Mello	11	Alagoas	Lê
Maceió 14 de Março de 1844 Professor José Severiano de Mello					

Fonte: Arquivo Público de Alagoas. Mapas escolares, 1844. Cx. 0061

ANEXO 7 – Mapa da aula de Geometria de Maceió de 1844

Relação Nominal do Alumnos de Geometria matriculados no presente anno lectivo nesta Cidade de Maceió			
Nomes	Idades	Naturalidades	
Caetano da Silveira Amaral	28	Alagoas	Deu Arithmética, Algebra e Geometria com aproveitamento
Sibonio Lial Passo	20	Penedo	Idem
Francisco Lial Passos	18	Idem	Idem
Domingos Pires de Freitas	18	Maceió	Idem
Vicente de Mello Vanderley Manoel Primº	24	Penedo	Idem
José Felipe de S ^{za} Rodrigues	24	Idem	Idem
Fran ^{co} das Chagas Moraes	32	Alagoas	Deu Arithmética e Algebra com aproveitamento
An ^{to} Jozé Tex ^{ra} de Mend ^{ca}	25	Idem	Idem
Antonio Per ^a do Carmo	16	Penedo	Idem
Affonço Teodorico Gaustino Marques	15	Alag ^{as}	Idem
Paulino Nery da Fonseca	19	Maceió	Deu Arithmética e Algebra com pouco aproveitamento
Jozé Bap ^{ta} Pinto	29	Alag ^{as}	Idem
Antº Joaq ^m do Rego	23	Idem	Idem
Antº Jº da Fonseca	15	Maceió	Deu [Ilegível] sem aproveitamento
Joao da J ^a Rego	30	Alagoas	Deu [Ilegível] Arithmética com pouco aproveitamento
Maceió 4 de Novembro de 1844			
			Francisco Elias Pereira Lente de Geometria

Fonte: Arquivo Público de Alagoas. Mapas escolares, 1844. Cx. 0061

ANEXO 8 – Mapa da aula de Retórica de Maceió de 1844

Mappa dos Alunos matriculados n' Aula de Rhetorica d' esta Cidade de que é professor o Reverendo Francisco de Assis Ribeiro					
Numeros	Nomes	Anos de Idade	Filiações	Naturalidade	Adiantamento
1.	Francisco das Chagas Muniz	33	Empregado P ^o	Alagoas	Quintiliano
2.	Sibonio Lial Passo	19	Ignacio Joaquim Passos	=	=
3.	Francisco Lial Passos	18	=	=	=
4.	Vicente de Mello Wanderley Maciel Pinheiro	24	Empregado P ^o	Pernambuco	=
Aula de Rhetorica em Maceió 15 de Março de 1844 Francisco de Assis Ribeiro					

Fonte: Arquivo Público de Alagoas. Mapas escolares, 1844. Cx. 0061

ANEXO 9 – Mapa da aula de Filosofia Racional e Moral de Penedo de 1846

Mappa dos alumnos matriculados n' Aula Publica de Philosophia Racional e Moral da Cidade do Penedo neste anno de 1846 da qual he Lente vitalicio o P. João da Silva Lemos.					
Nº	Nomes	Filiações	I ^{des}	Naturalidades	Conduta
1	Francisco Leite da Costa Belem	Francisco Jose Belem	18 á	Penedo	Boa
2	Jose Marques de Sza Barboza	Carlos de Souza Barboza	22	Anadia	
3	Felippe Benicio de Resendes Pinto	José Custodio Pereira	27	Palmeira	
4	João da Costa Silva	João da Costa Silva	18	Penedo	
5	Pedro Teixeira Leite	Francisco Teixeira Leite	25	Anadia	
6	Luis Antonio Medeiros Lino	Antonio José de Medeiros Madruga	23	Penedo	
Penedo 24 de Fevereiro de 1846 João da Silva Lemos					

Fonte: Arquivo Público de Alagoas. Mapas escolares, 1846. Cx. 0061

ANEXO 10 – Relação dos livros offerecidos á Bibliotheca publica d'esta capital, pelo
illm. snr.Dr. Alexandre José de Mello Moraes, em 1865

<i>Auctores</i>	<i>OBRAS</i>	<i>Exemp.</i>	<i>Vol.</i>
	Academia dos Humildes e Ignorantes.	1	1
	Actas das Sessões da Camara dos Deputados do Imperio do Brasil (in-folio)	52	52
Dr. F. L. C. Burlamaqui	Aclimatação do Dramadario nos sertões do Brasil (idem)	1	1
Fr. A. de Santa Maria Jaboatam	Additamentos ao Novo Orbe Serafico Brasilico (idem)	1	1
Fr. Theobaldo de Jesus Maria	Agricultor Instruido	1	1
Dr. Jonathas Abbolt	Allocução Introductoria ao Estudo de Anatomia descriptiva (in-folio)	1	1
	Almanack Militar do Imperio do Brasil para os annos de 1853 – 55 – e 58.	4	4
	Almanack do Ministerio da Guerra para o anno de 1857 (in-folio)	4	4
	Almanack do Ministerio da Marinha para os annos de 1858 e 1860 (idem)	3	3
	Almanack do Reino de Portugal	13	13
Bassompierre	Ambassade en Espagne	1	1
T. Tasso	Aminta (L')	1	1
	Annexos a la Memoria del Ministerio de Relaciones exteriores de 1863 – 64 – (in-folio)	1	1
Dr. Ganier	Annaes Brasilienses de Medicina	1	1
Castellan	Annuaire homoeopathique	1	1
L. S. Teixeira de Gouvêa	Apontamentos para o Codigo do Processo (in-folio)	1	1
L. A. Cahagnet	Arcanes de la Vie Future Devoilés	1	3
F. S. Constancio	Armazem de Conhecimentos Uteis	1	1
	Astréa – Almanack maçônico	1	1
L. dos Santos Titara	Auditor Brasileiro ou Manual Geral dos Conselhos, Testamentos e inventarios militares (in-folio)	1	1
M. P. da Silva	Aula politica	1	1
	Auxiliador (O) da Industria Nacional (in-folio)	2	2
	Barco dos Traficantes	1	1
	Bibliotheca Brasileira, revista mensal (in-folio)	1	3
	Publicação mensal de uma obra de auctor nacional sobre todos os ramos de conhecimentos humanos	7	7
	Bibliothèque Homoeopathique	1	20
Comendador A. Joaquina de Mello	Biographia de Alguns Poetas e Homens illustres da provincia de Pernambuco (in-folio, truncada)	1	1
Dr. A. J. de Mello Moraes	Biographia do Exm. Conselheiro Joaquim Marcelino de Brito (idem)	2	2
	Biographia do Tenente-Coronel e Cirurgiao-Mór Reformado do Exercito Dr. Manoel Joaquim de Menezes (idem)	3	3

	Biographia do Senador Diogo Antonio Feijó (idem)	3	3
J. B. Calogeras	Biographia de Manoel Theodoro de Araujo Azambuja (idem)	1	1
	Bossuet e a Missa ou o Papismo trahido e confundido (idem)	1	1
J. Norberto de S. Silva	Brasília Bibliotheca (truncada)	1	1
	Bibliothèque Universelle des Dames (truncada)	1	1
Dr. A. J. de M. Moraes	Brasil (O) Historico (in-folio)	3	3
M. J. M. da Costa e Sá (cons)	Breves Anotações á Memoria que o Exm. Snr. Visconde de S. Leopoldo escreveu com o titulo: Quaes são os limites naturaes, pacteados e necessários do Imperio do Brasil? – (Idem)	1	1
	Bulletin de la Societé Médicale Homoeopathique de France (idem, truncada)	1	4
P. F. F. J. Giraud	Campagne de Paris en 1814	1	1
	Cartas do solitario (in-folio)	1	1
	Castrioto Luzitano	1	1
	Catalogo Geral da Bibliotheca Publica da Bahia (in-folio)	1	1
	Catalogo methodico da Bibliotheca da Marinha	1	1
	Catalogo dos Livros da Bibliotheca do Instituto Historico, Geographico e Etnographico Brasileiro (in-folio)	1	1
	Catalogo dos Livros á venda na Livraria Luso-Brasileira (in-folio)	1	1
	Catalogo dos Productos Naturaes e Industriaes que figuraram na Exposição Nacional em 1861 (in-folio)	1	2
	Catalogo dos mesmos Productos remetidos das provincias (idem)	1	1
A. Dumas e E. Sue	Chale (O) de Cachemira verde – Comedia (idem)	1	1
M. Lopes Ferreira	Chronica de El-Rei D. Affonsos Henriques	1	1
Padre Simão de Vasconcellos	Chronica da companhia de Jesus do Estado do Brasil (idem, truncada)	1	1
J. F. E. Le Boys dès Guays	Ciel (Du) et de Ses Marveilles et de l'Enfer d'apres ce qui a ete entendu et vu par Emmanuel Swedenborg, traduit du latin (in-folio)	1	1
	Cathecismo para uso dos parochos	1	1
J. T. X. Sigaud	Climat (Du) et dès Maladies di Bresil	1	1
J. I. Roquette	Codigo do Bom-Tom	1	1
	Collecção Preciosa da Maçoneira Adonhiramita	1	1
	Collecção dos Breves Pontificios e Leis Regias	1	1
A. T. Caravia	Colleccion de Leys y Decretos de la Republica Oriental del Uruguay	1	1
J. P. Borges de Castro	Collecção de Tratados, Convenções, Contractos e Actos públicos, entre a Corôa de Portugal e outras Potencias (in-folio)	1	4
	Collecção preciosa da Maçoneira Adonhiramita (in-	1	14

	folio)		
	Collecção Ceremonias Mason O de Montevideo (idem)	1	1
Boully	Contes Populaires	1	1
Dr. A. J. de Mello Moraes e I. A. de Cerqueira e Silva	Corographia do Imperio do Brasil	1	1
M. A. de Casal	Corographia do Imperio do Brasil (truncada)	1	1
Dr. A. J. de Mello Moraes	Corographia Historica, Cronographia, Genealogica, Nobiliaria e Politica (in-folio)	1	5
Visconde de Santarem	Corpo Diplomatico Portuguez (idem, truncada)	1	1
	Correio Mercantil (jornal da Côte)	2	4
	Correspondencia entre o M . P. Supr. Conc. da França e a dele Sup. do M . P. Supr. Conc. do Rito Esc. Ant. e Acc para o Imp. do Brasil Ao Or da Bahia (in-folio)	1	1
Fritot	Cours de Droit Naturel (truncada)	1	1
	Criterio (El) Medico – Periodico de Homoeopatia official de La Sociedad Hahnemanniana Matritense (in-folio)	1	1
A. J. Antonil	Cultura e Opolencia do Brasil	1	1
	Declaração (A) da Maioridade de S. M. I. o Senhor D. Pedro Segundo (in-folio)	2	2
J. D. S. da Silva	Deducção Chronologia e Analytica (idem)	1	3
Dr. A. C. R. A. Machado e Silva	Defeza do Dr. Laurindo José d’Almeida (idem)	1	1
Mr. Vattel	Derecho (El) De Gentes (idem)	1	4
J. D. Wagener	Diccionario (Novo) Portuguez – Allemão – e Allemão – Portuguez	1	2
Dom Joseph de Miravel Casadevante	Diccionario Historico (truncada)	1	9
J. H. M. Violette et P. J. Archambault	Dictionnaire des Analyses Chimiques	1	2
Dr. Fabre	Dictionnaire des Dictionnaires de Medicines	1	8
Vosgien	Dictionnaire Geographique	1	1
C. Alexandre	Dictionnaire Grec Français	1	1
	Die Martius Medaille (in-folio)	1	1
Dr. A. J. de Mello Moraes	Discurso Historico Pronunciado no dia 29 de Setembro de 1858 por ocasião de solemnizar-se a posse dos GGR. Officiaes Dignitarios que compõem o Grande Oriente do Brasil (idem)	3	3
M. Calmon du Pin e Almeida	Discurso Recitado na Sessão d’Assembléa Geral da Sociedade Agricultura, Commercio e Industria da Bahia, no dia 31 de janeiro de 1736 (idem)	1	1
Dr. Carlos A. Busch Varella	Discurso Contra a Liberdade de Imprensa no Brasil, feito perante o jury da Côte (idem)	8	8
A. A. Fernandes da Costa	Discurso Dito	1	1

R. M. Azamar	Discurso recitado por ocasião da posse das GG. Dignidades e Officiaes d'Administração da Sapient. Grande Loja Central, em 14 de junho de 1865 er. vul. (in-folio)		
	Discurso Maçonico (idem)	1	1
Conego Joaquim do Monte Carmello	Discursos Sagrados (in-folio)	1	1
Marquez de Penalva	Dissertação a favor da Monarchia	1	1
Hahneman	Doctrine Homoeopathique	1	1
J. B. Bonnin	Doctrine Sociale	1	1
Sepelletier	Doctrine Médicale	1	1
Dr. A. J. de Mello Moraes	Doutrina Social, extrahida de vários Auctores (in-folio)	1	1
	Documentos Officiaes Relativos à Exposição Nacional de 1861 (idem)	1	2
	Documentos Relativos a la pacificacion de la Republica (idem)	5	5
	Documentos Officiaes Justificativos contra lãs accusaciones de las Camaras Brasileiras (in-folio)	1	1
Ephraim	Doze proposições sobre a legitimidade Religiosa da Verdadeira Tolerancia dos Cultos (idem)	1	1
Becquerel	Eletrecité (Del) et tu Magnetisme	1	1
P. de S. Castello-Branco	Elementos da Historia	1	1
Dr. A. J. de Mello Moraes	Elementos de Literatura	1	1
J. Bodin	Elementos de agriculturé ou Leçons d' Agriculture appliquées au Departement d'elle et Vilaine	1	1
P. Lepage	Elements de la Science du Droit (truncada)	1	1
Perreau	Elementos de Legislacion Natural	1	2
J. M. da Costa e Sá	Elogio do Dr. A. R. Ferreira	1	1
Fr. J. Santa Rosa de Viterbo	Elucidário das palavras etc	1	1
M. le Chevalier de La Marck	Encyclopédie	1	3
A. J. de L. Leitão	Eneida de Virgilio (truncada)	1	2
Clemente Bondi	Eneide (L')	1	2
C. S. Kunth	Ennumeratio Phantarum (truncada)	1	1
Nollet	Ensaio sobre a Electricidade dos Corpos	1	1
A. de Humboldt	Ensaio Politico sobre la Nueva Espana	1	5
Dr. F. L. C. Burlamaqui	Ensaio sobre a Regeneração das Raças Cavallares do Imperio do Brasil	1	1
A. D. de Pascual (Adadus Calpe)	Ensaio critico sobre a Viagem do Brasil em 1852 de Carlos B. Mansfield (in-folio, truncada)	1	1
Lhomond	Epithome Historiae Sacrae	1	1
	Estatistica Ecclesiastica	1	1
	Estatutos do Instituto Historico da Bahia (in-folio)	1	1
	Estatutos da Sociedade Propagadora das Bellas-Artes do Rio de Janeiro (idem)	1	1

	Estatutos da Sociedade Caridade de S. João Evangelista da cidade da Parahyba do Norte (in-folio)	1	2
	Estatutos e Regulamentos Geraes da ordem Maçonica de Portugal (idem)	1	1
J. F. Pinto Alpoim	Exame de Bombeiros	1	1
F. A. de Varnhagen	Examen de quelques pomts de l'Histoire geographique du Brésil (in-folio)	1	1

Fonte: ALAGOAS, RELATÓRIO, 1866